

FERNANDA RIOS PETRARCA
ALEX MENEZES DE CARVALHO
(Organizadores)

DINÂMICAS

PROFISSIONAIS

E ESPAÇOS

DE PODER



Criação Editora

DINÂMICAS PROFISSIONAIS
E ESPAÇOS DE PODER

ORGANIZADORES
FERNANDA RIOS PETRARCA
ALEX MENEZES DE CARVALHO

ISBN
978-85-8413-338-3

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Este livro foi avaliado por parecerista *ad hoc*.

FERNANDA RIOS PETRARCA
ALEX MENEZES DE CARVALHO
(Organizadores)

DINÂMICAS

PROFISSIONAIS

E ESPAÇOS

DE PODER



Criação Editora
ARACAJU | 2022

Copyright 2023 Organizadores

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
TuxpedBiblio (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

P493d Petrarca, Fernanda Rios; Carvalho, Alex Menezes de (orgs.).
Dinâmicas Profissionais e Espaços de Poder / Organizadores:
Fernanda Rios Petrarca; Alex Menezes de Carvalho. -- 1. ed. -- Ara-
caju, SE : Criação Editora, 2023.
274p.; il. tabs.; quadros; fotografia.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8413-338-3

1. Ciências Sociais. 2. Formação Profissional. 3. Jornalismo.
4. Política. 5. UFS. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 302.23
CDU 316.774

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Ciências sociais: Mídia / Meios de comunicação.
2. Mídia e sociedade.

REFERÊNCIA

PETRARCA, Fernanda Rios; CARVALHO, Alex Menezes de (org.). **Dinâmicas Profissionais e Espaços de Poder**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023. E-book (PDF). ISBN 978-85-8413-338-3.

APRESENTAÇÃO

Este dossiê reúne alguns trabalhos derivados de pesquisas já concluídas ou em andamento (dissertações de mestrado e teses de doutorado) realizadas junto ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política da Universidade Federal de Sergipe (LEPP/UFS). Esta publicação representa mais um esforço significativo de produção, compilação e divulgação de conhecimento dentro das ciências sociais, com destaque para o aprofundamento da compreensão das dinâmicas dos espaços profissionais no estado de Sergipe e das relações entre mídia e política. Em linhas gerais, esses trabalhos se interligam na medida em que buscam aprofundar o entendimento das distintas relações entre poder, política e universos profissionais. Para tanto, os trabalhos aqui reunidos foram divididos em três eixos temáticos: “Jornalismo e Espaços de Poder”, “Profissões e Política” e “Midiatização e Atuação Política”.

O primeiro eixo temático versa sobre diferentes formas de relações entre profissões e jornalismo. Mais precisamente, trata das condições e dos processos de entrada, atuação e ascensão profissional de atores inseridos no universo jornalístico. Os trabalhos que compõem esse primeiro eixo partem da necessidade de tratar das credenciais de entrada na “profissão”. Para tanto, compactuam com um conjunto de estudos que toma a profissão como um espaço permanente de lutas entre atores dotados de recursos diferenciados pela determinação dos critérios mais legítimos.

timos de pertencimento profissional demonstrando a importância da mobilização e reconversão de recursos de origem variada (origem social, inserção política, atuação profissional, formação escolar, redes de relações pessoais, entre outros) para a inserção e para o crescimento em universos profissionais (BOLTANSKI, 1982; CORADINI 1996; BOIEGOL e DEZALAY, 1997; BOURDIEU, 2007; PETRARCA, 2007). Seguindo essa linha, os trabalhos desse primeiro eixo se dedicam, basicamente, a identificar os recursos sociais que podem ser convertidos para a inserção no espaço profissional investigado, entender como eles são acumulados e analisar como eles se combinam e se transformam em trunfos para a atuação em um dado segmento profissional.

O segundo eixo temático versa sobre diferentes formas de relações entre profissões e política. As relações entre profissões e política despertam a atenção da sociologia desde sua época clássica. Max Weber, por exemplo, se debruçou sobre essa temática numa linha que podemos chamar de profissão da profissão política, sua intenção maior era entender os efeitos de uma sobre a outra. Em seus estudos, Weber aponta para a existência de uma relação muito estreita entre determinadas profissões (nomeadamente a de bacharel em direito e a de jornalista, mas também outras) e o exercício da atividade política. Justamente buscando conjugar as ferramentas analíticas da sociologia política e da sociologia dos grupos profissionais, os trabalhos que compõem esse segundo eixo buscam entender as interfaces entre determinadas profissões e o universo da política. Para dar conta disso, os artigos selecionados para essa parte consideraram atores ligados a espaços profissionais distintos e, através da análise de suas inserções profissionais e de suas vinculações com a atividade política, buscaram entender as modalidades de relações mantidas entre essas esferas.

Por fim, o terceiro eixo temático desse compilado versa sobre as relações entre mídia e política. Antes de mais nada, a midiaticização deve ser tomada como uma ação política, pois dar visibilidade e fazer uma pauta/demanda chegar a um público, suscitar discussões e ganhar adeptos (e até opositores) é dar um sentido político a esse tema. Em nossa sociedade os meios de comunicação ocupam um lugar central, constroem representações, ídolos e vilões, legitimam e/ou modificam comportamentos, ajudam a sustentar ou derrubar governos. Ou seja, pensar a relação entre mídia e política se apresenta como um tema bastante frutífero.

Seguindo nessa linha, as relações entre mídia e política tem ganhado cada vez mais espaço como agenda de pesquisa nas ciências sociais. De modo geral, reconhece-se a importância cada vez maior das diferentes modalidades de mídia na vida cotidiana e a impossibilidade de separá-las dos processos políticos nas democracias. Contudo, as relações entre mídia e o universo político são amplas e suscitam diversas possibilidades de investigação. A esse respeito, um viés de análise importante recai sobre como a política partidária foi gradativamente transformando sua articulação com os meios de comunicação, ou seja, como as aparições de políticos e suas interações na mídia, especialmente com a expansão do alcance e da importância das mídias sociais (mídias proporcionadas pela expansão da internet, como *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, entre outras), se transformaram ao longo do tempo no sentido de aproximar sua mensagem do público. Conquanto, as relações entre mídia e política não se esgotam aí. Elas ultrapassam as lógicas tradicionais da política e do jornalismo e avançam sobre domínios como a defesa de causas (luta contra o racismo, contra a violência de gênero, contra a xenofobia...) e a projeção política de grupos/instituições. E é justa-

mente nesse caminho que seguem os três artigos que compõem a terceira parte desse livro.

A seguir, vamos conhecer individualmente um pouco das temáticas e das estratégias de análise de cada um dos artigos que estão aqui compilados.

O primeiro artigo intitulado “Recursos Sociais e Inserção do Jornalista Aracajuano na Assessoria de Imprensa Política”, de Isabel Rocha Souza, analisa as condições sociais para a inserção e a ascensão posicional dos jornalistas na assessoria de imprensa política. Para tanto, a autora examina materiais bibliográficos e os itinerários profissionais de jornalistas que atuam nas assessorias de imprensa ou de comunicação política em Aracaju. Tal análise demonstra que ao longo de sua atuação profissional os jornalistas participam de diferentes esferas sociais e que isso lhes possibilita a aquisição de diferentes recursos sociais (especialmente os oriundos da atuação profissional nas redações jornalísticas, do contato direto com as fontes de informação e da militância política) que podem ser mobilizados para a passagem das redações para as assessorias. Além disso, também foi observado que é a combinação desses recursos que promove a inserção dos jornalistas no universo da comunicação política e a ascensão aos cargos mais cobiçados nesse setor.

Já o segundo artigo, intitulado “Redes de Relações Sociais e Atuação de Jornalistas em Secretarias de Comunicação e Órgãos Parlamentares”, também é de autoria de Isabel Rocha Souza e nele a autora avança na análise das condições de inserção e ascensão posicional dos jornalistas na assessoria de comunicação política. Desta vez, no entanto, o foco de análise recai principalmente sobre a importância que assumem as redes de relações pessoais no recrutamento de jornalistas para a ocupação de cargos de comando na comunicação política dos principais

órgãos governamentais e parlamentares de Sergipe (secretarias de comunicação do estado e da prefeitura de Aracaju e direção da comunicação social da Assembleia Legislativa de Sergipe e da Câmara Municipal de Aracaju). Como resultado, a análise revela que as redes de relações instituídas pelos jornalistas em diferentes inserções (especialmente na militante e na profissional) se constituem em recurso fundamental para a ocupação destes cargos porque garantem o reconhecimento da competência do jornalista para atuar com comunicação política e também porque podem resultar em convites para a ocupação de postos desta natureza em órgãos estatais.

Finalizando essa primeira parte, o texto de autoria de Fernanda Rios Petrarca, “Por uma Sociologia Histórica do Jornalismo no Brasil”, analisa o desenvolvimento da atividade jornalística, levando em consideração a trajetória daqueles que se dedicaram a este ofício em diferentes contextos históricos. Esta investigação permitiu revelar que a base dos recursos sociais de que dispunham certos agentes para atuar no jornalismo derivavam das vinculações com a esfera da cultura, com a política partidária e com a atuação em outros setores de atividade. Tal configuração contribuiu para consolidar um capital de relações fundamentais para o exercício do jornalismo.

Como dito antes, na segunda parte desse compilado nosso olhar se desloca para as imbricações entre profissões e política. Seguindo essa linha, o quarto artigo intitulado “Das Campanhas para a Política Profissional: o ofício de cabo eleitoral”, de Pâmella Synthia Santana Santos, se debruça sobre o ofício do cabo eleitoral. Mais precisamente, segue o caminho pavimentado por Hughes em sua célebre obra *Men and Their Work*, de 1964, e se dedica a entender como se “fabrica” um cabo eleitoral, ou seja, versa sobre a iniciação, o desenvolvimento

das habilidades e a conversão para o ofício de cabo eleitoral. Procurando dar mais espaço a esse ator político praticamente esquecido pelas Ciências Sociais e levando em consideração que a atividade política se inicia no município, em sua análise a autora examinou o cotidiano da política em uma pequena cidade do interior do Brasil. Através de um importante trabalho de observação participante foram demonstradas as dinâmicas de atuação dos cabos eleitorais, bem como as principais características que seus praticantes precisam carregar, como a habitação ao dia a dia da política, a composição de um importante capital político e a constituição de uma vasta rede de relações pessoais/amizades no meio político.

O quinto artigo intitulado “Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis: atuação profissional e perfil sociográfico”, de Marília Oliveira de Jesus, analisa o perfil sócio-profissional dos delegados de polícia do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) do estado de Sergipe e as condições sociais de entrada nesse espaço. Em sua análise, a autora demonstrou duas características marcantes da atuação neste departamento de polícia: primeiro que a atuação na DAGV é menos valorizada entre os próprios membros da polícia civil sergipana do que a atuação em outros departamentos (como o de homicídios, por exemplo); segundo que a seleção de delegados para atuar nesse departamento de polícia se dá por meio de critérios subjetivos que acaba reservando esse espaço preferencialmente para as delegadas (apontadas como mais sensíveis). Ou seja, trata-se de uma análise que avança sobre a visão dos praticantes de uma atividade sobre sua própria profissão.

Já o sexto artigo, intitulado “Defesa dos Direitos Humanos e a Constituição da Causa no Brasil e em Sergipe”, de Flávia Maria de Oliveira Ferreira, analisa o processo de desenvolvimen-

to e legitimação dos direitos humanos a partir do exercício da advocacia. Para ser mais específico, a autora se debruça sobre a profissionalização de advogados em defesa dessa causa no Brasil e, em particular, em Sergipe. Tal análise busca responder como e quando a temática dos direitos humanos adentra o espaço jurídico, bem como qual o papel desempenhado pelos advogados para legitimação dessa causa. Além disso, ela também demonstra como esse modo de abordagem ativista dentro da advocacia se tornou uma competência especializada. Dessa forma, esse artigo discute a relação entre o direito e o espaço político, demonstrando a ligação entre causa, no sentido jurídico, e a causa em um sentido político, uma vez que esse trabalho demonstra o papel dos advogados na formulação de uma realidade social, tornando reconhecidas, juridicamente, causas como a dos direitos humanos e produzindo a necessidade de seus próprios serviços.

Fechando essa segunda parte, temos o sétimo artigo intitulado “Recursos Sociais, Inserção Militante e Diversificação na Atuação em Causas Educacionais no município de Paulo Afonso - BA”, de Divânia Cássia C. Silva, que trata das condições de entrada e atuação em movimentos sociais voltados para a defesa da causa educacional no município de Paulo Afonso – BA, bem como da reconversão de recursos sociais arrecadados nessas inserções em trunfos para a entrada e a atuação em outros espaços (educacional, político). Tal pesquisa buscou compreender como diferentes recursos sociais podem ser arrecadados pela atuação em organizações não governamentais dedicadas à causa educacional e acionados para diversificadas formas de engajamento dentro dessas próprias organizações ou mesmo reconvertidos para a entrada e a atuação em outras esferas. Os casos analisados demonstraram como tal atuação militante ga-

rante recompensas diversas, como a satisfação moral e identitária, além disso, demonstra a importância de recursos como a titulação acadêmica e as redes de relações pessoais tecidas pela atuação militante para a entrada e até para a obtenção de cargos estratégicos na esfera profissional, especialmente postos ligados à educação.

Na terceira parte o foco se direciona para as relações entre a mídia e política. Dentro desse prisma, o oitavo artigo intitulado “Percepções da Violência de Gênero na Mídia Sergipana”, de Bárbara Nascimento de Oliveira, analisa a cobertura midiática sobre a violência contra a mulher em jornais impressos sergipanos em 2013. Em sua análise, Bárbara Oliveira percebeu que o espaço dado por esses órgãos de mídia ao tema violência contra a mulher contribuiu para dar visibilidade a esse triste fenômeno social. No entanto, a autora também percebeu que a forma como esses veículos noticiosos abordaram os episódios de violência contra a mulher, amenizando a violência sofrida ou utilizando recursos do humor e trocadilhos para relatá-los, reproduz uma visão limitada acerca das questões de gênero. Ou seja, a autora conclui que, ainda em 2013, a prática jornalística local contribuiu para a naturalização da violência contra a mulher.

Por fim, fechando esse livro, o nono artigo intitulado “Tecnopopulismo e o *case* brasileiro” é de Ana Carolina Westrup. Fazendo parte do esforço interdisciplinar de compreensão da Internet como um importante lócus da política na contemporaneidade, este trabalho se propõe a analisar um novo tipo de populismo, o tecnopopulismo, e como essa estratégia se conjuga na atual agenda política brasileira. De início, a autora demonstra como a popularização do consumo da Internet foi apropriada por lideranças e partidos populistas ao redor do mundo como ferramenta de ação política, pois fizeram das mídias sociais espaços privilegiados de

engajamento e recrutamento de causas. Ao longo do seu texto, Ana Westrup se dedica ao caso do Brasil, percorrendo sobre o uso dessas estratégias e narrativas tecnopopulistas pelo governo Bolsonaro em suas ações para disseminar o seu discurso, atacar adversários e ganhar adeptos. Com isso, a autora também demonstra como os estudos sobre comunicação e política já acompanham os usos e impactos dessa nova lógica de consumir e fazer política com mecanismos cada vez mais persuasivos.

Esperamos, com essa obra, não só reunir um conjunto de trabalhos em torno de uma agenda de pesquisa em comum, mas principalmente apresentar à sociedade brasileira e, em especial, à sociedade sergipana, o resultado de um esforço coletivo em direção ao acúmulo de conhecimento científico. O nosso Laboratório de Estudos do Poder e da Política acredita que não basta produzir conhecimento, mas que é essencial disseminá-lo.

Os organizadores.

Referências

BOIGEOL, Anne; DEZALAY, Ives. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, jun., 1997.

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, cap. II e VI.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil. In: **História, Ciência e Saúde – Mangueiras**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 425-466, nov., 1996.

HUGHES, E. C. **Men and their work**. 2 ed. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1964.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“O Jornalismo como Profissão”**: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 5

PARTE I: JORNALISMO E PROFISSÕES

CAPÍTULO 01 | 19

RECURSOS SOCIAIS E INSERÇÃO DO JORNALISTA ARACAJUANO NA ASSESSORIA DE IMPRENSA POLÍTICA

CAPÍTULO 02 | 67

REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS E ATUAÇÃO DE JORNALISTAS EM SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E ÓRGÃOS PARLAMENTARES

CAPÍTULO 03 | 87

POR UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO JORNALISMO NO BRASIL

PARTE II: PROFISSÕES E POLÍTICA

CAPÍTULO 04 | 119

DAS CAMPANHAS PARA A POLÍTICA PROFISSIONAL: O OFÍCIO DE CABO ELEITORAL

CAPÍTULO 05 143

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERFIL SOCIOGRÁFICO

CAPÍTULO 06 | 169

RECURSOS SOCIAIS, INSERÇÃO MILITANTE
E DIVERSIFICAÇÃO NA ATUAÇÃO EM CAUSAS
EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PAULO
AFONSO - BA

CAPÍTULO 07 | 199

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A
CONSTITUIÇÃO DA CAUSA NO BRASIL E EM
SERGIPE

PARTE III: MEDIATEZADO E ATUAÇÃO POLÍTICA

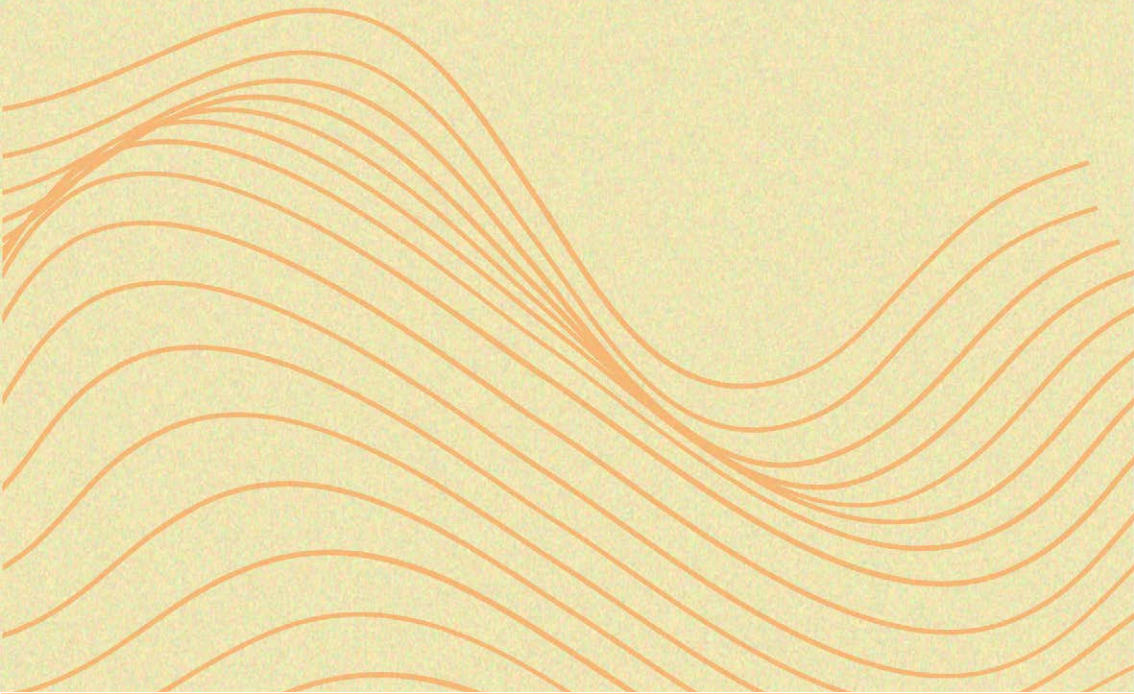
CAPÍTULO 08 | 229

PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA
SERGIPANA

CAPÍTULO 09 | 249

TECNOPOPULISMO E O CASE BRASILEIRO

SOBRE OS AUTORES | 271



PARTE I:
JORNALISMO E PROFISSÕES



CAPÍTULO 01

RECURSOS SOCIAIS E INSERÇÃO DO JORNALISTA ARACAJUANO NA ASSESSORIA DE IMPRENSA POLÍTICA

ISABEL ROCHA SOUZA

Este texto analisa as condições sociais da inserção dos jornalistas aracajuanos na assessoria de imprensa política. O objetivo central consiste em evidenciar, através da análise de suas trajetórias, como a mobilidade desses atores em diferentes esferas sociais permite o acúmulo de recursos passíveis de serem acionados como trunfos para sua entrada e atuação no mencionado âmbito da comunicação social. Como descreve Legavre (1996) em estudos realizados sobre a passagem do comunicador político para o político profissional, só o acúmulo de recursos relevantes e a combinação entre eles tornam possível o sucesso na passagem de um grupo a outro.

Por conseguinte, se é a posse de diferentes recursos sociais e a combinação entre eles que garantem o ingresso na comunicação política e ascensão na hierarquia desse setor, quais são esses recursos? Em que espaços e de que forma tais recursos são obtidos pelo sujeito em questão? Como o jornalista se torna assessor de imprensa? Quais competências são exigidas? Para

responder a esses questionamentos, partiu-se do exame biográfico do percurso de 10 jornalistas que atuam nas assessorias de imprensa ou de comunicação política em Aracaju, dos quais 04 ocupam cargos de dirigentes em instituições governamentais e legislativas no estado e no município.

Esse universo é composto conforme o quadro abaixo:

Quadro I – Universo da pesquisa

Assessores de Imprensa			
Instituições	Cargo / Nº	Partidos políticos / Nº	Parlamentares / Nº
Secom - Prefeitura de Aracaju	Secretário de comunicação / 01	PT / 01	Deputado Estadual / 01
Secom - Estado de Sergipe	Secretário de comunicação / 01	MD / 01	Deputado Federal / 01
DID - Assembleia Legislativa	Diretora de imprensa / 01	PSB / 01	Senador / 01
NIC - Câmara Municipal de Aracaju	Coordenadora de comunicação / 01		
TOTAL: 10			

Fonte: Pesquisa empírica realizada em 2012

Essa investigação demonstra que ao longo do seu itinerário o jornalista se insere e participa de diferentes esferas sociais e profissionais, o que lhe permite a aquisição de diferentes recursos que influem positivamente na mobilidade das redações para as assessorias. Tais recursos adquiridos no processo de socialização implicam igualmente em indicações e/ou convites para a ocupação de cargos dirigentes em secretarias e diretorias de comunicação. Evidencia ainda que dentre os recursos sociais instituídos nas diferentes esferas de vida, as redes de relações se sobressaem como um recurso preponderante para o ingresso e sucesso hierárquico do jornalista aracajuano na assessoria

de imprensa política. Podendo destacar-se, também, os recursos oriundos da atuação profissional no interior de jornais (em editoriais, colunas e comentários sobre política), da formação universitária em jornalismo e os provenientes da militância política em partidos e associações, apesar de esses aparecerem em menor número.

Tais fatos nos levam a conjecturar que os recursos mencionados, quando combinados, formam o “carro-chefe” que impulsiona o ingresso e sucesso do jornalista aracajuano na comunicação política. Assim, a partir da análise biográfica da trajetória dos entrevistados, esse capítulo demonstrará como as diferentes esferas sociais contribuem para o acúmulo de recursos diversos, para a ampliação dos contatos e aumento das redes de relações, passíveis de serem utilizados como “passaporte” para entrada e atuação no referido setor da comunicação social. Destacar-se-á também a autopercepção desses profissionais sobre o jornalismo e a assessoria de imprensa política.

1 - Origens sociais e percurso escolar

Começaremos essa análise traçando o perfil dos entrevistados que apresentam um alto investimento na formação acadêmica em jornalismo e na especialização na área da comunicação social. Tal aspecto evidencia que uma das principais mudanças ocorridas nos últimos tempos no jornalismo aracajuano é que já não bastam a tão falada vocação e o aprendizado na prática, é preciso que tais requisitos estejam aliados ao saber acadêmico. No mundo globalizado e tecnológico, o diploma vem sendo mais valorizado e há uma exigência por parte do mercado que tem preferência pelo profissional com formação superior. Por conseguinte, o aprendizado da profissão, que antes se dava nas reda-

ções, hoje começa nos bancos acadêmicos. Tal afirmação é evidenciada através do itinerário dos 10 entrevistados, dos quais 90% têm formação jornalística ou estão cursando jornalismo (um dos entrevistados estava no último período do referido curso na época da entrevista – 1º semestre de 2012). Apenas 10% não tem graduação em comunicação social, porém, tem formação superior e fez pós-graduação lato sensu na área de comunicação.

Quadro II - Perfil dos entrevistados

Idade /sexo	Origem	Formação	Profissão/ ocupação	Associação	Estado civil/ Formação/ prof. do cônjuge	Pais: escolarização / profissão
50/M	Aracaju (SE)	Jornalismo/ Mestrado em sociologia	Jornalista, funcionário da UFS / secretário de comunicação de Aracaju	Sindijor e ASI /foi filiado ao PCB.	Casado (02 filhas) / Superior (pedagogia) prof ^a (diretora da DEA)	Superior (pedagogia) e Médio / Prof ^a (delegada do MEC) e func. público federal
51/M	Maceió (AL)	Jornalismo/ Doutorado (incompleto)	Jornalista e publicitário / Secretário de comunicação de Sergipe	Sindijor / foi um dos fundadores do PCDoB	Solteiro (01 filha)	Fundamental / dona de casa e operário
36/F	Aracaju (SE)	Jornalismo/ 02 pós-graduações: magistério superior e mídia étnica	Jornalista / Diretora de imprensa da Assembleia Legislativa de Sergipe	Sindijor e associação religiosa, está se preparando para ser pastora	Casada (01 filha) / Superior (sociologia) militar	Superior (serviço social) e médio / assistente social e militar
42/F	Itabaiana (SE)	Jornalismo / pós em Jornalismo Político e Econômico	Jornalista / Coordenadora de comunicação Municipal de Aracaju	Sindijor e ASI	Casada (01 filha)	Médio (comp. e incomp.) / func. pública e camioneiro. Avós e tios e políticos

Idade /sexo	Origem	Formação	Profissão/ ocupação	Associação	Estado civil/ Formação/ prof. do cônjuge	Pais: escolarização / profissão
25/F	Aracaju (SE)	Jornalismo (em curso)	Assessora de imprensa do PT	PT (filhou-se após assumir a ass. de imprensa do partido)	Solteira	Médio e Superior incompleto / dona de casa e autônomo
39/F	Maceió (AL)	Jornalismo / pós em marketing político	Jornalista/ ass. de imprensa do PSB e de um senador	Sindijor	Casada / Superior (Comunicação Social) Jornalista	Médio / professora e policial rodoviário federal
52/M	Itabaiana (PB)	Economia e Jornalismo – pós em marketing.	Jornalista e radialista / Ass. de imprensa do MD, de um deputado estadual e de um suplente de senador	Sindijor/ foi militante estudantil e do PRP (Partido político) do qual foi vice-presidente	Separado (05 filhos)	Médio e superior (ciências contábeis), dona de casa e funcionário do Banco do Brasil
48/M	Feira de Santana (BA)	Jornalismo e Letras	Jornalista / ass. de imprensa de um deputado estadual	Sindijor	Casado (01 filho) / Superior (letras) professora	Médio / artesã e funcionário público
55/M	Santo Amaro (SE)	Ciências Contábeis e pós em Com. Empresarial	Jornalista, radialista e ass. de imprensa de um deputado federal	ASI, Sindijor e Sindicato dos Radialistas	Casado (03 filhos) / Superior (Serviço Social) Jornalista e Assistente Social	Fundamental incompleto / dona de casa e mecânico
35/M	Aracaju (SE)	Jornalismo	Jornalista e A.I. de um senador	Sindijor	Solteiro	Médio / dona de casa e taxista

Fonte: Dados coletados em entrevistas realizadas em 2012.

É curioso notar que nesse grupo todos têm formação superior e 70% do universo fez alguma pós-graduação¹, a maioria especializando-se em áreas específicas da comunicação social. Tais dados manifestam a importância que esse grupo profissional vem dando à aquisição de uma base teórica que legitima uma expertise, ou seja, a um saber-fazer específico ao grupo teoricamente fundamentado e institucionalizado (FREIDSON, 1996). Demonstram também que há uma demanda na esfera da comunicação política por profissionais com formação superior em jornalismo, agregada à experiência profissional nas redações. É o que deixa transparecer a predominância de assessores com mais de 40 anos no grupo dos entrevistados. Dos quais, 60% encontra-se na faixa etária dos 40 aos 55 anos e 80% têm diploma em jornalismo. Quando questionamos o grupo sobre a importância da formação em jornalismo para o exercício da profissão, 80% foram enfáticos ao afirmarem que a formação é imprescindível, pois além de dar uma visão mais ampla do mundo, ajuda a compreender a conjuntura social e qualifica o profissional proporcionando-lhe conhecimento teórico. Segundo os entrevistados, assim como é importante que o advogado, o médico e outros profissionais tenham uma qualificação para exercer a profissão, é preciso que o jornalista também tenha uma boa base de conhecimento teórico sobre a profissão e sobre a ética profissional, tornando-se, assim, mais qualificado para o exercício da atividade. O depoimento do secretário de comunicação de Aracaju revela bem essa visão.

¹ Cursos *latu sensu*. As universidades públicas não oferecem cursos de mestrado na área de comunicação. Os jornalistas fazem curso de especialização por uma questão de atualização da prática profissional, ou para especializar-se em um referido setor da comunicação, como é o caso do marketing político.

Eu sou um defensor do diploma para o jornalista. Eu não acho legal que qualquer um possa se arvorar a ser jornalista, assim como não acho que qualquer um possa ser um advogado ou um médico. (...) Acho que o jornalista de uma maneira geral, que trabalhe em redação ou em assessoria, tem que ter a formação universitária, pois isso qualifica a profissão.

O que demonstra o quanto predomina, no meio jornalístico, a cultura de que o jornalismo é uma profissão intelectual, pois até mesmo os 20% que não consideram que o diploma em jornalismo seja um fator imprescindível para o exercício da profissão acreditam que o profissional deve estar preparado intelectualmente, ter uma boa formação. Segundo eles, essa é uma profissão que envolve a linguagem e a escrita, por isso é necessário que se tenha certa formação, não necessariamente em jornalismo, mas é preciso que se tenha um bom conhecimento de gramática e de produção textual. É o que se observa no depoimento abaixo:

Apesar de considerar o diploma específico em jornalismo desnecessário, acho que o jornalista deve ter certa formação, pois é importante se ter conhecimento gramatical e de estrutura textual, e uma pessoa analfabeta não tem esse conhecimento (assessor de imprensa de um Deputado Federal).

Nota-se, assim, que mesmo os 20% que acreditam que o diploma é dispensável para a atuação profissional consideram o jornalismo uma profissão intelectual e por isso deve ser exercida por alguém que tem alguma formação, não sendo necessariamente em jornalismo. Já 80% dos entrevistados afirmam que a formação superior funciona como uma das garantias de valorização e reconhecimento profissional, por isso é indispensável.

Segundo Freidson (1996; 2001), a expertise é um instrumento de poder profissional e o papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas define a relação de poder que se estabelece entre as esferas de criação, transmissão e aplicação do conhecimento formal.

Outro aspecto observado que reflete as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas e, por conseguinte, no mercado jornalístico é a questão de gênero, que demonstra como a mulher vem ocupando espaços e posições no mundo do trabalho, em setores onde antes reinavam os homens. Entretanto, Rocha (2005) afirma que o crescimento das mulheres que agregam os quadros das profissões a partir da década de 1980 não significa que haja maior prestígio ou reconhecimento no referido setor, já que o processo de feminização ocorreu em áreas novas ou menos privilegiadas. Como é o caso das assessorias de imprensa, recente setor de atuação jornalística, que inicialmente sofreu muitos preconceitos por parte dos profissionais da redação. Entretanto, apesar dessa constatação, é interessante notar que no princípio o setor era composto em quase sua totalidade por homens, já que não era comum mulheres atuando na esfera do jornalismo, o que mudou junto com as transformações sociais e a inserção das novas tecnologias e, hoje, é normal ver o sexo feminino atuando nas mais diferentes atividades jornalísticas e ocupando posições dirigentes não só nas redações, mas também em secretarias de comunicação e departamentos de imprensa.

Contudo, apesar dessa visível mudança, observou-se que ainda existe no mercado jornalístico sergipano uma predominância masculina, especificamente no setor investigado, onde 60% é composto por homens e 40% por mulheres, havendo, assim, uma desigualdade de gênero, embora não seja tão contundente quanto há algumas décadas. Ao fazermos um mapeamento

dos jornalistas sergipanos que atuam na assessoria de imprensa de deputados na assembleia legislativa e nas prefeituras do Estado, presenciamos um predomínio mais acentuado do sexo masculino exercendo tal atividade, especificamente no que diz respeito ao cargo de secretário de comunicação das prefeituras, onde dos 36 municípios que contam com um setor específico de comunicação, apenas em dois deles há uma mulher na direção, ou seja, 94,5% dos cargos são ocupados por homens.

Na assembleia legislativa essa desigualdade aparece de modo mais discreto, onde dos 18 deputados que contam com o serviço de assessoria de imprensa, 44,7% deles contrataram jornalistas do sexo feminino e 55,3% contrataram jornalistas do sexo masculino, o que parece estar relacionado com o número de mulheres ocupando a cadeira de parlamentar, número esse que é menor que o de homens. As deputadas parecem preferir mulheres em sua assessoria de imprensa, a começar pela presidente da casa que nomeou para diretora de imprensa uma jornalista. Quanto à ocupação de cargos dirigentes em Aracaju, há uma “igualdade” de gênero relacionada às competências, visto que dos quatro cargos mais importantes – no que diz respeito à assessoria de comunicação no âmbito político –, são ocupados por ambos os sexos, 50% de cada, isto é: as secretarias de comunicação do Estado e da capital são dirigidas por homens, já a diretoria de comunicação da Assembleia Legislativa e a coordenação do núcleo de comunicação da Câmara Municipal de Aracaju são conduzidas por mulheres.

Deixando de lado a questão de gênero, destacaremos a partir de agora as origens sociais dos 10 entrevistados (assessores de partidos, de parlamentares, secretários, coordenadores e diretores de comunicação), já que elas formam uma das esferas promotoras de recursos e de vínculos que influenciam na inser-

ção do jornalista na comunicação política. De acordo com autores como Legavre (1996), Mercklé (2004) e Rieffel (1984), as origens sociais promovem uma rede durável de relações familiares, de amigos ou conhecidos, que podem se converter em recursos profissionais, além de exercer considerável influência sobre a probabilidade de ascensão profissional do jornalista, e quanto mais elevada são essas origens, mais extensas as redes de relações e mais chances de sucesso (LEGAVRE, 1996; MERCKLÉ, 2004; RIEFFEL, 1984).

Do conjunto dos assessores entrevistados, observa-se que 40% são originários da capital sergipana, enquanto que 30% são migrantes de Estados vizinhos (Alagoas, Paraíba e Bahia) e 30% provenientes do interior sergipano. Esses migrantes tiveram motivações diferentes para a mudança de estado ou município, sejam motivados pelo estudo (passaram no vestibular), por causa do trabalho ou por mudança da família. A mudança por causa de trabalho é exemplificada no trajeto da assessora de imprensa do PSB, que veio da cidade de Maceió (AL) em 2001, após formar-se em jornalismo pela UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e não conseguir um emprego na mídia alagoana, então veio tentar trabalho em Aracaju, onde foi contratada para responder pelo editorial de política do jornal Correio de Sergipe, após ser apresentada por um amigo que trabalhava no referido jornal. Tal motivação está presente também no trajeto do jornalista paraibano e assessor de imprensa do MD, que na década de 1980, após um divórcio, mudou-se da cidade de Itabaiana (Paraíba) para Aracaju na expectativa de conseguir trabalho na mídia sergipana e, através de seus pais, que já moravam aqui, conseguiu um emprego no Jornal da Cidade.

Quanto à migração motivada pelo sonho de estudar, esteve presente em dois itinerários, a saber: o primeiro deles é do

secretário de comunicação do Estado, que veio de Maceió (AL) na década de 80, quando passou no vestibular para o curso de Engenharia Química na UFS (Universidade Federal de Sergipe). O segundo foi o assessor de imprensa de um deputado estadual, que em 1991, motivado por um amigo que já morava aqui, fez o vestibular para jornalismo na UNIT (Universidade Tiradentes), passou e mudou-se de Feira de Santana (BA) para cá, aonde já chegou com um emprego garantido e foi ser repórter no Jornal de Sergipe, o qual foi arranjado pelo mesmo amigo que trabalhava no referido jornal.

A partir deste ponto daremos destaque para a esfera familiar, pois “parte das condições de socialização primária dos indivíduos pode ser bem mais apreendidas ao considerar-se a posição social de origem de suas famílias e as relações com os recursos culturais disponíveis” (SEIDL, 2009: p.24). Observou-se que, de acordo com o quadro 3 (pg. 58), 60% dos entrevistados são filhos de artesã, mecânico, dona de casa, militar, técnico em refrigeração, caminhoneiro e taxista; 30% são filhos de funcionário público federal, professora, delegada do MEC, bancário, policial rodoviário federal e assistente social, além de serem netos de políticos, fazendeiros, juiz e advogado. Sublinhamos que essa porcentagem representa os sujeitos que ocupam três dos principais cargos dirigentes na esfera da comunicação política municipal e estadual. O que parece confirmar o que alega Rieffel (1986), que quanto mais elevadas as origens sociais do jornalista, maiores as chances de ascensão, pois elas são provedoras de vínculos sociais passíveis de serem acionados como um importante recurso para o crescimento dentro da hierarquia profissional.

Dos 10 entrevistados, apenas um deles (10%) é filho de operário e dona de casa e seus genitores têm um nível escolar baixo (ensino fundamental incompleto). Entretanto, é esse jor-

nalista que ocupa o cargo máximo da comunicação política no Estado. Ele responde pela pasta da secretaria de comunicação estadual. O sucesso profissional do mesmo é creditado à sua intensa militância política em movimentos estudantis e partidos políticos durante sua juventude, o que funcionou como um trunfo durante sua trajetória profissional e garantiu-lhe o ingresso na comunicação política.

Quadro IV - Formação escolar dos genitores

Formação Superior		Ensino Médio		Ensino Fundamental	
Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
Mães - 20%	0%	50%	0%	20%	10%
Pais - 10%	10%	40%	10%	20%	10%

Fonte: Pesquisa empírica realizada em 2012

Percebe-se, assim, que as origens sociais desses profissionais são heterogêneas e que há certa relação entre recursos sociais e culturais advindos da esfera familiar (não tem nenhum analfabeto), o que aumenta a possibilidade para a escolha do jornalismo como profissão, já que essa é uma profissão considerada intelectual, tanto pela sociedade quanto pelos próprios jornalistas. Um exemplo dessa relação entre a escolha do jornalismo e os recursos culturais oriundos da esfera familiar é o secretário de comunicação de Aracaju, o qual é filho de uma pedagoga e professora da rede pública, que se tornou delegada do MEC² (cargo máximo de representação da instituição no Estado) e de um funcionário público federal (setor administrativo da Escola Técnica Federal), o que facilitou seu acesso ao mundo literário, pois segundo ele, cresceu rodeado por livros. Em sua fala, ele faz essa relação entre sua escolha profissional e a herança cultural familiar:

2 Ministério da Educação e Cultura.

Sempre gostei muito de ler, escrever e desenhar, quando criança vivia rodeado por livros, meu pai trabalha na Escola Técnica Federal e minha mãe era professora e incentivava a gente a ler. Na escola comecei a escrever poesias e a participar de concursos, eu estudava em escola particular, então tinha essas coisas. (...) Apesar de que inicialmente não pensei em ser jornalista, primeiro fiz vestibular para engenharia civil e não passei. Então começou o curso de jornalismo na UNIT e alguém me disse: Marcos você deveria fazer, já que gosta tanto de escrever, então fiz o vestibular, passei e logo que comecei o curso, fui trabalhar como chargista e repórter no Jornal Folha da Praia. Então foi o gostar de ler e escrever que me levou a escolher a profissão (secretário de comunicação da prefeitura).

A partir desse depoimento, percebemos o que disse Bourdieu (1987) sobre a ligação entre capital cultural e o desempenho do indivíduo em outros setores da vida. Conforme ele, sujeitos oriundos de famílias privilegiadas culturalmente têm maiores chances de acumular capital cultural, que consequentemente contribuirá para que esse se destaque no meio social em que está inserido. Neste sentido, Coradini (2007) afirma que os recursos intelectuais são estruturantes, já que explicam uma série de identificações e adesões que determinam a vivência do indivíduo, além de dar sentido e fundamentar suas tomadas de posições políticas e profissionais. Vale ressaltar também a importância das origens sociais no processo de sociabilidade, pois sendo a família a primeira rede de relações do homem, essa lhe confere a socialização básica que se prolonga para outras redes de interdependências, tais como: amigos, colegas de escola, trabalho, vizinhos, laços afetivos e redes associativas (religiosa, política, étnicas, etc.) que também passam a influenciar o indivíduo em sua formação e funciona como fator determinante para a

sustentação do sentimento de pertinência e de valorização social e profissional (BERGER e LUCKMAN, 1996).

Outra esfera de vida a ser considerada na análise do percurso desses jornalistas é a escolar, que além de possibilitar o acesso ao “saber” institucionalizado e “dotar” o sujeito de uma expertise, promove a interação social e contribui para a ampliação da rede de relações do indivíduo, que pode vir a ser um importante recurso para a inserção no mercado de trabalho. Já que segundo Rieffel (1984), os amigos da época escolar ou universitária podem funcionar como uma espécie de guia, indicando ou apresentando o jornalista para o editor-chefe das redações jornalísticas. Em nosso quadro de entrevistados, temos o caso do assessor de imprensa de um deputado estadual que demonstra bem como os vínculos criados nos bancos escolares são importantes na hora da inserção no mercado do trabalho. Como podemos observar em seu depoimento:

Me mudei de Feira de Santana (BA) para cá após passar no vestibular da Unit para Jornalismo, apesar de que já era formado em Letras, mas trabalhava como jornalista no jornal local, então, um amigo de infância e da época escolar e que também era jornalista, veio morar aqui e trabalhar no Jornal da Cidade, então, me convenceu a fazer jornalismo, e quando passei no vestibular e me mudei, ele me apresentou ao dono do jornal que me contratou, então, já vim com emprego garantido.

Deve-se considerar também que o percurso escolar do sujeito é revelador de suas origens sociais e, dependendo da trajetória de cada indivíduo, o diploma pode assumir uma maior ou menor relevância no ingresso do sujeito em outro setor de atuação profissional (Coradini, 2001). Do universo considerado,

60% fizeram o ensino fundamental em escola particular, paga por seus pais e 40% estudaram em escola pública. Já no ensino médio esse índice cai para 40% dos que realizaram seus estudos em escolas particulares e sobe para 60% em escola pública. Quanto ao nível superior, apenas uma pessoa do grupo ainda não possuía graduação completa (cursava o 8º período de comunicação social, quando realizada a entrevista em 2012), 70% estudaram em instituição particular, dos quais 30% tiveram parte do curso financiado por familiares e outra parte paga pelos próprios, assim que começaram a realizar trabalhos jornalísticos.

Como já salientado anteriormente, do conjunto dos referidos assessores, 80% (08) têm formação em Jornalismo, sendo que 01 desses têm outra graduação (Letras), 10% é concludente do curso e o único que é formado em outra área (ciências Contábeis) tem larga experiência nas redações e investiu em uma pós-graduação em Comunicação Empresarial. Observa-se que 20% investiram na especialização em Comunicação Política, 10% em mestrado em Sociologia, 10% especializou-se em duas áreas diferentes (pós em Magistério Superior e Mídia Étnica) e 10% tem doutorado incompleto, o que perfaz um total de 50% que investiram em pós-graduação *latu sensu* (completa e incompleta), ressaltando que desse total, quatro deles são os que dirigem a comunicação política estadual e municipal em Aracaju. Nota-se que o itinerário escolar da maioria desses sujeitos está intimamente relacionado com a origem social e cultural de sua família, pois quando confrontado o percurso escolar dos entrevistados com os de seus genitores, evidenciou-se que aqueles que têm pais com formação acadêmica, majoritariamente cursaram algum tipo de especialização (*latu sensu* e mestrado).

Sobre o peso da formação universitária em jornalismo para o exercício da atividade de assessoria de imprensa, os pesqui-

sadores Costa, Duarte e Schmitz (2012) fizeram um estudo a respeito da temática e identificaram que há no mercado uma preferência por graduados em Jornalismo com experiência nas redações. O que também podemos confirmar através desse trabalho, pois dos 10 entrevistados, 90% tem formação jornalística e consideram que o diploma qualifica e valoriza a profissão, 80% do total afirmam que a formação superior específica é essencial para o exercício da atividade em questão, pois ela dá o conhecimento técnico, teórico e ético da profissão. Como podemos observar no depoimento da assessora de imprensa do PSB:

Considero que a formação é essencial não só para o jornalista em suas diferentes funções (repórter, diretor/assessor de imprensa), mas também para qualquer profissional, tanto de medicina, direito, professor, etc. Com as mudanças nas teorias da comunicação, a introdução de novos estudos e também dos equipamentos usados no processo de comunicação, o profissional do jornalismo tem que ter sempre em mente que sua formação é o seu bem mais importante, pois ele tem sempre que estar se atualizando para se adequar à demanda das novas tecnologias.

Essa visão de que assim como a medicina e o direito exigem uma formação específica, do mesmo modo deve ser para com o jornalista, é compartilhada pela coordenadora de comunicação da câmara municipal e pelo secretário de comunicação de Aracaju. Eles afirmam que não concordam que qualquer um possa exercer o jornalismo, assim como não acham que qualquer um possa ser advogado ou médico, pois o jornalismo é uma profissão tanto quanto as aqui citadas e, por isso, o diploma valoriza e qualifica a atividade. A assessora da câmara disse, ainda, que acha vergonhoso que o ministro do Supremo tenha derrubado a

obrigatoriedade do diploma, desqualificando uma profissão que está regulamentada há tanto tempo.

Olha, sinceramente é vergonhoso você ter um ministro do Supremo Tribunal que retira a obrigatoriedade do diploma de uma profissão que é regulamentada há mais de 80 anos no país, é vergonhoso. Acho o diploma importantíssimo, porque dá ao jornalismo um conceito mais técnico, qualifica e valoriza a profissão. E hoje em dia o mercado exige isso, nós vivemos num mundo globalizado que exige que você tenha conhecimentos amplos, você tem que conhecer um pouco de tudo, não só o como fazer, mas também o porquê fazer! O jornalista hoje não basta saber escrever, ele tem que aprender a dominar as novas tecnologias, ter um conhecimento não apenas local, mas global e isso só a formação superior vai te proporcionar, então não é só a prática que é importante, o conhecimento teórico também. Então, é vergonhoso o que o ministro fez. Considero um retrocesso para a profissão.

Nota-se que o diploma é discutido pelos entrevistados como uma das garantias de valorização e reconhecimento profissional, o qual funciona como mecanismo de reserva de mercado de trabalho para os membros da profissão e exclusão dos demais. Para Freidson (1996), a expertise é principalmente um instrumento de poder profissional, que favorece aos trabalhadores o controle da própria atividade, tornando-se, assim, “aptos a aplicar aos assuntos humanos, o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais tem jurisdição” (p. 5). Portanto, as diferentes formas de acesso/controlado do saber produzem as diferenças entre o profissional e o leigo e as hierarquias no interior do grupo profissional. É o que deixam transparecer os seguintes depoimentos:

- Eu não acho legal que qualquer um possa se arvorar a ser jornalista, assim como não acho que qualquer um possa ser um advogado ou um médico. (...) Porque é através da formação acadêmica que o jornalista passa a ter noção do que é ter responsabilidade sobre a informação divulgada. Acho que o jornalista de uma maneira geral, que trabalhe em redação ou em assessoria, tem que ter a formação universitária, pois isso qualifica a profissão (secretário de comunicação de Aracaju).

- Não se pode admitir nos dias de hoje um jornalista sem formação acadêmica, ele precisa ter um amplo conhecimento das mais diversas áreas, pois ele lida no dia a dia com diversas temáticas e tem que estar preparado, tem que ter um preparo intelectual à altura da sua função (assessor do MD).

Entretanto, apesar de todo o discurso inflamado a favor do diploma, percebe-se que ele não é uma condição *sine qua non*, como é no caso da medicina, por exemplo, que para obter o *status* de médico será preciso o sujeito passar por uma formação e qualificação de nível superior (HUGHES in CHAPOULIE, 2001). O mesmo não se aplica em relação ao jornalismo, pois como já vimos anteriormente, o diploma não é mais obrigatório para o exercício da profissão desde a decisão do STF em 2009. Dentro do quadro dos entrevistados, embora seja a minoria (20%), há os que consideram que o diploma específico não é primordial para o exercício da profissão, pois para essa minoria, o mais importante é a “vocação” jornalística ou até mesmo a “paixão” pela comunicação, pois o jornalismo se aprende na prática. Partilhando dessa visão temos o secretário de comunicação estadual (formado em jornalismo) que profere o seguinte discurso:

Essa discussão do diploma ser obrigatório ou não, eu acho desnecessária. Porque o jornalismo é uma profissão tão abrangente, tão ampla, que não cabe apenas num diploma. É claro que acho a formação universitária importante, tanto que eu sou formado, pois a academia dá uma visão ampla da sociedade e da profissão. Não acho primordial para o exercício do jornalismo, pois o que vai determinar o bom jornalista é o talento e a competência profissional. Então, acho indiferente ter ou não diploma, não acho que ele seja determinante ou essencial para o exercício da profissão, ele não é condição *sine qua non* (secretário de comunicação do Estado).

Mesmo que a maioria concorde que a formação superior em jornalismo deva ser um pré-requisito obrigatório para a entrada do indivíduo no jornalismo, parece haver um impasse quanto à relevância ou não do diploma para a atividade de assessoria de imprensa, pois ao mesmo tempo em que consideram o diploma como um passaporte para a inserção no jornalismo, consideram a experiência fundamental para a prática da assessoria de comunicação. Costa, Duarte e Schmitz (2012) identificaram em seus estudos sobre a temática em questão, que apesar de o mercado preferir graduados em jornalismo para atuar em suas assessorias de imprensa, esse mesmo mercado prefere o jornalista com passagens pelas redações, pois além de dominarem as técnicas jornalísticas, conhecem as rotinas da imprensa, o que facilita a veiculação de conteúdos na mídia. Neste sentido, a titulação universitária corresponde a um tipo de capital cultural que contribui para a hierarquização profissional e que está em constante disputa com outros recursos, como com os oriundos das origens sociais elevadas (BOURDIEU, 1992). Pois como destaca Petrarca (2007), o diploma por si só não garante ascensão profissional, é

preciso que ele esteja combinado a outros recursos, como os de origem social, da experiência profissional, da participação sindical, etc., para que se torne relevante.

Vale destacar também que o espaço acadêmico não é apenas um espaço onde se constitui o saber, mas é, além disso, uma esfera promotora de redes de relações, que corrobora para a inserção profissional do jovem através da troca de informações sobre vagas no mercado de trabalho ou indicações para o exercício de determinada atividade. As assessoras de imprensa do PSB e do PT ilustram bem essa afirmativa. A primeira, em seu depoimento, diz que sua primeira experiência em uma assessoria de imprensa política se deu quando ainda estava na faculdade, graças à indicação de uma professora:

Comecei a atuar em assessoria de imprensa política ainda em Maceió, antes mesmo de me formar, quando estava já nos últimos períodos do curso, um partido político pediu a uma das professoras do curso que conseguisse uma estudante que já tivesse terminando para trabalhar na assessoria da campanha política. Então como eu tinha uma boa relação com essa professora, e ela conhecia meu esforço e vontade de aprender, me indicou. Aí eu já comecei trabalhando mesmo na assessoria, fazia produção de programa de TV, marcava entrevista para as rádios, mandava notas para os jornais, etc. Então já era uma assessoria política (assessora de imprensa do PSB).

Já a segunda (assessora de imprensa do PT), uma jovem concludente do curso de comunicação social da UFS, que, além da assessoria de imprensa que está exercendo para o referido partido, realizou alguns estágios também em assessorias, só que em instituições como no DESO (Departamento de Saneamento e Obras de Sergipe) e no SENAC (Serviço Nacional de aprendiza-

gem comercial), além de ter feito algumas atividades de freelancer para o SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe) elaboração do informativo do sindicato e na montagem e manutenção de um site para um artista plástico, a partir da recomendação de uma colega de curso. A respeito de como conseguiu tais atividades, ela dá o seguinte depoimento:

Minha experiência em jornalismo vem dos estágios que fiz depois que comecei o curso, na verdade, foram dois estágios em assessorias de imprensa institucional e algumas atividades de freelancer para o SINTESE, onde colaborei com a elaboração dos informativos do sindicato que são distribuídos aos professores e na criação e manutenção de um site para um artista plástico. Comecei essas duas atividades através da indicação de uma colega de turma, eu estava procurando algo para fazer na área e perguntei se ela sabia de alguma coisa, aí ela me falou que fazia freelance para o SINTESE, mas que estava deixando e perguntou se eu queria, disse que sim e ela me apresentou à presidente do sindicato. A mesma coisa aconteceu com o site do artista. Já os estágios no DESO e no SENAC, fiquei sabendo na UFS mesmo, através daqueles cartazes que as empresas colocam sobre seleção para estagiários, me escrevi e fui selecionada.

Os depoimentos exemplificam o que afirma a literatura pertinente (NEVEU, 2006; PETRARCA, 2007; 2009; RIEFFEL, 1984) que a instituição escolar se compõe assim, como uma importante esfera de sociabilidade, onde os estudantes estabelecem laços preciosos que poderão influir positivamente no futuro profissional do jornalista.

2 - Competência jornalística e ingresso na assessoria de imprensa política

A competência profissional do jornalista é culturalmente vinculada à formação acadêmica e à produção de matérias escritas para a publicação em jornais e revistas e matérias audiovisuais, para serem veiculadas na mídia eletrônica (TV e rádio) e na internet. Na opinião de Gomes (2004), a competência jornalística “é a capacidade de falar e agir de maneira legitimada pelo campo social do jornalismo” (p. 54), uma vez que esta profissão, no ponto de vista do referido autor, é ao mesmo tempo um sistema de relações e de reconhecimentos que se dá através do acúmulo de capitais que dota o indivíduo da competência jornalística. Em relação à atuação do jornalista na comunicação política, as competências solicitadas são, entre outras, a organização de equipes, administração do dia a dia da campanha, estratégias de comunicação, criação e disseminação de materiais na esfera da comunicação de massa, criação e manutenção de websites e facilidade de acesso às redações, etc.

O que nos leva à compreensão de que a competência necessária para a inserção do jornalista na comunicação política advém não apenas do diploma e da prática profissional, mas também de um conjunto de recursos combinados entre si, tais como: redes de relações, prestígio acumulado, ativismo político, etc. Pois, como alega Bourdieu a respeito do campo científico, “acumular capital é fazer um nome, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum” (1983: p. 132). Acrescenta-se também que o universo político procura ser assessorado por agentes que, além de serem

dotados de competência jornalística³, tenham conhecimentos sobre o mundo político e vínculo com as redações, o que pode favorecer o assessorado com publicações positivas para sua imagem (Gomes, 2004).

Desse modo, as redações são consideradas não apenas como espaços para o exercício profissional e aquisição da competência jornalística, mas também como promotora de sociabilidade entre os iguais, onde há um fortalecimento de vínculos e a ampliação da agenda de endereços a partir da prática profissional (entrevista com um político, por exemplo), que contribui para a inserção e ascensão do jornalista na comunicação política. Portanto, se as redações midiáticas se constituem em esferas promotoras de competência profissional e de recursos determinantes para a inserção do jornalista aracajuano no universo da comunicação política e para a ocupação de cargos dirigentes nesse setor, torna-se necessário que se saiba como se organiza a imprensa sergipana que forma os espaços onde os profissionais estudados atuam e constituem seus laços sociais que, conforme Coradini (2001), mais do que laços constituídos na atuação profissional, trata-se do uso de títulos profissionais em combinação com recursos de outras esferas que tornam-se fundamentais para o sucesso do sujeito em outra área de atuação.

3 *Domínio da linguagem midiática, competência comunicativa e habilidade para lidar com a comunicação de massa.*

Quadro V – Veículos midiáticos de Sergipe

Veículos de Comunicação	Nº	Grupos Midiáticos	Tipos de Veículos / Sede
TV Aberta	03	Sistema Atalaia de Comunicação	TV e rádio Atalaia AM; Megga FM (Aracaju); e rádio Cidade AM (Simão Dias)
TV por assinatura	02		
TV Pública	01	Fundação Aperipê	TV e rádio aperipê AM e FM / Aracaju
Rádios AM/OM	13	Grupo de Comunicação	
Rádios FM	21	Rádio Televisão de Sergipe	TV Sergipe e Sergipe FM / Aracaju
Rádios comunitárias	04	Rede Jornal de Comunicação	Correio de Sergipe, Rádio jornal AM e FM
Jornais	12	Total de Veículos de Comunicação: 57	
Revistas	02		

Fontes: <http://www.netpapers.com/jornais-por-estado/brasil/sergipe>;
<http://www.guiademidia.com.br/jornaisdosergipe.htm>.

O sistema de comunicação em Sergipe é formado por cinquenta e sete veículos midiáticos, sendo que os maiores e mais representativos estão sediados na capital e encontram-se sob o domínio de lideranças políticas locais e grupos familiares, como é o caso do Sistema Atalaia de Comunicação e da Rádio e Televisão de Sergipe. Esses dois grupos são os mais abrangentes do Estado e seus proprietários são irmãos, sendo que um deles é o conhecido político Albano Franco, que entre outros cargos eleitorais, já ocupou a posição de governador e senador. Já o terceiro grupo, a Fundação Aperipê de Comunicação, destaca-se principalmente por pertencer ao governo estadual. Há ainda o quarto grupo, a Rede Jornal de Comunicação, composta por três rádios e um jornal, os quais estão sob o controle do político João Alves Filho, o atual prefeito de Aracaju e ex-governador do Estado. A mídia em Sergipe é, segundo Melo (2013)⁴, um caso típico do

4 <http://donosdamidia.com.br/estado/28>

que acontece na mídia brasileira como um todo, em que ela é comandada por coronéis eletrônicos, ou seja, grupos políticos ou familiares têm o poder, não apenas econômico e financeiro, mas também têm o controle midiático.

Como podemos observar, o mercado midiático em Sergipe é restrito e caracteriza-se por ter grupos políticos em seu comando. Então, é comum que jornalistas que trabalham em algum veículo de comunicação sejam recrutados para assessorar a campanha eleitoral do dono do veículo. Esse foi o caso da assessora de imprensa do PSB, que trabalhava no jornal Correio de Sergipe como editora política, quando João Alves Filho, político e dono do jornal, pediu ao diretor que indicasse alguém para colaborar na assessoria de imprensa da sua campanha a governador do Estado em 2002, e o diretor a indicou. Foi através desse trabalho que ela se inseriu na assessoria de imprensa política de Aracaju e, a partir de então, já fez vários trabalhos nesse setor, tanto para órgãos públicos, quanto para políticos e hoje faz assessoria para o PSB e para o senador Valadares do mesmo partido.

Quando cheguei aqui, um amigo me apresentou ao diretor do Correio de Sergipe e fui logo contratada, pois estavam precisando de alguém para o editorial de política. Um ano depois, João Alves, que é o dono do jornal, pediu ao diretor para indicar alguém com experiência em política para assessorar sua campanha a governador do Estado e eu fui indicada, pois além de fazer o editorial de política do jornal, também já tinha trabalhado como estagiária em uma campanha política em Maceió.

Há ainda aqueles que conheceram o assessorado através de uma entrevista realizada durante o período eleitoral para o veículo onde trabalhavam e mais tarde foram convidados para fazer a as-

sessoria do político entrevistado. Também têm os que receberam o convite para fazer assessoria de comunicação por terem se tornado conhecidos no meio jornalístico e político, através de seu trabalho em editoriais de política. Como podemos observar no relato a seguir:

Fui convidado pelo deputado para ser seu assessor depois de longos anos de experiência escrevendo sobre política em jornais locais e em diversos cargos nas empresas privadas e públicas. Inclusive o conheci quando trabalhava como repórter e apresentador de telejornalismo na TV Sergipe onde fiz uma entrevista com ele, que na época era candidato a deputado estadual. Depois disso, fui trabalhar como assessor de comunicação na Secretaria de Educação e ele era amigo do secretário e sempre aparecia por lá, então a gente acabou ficando amigo, e quando ele se candidatou a deputado federal queria alguém com experiência em jornalismo político para assessorar sua campanha e me convidou, bom, ele se elegeu e continuei sendo seu assessor de imprensa.

3 - Paixão Pela Comunicação, Vocação e Competência Jornalística

No desenvolvimento dessa pesquisa, pudemos observar que há uma preferência da esfera política por profissionais que dominam as técnicas jornalísticas e conhecem as rotinas da imprensa. De acordo com Duarte, Costa e Schmitz (2012), que também pesquisaram a temática, essa demanda por profissionais com diplomas em jornalismo e, preferencialmente, que tenham experiência nas redações de jornais, rádios e TV, é explicada pelo fato de que esses profissionais, além de saberem escrever um bom texto jornalístico, também conhecem as rotinas midiáticas, sabem identificar o que interessa ou não à mídia, oferecendo, as-

sim, aos jornalistas excelentes textos jornalísticos, prontos para serem veiculados. Tal afirmação pode ser constatada no depoimento da diretora de imprensa da assembleia legislativa:

Bom, quando o jornalista vai exercer uma assessoria de comunicação, a experiência que você adquire antes nas redações é muito importante. Até mesmo pra você saber como funciona o jornal, a hora que fecha o jornal, como é aquele veículo, o que é que pode entrar como pauta, o que não pode, como tornar uma informação publicável, qual a linha, qual o tom a utilizar, tudo é experiência e vai contribuir para que seu release seja publicado (Entrevista realizada em 2012).

A preferência por profissionais com experiência midiática fica mais nítida ainda quando notamos que, do conjunto dos entrevistados durante esse trabalho, 80% tiveram experiência profissional nas redações antes de ingressarem na esfera da comunicação política. Desse total, 60% (06) atuaram em editorial de política e 30% trabalharam com programas de entrevistas em rádios e TV. Outro indício dessa preferência é que identificamos 84 assessores de imprensa política atuando no Estado de Sergipe, dos quais 62,2% são jornalistas por formação ou por atuação nas redações, enquanto que 37,8% exercem outras atividades e têm uma formação diferente. Ressaltamos, aqui, que esse percentual de assessores não jornalistas encontra-se principalmente nas assessorias de comunicação dos municípios que estão mais distantes da capital, como já observado anteriormente, tanto na capital quanto nos municípios próximos a ela, as secretarias de comunicação são compostas prioritariamente por jornalistas. A fala da assessora de imprensa do PSB e do assessor de imprensa de um deputado federal explicita bem tal preferência:

- Bom, a experiência conta muito na hora de você ser contratado. Quando me formei, que fui procurar emprego, distribuir currículo por tudo quanto foi veículo de comunicação de Maceió, então o que é que aconteceu, levei muitos nãos na cara e um diretor me disse: olhe se eu tiver que contratar alguém pra pagar o piso, eu vou procurar alguém com experiência, não vou pegar você que é 'verde'. Até mesmo para atuar em uma assessoria de imprensa você tem que ter experiência em redação. Porque eles preferem alguém mais experiente, que já sabe como tudo funciona. (assessora de imprensa do PSB)

- Para se trabalhar em uma assessoria de imprensa jornalística a prática é extremamente útil, principalmente a do jornalismo político, porque você leva a experiência da redação para a assessoria e isso te ajuda bastante. Então, o político que te faz um convite para assessorar sua carreira, olha muito isso também, não é só por amizade. (assessor de imprensa de um deputado federal)

Dessa forma, podemos afirmar que os políticos preferem em suas assessorias de imprensa ou nas secretarias de comunicação o jornalista experiente, pois “a competência comunicativa, a habilitação para lidar com a comunicação de massa, torna-se elemento precioso para a esfera política” (GOMES, 2004: p. 76). Que competências os próprios jornalistas consideram necessárias para a entrada no jornalismo e posteriormente na assessoria de comunicação? Quando questionados sobre isso, várias foram as respostas, mas houve uma predominância nos discursos que ainda consideram que o jornalismo é “vocação”. Compartilham dessa posição o secretário de comunicação do estado, a diretora de imprensa da Alese, dois assessores de parlamentares e a assessora de imprensa do PT, o que soma 50% do universo. O

depoimento da assessora de imprensa do PT ilustra bem o discurso do jornalismo como vocação:

Por que escolhi o jornalismo? Por vocação, porque acredito que você tem que ter vocação para o que está fazendo, senão desiste na primeira dificuldade. E para você ser jornalista tem que ter vocação, gostar mesmo do que está fazendo. Pois ser jornalista não é só glamour, é muito mais ralação. Porque se você quer ser um bom jornalista, tem que trabalhar muito, final de semana, feriado, não importa, porque a notícia não tem hora nem local marcado para acontecer, ela simplesmente acontece e você tem que ir atrás. E o salário do jornalista, principalmente para quem está começando, não é muito animador, então ter vocação para o jornalismo é importante porque faz você seguir em frente e querer fazer um bom trabalho, mesmo com todas as adversidades da profissão.

De acordo com o texto “Política como vocação”, de Max Weber (2006), a raiz da vocação em sua expressão mais elevada é o domínio em virtude da dedicação dos que obedecem ao carisma exclusivamente pessoal do líder. Ele diz ainda que os homens não obedecem ao líder em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. Dessa maneira, pode-se entender a “vocação” como um chamado para o homem realizar algo pelo simples fato de acreditar nisso, independentemente de outros fatores externos. Só assim as outras pessoas poderão confiar no trabalho que ele exerce. Entende-se, igualmente, que o jornalista vocacionado se sente atraído para aquilo que considera belo, grandioso, importante e necessário que se faça. A “vocação” é sempre vista como algo que se pode fazer de útil para os outros, ela tem sempre essa dimensão da “alteridade”, é sempre “alter”, isto é, é sempre voltada para o outro, é um serviço, uma doação. Para

se doar é necessário não deixar que fatores externos se sobressaíam sobre esse “chamado” e sobre o que é correto. A assessora de imprensa do PT procura deixar isso bem claro quando em seu discurso faz referência ao baixo salário do jornalista e à rotina da profissão.

Ainda houve alguns jornalistas que disseram que o jornalismo é paixão, “e paixão não se explica”, disse o assessor de imprensa de um deputado estadual. A assessora de comunicação da câmara de Aracaju também se referiu à sua escolha pelo jornalismo e sua atuação em assessorias de imprensa como “paixão” pela comunicação: “Sou apaixonada pela comunicação como um todo, sempre gostei de falar muito, escrever, de me comunicar”, disse ela. Já o secretário de comunicação do município credita a sua escolha pelo jornalismo ao seu gosto pela leitura e escrita. “Sempre gostei de ler e escrever, quando adolescente participava de concursos de redação e poesia, porque adorava escrever”. É importante notar aqui que, além de considerar o jornalismo uma “paixão”, esses atores consideram a atividade um caminho natural para quem gosta de ler e escrever, ou seja, uma atividade intelectual, que está ligada às origens sociais mais elevadas.

Já quando perguntados sobre por que decidiram trabalhar em assessorias de imprensa, o discurso inflamado sobre “paixão e vocação” foi amenizado e 90% deles responderam que foi por causa dos melhores salários ou para complementar a renda, já que o jornalismo paga pouco e só com o salário de jornalista de redação não dá para viver. É o que alega o assessor de imprensa de um senador que, além da assessoria parlamentar, apresenta um programa na Ilha FM e escreve para um jornal de Itabaiana:

A comunicação institucional e parlamentar tem um salário melhor do que os veículos de comunicação e como o jornalista sergipano ganha mal, a gente se vira exercen-

do duas ou mais funções. É claro que não é o ideal, mas grande parte dos jornalistas faz isso, para que tenha uma renda melhor.

Essa é a mesma justificativa para o assessor de imprensa do MD, que exerce assessoria não só para o partido, mas também para um deputado estadual e para um suplente de senador, afora as atividades como diretor e editor-geral do jornal A Notícia. Esse é o caso de 60% dos assessores entrevistados que trabalham ao mesmo tempo em assessorias de imprensa política de parlamentares ou de partidos políticos e como jornalistas nas redações de rádio, jornal ou TV. Quando questionados sobre quais as competências importantes para que um jornalista se insira e cresça na hierarquia da comunicação política, 80% do universo foram categóricos ao afirmarem que a experiência em redações e a competência técnica aliada ao diploma em jornalismo são imprescindíveis. Como podemos ver nos depoimentos a seguir:

A experiência como jornalista é fundamental em qualquer atividade, e o jornalista aprende a técnica através da prática, no dia a dia, e quando assume uma assessoria de imprensa essa experiência é essencial. Quando você assume uma assessoria de um político ou até mesmo de um órgão público, além da experiência na TV, no rádio ou jornal, é essencial que você tenha também o conhecimento teórico da profissão, pois ele te dará suporte para a prática, além do conhecimento técnico de leis, de sanções, tramitações, de projetos de constituição federal, etc. Então não é só a experiência que conta, eu também tenho que buscar o conhecimento acadêmico (assessor de imprensa de um senador).

Alguns entrevistados também afirmaram que ter trabalhado em uma redação se constituía em importante requisito para

a assessoria de imprensa política, porque isso facilitaria o trabalho de assessoria, principalmente no que diz respeito à intermediação entre o assessorado e a mídia, pois segundo eles, o jornalista sabe que caminhos trilhar, o que fazer para as informações de seu assessorado chegar até à mídia, além de abrir portas na imprensa na hora de enviar um release que terá muito mais chances de ser publicado se você conhece o pessoal da redação. Nas palavras de Gomes, “os assessores de comunicação são selecionados por sua capacidade de fazer gestões em redações a favor de seu empregador no campo político” (2004: p. 156). É o que ressalta os depoimentos a seguir:

Eu considero a experiência em redações jornalísticas muito importante para se atuar em uma assessoria de imprensa ou comunicação, porque o jornalista sabe os caminhos a seguir para as publicações do assessorado, sabe com quem entrar em contato nas redações, que dará mais atenção ao seu release e até na qualidade do texto, para poder se tornar mais claro para a compreensão da sociedade e até de como tornar um texto apto para uma publicação jornalística (secretário de comunicação de Aracaju. Entrevista realizada em 2012).

Você ter trabalhado em uma redação antes de exercer a assessoria de imprensa é muito importante, porque abre caminhos nas redações, já que quando você precisa fazer uma publicação do seu assessorado, conhecer os colegas de profissão que atuam em redações facilita. Há também o fato do conhecimento do trabalho redacional e, como você já sabe qual o assunto que interessa à mídia e como ele deve ser abordado, facilita na hora de enviar um release e amplia as chances de publicação (Coordenadora de comunicação da câmara municipal. Entrevista realizada em 2012).

Os depoimentos acima são reveladores da importância que os laços sociais estabelecidos no interior das redações jornalísticas, conjugados com as “competências técnicas” (experiência profissional e formação superior 80% são formados), assumem como um recurso que facilita a mobilidade profissional de um setor de atuação a outro, assim como no recrutamento e na legitimação da ocupação de cargos públicos (PETRARCA, 2007; 2009; LEGRAVE, 1996). Apenas 20% do universo não tiveram experiência prévia em redações, já iniciaram sua vida profissional na assessoria de imprensa ou no marketing político, esses são os casos da assessora de imprensa do PT, que está se formando em jornalismo e não tem nenhuma experiência em redação, seus estágios foram todos em assessoria de imprensa de órgãos públicos e do secretário de comunicação do estado, que começou sua vida profissional na assessoria de imprensa e marketing.

3 - Militância Associativa e Partidária e Ingresso na Comunicação Política

Temos demonstrado no decorrer desse texto, que a entrada do jornalista aracajuano na comunicação política se dá a partir do acúmulo de múltiplos recursos, angariados nas diferentes esferas de vida, entre as quais se encontra a própria esfera política. A qual, segundo Petrarca (2007), colabora não só para o acúmulo de recursos, mas também para a ampliação do espaço da atuação jornalística e aumento dos aspectos subjetivos do conhecimento. Segundo ela, o modo particular de relacionar a competência jornalística com a militância política resulta muitas vezes em convites para assessorias de imprensa política e para a ocupação de cargos em instituições governamentais.

O assessor de imprensa do Partido MD (Mobilização Democrática) é um exemplo clássico de tal afirmação. Esse jornalista tem em sua trajetória uma ampla militância política em movimentos estudantis, sindicato profissional e partido político. Em seu percurso observa-se a participação ativa na direção do DCE (Departamento Central dos Estudantes) na Universidade Federal da Paraíba onde estudou economia⁵, liderou também o centro acadêmico de jornalismo da UNIT (Universidade Tiradentes – Aracaju), é membro ativo do Sindijor, do qual já foi presidente. Também foi filiado a um partido político, o PRP (Partido Republicano Popular) do qual foi vice-presidente⁵.

Em seu trajeto profissional já atuou como radialista, editor político, repórter e apresentador de telejornal e trabalhou em diferentes veículos midiáticos do estado, entre os quais: TV Caju, Jornal da Cidade e Rádio Aperipê. Como assessor de comunicação já atuou em vários órgãos governamentais do estado e do município (Secretaria de Estado da Saúde, Emsetur, Deso, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Educação, SMTT, etc.), sempre a convite pessoal dos secretários ou presidentes dos referidos órgãos, que eram seus amigos, os quais ele conheceu a partir de sua militância política ou através de suas atividades no interior das redações e como assessor de imprensa de instituições públicas. Na época da entrevista (2012), atuava como assessor de imprensa de um partido político e de um parlamentar, além de dirigir um jornal semanal.

Quando questionado sobre como se deu a sua inserção na comunicação política, ele inicialmente declarou que foi por causa de sua competência profissional e de sua intensa atividade

5 Conforme já informado anteriormente, ele veio da Paraíba para Aracaju trabalhar num jornal local, ao chegar aqui concluiu o curso de jornalismo na UNIT.

jornalística em diferentes veículos midiáticos que, segundo ele, é o que mais conta na sua carreira. Porém, logo em seguida diz que começou a convite político, como podemos verificar no depoimento abaixo:

Comecei como assessor de imprensa política, por causa da minha atuação no jornalismo político em rádios, editorial político de jornal e telejornalismo, o que me deixou conhecido... Minha primeira experiência foi quando era vice-presidente do PRP e o partido fez uma coligação partidária para a eleição municipal e como eu já era conhecido como jornalista político, fui indicado na própria reunião de coligação para assessorar a campanha. De lá para cá, já fui assessor de comunicação de vários órgãos do governo... Hoje sou assessor de imprensa do MD, a convite do presidente do partido que é meu amigo desde quando fazíamos parte do PRP e também assessoro um suplente de senador, que me convidou por indicação do ex-deputado federal João Fontes, com quem já trabalhei (entrevista realizada em 2012).

Durante a entrevista, o referido assessor tenta o tempo todo chamar a atenção para sua competência profissional (adquirida na atuação em editoriais de política, jornalismo televisivo e programas políticos em rádios) como principal responsável por sua entrada no universo da comunicação política. Entretanto, destaca em seu discurso como a militância política em movimentos sindicais e em partidos políticos contribuiu positivamente para seu ingresso e permanência no referido universo. Segundo o mesmo, a experiência política contribui para o bom desenvolvimento da referida atividade:

Em minha opinião, ninguém melhor para falar de política do que aquele que está engajado em um partido ou em um

sindicato e que sabe como sua estrutura funciona. Então, para um jornalista que quer trabalhar no editorial de política de um jornal, ele tem que ter essa experiência, para que não fique só na teoria. Pois, assim, quando ele escrever um artigo sobre política ou até mesmo entrevistar um político, vai ter segurança do que está falando, porque tem um conhecimento prático e não só de leituras e de ouvi falar (entrevista realizada em 2012).

O secretário de comunicação da prefeitura de Aracaju também comunga com essa ideia. Segundo ele, ter sido filiado a um partido político o ajudou a falar/escrever com mais propriedade sobre política. Inclusive foi através da sua militância partidária que teve a primeira experiência na comunicação política, quando no ano de 1992, o PCB, partido ao qual era filiado, apoiou a candidatura de Mitidieri do PMDB a prefeito de Aracaju e esse, que o conheceu nas reuniões da coligação, o convidou para assessorar sua campanha:

A minha experiência como filiado de um partido político foi muito importante para a minha formação, não só como cidadão, mas também como jornalista, principalmente quando escrevo sobre política, isso contribui para que eu tenha convicção do que estou falando. Outra coisa que também me ajudou muito a formar uma opinião sobre política e na hora de escrever ser contundente no que estava dizendo, foi ter me candidatado a presidente do Sindijor e ter concorrido a uma eleição sindical, embora tenha perdido, foi muito importante porque ampliou minha visão do que é todo esse processo eleitoral e passei a ter um conhecimento mais profundo da política, o que é fundamental na hora de escrever um editorial político (entrevista realizada em 2012).

Ele ainda diz que sente falta de não ter participado de um grêmio estudantil na sua juventude, pois se tivesse feito isso, com certeza sua visão de mundo seria muito mais ampla. Contudo ele ressalva que não fez isso por falta de oportunidade, pois como a maior parte de seus estudos foi em escola particular e a graduação também foi particular, não teve a oportunidade de fazer isso, mas diz que é importante para o jornalista se engajar em algum movimento social, pois isso, com certeza, contribuirá para que tenha uma visão mais ampla do mundo e lhe dará mais recursos para que tenha propriedade do que fala, pois a convicção, o conhecimento intenso da causa, é muito importante na hora de escrever. Conforme Coradini (2001) e Petrarca (2007), é exatamente a forte imbricação que existe entre certas profissões e a política que dá sentido à ação dos atores e possibilita a reconversão das relações estabelecidas nas duas esferas em recurso tanto profissional quanto político.

Do total dos jornalistas aqui mencionados, 60% deles participam como associados do sindicato dos jornalistas e dois deles já foram candidatos a presidente do Sindijor e um deles (assessor de imprensa do MD) conseguiu eleger-se. No que diz respeito à militância e associativismo em partidos políticos ou agremiação estudantil, 40% do total (04) em algum momento de sua vida participaram ativamente de movimentos estudantis ou de partidos políticos, dois dos quais são os secretários de comunicação de Aracaju e do estado. Os outros dois são assessores de imprensa partidária (PT e MD), vale fazer uma ressalva aqui, que a assessora de imprensa do PT filiou-se espontaneamente (não foi exigência) ao partido após tornar-se sua assessora de imprensa. Quanto à experiência anterior em militância política (grêmios estudantis, sindicatos e partidos), ela diz nunca ter participado. Em relação à sua entrada na assessoria do partido, se

deu através de uma seleção, em que ela e mais dois candidatos escreveram um artigo sobre política e o dela foi escolhido, portanto, não está relacionado à militância, mas sim à competência profissional, ou seja, ao domínio da linguagem jornalística.

Já os outros três tiveram significativas participações em movimentos estudantis, sindicatos profissionais e partidos políticos. E quando questionados sobre a importância de tais vínculos com a política, afirmaram ser de grande valor, pois participar de um movimento político contribui para o entendimento da conjuntura política de nosso país e o jornalista que lida com a política diariamente tem que entender do assunto e nada melhor do que participar ativamente de um movimento social ou partido político para ampliar seus conhecimentos. Neste sentido, Gomes (2004) explicita em seus pressupostos que a esfera política busca um agente dotado de competência jornalística e de conhecimento político, para atuar em sua assessoria de comunicação.

No decorrer desse texto, demonstramos através de dados empíricos, que é o acúmulo de múltiplos recursos e a combinações entre eles que garantem a entrada e permanência do jornalista aracajuano na assessoria de imprensa política. Esse acúmulo de recursos é garantido ao sujeito, através de sua inserção em diferentes esferas de vida, entre as quais se destacam a esfera familiar (origem social elevada), a escolar/acadêmica, a profissional (redações midiáticas) e a política – formada por partidos, movimentos sindicais e agremiações estudantis. Constatamos, assim, que dentre os variados recursos acionados pelos jornalistas para sua entrada na comunicação política, os que mais se destacaram nessa pesquisa foram a experiência profissional e os vínculos advindos das redações, da militância política e da esfera escolar.

Verificamos ainda que apesar de o diploma ter sido considerado pela maioria dos entrevistados como importante para

a valorização da profissão, percebeu-se que ele só adquiriu importância como recurso para entrada na comunicação política quando esteve aliada à prática jornalística e a uma ampla rede de relações. O recurso com maior peso ficou por conta das redações, pois o universo político valoriza mais a experiência profissional quando procura um assessor de imprensa, é o que indica a preferência da esfera política por jornalistas que estão na faixa etária acima dos 35 anos. Característica que não foi explorada no decorrer desse capítulo, pois não fazia parte de nossos objetivos, mas que merece atenção, já que de acordo com Petrarca (2007), tais dados associados a outros indicadores (inserção profissional, origem, formação acadêmica...) demonstram características importantes sobre a forma de recrutamento dos jornalistas.

De acordo como os dados aqui apresentados, a diferença etária entre o jornalista mais velho e o mais jovem é de 30 anos, o que além de ser um indício da preferência do universo político por jornalistas mais experientes, demonstra uma grande mudança na forma como esses agentes percebem o jornalismo e suas práticas, visto que nesse espaço de três décadas ocorreu uma mudança substancial não só em relação ao papel do jornalista na sociedade, mas também no que diz respeito ao seu espaço de atuação. Como já explicitado no primeiro capítulo, há 30 anos o jornalista que atuava em assessoria de imprensa era mal visto pelos colegas de redação, houve também a inovação tecnológica no setor jornalístico que contribuiu para a redução das atividades redacionais, mas em contraposição, com o advento da internet, houve uma ampliação do espaço de atuação com o surgimento do jornalismo online.

Não podemos esquecer também que os jornalistas com mais de 50 anos vivenciaram as mais importantes mudanças políticas e sociais ocorridas no país nas últimas cinco décadas, período

em que o Brasil viveu sobre o regime militar e depois passou pelo processo de redemocratização, viveu o movimento das Diretas Já, alguns anos depois vivenciou o movimento Fora Collor e acompanhou os altos e baixos da economia, o processo de globalização mundial e da evolução tecnológica. Enquanto que os jornalistas com menos de 30 anos nasceram e cresceram sobre o regime democrático, em que a imprensa e os cidadãos gozam plenamente do direito à livre expressão e vivem num mundo totalmente tecnológico e globalizado e os acontecimentos sociais percorrem o mundo no instante em que acontecem e a notícia é transmitida ao vivo pelos meios de comunicação de massa tradicional e pela internet. Todas essas transformações ocorridas na sociedade brasileira afetaram diretamente a esfera jornalística e a visão do próprio jornalista sobre a prática profissional, como podemos conferir nos depoimentos abaixo, sobre a obrigatoriedade do diploma:

Apesar de considerar a formação importante, porque lhe dá uma visão acadêmica da profissão, não considero o diploma essencial para o exercício do jornalismo, ou da assessoria. Porque o que importa mesmo é a vocação, é você gostar do que faz. Então considero a prática muito mais importante, pois é no dia a dia que você aprende fazer jornalismo, aliás, em toda e qualquer profissão é na prática que você realmente aprende a fazer (ass. de imprensa de um dep. federal, 55 anos, e formado em Ciências Contábeis. Entrevista realizada em 2012).

Todo trabalho tem uma técnica, um método, a medicina, o direito, o professor... Tudo exige uma formação, por que não o jornalismo? Digamos que uma pessoa pega uma assessoria, por exemplo, e não conhece essa técnica, como ela vai saber administrar as informações? Saber o que interessa ou não à mídia? Como é que ela vai saber mon-

tar uma pasta? Fazer um release? Então, até por questão de metodologia mesmo, acho que a formação acadêmica é essencial tanto para o jornalista que está em uma redação, quanto para o que atua em uma assessoria de imprensa (assessora de imprensa do PT, 25 anos. Entrevista realizada em 2012).

Nota-se, nos depoimentos acima, como as mudanças supracitadas contribuíram para a visão que os jornalistas têm da própria profissão, enquanto o mais experiente fundamenta seu discurso na prática redacional, o mais jovem baseia-se na técnica adquirida nos bancos acadêmicos que está presente nas disputas legais pela obrigatoriedade do diploma.

Considerações finais

Esse estudo teve como principal objeto de investigação a importância dos recursos sociais para a inserção do jornalista aracajuano na assessoria de imprensa política e para ocupação de cargos dirigentes em secretarias de comunicação e departamentos de imprensa no setor governamental e parlamentar. Os resultados da pesquisa empírica apontam alguns modos predominantes de acesso às assessorias de imprensa na esfera política, a saber: interferência dos vínculos oriundos da esfera escolar, da origem familiar, da militância política e da atuação profissional em editoria política de jornais locais.

Assim, a partir da análise biográfica das trajetórias do conjunto dos jornalistas aqui estudados, foi possível observar que é a diversidade de recursos angariados nas múltiplas esferas de vida em que o jornalista está inserido e a combinação entre eles, que promovem o crescimento hierárquico nesse setor e conduzem aos cargos mais cobiçados da comunicação social no universo político.

Destacaram-se os recursos oriundos da atuação profissional nas redações jornalísticas e nas relações com as fontes de informação, os impetrados pela intensa militância política estudantil e partidária e os oriundos das origens sociais e formação acadêmica. Tais recursos caracterizam-se como uma garantia de sucesso na atuação do jornalista em outro setor da comunicação, uma vez que permitem uma vasta rede de relações sociais passíveis de serem mobilizadas sempre que necessário para diversificar o espaço de atuação do jornalista, especialmente no que se refere ao âmbito político. Dessa forma, convém lembrar que uma ampla agenda de endereços e vínculos em diferentes espaços sociais, além de fornecer informações privilegiadas ao jornalista, facilita o acesso a certas posições dentro ou fora das redações (PETRARCA, 2009).

Através dos trajetos estudados, percebeu-se que há um alto investimento na formação acadêmica em jornalismo e em cursos de especialização em comunicação e marketing. O que nos leva a crer que há certa valorização do diploma jornalístico e do saber acadêmico pelo universo político. Vale ressaltar que a atuação na assessoria de imprensa política e na ocupação de cargos dirigentes está diretamente relacionada à competência profissional adquirida na experiência prévia nas redações e à influência dos laços sociais. O que deixa explícito que o diploma, por si só, não se constitui em um recurso preponderante que garanta o acesso e o sucesso profissional nesse espaço de atuação jornalística, visto que o título de graduação é apenas um requisito mínimo de “nivelamento” cultural. Ou seja, a inserção nesse espaço profissional não se deve apenas ao diploma, pois para que esse funcione como requisito tem que estar articulado aos recursos ancorados nas redações jornalísticas, nas relações com as fontes de informação, e com aqueles obtidos pelo engajamento militante em movimentos sociais e partidários. Pois nenhum recurso fun-

ciona individualmente, uma vez que eles só adquirem importância se associados com outros recursos (Petrarca, 2009). A partir de tais concepções, percebe-se que a imbricação das modalidades de utilização dos recursos escolares e das competências profissionais com a militância estudantil, sindical e partidária está relacionada aos respectivos recursos adquiridos com base em vínculos estabelecidos por meio da inserção dos atores em diferentes universos sociais no decorrer de seus itinerários escolares, militantes e profissionais.

Outro aspecto observado foi a mobilização de recursos oriundos da origem familiar, que em certos momentos funcionam como trunfo para a ocupação de cargos de chefia. Através da análise, evidenciou-se que tais recursos só são reconvertidos em posições hierárquicas no interior da comunicação política, através dos laços sociais com atores políticos. Conforme Petrarca (2009), a origem social elevada, mais do que representar uma posição no espaço social e uma condição culturalmente dominante, possibilita o acesso a um conjunto de recursos, contatos e aproximações com pessoas que podem ser acionadas como recurso para a inserção no mercado de trabalho ou para a ascensão durante o trajeto profissional. Tais relações são sempre mediadas tanto pelos processos e recursos objetivos quanto pelos recursos subjetivos, que diz respeito às disposições e competências adquiridas pelos sujeitos no decorrer de seu percurso social, escolar e profissional (BOURDIEU, 1987; 1997; 2007).

De tal modo, foi possível demonstrar que o uso de competências jornalísticas está respaldado em recursos e práticas profissionais que resultam da articulação entre posição social, formação universitária e inserção em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Demonstrou-se também a relatividade

dos recursos obtidos pelos sujeitos em questão, pois eles assumem maior ou menor valor, conforme a esfera social em que os atores estão inseridos, segundo a forma como combina os diferentes tipos de recursos e o contexto em que eles os acionam a seu favor. Para concluir, pode-se dizer que a inserção dos jornalistas entrevistados na comunicação política, e os postos por eles alcançados, só se tornaram possível através da combinação de diferentes recursos, que quando bem articulados, leva o sujeito à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e na esfera da comunicação política. Segundo Legavre (1996), quaisquer que sejam os recursos, eles não funcionam como “coisas em si”, é preciso que estejam associados entre eles, isto é, não funcionam sozinhos, pois não devem ser vistos como meros instrumentos para atingir determinado fim. Por outro lado, as redes de relações tiveram peso fundamental para o sucesso dos jornalistas na assessoria de imprensa política, visto que o sucesso desse profissional em qualquer área de atuação depende desde o início de uma sólida agenda de endereços e laços que abram determinadas portas na profissão (PETRARCA, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade – Tratado e Sociologia do conhecimento**. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 1987.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Cultura e política. In: **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RG: Zouk, 2007.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. "O campo científico". in: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 122-155.

_____. **La Noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Editions de Minuit, 1989.

CORADINE, Odaci Luiz. Engajamento Associativo Sindical e Recrutamento de Elites Políticas: Tendências Recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28. p. 181-203, jun., 2007.

_____. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, n. 1-2, p. 199-215, 2001.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e dos conhecimentos formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ano 11, n. 31, jun., 1996.

_____. **Professionalism: the third logic**. Cambridge: Polity Press, 2001.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carrière Politique. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). **Les Élités Socialistes au Pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'État**, 1981-1985. Paris: PUF, 1985. p.105-138.

ION, J. Modes d'engagement ET savoirs associatifs: petit coup d'œil dans le retroviseur. In: LOCHARD, I & SIMONET-CUSSET, M. **L'expert associatif savant e le politique**. 2004, p.21-26.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: Disposições e Variações Individuais. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LE CAM, F. RUELLAN, D. Professionnalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de comparaison. In: LEGRAVE, J.B. **La presse écrite**: objets délaissés. Paris: L'Harmattan, 2004.

LEGAVRE, Jean-Baptiste. **D'un groupe à l'autre. Le passage de l'expertise en communication à la pratique politique professionnelle** - Politix, Année 1996, v. 9, n. 35. p. 131 - 148. Disponível em: <<http://www.persee.fr>> Acesso em ago. de 2012.

MERCKLÉ, Pierre. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2004.

MÉON, J. M. Logiques e couts d'um investissement militant. La croisa-de de Fredric Wertham contre lês comic books: la mise em scène d'une psychiatrie sociale ET engagée. In: HAMMAN, P. ET all. **Discours Savants, discours militants: mélange des genres. L'harmattan**, Paris: 2002, p. 225-250.

NASCIMENTO, Lerisson C. Um diploma em disputa: a obrigatoriedade do diploma em jornalismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 141-150, jan./jun. 2011. Disponível em: <www.academia.edu/Um-diploma-em-disputa-a-obrigatoriedade-do-diploma> Acesso em dez. de 2012.

NEGREIROS, Davys Sleman de. Mídia e política: a metamorfose do poder. **Revista Espaço Acadêmico** - Ano II, n. 19 - dez. de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/019/19cnegreiros.htm>> Acesso em out. de 2012.

NEVEU, Érick. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Wilson José. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, pp. 751 a 777, 2008.

_____. **“Paixão Pela Natureza” Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul Entre 1970 e o Início dos Anos 2000**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.phpnrb=000526042&loc=2006&l=bf2bb6bbdbcf3022>> Acesso em mai. de 2012.

_____. **L'engagement individuel entre structures et intention**. In: *L'action altruiste*. Paris-Genève: Droz, 1998.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10761>> Acesso em jul. de 2010.

_____. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. In: **Política & Sociedade**, n. 13, out. de 2008.

_____. Atuação Profissional, Recursos Políticos e Padrões de Investimento no Jornalismo no Rio Grande do Sul - **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.14, n.26, p.169-189, 2009. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/1323/1058> Acesso em mar. de 2011.

RIEFFEL, R. **L'élite des Journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

RUELLAN, Dennis. **Corte e costura do jornalismo**. In: LÍBERO – Ano IX – n. 18 – Dez 2006. p. 31-40. Disponível em: <<http://www.revistas.universciencia.org/index.php/libero/article/viewArticle/4619>> Acesso em jun. de 2012.

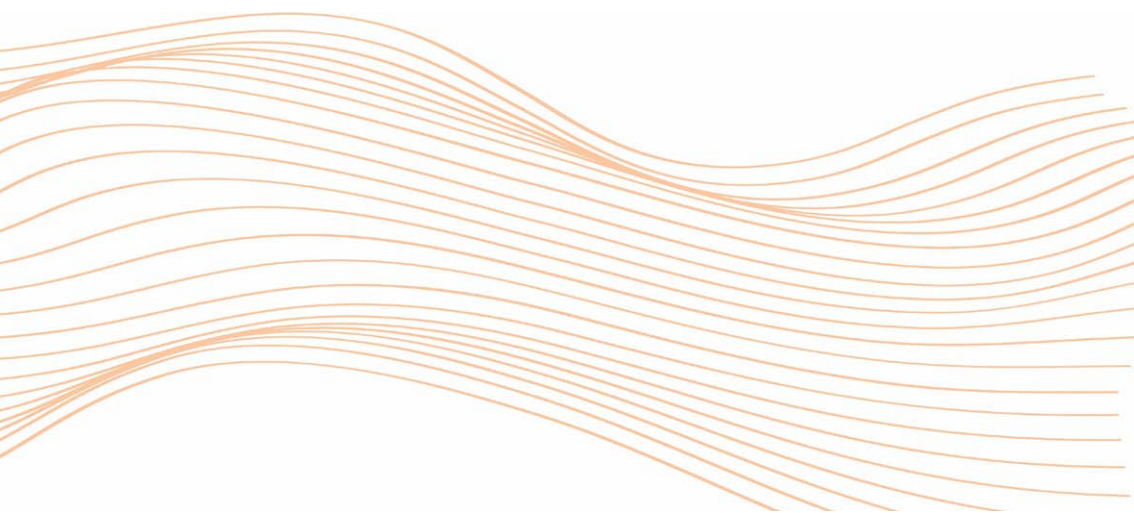
SAWICKI, Frédéric. **Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement** In: La politisation, p. 123-146, Paris, Belin: Socio-histoires, 2004.

SEIDL, Ernesto. **Diposições a militar e lógica de investimento militantes**. In: Pró-Posições, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio/agosto. 2009.

SIMEÁNT, J. Friches, Hybrides ET contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes de discours savants. In: HAMMAN, P. ET al. **Discours Savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: L'harmattan, 2002.

VIZEU, Alfredo e ROCHA, Heitor. **Diploma em Questão**. Carta aberta em defesa do jornalismo. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/.../carta_aberta_em_defesa_do_jor...> Acesso em jan. de 2012.

WEBER, Max, **Ciência e Política - Duas Vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e de Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2006.



CAPÍTULO 02

REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS E ATUAÇÃO DE JORNALISTAS EM SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E ÓRGÃOS PARLAMENTARES

ISABEL ROCHA SOUZA

Introdução

O presente artigo está inserido em um contexto mais amplo e tem como objetivo apresentar alguns resultados de minha pesquisa de mestrado sobre os recursos sociais que caracterizam os processos de inserção e ascensão profissional de jornalistas no espaço da assessoria de imprensa política em Aracaju. Perante as restrições textuais, essa análise terá como ponto de partida a investigação sobre o papel das redes de relações no recrutamento desse profissional para dirigir pastas em secretarias de comunicação governamental e departamentos de imprensa parlamentar, tanto na esfera municipal quanto na estadual.

Objetiva-se especificamente compreender de que maneira as redes de relações congregadas à competência jornalística – adquirida no exercício profissional em diferentes esferas midiáticas – e a uma trajetória de militância política contribuem para a ocupação de cargos dirigentes em diferentes espaços, tais como: Secretaria de Comunicação (Secom) do Estado e do Muni-

cípio de Aracaju, Departamento de Imprensa e Divulgação (DID) da Assembleia Legislativa e Núcleo de Assessoria de Comunicação (NAC) da Câmara Municipal de Vereadores. Como método de coleta de dados, adotou-se a pesquisa biográfica com quatro jornalistas que exercem a função de secretário (a), de diretor (a) ou coordenador (a) de comunicação nos referidos setores, tendo por finalidade obter informações pertinentes às suas trajetórias sociais, políticas e profissionais.

O termo redes de relações tem sido utilizado pelas ciências sociais para designar as interações sociais estabelecidas em diferentes esferas da sociedade, com base em vínculos definidos por afinidades e interesses comuns (BOURDIEU, 1996). A primeira rede de relação do homem é a família, a qual lhe confere a socialização básica que se estende para outras redes sociais de interdependências, tais como: redes de amizades, de gênero, étnicas, econômicas, religiosa, profissional e políticas (BERGER e LUCKMAN, 1996). Nesse sentido, Mercklé (2004) define redes sociais “[...] como sendo constituída de um conjunto de unidades sociais e das relações que essas unidades sociais mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis” (p. 4 – tradução livre). Tais unidades, por sua vez, tanto podem ser indivíduos, grupos familiares, grupos de amigos ou organizações empresariais e associativas. As relações sociais entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, trocas de bens e serviços ou transmissão de informações. Tanto podem envolver interação face a face ou não, quanto podem ser permanentes ou episódicas.

Redes de relações sociais são, para Mercklé (2004), um conjunto de métodos, modelos e teorias utilizados pela sociologia e outras disciplinas, que toma por objetivo de estudo não os atributos individuais (idade, profissão, etc.), mas as relações entre indivíduos

e os elementos que essas relações oferecem para descrição, como as regularidades das trocas, a formação e a transformação do sistema de relação e seus efeitos sobre os comportamentos individuais. Assim, a partir desse contexto, entende-se que analisar a atuação do jornalista aracajuano na comunicação política a partir de sua sociabilidade é (re) colocar no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: “a interação social”. Tendo em vista que é através da interação com o outro que o homem se torna um ser social, que molda alguns dos atributos pessoais determinantes da identificação e reconhecimento social (BERGER e LUCKMAN, 1996).

A importância das redes de relações na atuação do profissional de jornalismo vem sendo discutida pela literatura francesa e por alguns autores nacionais (NEVEU, 2001; PETRARCA, 2007, 2008, 2009; RIEFFEL, 1984; RUELLAN, 2006) como uma necessidade objetiva e fundamental para a atuação e sucesso profissional do jornalista. Esses autores observam que o jornalismo é uma profissão que requer do sujeito um carisma especial, um modo particular de fazer amizades e ampliar contatos pessoais, passíveis ou não, de serem utilizados posteriormente como fontes de benefícios profissionais. Desse modo, os laços sociais vêm sendo destacados pela literatura pertinente como fundamental para a prática do ofício de jornalista. Segundo Petrarca (2009), “a consolidação e a gestão desse capital de relações sociais são fundamentais ao longo da vida profissional, permitindo o acesso à informação jornalística e a ascensão profissional” (2009, p. 173). Tais contatos são determinados pelas origens sociais do indivíduo, atuação em redações jornalísticas, a relação com os amigos de infância e/ou da época de escola, a participação em movimentos sindicais e políticos e relações com o estrangeiro (LEGAVRE, 1996; RIEFFEL, 1984).

O estudo das redes de relações revelou-se, assim, um componente importante para a compreensão dos processos sociais

e profissionais, que provocam a mobilidade do jornalista araca-juano para a comunicação política, especificamente no que diz respeito às modalidades de acesso a cargos dirigentes em secretarias de comunicação social e departamentos de imprensa em setores legislativos. Nesse sentido, conforme a já mencionada literatura, os laços sociais postos em disposições estratégicas, além de fornecer aos atores informações favoráveis sobre oportunidades de trabalho, também são concebidos como credenciais, que garantem as possibilidades individuais de aceder a recursos disponíveis através de suas redes de relações, além de reforçarem a identidade e possibilitarem o reconhecimento entre seus pares e publicamente no que diz respeito ao direito ao uso de determinados recursos.

A referida literatura tem destacado o estudo sobre as diferentes condições e modalidades de inserção e ascensão profissional do jornalista, além de demonstrar que nas lutas profissionais por classificação e por acesso a certas posições, especificamente as mais prestigiadas dentro do jornalismo, os atores comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional, decorrentes da origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade, como a política (BOURDIEU, 1984; CORADINI, 2001; PETRARCA, 2009). Partindo desses pressupostos mais gerais e das limitações presentes no texto, serão enfatizados aqui os usos das redes de relações instituídas nas diferentes esferas sociais¹ (familiar, profissional e política) com a finalidade de demonstrar de que forma

¹ Compreende-se que esferas sociais são um conjunto de espaços organizados, constituídos pela esfera familiar, acadêmica, profissional, religiosa e política, em que ocorrem as ações e interações sociais, onde os autores se definem, constroem redes de relações, e se destacam em relação aos outros (BOURDIEU, 1980; DUBAR, 1998; PETRARCA, 2007).

os vínculos sociais podem se constituir em trunfos fundamentais para a atuação jornalística em instituições governamentais e legislativas. Assim, com base na exposição de casos exemplares, esse estudo apresenta o modo como as redes de relações instituídas no núcleo familiar, nas redações jornalísticas e através da militância política resultam na intervenção profissional através de convites para administrarem secretarias de comunicação e departamentos de imprensa política.

1. Origens sociais, redes de relações e ocupação de cargos dirigentes

Como já salientado, os laços sociais e a formação de uma ampla agenda de endereços são fundamentais para o sucesso profissional do jornalista (NEVEU, 2001; PETRARCA, 2007; RIEFFEL, 1984; RUELLAN, 1992). Salientaremos aqui, através de um caso específico, como as origens sociais, especificamente as mais elevadas, são provedoras de redes de relações que podem vir a ser acionadas como recurso para a inserção e ascensão profissional em outra área de atuação jornalística. Segundo Rieffel, um amigo de infância, um conhecido da família, um vizinho ou um colega de escola/faculdade podem se transformar em uma espécie de guia, que apresentará o jornalista ao diretor ou dono de uma redação jornalística, ou ainda, poderá fazer um convite para o exercício do jornalismo no setor de comunicação que ele dirige. Dentro dessa mesma ótica, Petrarca (2008) salienta que a inserção do jornalista na esfera profissional se dá muitas vezes graças a um amigo, parente ou conhecido que indica o jornalista a um diretor ou dono de jornal. Ela ainda afirma que as relações sociais do jornalista se transformam em competência profissional e reconhecimento interno, possibili-

tando em muitos casos o acesso a cargos de chefia em redações jornalísticas ou em órgãos públicos.

A trajetória da coordenadora da Câmara Municipal de Vereadores de Aracaju é um caso ilustrativo do modo como as relações familiares, vinculadas à formação escolar e experiência profissional, podem resultar em um convite para dirigir um órgão público. Oriunda de Itabaiana, um dos municípios mais prósperos do interior sergipano, essa jornalista vem de uma família de fazendeiros, advogados, juízes, políticos e até fundador de um dos municípios do Estado (o tio fundou e governou Pinhão, município próximo à Itabaiana), mudou-se para a capital ainda bebê, mas não perdeu o vínculo com os parentes e amigos do interior. Sua trajetória escolar é dividida entre escola particular e escola pública, sendo que o ensino fundamental 1 (antigo primário) foi todo na rede particular no Colégio N. Senhora da Purificação, um dos melhores na época, segundo ela. Já o ensino fundamental 2 (corresponde a 5^a a 8^a série) foi realizado em 2 escolas públicas, da 5^a a 6^a série no Colégio Tobias Barreto (localizado no Centro, já foi considerado o 2^o melhor da rede, perdendo apenas para o Atheneu Sergipense) e da 7^a a 8^a série no Colégio Atheneu Sergipense, onde também cursou do 1^o ao 2^o ano do ensino médio. Vale ressaltar que esse colégio já foi uma escola de elite (onde estudavam os filhos dos políticos e grandes empresários do estado, foi onde também estudaram “grandes nomes” da literatura sergipana e brasileira, a exemplo de João Ubaldo Ribeiro). Quando estava cursando o 3^o ano do ensino médio, voltou a estudar em escola particular, onde também fazia cursinho pré-vestibular.

Sua formação superior é em Jornalismo, porém essa não foi a sua primeira opção profissional, antes ela prestou vestibular para Direito na UFS, como não passou, foi incentivada por uma

tia a prestar o vestibular para jornalismo na UNIT. Já que também sonhava em ser jornalista, essa mesma tia pagou sua inscrição e inicialmente financiou o curso (os pais queriam que ela fizesse Direito na UFS, já tinha um irmão advogado e um tio e um primo juiz), depois ela mesma passou a pagar, pois começou a trabalhar em uma agência de publicidade. Também fez pós-graduação em Jornalismo Político na mesma instituição. Sua primeira experiência nas redações jornalísticas foi como revisora no Jornal de Sergipe, por indicação de um colega de curso, depois exerceu várias funções em diferentes veículos de comunicação em Aracaju, tais como: editora política no Jornal da Cidade, editora de municípios no Correio de Sergipe, editora e chefe de reportagem da TV Sergipe, etc. Além de prestar assessoria de imprensa para empresas e sindicatos (Sindipetro, Fies, Somese, Unimed, Clínica Onco Hematos...) através da Âncora Comunicação, agência da qual ela é diretora e sócia-fundadora. Em 2009 foi convidada pelo presidente da Câmara de Vereadores para coordenar o Núcleo de Imprensa e Comunicação (NIC) do órgão, convite esse que ela credita à sua larga experiência na imprensa e em assessorias de imprensa, mas deixa escapar que conhece o referido vereador há muito tempo, o qual faz parte de suas relações familiares, como fica explícito no seu depoimento abaixo:

Eu tenho uma agência de publicidade junto com uma amiga, nossa agência presta assessoria de imprensa para algumas empresas e, em 2009, assumi o núcleo de assessoria de comunicação da Câmara a convite do presidente, o vereador Manuel, que já conhece meu trabalho há muito tempo. Na verdade, conheci através de meu pai, ele acompanha meu trabalho desde o comecinho, desde que comecei como revisora e abri a Âncora Comunicação e quase não tinha cliente, então conhece bem a minha trajetória, o

meu trabalho. Aí, quando ele assumiu a presidência da Câmara, me convidou para coordenar o núcleo de comunicação, pois como já disse, também conhecia meu trabalho em assessorias de imprensa e em jornais e TV local, então o convite não foi só porque me conhecia pessoalmente, mas porque também conhecia meu trabalho, minha capacidade profissional.

Esse caso ilustra bem como as origens sociais elevadas aliadas ao investimento na profissão jornalística proporcionaram à entrevistada o crescimento na hierarquia da comunicação social. Conforme Petrarca (2008), as origens sociais elevadas aliadas à bagagem cultural formam alguns dos elementos que contribuem para que os jornalistas ocupem postos dirigentes no universo jornalístico. Em estudos sobre a elite jornalística francesa (1984), Rieffel já destacava que pertencer às classes sociais privilegiadas é um passaporte para o crescimento na hierarquia da profissão, pois essas lhes permitem a criação de redes duráveis de relações familiares, de amigos ou conhecidos que em dado momento podem funcionar como um recurso para o acesso a informações privilegiadas, indicação para uma colocação profissional ou o convite para a ocupação de um posto dirigente no setor midiático. Percebe-se, assim, que a origem social privilegiada permite o acesso a um conjunto de recursos e uma agenda de endereços de pessoas com prestígio social e político que podem ser evocados durante o percurso profissional e ascender dentro da esfera de atuação, ou no sentido de Legrave (1996), passar de uma esfera a outra.

2. Relações estabelecidas no exercício profissional como passaporte para a atuação em instituições governamentais e legislativas

Dentre as esferas sociais que o jornalista está inserido, as redações jornalísticas formam uma privilegiada esfera de sociabilidade entre os iguais, em que há um fortalecimento de vínculos podendo resultar em indicações para a ocupação de cargos em setores governamentais, pois é a solidificação e a gestão de um capital de vínculos sociais constituídos ao longo da trajetória de vida que dão ao jornalista acesso à informação e, na maioria das vezes, permitem a ascensão hierárquica, dentro ou fora das redações (NEVEU, 2001; RIEFFEL, 1984; RUELLAN, 1992). Conforme Petrarca (2007), a entrada do jornalista na área da assessoria de imprensa política e a ocupação de cargos em instituições governamentais acontecem graças ao fato de um amigo ou parente o indicar a um político conhecido (PETRARCA, 2007).

Esse é o caso da atual diretora de Imprensa da Assembleia Legislativa. Natural de Aracaju, filha de uma assistente social e de um major da PM, ela e sua irmã estudaram a vida inteira em escola particular. Segundo ela, sempre quis ser jornalista, desde criança, sempre gostou muito de ler, escrever e de brincar de repórter, então o jornalismo sempre foi sua única opção profissional. Logo que terminou o Ensino Médio, prestou vestibular para Jornalismo na UNIT, passou e foi fazer o curso com seus pais pagando as mensalidades. Sua primeira experiência como jornalista foi dentro da própria universidade. Ela, junto com um amigo, teve a ideia de fazer uma TV universitária com uma programação interna, então apresentaram o projeto a uma professora que o aprovou e juntos fundaram a TV da UNIT, na qual ela e mais alguns colegas de turma elaboravam reportagens e

apresentavam internamente. “Era tudo muito amador, mas foi essencial para minha formação, pois comecei a colocar a teoria em prática”, diz ela.

Depois fez teste para estagiar na Secretaria de Comunicação da Prefeitura, onde ficou durante um ano, também fez estágio no Jornal da Cidade, onde o secretário de Comunicação de Aracaju era o diretor, depois foi contratada como repórter, onde ficou até sair para trabalhar em turno integral na TV ALESE (TV da Assembleia Legislativa de Sergipe). A sua entrada na comunicação da Assembleia legislativa se deu através da indicação de um amigo que também era o secretário de Comunicação do município e seu chefe de estágio, ele conhecia o fundador da TV ALESE, que na época estava começando e precisava de alguém com experiência em televisão, então como o secretário sabia que ela tinha passado pela experiência na TV universitária, indicou-a para o diretor de Imprensa da Assembleia, ela foi contratada e ficou trabalhando como repórter, simultaneamente no Jornal da Cidade e na referida TV. Depois deixou o jornal e passou a trabalhar por período integral na citada emissora, onde conheceu a deputada Angélica, hoje presidente da Assembleia Legislativa:

Quando eu fui repórter da TV Alese, eu cobria o parlamento, então fui criando vínculo com os deputados e na época a presidente já era deputada e gostava muito de mim, de meu trabalho e a gente acabou ficando amiga, então quando ela se tornou presidente, como eu já tinha experiência na Casa e conhecia o funcionamento da comunicação da Assembleia, ela me convidou para ser a diretora de Imprensa e aqui estou, é isso.

Antes de ser convidada para ser diretora de Imprensa, ela trabalhou com repórter na TV Atalaia a convite de uma amiga,

pois tinha começado um novo mandato na Assembleia e toda a equipe que trabalhava com ela tinha sido demitida. Quando a referida deputada foi eleita presidente da Assembleia, a convidou para ser diretora de Imprensa da instituição. Ela credita esse convite à sua experiência anterior na TV Alese e à relação de amizade e confiança que ela desenvolveu com a deputada:

Eu fui nomeada pela presidente Angélica Guimarães por causa da minha experiência profissional e principalmente por causa do meu trabalho desenvolvido aqui na TV ALESE que gerou uma relação de amizade. Então minha permanência aqui vai durar até o período que o mandato dela durar, quando ela deixar a presidência eu também saio. Se outro parlamentar assumir, eu não poderei ficar até mesmo por identidade, ele vai ter que colocar no cargo alguém que ele confie. Por exemplo, se a deputada ligar pra mim no domingo, ‘Sandra venha na minha casa’, eu tenho que ir. Então tem que ser alguém de confiança, ela não vai colocar dentro da casa dela quem ela não conhece, tem que ter confiança, lá tem os filhos e o marido dela. Tudo faz diferença, ela é mulher, eu sou mulher, ela é casada e eu sou casada, então como disse, tudo faz diferença, você não vai colocar uma pessoa qualquer dentro de sua casa com seu marido e seus filhos, entende? Então é assim, esse relacionamento é muito escolhido, não é à toa né? Então é mais político até do que técnico, mas que bom que o técnico veio aliado.

É interessante notar que, em seu depoimento, a jornalista fala de mais um requisito necessário para a atuação do jornalista na assessoria de imprensa política, que é a relação de confiança que se desenvolve entre o assessor e o assessorado. Percebe-se, no depoimento acima, que a todo o momento a entrevistada

chama a atenção para a sua experiência na mídia local e em setores da comunicação social, além de sua competência profissional e do seu vínculo com a presidente da Assembleia através da sua atividade profissional como determinantes para sua posição de diretora de Imprensa, cargo máximo da comunicação social no setor parlamentar. Ela ainda dá o seguinte depoimento sobre a importância da experiência profissional e das redes de relações para a atuação na área da comunicação política:

Bom, a experiência que você adquire antes é muito importante, até mesmo pra você saber como funciona o jornal, a hora que fecha o jornal, o que é que pode entrar, o que não pode, como é aquele veículo, qual a linha, qual o tom a utilizar, tudo é experiência. Os contatos que você faz, por exemplo, chegou uma menina aqui, que ela é de São Paulo e ela veio fazer assessoria para um deputado, então aconteceu o seguinte: ela enviava os releases e as pessoas não divulgavam, então ela veio me perguntar o porquê e o que estava acontecendo, então eu falei pra ela: Aracaju é muito peculiar nesse sentido, nós somos resultados de nossas relações, o profissional se estabelece assim, não é um concurso. Eu lhe conheço, gosto de seu trabalho, aí alguém me pergunta ‘você conhece alguém que faça isso’, aí eu digo, conheço Isabel, que faz isso muito bem, etc. Não é assim? Porque se você não tiver esse contato, então a assessoria não funciona, não vou indicar alguém que eu não sei quem é, principalmente na nossa área que é a comunicação. Então você dá prioridade pra o material de quem você já conhece, que já tem um relacionamento, que liga e diz, dá uma força aqui e tal, aí quando o outro precisa, você também colabora dando uma informação privilegiada, ‘oh! Não fui eu que te falei (risos)’, é assim que funciona, entendeu? É uma troca, tem que haver uma reciprocidade, para manter o vínculo e assim o material

do assessor vai ser sempre divulgado, pois nenhum político vai querer um assessor que não consegue pautar nada na mídia.

Wolf (2003), que não analisa o jornalismo, mas que oferece elementos fundamentais para pensar a questão aqui proposta, denomina esse tipo de relação, de amizade instrumental, a qual se distingue pela probabilidade de o sujeito ascender socialmente por meio da reciprocidade afetiva, das trocas de recursos materiais ou de apoio político. O secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Aracaju é outro caso exemplar de como o network das redações, aliados a outras esferas, contribui para uma diversidade de vínculos, inclusive políticos, o que lhe rendeu o convite do prefeito Edvaldo Nogueira para dirigir a pasta da Secretaria de Comunicação Social do município.

Natural de Aracaju, filho de uma professora representante do MEC no Estado e de um funcionário público federal, formou-se em jornalismo pela UNIT em 1986 e pós-graduou-se (mestrado) em Ciências Sociais pela UFS em 2006. Além de jornalista, é chargista, escritor (autor de 3 livros) e funcionário público federal (técnico administrativo no Departamento de Comunicação na UFS). Afora as diversas atividades jornalísticas que vem desenvolvendo nos últimos 30 anos, também já foi professor do curso de Jornalismo da UNIT e coordenou o laboratório Ciências Press, de divulgação de notícias científicas, na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (1994-1995). No jornalismo já trabalhou como chargista, redator literário, editor de telejornalismo, repórter, editor de redação, apresentador de um programa de entrevistas na TV, editor de política, diretor de Redação, correspondente da revista Veja, coordenador de Jornalismo da Rede Jornal de Comunicação (5 rádios, um canal de TV

e um jornal) e colunista do portal Infonet. Vale ressaltar que a Rede Jornal de Comunicação é do empresário e conhecido político João Alves Filho.

A múltipla atuação desse jornalista em diferentes espaços midiáticos lhe tributou duas premiações como melhor jornalista do ano pela Associação Sergipana de imprensa (ASI), da qual é filiado. Sua vida jornalística começou em 1982 (junto com a acadêmica), assim que entrou na faculdade de jornalismo foi convidado para trabalhar no jornal Folha da Praia, em que fazia charge e escrevia artigos jornalísticos e textos literários (crônicas e contos). Através dessa atuação, conheceu o diretor da TV aperipê e foi convidado por ele para trabalhar como editor de telejornalismo. Depois, indicado por um colega da TV, foi trabalhar no Jornal da Manhã, que antes se chamava Tribuna. Esse jornal foi vendido para o empresário e político João Alves e passou a se chamar Jornal da Manhã. Então ele foi convidado pelo editor do jornal para trabalhar como repórter policial e do caderno de editorias de cidade. Trabalhou também na TV Jornal (da Rede Jornal de Comunicação, na qual coordenou o jornalismo em nível estadual) como editor e apresentador de um programa de entrevistas (entrevistava personalidades públicas, principalmente políticos). Depois que a TV Jornal foi vendida, o diretor da TV Sergipe o convidou para ser editor de Jornalismo do canal. Enquanto trabalhava na TV Sergipe, trabalhava também no Cinform como repórter e colunista político. No ano 2000 foi convidado pelo diretor do Jornal da Cidade para trabalhar como diretor de Redação e colunista político, de onde saiu para ser secretário de Comunicação da Prefeitura.

Em 2009 assumiu a Secretaria de Comunicação Social do município, a convite do prefeito Edvaldo Nogueira. Ele credita tal convite à sua competência profissional. A esse respeito, diz o seguinte:

(...) Fui diretor de Redação do Jornal da Cidade durante 10 anos. Isso foi muito importante pra mim e eu acabei ficando muito conhecido no meio, pois naturalmente me deu mais visibilidade como profissional, como jornalista e com experiência inclusive na área política. Então, quando fui convidado para assumir a pasta da Secretaria de Comunicação do município, além de diretor de Redação no Jornal da Cidade, escrevia uma coluna de análise política, que era muito lida e elogiada, inclusive por quem não concordava e isso me deixou conhecido no meio. Foi através desse meu trabalho que acabei conhecendo todo mundo da política, convivia com todos os políticos, deputados, senadores, Edvaldo que já me conhecia como profissional, o próprio Déda, quer dizer, esse grupo todo, na redação mesmo. Pronto, foi por isso que acabei sendo convidado pelo próprio Edvaldo para ser secretário de Comunicação e assumi aqui há 3 anos... Fui convidado para ser secretário de Comunicação, não só pela amizade que você faz com político, mas também pelo que você é, pela capacidade que você demonstra como profissional, pelo que você escreve, né? Edvaldo disse que lia minha coluna e até elogiou, então ele conhecia minha competência profissional.

O percurso desse jornalista é marcado por uma ampla atuação no universo midiático, o que lhe permitiu um largo contato com a esfera política através da sua intensa atividade em editoriais políticos. Vale ressaltar, aqui, que esta não é a primeira experiência do referido ator. Na área da comunicação política, em 1992, ele assessorou a campanha de Mitidieri, candidato a prefeito de Aracaju pelo PMDB, na época era filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro, não existe mais) que apoiava a candidatura do referido político, então a coordenação da campanha o convidou para fazer a assessoria durante o período eleitoral. O caso exposto

explicita como a competência profissional e a atuação em diversos setores midiáticos possibilitam uma ampla rede de relações, formando um recurso preponderante para o ingresso do jornalista na assessoria de comunicação em uma instituição governamental.

3. Vínculos políticos e ascensão profissional

O interior das associações comunitárias, partidárias e de agremiações estudantis, além de ser um dos espaços que mais gera o poder, é também uma esfera promotora de sociabilidade, a qual possibilita ao agente uma ampla rede de relações com o universo político e facilita o acesso a cargos no universo governamental. O caso do secretário de Comunicação do Estado é representativo, neste sentido, pois o seu percurso profissional revela como uma ampla rede de relações instituída a partir de vínculos com o universo político transforma-se em recurso fundamental para a ascensão no setor da comunicação política. Através dos seus laços com o mundo político, ele chegou ao cargo máximo que um assessor de comunicação pode almejar: dirigir a pasta da Secretaria de Comunicação Social do Estado. No seu percurso profissional ele já foi presidente da Funcaju e secretário de Cultura de São Cristóvão², onde reativou o FASC (Festival de Artes de São Cristóvão) e criou a Fundação Cultural João Bebe Água.

Especialista em Marketing Político, coordenou várias campanhas eleitorais nos últimos 20 anos: Jackson Barreto à Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA, 1992) e ao Governo de Sergipe (1994), João Augusto Gama (PMA 1996), Marcelo Déda (PMA 2004 e Governo 2006 e 2010) e Edvaldo Nogueira (PMA 2008).

² Quarta cidade mais antiga do Brasil e município sergipano que faz parte da Grande Aracaju.

Foi professor de Marketing Político e Social da Fanese e secretário de Comunicação da Prefeitura de Aracaju entre 2006 e 2009. Em maio de 2009, assumiu a Secretaria de Estado da Comunicação, licenciando-se em julho de 2010 para assumir a coordenação da campanha à reeleição do governador Marcelo Déda e retornou ao cargo depois daquele ser eleito. Ele é um caso clássico da associação entre militância política e atuação profissional, que resulta em uma ampla rede de relações culminando em posições hierárquicas dentro da assessoria de imprensa sergipana. Sobre sua trajetória, ele dá o seguinte depoimento:

Acho que foram as minhas atividades no movimento estudantil e na política que me levaram para o mundo do jornalismo. Bom, fiz vestibular para Engenharia Química na UFS, passei e vim morar aqui em residência universitária. Aí, junto com alguns colegas, fundamos o centro acadêmico do curso de Química e eu que escrevia os informativos do centro. Depois participei da eleição para o DCE, e também era eu que escrevia os panfletos informativos da campanha. Depois que minha chapa ganhou a eleição, eu era o presidente, e assumimos o DCE, isso não precisa ser registrado, mas os informativos, o jornal estudantil, era tudo eu que fazia, apesar de ter um secretário de Comunicação. Ajudei a fundar o PCdoB daqui de Sergipe e também era eu que escrevia os informativos do partido, os discursos e os textos para ser publicado nos jornais, era tudo eu, pois gostava de escrever e escrevia bem. Então quando vi, já estava envolvido com atividades jornalísticas e acabei me apaixonando pela profissão, abandonei o curso de Engenharia Química, fui fazer Jornalismo. Quando o partido lançou candidato a prefeito e vereador pela primeira vez em Aracaju, contratamos uma empresa de marketing e me convidaram para colaborar com a produ-

ção, já que eu conhecia bem o partido. Depois que passou a eleição, fui contratado pela empresa e, assim, ingressei na atividade, através da minha atuação política.

O percurso desse jornalista é um perfeito exemplo de como a associação entre os vínculos sociais oriundos da esfera política, do investimento no Jornalismo (diploma) e da atuação profissional fora das redações podem resultar no ingresso na assessoria de imprensa política e na ocupação de cargos hierárquicos no setor da comunicação governamental. Segundo Legavre (1996), o recurso político é um trunfo, que associado a outros recursos como os de origens sociais e de um nível escolar elevado, contribui para o sucesso da passagem de um grupo a outro (da comunicação para a política).

Conclusão

Através desse estudo, foi possível observar que a experiência profissional, o ativismo militante e principalmente a ampla rede de relações constituíra-se em recursos fundamentais que influenciaram na atuação dos jornalistas entrevistados no interior da comunicação de instituições governamentais e parlamentares de Aracaju. Nota-se também que a aquisição e ampliação das redes de relações só foram possíveis por causa da inserção nos diversos espaços jornalísticos (edição de jornalismo, programa de TV, editoriais de política, etc.) e no espaço da esfera política (movimentos estudantis, sindicais e políticos), além dos laços oriundos da origem social ou das relações familiares.

Observa-se, assim, que as redes de relações são um recurso preponderante para o ingresso e sucesso hierárquico do jornalista na assessoria de imprensa política. Destaca-se também os recursos

oriundos da atuação profissional no interior de jornais (em editorias, colunas e comentários sobre política), o da formação universitária em jornalismo, além dos recursos oriundos da militância política em partidos e associações estudantis. Tais dados nos levam a vislumbrar que são os vínculos estabelecidos durante o percurso profissional e combinados com a competência jornalística e vinculação política que funcionam como “carro-chefe” para inserção e crescimento hierárquico na assessoria de imprensa política. Segundo Legavre (1996), em estudos realizados sobre a passagem do comunicador político para o político profissional, só o acúmulo de recursos relevantes e a combinação entre eles tornam possível o sucesso na passagem de um grupo a outro. “Esses recursos funcionam como trunfos capazes de permitir um capital de relações sociais que pode ser mobilizado em situações diversas para ampliar os espaços de atuação profissional, sobretudo na esfera política” (PETRARCA, 2009, p. 186).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CORADINE, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.**, v. 19, n. 62, p. 13-30. Abr. 1998, ISSN 0101- 7330.

LE CAM, F; RUELLAN, D. Professionnalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de com-

paraison. In: LEGRAVE, J. B. **La presse écrite: objets délaissés**. Paris: L'Harmattan, 2004.

LEGRAVE, J-B. **Le passage de l'expertise en communication à la pratique politique professionnelle**. *Politix*, Année, v. 9, n. 35. p. 131 - 148, 1996.

_____. Jean-Baptiste. D'un groupe à l'autre. Le passage de l'expertise en communication à la pratique politique professionnelle - **Politix**, Année, v. 9, n. 35. p. 131-148, 1996. Disponível em: <<http://www.persee.fr>> Acesso em ago. de 2012.

MERCKLÉ, Pierre. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2004.

NEVEU, Érick. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10761>> Acesso em jul. de 2010.

_____. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. In: **Política & Sociedade**, n. 13, out. de 2008.

_____. **Atuação profissional, recursos políticos e padrões de investimento no jornalismo no Rio Grande do Sul**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 26, p. 169-189, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/1323/1058>> Acesso em mar. de 2011.

RIEFFEL, R. **L'élite des journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

RUELLAN, Dennis. **Corte e costura do jornalismo**. In: LÍBERO - Ano IX - n. 18, p. 31-40, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewArticle/4619>> Acesso em jun. de 2012.

WOLF, Eric R. (org) Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Tradução: Pedro Maia Soares. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora Unicamp Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CAPÍTULO 03

POR UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO JORNALISMO NO BRASIL

FERNANDA RIOS PETRARCA

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados de um trabalho mais amplo sobre as condições sociais de ingresso e de desenvolvimento da carreira de jornalista no Brasil¹. Trata-se, mais especificamente, de investigar a configuração histórica da profissão de jornalista, tendo em vista o conjunto dos recursos associados aos princípios de entrada e exercício nessa atividade. Para atingir tal objetivo, considerou-se as características sociais daqueles que investiram no jornalismo em períodos distintos e os mecanismos sociais de recrutamento e de seleção como uma das maneiras de dar conta da emergência e do desenvolvimento de uma “profissão nascente”. A análise da trajetória social e profissional dos agentes constitui uma das maneiras de se analisar a trajetória coletiva de determinados espaços sociais, visto que podem ser tomadas como ponto de partida que possi-

¹ Tal trabalho resultou em uma tese de doutorado, ver Petrarca (2007).

bilita examinar e decodificar as divisões e os recursos que caracterizam os investimentos em um determinado momento de sua história (BOURDIEU, 1996, DEZALAY, 2002; ELIAS, 2006).

A literatura sociológica sobre os universos profissionais destacou, com certa frequência, a análise do processo histórico de uma atividade por meio da investigação das condições sociais de profissionalização, o que implicou no exame dos processos de regulamentação de um ofício, do estabelecimento de critérios formais e jurídicos para o ingresso em uma profissão, da criação de entidades e associações profissionais e do surgimento de universidades, vistos como parte do “progresso suave” das profissões (ELIAS, 2006; FREIDSON, 1996). Este artigo, porém, vai ao sentido contrário e circunscreve a análise nos recursos sociais que caracterizaram o investimento no jornalismo em um determinado momento de sua história que antecede os processos de regulamentação. O recorte temporal é a passagem do século XIX para o século XX, uma vez que representa o momento de mudanças nas rotinas dos jornais e nos atores que passaram a investir no jornalismo. O material empírico que serve de base para este trabalho consiste em bibliografias sobre os jornais no período e dados biográficos de um conjunto de jornalistas. Deste modo, não se trata de examinar o “início” de uma atividade, pois, como declarou Elias (2001), com grande propriedade, não existe empreendimento mais inútil que o de determinar o começo de um lento processo. Trata-se de mostrar os recursos propícios para o desenvolvimento de um corpo de agentes que passaram a se dedicar ao ofício de jornalista.

Dentro das limitações deste texto, destaca-se, portanto, as características daqueles que investiram no jornalismo, em termos de recursos sociais acumulados, os quais contribuíram para consolidar um capital de relações sociais fundamentais para a entrada no jornalismo, ao mesmo tempo em que tornava a atua-

ção nessa atividade uma das ferramentas essenciais para ampliar as possibilidades de atuação em esferas sociais diversas. No final do século XIX e início do século XX, bacharéis, políticos e escritores valiam-se do título de jornalistas para diversificar as esferas em que poderiam se inserir e atuar tanto profissionalmente como politicamente. A estreita relação com o universo da política e o da cultura contribuiu para gerar uma ampla rede de relações mobilizadas para o ingresso e exercício do jornalismo, permitindo expandir os espaços de atuação tanto no interior desta atividade como fora dela.

2. As Fronteiras entre Jornalismo, Política e Cultura

O exercício do jornalismo, no Brasil, esteve, durante muito tempo, associado a uma posição intermediária entre as “verdadeiras” carreiras da esfera da política, caracterizadas por postos e cargos políticos², e da esfera da cultura, como a publicação de livros e a inserção em entidades e atividades artístico-literárias. O jornalismo representava uma ocupação provisória, seja para aumentar e complementar o rendimento econômico, constituindo-se como um trabalho extra, seja como um trampolim para posições destacadas em outras esferas. Tratava-se, portanto, de uma atividade secundária que permitia estabelecer uma série de relações, contatos e vínculos que poderiam resultar em uma posição na esfera da política ou na esfera da cultura.

A articulação entre a atividade jornalística e outras tarefas políticas e religiosas marcou a trajetória de muitos personagens

² Tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de uma carreira política (vereador, prefeito, senador, deputado) quanto na burocracia pública (assessor parlamentar, funcionário público).

que se dedicaram a uma carreira na imprensa durante todo século XIX. Os redatores de jornais acumulavam várias funções, e a atividade jornalística tornava-se apenas uma das atividades exercidas, além de um importante instrumento de ação política. A imprensa representava um espaço importante para projeção de partidos e personagens políticos, pois era através do jornal que se fortalecia a carreira na política no período imperial, constituindo-se, assim, como um meio de se chegar à política (RIBEIRO, 2003). Nesse contexto, os jornais encontraram na política a fonte de sua existência e sustento, servindo aos interesses do Império ou àquele dos grupos opositores, manifestando-se nas lutas que ocorreram durante o período de Brasil - Colônia e Império, - tendo inclusive uma influência decisiva nos conflitos políticos pela Independência. No momento em que o Brasil deixa de se considerar colônia portuguesa para se tornar uma nação independente, os jornais tornam-se instrumento e espaço de competição política participando ativamente dos conflitos em torno de uma definição do formato e do projeto político da “nação brasileira” (LUSTOSA, 2000).

Do seu surgimento até 1880, a imprensa caracterizava-se pela panfletagem, pela criação de vários jornais de curta duração e pelas folhas avulsas e, em sua grande maioria, fundados e redigidos por pessoas que desempenhavam funções públicas, escritores, padres, ex-militares, médicos, personagens políticos e revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento (RIBEIRO, 2003, SODRÉ, 1999). A grande maioria desses personagens acumulava várias funções e tinha também uma forte inserção no meio intelectual da época. Dessa forma, política, trabalho intelectual e jornalismo não estavam dissociados. Para isso, contava com a efetiva ação daqueles que se dedicavam ao exercício inicial do jornalismo, no processo político, muitos dos quais tiveram intensa atuação dentro do recém criado Estado bra-

sileiro, num contexto em que predominavam a indefinição do regime político que estava sendo adotado e as incertezas a respeito dos limites da autoridade do Estado e das instituições políticas. A imprensa tornava-se o palco para as disputas em torno do projeto político que visava, dentre outras coisas, rever as antigas instituições e criar outras sobre novos moldes e os jornalistas um dos agentes interessados nesse processo (LUSTOSA, 2000).

Portanto, um dos usos sociais do jornalismo estava associado ao uso político, o qual implicava em perceber o jornalismo como uma atividade missionária e militante que tinha por objetivo defender causas, acusar e criticar governos, apoiar partidos, definir os rumos da política brasileira e educar e instruir o povo, politizando assim a população. Desse modo, o trabalho jornalístico tornava-se indissociável do trabalho político, e isso se perpetua por toda geração de 1870, para a qual o trabalho intelectual, de maneira geral, é inseparável do exercício político, tornando impossível a distinção entre “intelectuais”, “políticos” e “jornalistas” (ALONSO, 2002, MICELI, 2001). Até a metade do século XIX, a imprensa caracterizava-se por ser essencialmente política, dominada por partidos e por facções com alguns jornais dedicados a um público específico e organizados por escritores e literatos.

Contudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, os jornais diários passaram a adotar em seu corpo contos literários e textos de escritores de modo que crônica política e literatura conviviam no espaço dos jornais. Esta alteração ocorre em função de uma expansão da atividade literária associada à ausência de um mercado editorial³. Tal situação tornava a im-

³ As editoras brasileiras, que começaram a aparecer na segunda metade do século XIX, mandavam imprimir grande parte de sua produção no exterior; sobretudo, Portugal, Alemanha e França. Isso fazia do livro um bem caro e escasso no Brasil (SODRÉ, 1999).

prensa o principal meio de divulgação das obras literárias e um espaço importante para os escritores de contato como o público. Diversas obras de escritores da época passaram a ser publicadas em jornais como uma forma de conquistar reputação: “Memórias de um Sargento de Milícias”, escrito por Manuel Antônio de Almeida em 1852 e publicado no “Correio Mercantil”; o romance “O Guarani”, de José de Alencar, em 1857, publicado no “Diário do Rio de Janeiro”; a “Mão e a Luva” e “Iaiá Garcia”, de Machado de Assis, publicados respectivamente em 1874 e em 1878 no jornal “O Globo” e em “O Cruzeiro”. Além disso, esses escritores também passaram a ocupar cargos como redatores e chefes de redação no interior dos jornais. José de Alencar, que já era romancista conhecido em 1856, passou a redator-chefe do jornal “Diário do Rio de Janeiro”; Machado de Assis, revisor em 1859 do jornal “Correio Mercantil”, também foi colaborador de vários jornais, nos quais publicou vários de seus contos e crônicas; Olavo Bilac, em 1890, publicou folhetim literário na “Gazeta de Notícias”; Raul Pompéia, em 1894 torna-se colaborador da “Gazeta de Notícias”, também publicava folhetins literários no “Jornal do Comércio”; Aluísio Azevedo em “O País”. Este é o período em que a literatura e, por consequência, os literários ganharam espaço na imprensa, momento de articulação entre a atividade do jornalista e o “homem de letras”, os quais procuravam encontrar, nos jornais, a notoriedade e a recompensa econômica que não encontravam nos livros. Políticos e escritores disputavam espaço na imprensa e a carreira no jornalismo passa a se desenvolver por meio da articulação com as esferas da política e da literatura, marcando o período pela inexistência de fronteiras entre tais esferas.

Entretanto, a expansão da atividade jornalística e a ampliação daqueles que atuavam na imprensa é seguida pelo desenvol-

vimento das faculdades no Brasil e pela evolução do mercado de títulos, o que permitiu diversificar as possibilidades de entrada e atuação no jornalismo. Formados em Direito, Engenharia e Medicina, as primeiras faculdades brasileiras, passaram a se destacar no interior dos jornais. Uma diversidade de carreiras conduzia ao jornalismo e essa atividade passou a constituir-se como um título a mais no conjunto dos títulos acumulados por políticos, escritores, médicos, advogados. Com o advento das faculdades brasileiras, muitos acadêmicos passaram também a fazer seu próprio jornal através do qual manifestavam seus posicionamentos políticos. O jornal passava a representar um meio de articular a formação acadêmica com a atividade política e intelectual. Isto pode ser mais claramente percebido por meio de uma rápida apresentação das trajetórias dos acadêmicos que investiram no jornalismo neste momento.

Na impossibilidade de apresentar outros casos deste período será tomado aqui o caso de Rui Barbosa, o qual representa as trajetórias típicas de jornalistas acadêmicos nesse contexto. Originário de uma família de políticos da Bahia, cujo pai foi deputado geral, cursou faculdade de Direito em São Paulo em 1868, momento em que também ingressou na imprensa colaborando para vários jornais paulistas. Rui Barbosa iniciou sua carreira em jornais através de seu colega da faculdade de Direito, Joaquim Nabuco, proprietário do jornal “A Independência”, jornal político e literário. Na academia de Direito ingressou também em associações estudantis, em especial em o “Ateneu Paulistano”, tornando-se orador e mais tarde presidente, sucedendo o seu amigo Joaquim Nabuco. Em seguida, iniciou sua carreira na advocacia e intensificou sua atuação na imprensa. A carreira na advocacia teve início em meados dos anos 1870 quando começou a trabalhar no escritório do Conselheiro Dan-

tas na Bahia. Nesse escritório, estreitou relações com o filho do conselheiro, Rodolfo Dantas, proprietário do jornal do Partido Liberal denominado “Diário da Bahia”, jornal no qual Rui se tornou, em 1872, redator-chefe. Nesse jornal, desenvolveu várias campanhas em favor da abolição da escravatura, da reforma eleitoral e da liberdade religiosa. Paralelo a essas atividades, foi eleito em 1878, deputado na assembleia legislativa, assumindo, anos mais tarde, a função de redator-chefe do “Diário de Notícias”. Com Rodolfo Dantas, Rui Barbosa montou um escritório de advocacia no Rio de Janeiro, e, nessa cidade, suas carreiras jurídica, jornalística e política deslancharam. Em 1884, recebeu o título de conselheiro, em 1889 foi eleito vice-chefe do governo provisório instaurado logo após a proclamação da República. Paralelamente à atividade de vice-chefe do governo provisório, assumiu a pasta do Ministério da Fazenda e da Justiça por intermédio de Quintino Bocaiúva. Em 1893, adquiriu o “Jornal do Brasil” e, em 1898, tornou-se redator-chefe do jornal “A Imprensa”. No ano de 1908, assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras e, em 1914, a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros. Sua atuação também se estendeu à literatura, compondo várias obras na área do Direito. Candidatou-se, várias vezes, a presidência da República, porém sem sucesso. Advogado, jornalista, político e escritor, Rui Barbosa acumulou várias funções e investiu em várias carreiras ao mesmo tempo, com inserção em várias entidades. O jornalismo, além de permitir, em muitas situações, ampliar e intensificar sua atividade política, constituiu-se como mais um dos títulos que carregava e mais um dos espaços de atuação em que estava inserido. Nos jornais em que atuava ora como redator, ora como proprietário e diretor, manifestava os anseios das reformas pelas quais deveria passar a nação: a reforma eleitoral, a

reforma constituinte, colocando o seu conhecimento na área da jurisprudência em prol das reformas políticas. O jornalismo constituía-se, portanto, como um espaço importante por meio do qual era possível fazer um uso político da sua formação em Direito. Um espaço chave na articulação da formação acadêmica e profissional com a atuação política.

Outros casos podem ser rapidamente citados, como Júlio Mesquita, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, os quais não fogem à regra. Formados em Direito, iniciaram suas atividades em jornais em meados da década de 1860 e 1870 e, paralelo à faculdade, investiram, ao mesmo tempo, em suas carreiras políticas e jornalísticas, atuando ativamente na Proclamação da República. Rodolfo Dantas tornou-se ministro em 1882, e Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington em 1905. Foram colaboradores de vários jornais, redatores e fundadores; faziam crônicas políticas, críticas literárias e escreviam matérias. Júlio Mesquita adquiriu o controle acionário do jornal “Estado de São Paulo”, em 1890, transformando esse quotidiano em um jornal “independente” de partidos políticos, mas, ao mesmo tempo, investindo fortemente nas relações políticas que conseguia mobilizar colocando-se na defesa do liberalismo oligárquico e assumindo a liderança da oposição ao Partido Republicano Paulista (MICELI, 2001). Dessa forma, a imprensa representava um meio de articular a carreira de bacharel com a carreira política possibilitando estabelecer contatos e vínculos com o universo da política. Nesse sentido, a imprensa era um importante espaço de socialização da elite política e um meio fundamental para colocar o conhecimento acadêmico e profissional em prol das reformas políticas. Portanto, a articulação da formação profissional com a atuação política dava-se por meio dos jornais.

Durante toda República Velha⁴ o jornal tornava-se um grande espaço que congregava pessoas vindas de diversos meios, sobretudo, uma elite política e um grupo cultural em ascensão. Além disso, por meio da imprensa, era possível conhecer pessoas e até conseguir uma posição de destaque no espaço político e cultural. Por meio dela consagrava-se obras literárias e conquistava-se um espaço na política, uma vez que, dentro dos jornais, havia grande circulação de homens políticos atuando como diretores, fundadores e redatores. Os jornais representavam um dos principais espaços nos quais era possível reconverter uma formação acadêmica ou literária e cultural em atuação política. O que caracteriza essa geração de jornalistas, que compreende o período da segunda metade do século XIX, é que, para ela, o jornalismo representava apenas uma de suas atividades e ela precisava ser dividida com inúmeros outros afazeres de escritores, de advogados, de políticos, de burocratas. A partir da metade do século XIX, com o advento das primeiras faculdades brasileiras, muitos estudantes passaram a se inserir na imprensa como uma maneira de ingressar na carreira política, intelectual ou até mesmo manter seus estudos. Nesse contexto, devido à inexistência de um mercado editorial, também escritores e poetas passaram a investir em publicação, em jornais e revistas, vendo, nesse meio, uma maneira de publicar suas produções literárias. Escritores, acadêmicos e políticos disputavam espaço nos jornais e desenvolveram carreiras paralelas no jornalismo, na literatura, na política partidária e na burocracia pública ocupando, em alguns casos, cargos como redator-chefe e diretor de jornais. É inclusive no interior das redações dos jornais que surge o grupo

⁴ A República Velha é como se convencionou denominar a primeira república brasileira que durou de 1889 até a Revolução de 1930.

fundador da Academia Brasileira de Letras, grupo esse constituído tanto por escritores como por muitos políticos da geração de 1870: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Rui Barbosa.

Além disso, há uma grande dificuldade em separar analiticamente os jornalistas cuja carreira era predominantemente política daqueles cuja carreira era predominantemente literária, visto que ambos circulavam nesses universos concomitantemente. Um exemplo disso pode ser encontrado na carreira de Euclides da Cunha, engenheiro formado pela Escola Politécnica e reconhecido escritor brasileiro, ingressou no jornalismo já nos tempos de estudante secundarista quando fundou, junto com outros colegas, o jornal “O Democrata”. Sua carreira jornalística é marcada também pela passagem e pela colaboração em diversos jornais, como a “Gazeta de Notícias”. Além de ingressar na Escola Superior de Guerra como primeiro tenente e bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, atuou na Escola Militar e participou da construção da Estrada de Ferro do Brasil. Em 1897 quando surgiu a insurreição de Canudos escreveu dois artigos para o Estado de São Paulo que lhe renderam o convite para reportar o final do conflito. O material que reuniu foi usado para elaborar sua mais importante obra literária, “Os Sertões”, o qual se tornou também o marco da reportagem no Brasil. Este livro lhe valeu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mais tarde, em 1904, foi nomeado chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus para demarcar os limites entre Brasil e Peru e, logo em seguida, é nomeado adido do gabinete do Barão do Rio Branco. Esse escritor investiu, ao mesmo tempo, na carreira militar, na burocracia pública, no magistério, no jornalismo e na literatura.

Além disso, a própria redação dos jornais se tornava ponto de encontro de políticos, sujeitos com pretensões à literatura,

intelectuais. É o caso do jornal “A República”, órgão oficial do Partido Republicano, que reunia os grandes nomes da política e da literatura na década de 1870, constituindo-se como ponto de encontro dos “homens de letras”. Nesse contexto, não havia posições intelectuais autônomas em relação ao poder político e toda vida intelectual era dominada pela imprensa que representava a instância principal de produção e difusão cultural, bem como de consagração da época (MICELI, 2001). Contudo, se, até a metade do século XIX, o recrutamento dava-se basicamente pela atividade política, literária e religiosa, foi a partir da segunda metade do século XIX que os títulos escolares e acadêmicos se tornaram um dos trunfos e recursos sobre os quais se basearam muitos para entrar no jornalismo. Porém, sozinho este título não representava acesso imediato às posições dominantes, era preciso associá-lo a um conjunto de outros recursos, sobretudo políticos, por isso a imprensa se torna um espaço cada vez mais necessário. Os trunfos escolares tiveram uma força decisiva nos processos de recrutamento, acentuando a concorrência no interior do espaço intelectual (MICELI, 2001) e, no interior do jornalismo, visto que esse representava a principal instância de consagração de obras literárias e culturais.

Todavia, é preciso ressaltar que o jornalismo representava não somente um importante espaço de consagração e difusão de obras, já que o mercado editorial era escasso, mas, ao mesmo tempo, um espaço fundamental de reconversão de recursos diversos (formação acadêmica, títulos escolares, produção literária) para atuação na política. A inexistência de um campo intelectual autônomo tornava toda manifestação intelectual um evento político. A imprensa representava um meio importante no qual era possível colocar a formação acadêmica e a atividade literária a serviço da política e os escritos que perpassavam os

jornais eram formas de intervenção política. Portanto, no cenário nacional, os recursos que caracterizavam a entrada e o exercício do jornalismo eram basicamente recursos políticos, culturais e mais tarde escolares, com uma mescla diversificada entre eles.

3. A Reportagem como Missão Política

O estabelecimento de um espaço jornalístico e a criação de critérios e saberes próprios para atuação em jornais estão associados às possibilidades de fazer do jornalismo um espaço importante de articulação com outras esferas sociais, sobretudo, a esfera política. Um exemplo disso é o desenvolvimento da reportagem como uma forma de narrativa tipicamente jornalística que surge, ao mesmo tempo, como uma narrativa política através da qual é possível mostrar os problemas nacionais e uma imagem do próprio povo brasileiro. A associação da reportagem à narrativa política está relacionada às próprias condições históricas e sociais de desenvolvimento e surgimento dos jornais que contribuiu para fazer do jornalismo um espaço importante de reconversão de recursos diversos (religiosos, títulos escolares, literatura) para atuação política. Por isso, a reportagem representa apenas mais um desses recursos, porém, com a peculiaridade de agora eles serem definidos como saberes jornalísticos e proporcionarem uma carreira na imprensa.

O surgimento da reportagem e o desenvolvimento de uma carreira na imprensa aparecem associadas a uma forma de atuação política. A reportagem, cujo aparecimento data final do século XIX no Brasil, significou o surgimento de uma narrativa política, na qual o enunciado e a linguagem tornavam-se uma maneira de mostrar a nação e desvendar as raízes do Brasil. Através da reportagem, tornava-se possível mostrar as peculiaridades da

nação brasileira, as diferentes regiões e seus costumes, suas diferenças sociais e econômicas, e figuras como o “povo sertanejo” começam a aparecer no espaço dos jornais. A nação passa a ser representada nas reportagens e o caráter nacional descoberto e exaltado. O repórter, por sua vez, é aquele que vai aventurar-se em busca de um Brasil autêntico, que vai desvendar o país, mostrar suas peculiaridades, suas características próprias, sua realidade escondida.

Um exemplo da função da reportagem e do papel social que desempenhava o repórter pode ser encontrado na cobertura da Guerra de Canudos, ocorrida em 1897, e que constituiu-se como um marco para a definição da reportagem e caracterização da figura do repórter como aquele que vai mostrar a realidade brasileira e os problemas nacionais. Os repórteres enviados a Canudos inauguraram a reportagem como o “encontro com o país”. Destacou-se na cobertura da Guerra de Canudos o escritor Euclides da Cunha que havia sido enviado pelo jornal “O Estado de São Paulo” para cobrir a guerra. Nessa cobertura, ele salienta não somente os aspectos da guerra, mas os habitantes do sertão (VIDAL E SOUZA, 2003). As reportagens de Euclides da Cunha para o jornal sobre o acontecimento resultaram em um livro denominado “Os Sertões”. Esse livro é considerado um marco também na história das ideias brasileiras e na formação de uma inteligência nacional. Esse é um momento em que as cidades passam a olhar o Brasil de dentro e a descobrir um país, cujas raízes estão no passado. A população pobre do interior, em contraste com a cidade e a capital, tornou-se objeto do pensamento nacional no qual se tornava fundamental procurar conhecê-la e compreendê-la. No início do Império pensava-se no Brasil como um “país sem povo”, agora, tratava-se de descobrir onde estava o povo brasileiro (WEFFORT, 2005). Para isso, o jornalismo e as

reportagens foram fundamentais, pois assumiram um compromisso com a formação nacional.

As reportagens, cuja finalidade estava em localizar os males que assolavam a nação, contribuíram para fazer da carreira de repórter uma forma particular de investigar os problemas sociais nacionais e uma maneira de articular, para isso, os conhecimentos de literatura e política que possuíam. Tal finalidade constitui-se como uma das principais características genéticas da reportagem, conduzindo a um conjunto de temas a serem tratados pelos jornalistas: o interior brasileiro, a vida pobre do sertão, a fome, os problemas econômicos, o atraso⁵. Para atingir tal objetivo colocado às reportagens, o jornalista encontrou na literatura e na política um dos recursos fundamentais.

Entretanto, essa característica da reportagem brasileira e da figura do repórter, surgiu diferente do modo como aconteceu em outros países, como nos Estados Unidos, onde a imagem do repórter desenvolveu-se dissociada da literatura e da política, constituindo-se como um profissional portador de um conhecimento específico e de um “saber fazer” próprio orientado para a busca do novo e coleta de fatos. Ao mesmo tempo em que associava a figura do repórter⁶ à neutralidade e à objetividade. Isso implicou em estabelecer uma distância entre o repórter, o homem político e o intelectual, instaurando um discurso de

⁵ Um exemplo da valorização desses temas nas reportagens jornalísticas pode ser encontrado na premiação dada às matérias. O “Prêmio Esso de Reportagem”, criado em 1955, contribuiu para instituir a reportagem dos problemas nacionais como a reportagem legítima. No primeiro ano de entrega a reportagem vencedora trazia no título: “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, publicada na revista “O Cruzeiro”. Em 1959, a reportagem vencedora: “Diário de um flagelo de secas”, do “Estado de São Paulo”. Em 1994, a finalista do prêmio regional: “Morte na Infância” (VIDAL e SOUZA, 2003).

⁶ O nascimento da reportagem e da figura do repórter aparece nos Estados Unidos a partir da cobertura da Guerra de Secessão ocorrida de 1861 a 1865.

objetividade o qual implicava em restituir os fatos, separando informação do comentário. As orientações para separar fatos de opiniões foram dadas em 1880 pelo “Chicago Tribune” que fixou no interior da redação as seguintes perguntas as quais uma matéria deveria responder: Quem? O quê? Como? Quando? Onde? Tal orientação define um modelo de profissionalismo que supõe uma relação no campo, isto quer dizer, a constituição de um caderno de endereço e de um “saber fazer” ligado à tomada de notas, à decodificação da informação e no controle da situação de entrevista (NEVEU, 2001).

Em fins do século XIX, os jornalistas já eram definidos nos Estados Unidos da América como um “corpo profissional autônomo” e não como simples cidadãos contratados para reportar notícias, como eram tratados até o momento. Essa definição consolidou-se, principalmente, após a fundação dos primeiros cursos superiores de Jornalismo. Em 1878, foi fundado o primeiro curso de Jornalismo, na Universidade de Missouri, logo após a criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, que teve Pulitzer⁷ como seu principal promotor (PINTO, 2004). Mas esse sentido atribuído à profissão de jornalista também está relacionado ao fato de que, nesse país, as profissões, para serem reconhecidas socialmente, precisavam diferenciar-se das ocupações reivindicando o *status* de profis-

⁷ Joseph Pulitzer foi um dos maiores magnatas do jornalismo americano. Nasceu na Hungria, mas emigrou para Saint Louis, Missouri (Estados Unidos) em 1864, onde obteve emprego e concluiu o curso de direito (1867). Iniciou-se no jornalismo e na política, tornando-se repórter do Westliche Post, editado em alemão (1868) e elegendose deputado (1869). Iniciou sua fortuna comprando parte das ações do próprio Westliche Post e revendendo. Comprou vários jornais e firmou-se como dono de um império jornalístico e de uma grande fortuna nos Estados Unidos. Deixou em testamento grande parte de sua fortuna à faculdade de Jornalismo da Universidade de Colúmbia e instituiu o Prêmio Pulitzer, a premiação anual de profissionais da imprensa.

são e caracterizando-se como portadoras de um conhecimento específico que precisava ser reconhecido pelo Estado como um conhecimento profissional (FREIDSON, 2001). A notícia, sobretudo a partir de 1830, passou a ser considerada um produto a ser vendido, então surge o chamado “penny press” que consagra o jornalismo orientado à coleta do fato. Para vencer a concorrência, os jornais buscavam cada vez mais a novidade na informação, o que gerou a reportagem como algo vinculado à descoberta do novo. As práticas discursivas identificadas como jornalísticas não eram de caráter literário nem político, e a imprensa cresceu independente do campo literário e político, uma vez que os escritores não conseguiram impor aos jornalistas os valores literários. Em contrapartida, essa imprensa norte-americana, livre do campo literário, apresentou-se presa aos valores do campo econômico.

Já na França, a figura do repórter apareceu associada à imagem do escritor, caracterizando-se por possuir uma competência e uma retórica literária. Os artigos dos jornais eram redigidos por colaboradores de imprensa que não viviam essa atividade como uma profissão em particular com seu “saber fazer” próprio, sua lógica de carreira. Trabalhar para um jornal era uma posição de espera para as verdadeiras carreiras da literatura e da política. A reportagem é confiada a escritores de talento e a competência dos jornalistas é na literatura, evidenciando-se, assim, uma das características centrais do jornalismo francês a associação à figura do escritor e não àquela do repórter.

Nesse sentido, o jornalismo francês marca uma diferença com relação ao modelo anglo-americano. A dimensão de recolher cada vez mais informações foi pouco desenvolvida na França e a excelência profissional funda-se sobre o domínio e o talento do estilo, e sobre a capacidade de defender uma linha editorial. O conteúdo valoriza a crítica, a crônica, o comentário,

privilegiando a expressão das opiniões e transformando os fatos em um pretexto para o exercício do estilo e da retórica. Mas não eram somente os valores literários a possuírem importância entre os jornalistas, incluía-se nesse conjunto o capital literário representado pela inserção dos jornalistas na Academia Francesa. Apesar do título de membro da Academia possuir grande valor entre os jornalistas, poucos conquistaram tal título. A competição no jornalismo francês e as lutas pelas posições mais prestigiadas dependiam do capital literário de cada um. “*Assim, as posições de liderança no campo do jornalismo eram conferidas a quem possuía maior legitimidade literária*” (CHALABY, 2003, p.40).

Uma outra peculiaridade desse tipo de jornalismo é a identificação às sensibilidades políticas e, mais tarde ainda, aos partidos políticos. Para os jornalistas, o controle de um cotidiano é um recurso estratégico nas lutas parlamentares e na política local. Essa tradição inscreve-se duramente na prática profissional a ponto de até o começo da 5ª. República, um jornalista político poder permanecer como um jornalista detentor de opiniões políticas. A permeabilidade da imprensa francesa à política ilustra-se também pela eficácia das táticas de repressão, de corrupção e de influência espalhada pelos governantes. Os conteúdos redacionais valorizam críticas, crônicas e traduzem pontos do comentário de um discurso sobre a atualidade, privilegiando assim a expressão das opiniões (NEVEU, 2001, CHALABY, 2003).

Como se pode observar, no Brasil, a imagem do repórter apareceu associada tanto à literatura como a política, tornando-o aquele que, imbuído de uma missão política, precisava “descobrir” o Brasil autêntico. Assim, política, jornalismo e literatura se misturavam no espaço dos jornais com fronteiras cada vez menos distintas. Para isso, o jornalista brasileiro apoiou-se na narrativa dos fatos, no encontro com o fato e nos comentários

e críticas. Em busca do Brasil perdido, desbravando cidades, narrando o que encontra pela frente, o repórter, junto com uma linguagem crítica, mostrou o verdadeiro Brasil escondido, com suas diferenças e contrastes. Por meio da reportagem isso se tornou possível, e é, por isso, que a reportagem teve uma forte conotação política e literária, tendo em vista que os escritores que trabalhavam em jornais marcaram o início desse tipo de tarefa e usaram o conhecimento de escrita e retórica que tinham para promover a descoberta da nação através da reportagem.

Entretanto, é preciso lembrar que a literatura também era colocada a serviço da recuperação da nacionalidade e nesse sentido política, jornalismo e literatura aparecem imbricadas. A construção da nação brasileira, que, para muitos estudiosos, tem como marco as lutas em torno da Independência, contou com a colaboração da geração de 1870 que propagou sentimentos de nacionalidade a camadas mais amplas da população e teve na República o período de grande difusão da identidade nacional; o jornalismo tornou-se fundamental na construção dessa nacionalidade marcada pela busca de um povo genuinamente brasileiro. O repórter apresentava-se como profissional capaz de revelar e mostrar o Brasil, mas para isso ele precisou achar as diferenças sociais, culturais e econômicas do país e das cidades. Ele precisava mostrar os problemas brasileiros e encontrou-os na periferia das grandes cidades e no interior do país; e essa era a sua missão.

Assim como o jornalismo, outras esferas da vida social também se encarregaram dessa tarefa, como a literatura, a arte e instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que tratou de pensar a nação. Era preciso que as instituições atuassem no sentido de inaugurar novos descobrimentos do Brasil e encontrar o povo: esse era o novo desafio da construção nacional. A busca pelo povo está relacionada à condenação

estabelecida no pensamento político e social brasileiro de que o Estado havia surgido antes da nação brasileira e em função dele ter construído a sociedade, não o contrário; não se tinha um povo (BOTELHO, 2005). Tratava-se, então, de ir em busca do povo brasileiro e encontrá-lo onde quer que fosse.

A competição entre os jornalistas e as lutas para ocupar as posições mais prestigiosas, como diretor e chefe de redação, dependiam do conjunto de recursos que eles possuíam, como aqueles obtidos por vínculos na política governamental e partidária e aqueles obtidos pela inserção na esfera da cultura, produção de livros, contos, instituições literárias, além dos títulos acadêmicos. A capacidade de fazer matérias, reportagens, crônicas, comentários em jornais que permitissem desvendar o Brasil, estava associada a esse conjunto de recursos sociais, culturais e políticos acumulados. Apesar de a reportagem ter sido importada do jornalismo francês, como a maioria dos gêneros jornalísticos, tais como a entrevista, o comentário e a crônica, no contexto da primeira metade do século XX, no Brasil ela assumiu peculiaridades e características próprias⁸. Essas peculiaridades conduziram ao surgimento de uma nova categoria de jornalista no interior dos jornais, os quais, aos poucos, passaram a dedicar-se especialmente à reportagem.

4. Uma Nova Categoria: os Jornalistas Profissionais

Contudo, com o advento da reportagem nasceu também uma nova categoria de jornalistas que passou a conviver e a dis-

⁸ Até a década de 1940, o modelo francês constituía-se como centro de importação de técnicas e estilos jornalísticos, prevalecendo a crônica e o comentário como os gêneros mais valorizados em detrimento da reportagem (RIBEIRO, 2003).

putar espaço com aqueles que faziam crítica literária e a crônica política. Essa nova categoria compreendeu um novo sujeito que passou a viver do e para o jornalismo, constituindo-se como responsável pelas matérias e destinado a fazer reportagens, colher material, cobrir eventos, fazer a observação dos acontecimentos e colher as informações no local dos fatos. A denominação “jornalista”, que até então era aplicada aos proprietários e aos diretores de jornais e a todos aqueles que escreviam crônicas e críticas, passou a designar também os responsáveis pela coleta e confecção de notícias.

Mas o que caracterizou essa nova categoria é o próprio surgimento da figura do repórter e do início da reportagem que, como narrativa jornalística, apareceu no jornalismo no final do século XIX. A figura do repórter tornou-se um marco importante para o desenvolvimento do jornalismo. Em períodos anteriores qualquer pessoa que trabalhasse em jornal recebia o título de jornalista, com o advento da reportagem, o jornalismo passou a estar associado a um fazer próprio vinculado diretamente ao exercício da reportagem. O repórter representou o sujeito que se dedicou no jornal à tarefa de descobrir aquilo que viu e ouviu na rua. Essa tarefa, a qual exigiu exclusividade e maneira peculiar de narrar o que foi observado, compôs um tipo específico de jornalista cuja característica central foi o deslocamento, uma vez que percorria regiões do país, localidades, bairros, repartições municipais, delegacias de polícia. Nessa nova função jornalística, destacaram-se alguns nomes que se caracterizavam por seu investimento específico no jornalismo, dedicando seu tempo para busca da reportagem e da informação: Gustavo de Lacerda, Irineu Marinho, Paulo Barreto (João do Rio), Belizário de Souza.

Ao mesmo passo, a informação tornou-se um produto a ser vendido e comercializado, e os jornais passaram a contar com

um crescimento considerável em que novas técnicas foram introduzidas, a distribuição dos jornais ganhou novos investimentos e novas fórmulas de tratamento da informação foram adotadas. Nesse contexto, surgem os jornalistas profissionais, os quais passaram a ter o jornalismo como sua principal atividade, destacando-se os repórteres, os caricaturistas e os ilustradores. Esse processo de expansão da atividade jornalística contribuiu para transformar o jornal em uma empresa, na qual a sobrevivência dependia de estratégias comerciais, como a publicidade, a publicação de anúncios, os financiamentos, o investimento na divulgação, na venda avulsa do jornal, etc. (MICELI, 2001).

Apesar dessas mudanças tecnológicas e de funcionamento do jornal, a imprensa ainda representava um espaço que congregava uma diversidade de atores sociais. Por um lado, permaneciam aqueles que tinham forte atuação em partidos políticos e que fizeram carreira na política, ora como deputados, ora como ministros, que por sua vez também acumulavam títulos acadêmicos e desempenhavam atividades intelectuais através da imprensa. Por outro lado, aqueles que fizeram carreiras, consagraram-se como escritores e que também usavam os serviços da imprensa para escrever crônicas literárias, com destaque para Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, dentre outros. Em meio a essa diversidade, estavam aqueles que se dedicavam à reportagem jornalística.

Denominada como a fase de modernização da imprensa, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo declínio da crítica literária que passou a ser sacrificada em função do noticiário e da reportagem. Os escritores, apesar de ainda terem espaço destacado dentro dos jornais, enfrentavam adversários que dedicavam uma atenção para a reportagem e para o noticiário, como o noticiário esportivo e as matérias policiais. Aos escrito-

res, era determinado que escrevessem menos crítica literária e mais reportagem, e muito deles viam-se obrigados a se submeter às novas regras impostas, tendo que, algumas vezes, elaborar textos para a publicidade dos jornais. Isso proporcionou a entrada de uma nova geração que será representada por aqueles que passam a ter o jornalismo como atividade principal. Essa nova posição que surgiu dentro do jornalismo foi marcada pelo início da reportagem como narrativa jornalística com forte teor político em que era necessário ir para a rua apurar os fatos e desvendar as mazelas da população brasileira. Alguns jornalistas destacaram-se nessa nascente posição, consagrando sua carreira no jornalismo e lançando-se como os primeiros repórteres brasileiros. Contudo, essa nascente posição não instaurou uma distância com relação à esfera da política e da literatura, como aconteceu em outras realidades nacionais, por exemplo, e, cada vez mais, o acúmulo de recursos sociais oriundos da inserção em várias esferas tornou-se fundamental para uma carreira no jornalismo.

Um exemplo da necessidade de acúmulo de recursos sociais pode ser encontrado na trajetória de Paulo Barreto, conhecido como João do Rio pelas suas reportagens sobre a cidade do Rio de Janeiro e a reforma urbana pela qual passava. João do Rio entrou no jornalismo com 18 anos por volta de 1899 num jornal semanário. Através desse jornal começou a conviver com a redação do jornal Cidade do Rio no qual passou a trabalhar, destacando-se pelas crônicas e pelas reportagens de rua. Apesar de ter circulado por vários jornais da cidade, o que lhe possibilitou não só construir uma carreira interna nas redações como também estreitar relações e estabelecer contatos, sua vida não se resumiu ao jornalismo de reportagem. Em 1910, passou a fazer parte da “Academia Brasileira de Letras”, momento em que escrevia

também peças de , e em 1917 fundou a “Sociedade Brasileira de Autores Teatrais”. A “Academia Brasileira de Letras” já era, nesse contexto, espaço de congregação da elite cultural. Suas matérias sobre a cidade e as reportagens de rua sobre cultos populares renderam-lhe um livro com notoriedade literária e sucesso de livraria, chamado “As Religiões do Rio”, publicado em 1905. Seu trabalho como repórter constituiu-se como material sobre a cidade do Rio de Janeiro. Além de peças de teatros escrevia contos e crônicas. Uma de suas crônicas, muito conhecida, chamada “A Alma Encantadora das Ruas”, de 1908, descreve sua paixão pelas ruas da cidade. No ano de sua morte, em 1921, já era diretor do jornal “A Pátria”. Além da atividade jornalística e literária, tentou, também, por volta de 1902, entrar para a diplomacia, mas não preencheu todos os requisitos exigidos pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores que estava recrutando rapazes para o Itamaraty. Sua atuação política ocorreu através do apoio declarado a Rui Barbosa durante a campanha civilista para presidente da República em oposição a Hermes da Fonseca, que era candidato dos militares.

O que marcou o estilo de reportagem de João do Rio foram os contrastes e as contradições marcantes na cidade do Rio de Janeiro. A reforma urbana deixava de lado a periferia da cidade e isso era um dos temas centrais das reportagens de João do Rio que mesclava reportagem com crônica política. Os excluídos do processo de modernização do Rio de Janeiro geravam a perplexidade social abordada pelas matérias de João do Rio adotando, para isso, o estilo crônica-reportagem. Percorria as notícias nas ruas, nos morros, no meio político, nos espaços da boemia e nos salões. Nesses espaços, estabelecia contatos, fazia relações e vínculos que lhe possibilitaram inserção em outras esferas sociais, como a política e a cultural. Na “Gazeta de Notícias”, jornal em

que entrou em 1903 por indicação do deputado fluminense Nilo Peçanha e em que permaneceu até 1913, inaugurou a coluna “A Cidade”, na qual descrevia as reformas urbanas da capital federal e comentava fatos cotidianos. Esse jornal era considerado favorito pela elite cultural, pois havia se consagrado publicando diversas obras literárias e agregando vários escritores. Nele, João do Rio escreveu em várias colunas destinadas ao comentário político e à crítica literária. Foi nesse jornal que ele constituiu a série de reportagens sobre as religiões do Rio que se transformou em livro. Nessas reportagens, ele documenta as religiões minoritárias da cidade, e que estavam escondidas nos morros e em cada canto da cidade. Nessas matérias, João do Rio tematiza as tradições populares que estavam desaparecendo em função do projeto oficial de modernização da cidade. Assim, ao ir em busca das religiões desconhecidas do Rio de Janeiro, ele dá o tom político de suas matérias, marcando o estilo da reportagem e a figura do repórter como aquele que busca o país desconhecido, a cidade perdida, o Brasil autêntico, o legítimo Rio de Janeiro nesse caso.

Além de João do Rio, que marcou um estilo de reportagem e de imagem do repórter, também se pode citar o caso de Gustavo de Lacerda que também fez carreira como jornalista repórter de vários jornais. Defensor do sentido de missão dos jornalistas, caracterizou-se por um estilo de reportagem voltado à denúncia de práticas violentas do governo, mostrando os problemas do Estado brasileiro. Para ele, o jornalista tinha uma missão social, que implicava em mostrar os problemas do povo brasileiro, suas desigualdades, seus males e se tornar uma força para a sociedade. Gustavo de Lacerda não se destacou somente como repórter, foi também o fundador da primeira entidade a reunir repórteres brasileiros: a Associação Brasileira de Imprensa, que surgiu em 1908 de uma iniciativa de um conjunto de repórteres

liderada por Gustavo de Lacerda. Gustavo de Lacerda nasceu em 1853 e faleceu em 1912. Iniciou sua carreira no jornalismo como repórter do jornal “O País”. Investiu também na carreira política, fundando no Rio de Janeiro o Partido Socialista Coletivista e participando dos primeiros movimentos operários: o “Centro Operário Radical” que funcionou no Rio por volta de 1892, cuja entidade colaborava abordando o problema da reforma agrária no Brasil e publicando, em 1901, a propaganda socialista intitulada “O Problema Operário no Brasil”. O repórter, para ele, estava submetido às mesmas condições que os operários, mas por possuir conhecimento tinha como missão orientar o povo brasileiro. Assim, o repórter encontra-se na mesma situação que o político: é preciso conhecer a nação e suas chagas para mudá-la. E o jornalista, pela sua condição de noticiar o que vê, detém os meios e os segredos para fazer isso.

Nota-se que, apesar de ter se constituído a atividade de repórter como uma nova maneira de atuar em jornal, essa foi marcada também pela sua relação com o mundo da literatura, da política e a atividade intelectual. Os iniciantes repórteres estão, portanto, presos a uma configuração social específica e a uma rede de interdependência com estas esferas. Além disso, estes repórteres eram desprovidos de títulos universitários e trunfos econômicos e precisaram apoiar-se em recursos de outros tipos para serem reconhecidos no jornalismo e para se envolverem com chances de sucesso na conquista de postos em outras esferas sociais. O contato com essas esferas permaneceu com vínculos ainda fortes e marcantes, o que contribuía para tornar a profissão em outros títulos que respaldavam esses jornalistas. Nesse momento, diferentemente do que aconteceu na geração anterior, apresenta-se a possibilidade de seguir uma carreira no jornalismo fazendo dessa a atividade central. Na geração ante-

rior, o que caracterizava a entrada no jornalismo era a relação com a literatura e com a política marcada, por um lado, pelos bacharéis em Direito que queriam fazer uma carreira política e intelectual e, para isso, valiam-se da imprensa, e, por outro lado, daqueles que queriam seguir uma carreira de escritor, mas, para isso, era preciso a entrada no serviço público e na imprensa para manter seus sustentos e proporcionar a tão esperada atividade literária. Para esses, o jornalismo, apesar de ser uma atividade constante e fundamental em suas carreiras, era secundária.

A nova posição gerada no interior dos jornais, no início do século XX, possibilitava a existência de uma carreira própria daqueles que seguem a atividade jornalística. Essa nova posição possibilitava, ao mesmo tempo, a reconversão em uma atuação política e literária, uma vez que através dela estabelecia-se contatos, conhecia-se pessoas e faziam-se vínculos com outras esferas sociais. A cobertura jornalística de determinados assuntos gerava a possibilidade de entrada em outras esferas de atuação, como no caso de Paulo Barreto que, em razão de suas matérias sobre a cidade do Rio de Janeiro, publicou um livro que lhe permitiu notoriedade como escritor. Essa nova posição vai se constituir junto com o crescimento do jornal como empresa e concomitante às mudanças que afetaram o jornal como empreendimento cujo produto a ser vendido era a informação, a notícia.

Considerações Finais

Este artigo permite mostrar que o exercício do jornalismo, no Brasil, consolidou a formação de um capital de relações sociais diversificado. A coabitação, para usar aqui um termo de Elias (2001), nas redações de políticos, intelectuais e literatos, permitiu desencadear o processo que leva à formação da car-

reira de jornalista. Ao reunir indivíduos com qualidades tão diversificadas, criam-se as condições para uma determinada configuração da posição de jornalista no interior das redações. Isso é percebido, dentro das limitações deste texto, pela análise das trajetórias dos jornalistas em diferentes períodos e as relações que estes estabeleciam com outras esferas sociais. Pode-se, então, notar que as transformações que afetaram a “condição de jornalista” em períodos distintos da história do jornalismo estão associadas a um conjunto de recursos sociais que caracterizavam os investimentos neste setor. A relação entre política e literatura, no interior dos jornais, fez surgir, gradualmente, uma nova profissão: jornalista. Essa nova profissão passa a ter, desde o seu princípio, fortes laços e relações com esses dois espaços, o que irá possibilitar fazer do jornalismo uma das profissões de fácil reconversão para atuação nessas esferas. A figura do repórter consolida-se como uma posição na qual é possível acumular recursos que podem ser reconvertidos para atuação em outras esferas sociais, ampliando, assim, os espaços de atuação e expandindo os vínculos daqueles que a ela se dedicavam. O jornalismo como espaço de reconversão de recursos transformou-se numa atividade profissional que passou a exigir uma escrita própria e uma dedicação especial. Portanto, os recursos que garantiam a notabilidade jornalística vinham basicamente do investimento na política partidária, na ocupação de cargos nas burocracias públicas, na posse de títulos acadêmicos, na participação em instituições culturais e literárias e no exercício do jornalismo no interior das redações. Se, em alguns casos, a trajetória profissional estava baseada em um ou dois desses recursos; em outros ela se dava pela combinação de uma variedade deles. Consequentemente, o exercício do jornalismo não representava o único nem o principal recurso para ascensão social, uma vez que boa parte

dos jornalistas em contextos diferentes ostentava títulos resultantes de vinculações com a cultura, com a política partidária e com a atuação em outros setores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. **Ideias em Movimento**. A Geração 1870 na Crise do Brasil-Imério. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOTELHO, T. Censos e Construção Nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, junho de 2005.

BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALABY, J. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e o Anglo-Americano (1830-1920). **Media & Jornalismo** (3) p. 29-50, 2003.

DEZALAY, I. & GARTH, B. **La Mondialisation des Guerres de Palais**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

ELIAS, N. Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval. NEIBURG, F. & WAIZBORT, L. (org) **Norbert Elias. Escritos e Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 69-112.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, p. 141-155, jun. de 1996.

FREIDSON, E. La Teoria de Las Profesiones Estado Del Arte. **Perfiles Educativos**. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, 2001, pp. 28-43.

LUSTOSA, I. **Insultos Impressos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVEU, Erik. **Sociologie du Journalisme**. Paris: La Decouverte, 2001.

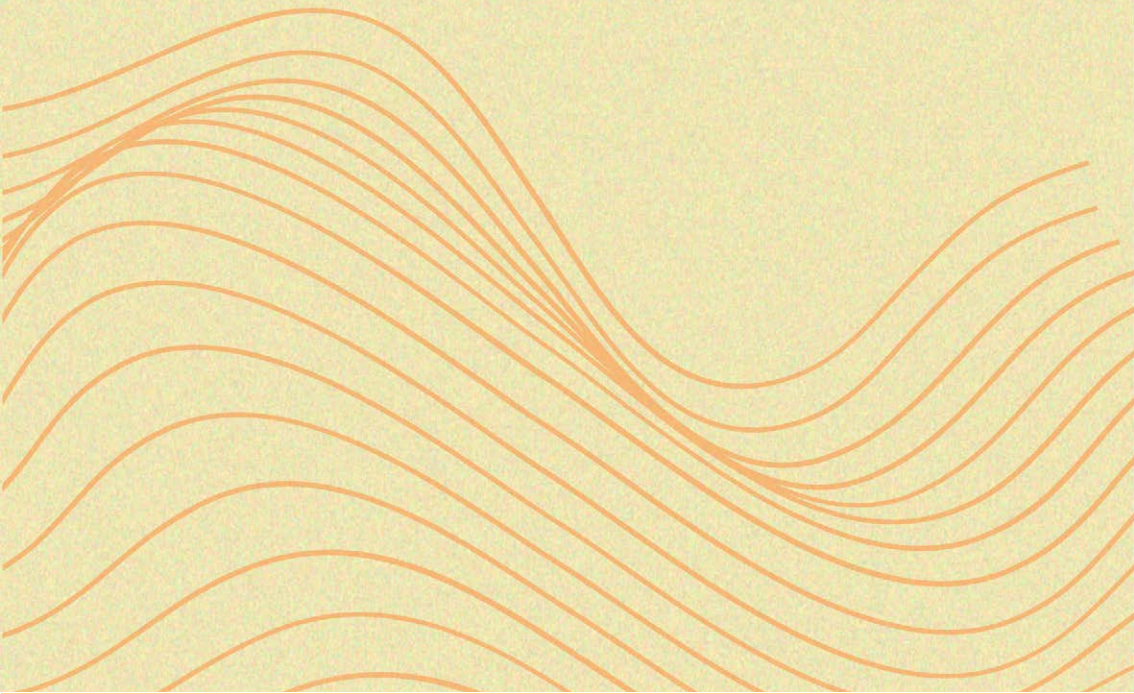
PETRARCA, F. R. **O Jornalismo como Profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em Sociologia. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, n. 31, 2003.

SODRÉ, N. W. **História de Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIDAL E SOUZA, C. **Repórteres, Reportagem e Construção da Nação no Jornalismo Brasileiro**. 2003, 287 f. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2003.

WEFFORT, F. As Escritas de Deus e as Profanas: notas para uma história das idéias no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57, p. 1-22, fev. de 2005.



**PARTE II:
PROFISSÕES E POLÍTICA**

CAPÍTULO 04

DAS CAMPANHAS PARA A POLÍTICA PROFISSIONAL: O OFÍCIO DE CABO ELEITORAL¹

PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados de uma pesquisa em nível de Mestrado² acerca da aprendizagem, iniciação e conversão para o ofício de cabo eleitoral, ou seja, como que se “fabrica” um cabo eleitoral, lançando mão do trabalho de Hughes (1964) e demonstrando que ser cabo eleitoral enquadra-se como uma possível etapa para a constituição e manutenção de uma carreira na política profissional. Não significa que seja uma garantia, mas é um passo importante para quem almeja se especializar profissionalmente na política. Para isso, os cabos eleitorais que foram analisados já possuíam um mandato eletivo, no caso, um mandato de vereador; esses cabos eleitorais se utilizam desse ofício como uma pré-campanha pró-

¹ Esse artigo é uma versão revisada do paper apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia da UFS no GT02 – Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas.

² A dissertação teve como título “O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia UFS (SANTOS, 2016) com apoio financeiro da CAPES.

pria e não aqueles que se valem do ofício de cabo eleitoral como “bico”. Como demonstrado em Santos (2016), temos os cabos eleitorais e os cabos eleitorais secundários, sendo esses os que compõem o grupo de atividades do cabo eleitoral principal.

Nesse artigo, trato de um cabo eleitoral específico que se encontra enquadrado em um perfil que aqui chamo de “padrão” para atuação nesse ofício. Na pesquisa, por conta da segurança da integridade tanto dos entrevistados como também da própria autora, foi decidido utilizar a estratégia metodológica de alterar os nomes de todos os mencionados, bem como a tudo que se referenciasse ao município intitulado Arapongas no Estado de Sergipe. Baseando no trabalho de Whyte (2005) em que o autor também fez um acompanhamento extenso, passando a viver no bairro que se tornou Corneville, é mostrado que não importa se os nomes são trocados, pois o que interessa para a análise são os fatos.

Ao realizar um trabalho de campo extenso durante as eleições de 2014, foi possível analisar vários aspectos do cotidiano da política, principalmente a relação dos cabos eleitorais com os seus respectivos partidos políticos e os grupos políticos os quais estavam inseridos ou, de certa maneira, havia a obrigatoriedade de se identificar enquanto nativo dos grupos locais. Uma característica que deve ser levada em consideração para um melhor entendimento desse trabalho é que os cabos eleitorais analisados já possuíam uma carreira na política profissional, ou seja, já exerciam um mandato eletivo, que, nesse caso, foram os cabos eleitorais que já atuam como vereador. O município em questão recebeu um nome fictício, como também os próprios atores mencionados na pesquisa com o intuito de proteger a integridade moral dos envolvidos, bem como da própria autora.

Para dar conta desse estudo, foi necessário lançar mão de dois métodos de pesquisa. Por se tratar de um estudo que en-

volve o cotidiano da política, o primeiro método foi a observação participante devido ao fato da necessidade de compreensão de como ele é constituído e como os atores atuam nele; as observações foram feitas em reuniões com os coordenadores de campanhas, sejam elas para tratar das “ajudas”, como também para prestar contas da situação em que os cabos eleitorais se encontravam, nos comícios, passeatas, carreatas, comitês, almoços, bem como no próprio dia da eleição e etc. Atrelado a isso, a utilização da técnica do diário de campo possibilitou ajustar as análises quando eram feitos os acompanhamentos.

O segundo método consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com os cabos eleitorais e elas foram de extrema importância, não somente pelo conteúdo das respostas feitas às perguntas, mas também por ser um momento no qual o cabo eleitoral não está exercendo esse papel, mas sim, o de vereador, que abarcava todo um discurso político; elas foram realizadas no gabinete na Câmara Municipal nos dias de sessão. O ator político em questão está sujeito à socialização entre os espaços em que está inserido e na construção do ofício de cabo eleitoral é importante compreender como se dá o recrutamento e a inserção nos grupos sociais que proporcionam o desenvolvimento dessa dinâmica.

Para isso, as entrevistas com cada cabo eleitoral foram focadas tanto em sua escolarização, sua entrada na política, sua atuação como vereador e, principalmente, a atuação como cabo eleitoral nas eleições estaduais de 2014. A escolha do grupo amostral se deu a partir das próprias observações nas sessões na Câmara. De um total de dezessete vereadores, foram selecionados dez, os quais demonstraram disponibilidade de acompanhamento e entrevista.

A dinâmica política no município de Arapongas tem por característica principal a sua divisão entre dois grupos: Cochara

e Matamatá. Antes desses grupos, o cotidiano político do município, como também do próprio estado, era regido por dois agrupamentos: Pebas e Cabaús. As alianças feitas no âmbito local eram regidas pelas orientações dadas por meio dos chefes políticos desses grupos. No município em questão, Pebas era composto por duas famílias, Brito e Saraiva, enquanto os Cabaús eram compostos por vários coronéis que se aliaram para quebrar a hegemonia das outras duas famílias políticas.

A partir daí, deu-se início ao crescimento desse grupo de coronéis, mas que posteriormente foi dividido em dois por desavenças que podem aparentar ser coisa supérflua, só que ao tratar de política, nada é relevado. Seguindo assim, um desses coronéis conseguiu se sobressair estando no poderio político do município por décadas e sempre competindo com outro coronel, mas com o fim do Estado Novo, novos atores foram surgindo por meio dos apadrinhamentos feitos pelos dois chefes políticos. Importante destacar que o coronel era um grande cabo eleitoral, considerado até como o primeiro (BLONDEL, 1957), e que o cabo eleitoral principal hoje faz o que o coronel já fazia em sua época, mesmo que se utilizando de outros meios; mandar ir buscar alguém para votar, pedir votos para algum político, estabelecendo trocas de favores, já eram práticas comuns no tempo do coronelismo.

Com o início da ditadura militar, esses novos atores foram se estabelecendo no cotidiano da política local, em que alguns conseguiram chegar, na época, à Assembleia Legislativa do Estado, e, assim, criando novos laços e os futuros grupos que se encontram até hoje, Cochara e Matamatá, nomenclatura essa inspirada em uma telenovela da Rede Globo, cujo enredo da novela acabou se encontrando com a realidade política desse município, e onde duas famílias encabeçam os grupos, apesar de haver outras que

façam parte de suas relações, estabelecendo, assim, uma rede política de base familiar, segundo as leituras de Lewin (1993).

Nessa estrutura política de dois grupos, que mesmo sendo uma eleição para deputados, senador e governo, o papel dos grupos é importante para o desempenho dos cabos eleitorais. Primeiramente, por eles já exercerem um mandato eletivo em nível local, espera-se que eles apoiem os candidatos dos seus respectivos grupos, mas não é uma regra e, sim, uma opção. Apesar da identidade política que esses grupos enraizaram no município, os cabos eleitorais possuem certa liberdade para apoiarem a quem eles quiserem, pois é nesse momento que eles cravarão um importante passo que é o da sua futura campanha.

2. “Licença e formalização” da atividade política-profissional

A princípio, cabo eleitoral não é uma profissão e nem uma ocupação. Entretanto, cargos eletivos como vereador, deputado (estadual e federal) e senador são consideradas ocupações de acordo com o Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)³, sob o número de 1111, legisladores e prefeito, vice-prefeito, governador, secretário etc.; também entram no código de ocupações sob o número de 1112, dirigentes gerais da administração pública. Com isso, a ideia de que política não é uma profissão já não é mais válida, mesmo não tendo um credenciamento como carrei-

³ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus deputados e senadores, e levada à sanção do presidente da República.

ras já consagradas, como na Medicina e no Direito, já é considerada uma ocupação.

Isso não invalida o cabo eleitoral por não se encontrar na CBO, tendo em vista que não gera vínculo empregatício de acordo com a lei eleitoral nº 9.504/97. Por mais que o cabo eleitoral não seja nem profissão e nem ocupação, para poder atuar como tal são necessários um saber específico e um investimento, seja de tempo, de experiência, de recursos materiais e/ou imateriais.

A socialização dos indivíduos ocorre em diversos domínios da sociedade, como a cultura, a religião, a tecnologia e a política, nos quais tomam lugar as diversas experiências que contribuem particularmente para o processo de construção da identidade social e da autoimagem do indivíduo em relação ao sistema político e às instituições da sociedade. Para os deputados e senadores que foram incluídos no universo empírico do estudo, tanto o jogo político quanto o social são duas faces de uma realidade, mas para que esses atores conservem o poder adquirido, é necessário que ajam não apenas como profissionais da política, mas como mestres em ambas as faces desse jogo. Assim, é fundamental que o capital social acumulado pelo agente seja reconvertido em capital político, segundo mostra Bourdieu (2011).

Um cabo eleitoral que já detém de um mandato não irá apoiar alguém só por apoiar ou muito menos ficar de fora da campanha eleitoral, mas apoiará aquele que ele acha que pode lhe dar um retorno futuro. É nesse momento que os cabos eleitorais irão antecipar a sua própria campanha, uma vez que eles voltarão às regiões do município em que eles são mais bem-recebidos e que contêm, assim, a sua própria base eleitoral.

Como poderá ser observado, para ser cabo eleitoral não é necessário diplomas, certificados para legitimar a sua entrada

na política. Os capitais que estão em jogo são, primeiramente, o capital social, de acordo com os espaços de socialização que o ator esteja inserido; e em segundo lugar, o capital político, esse sendo um capital que só é conseguido após a sua entrada e consolidação na política. Por se tratar de um município do interior de um estado pequeno do Nordeste, não é de se esperar que a política tenha sido construída e pautada nos recursos escolares desses atores políticos, muito menos nos recursos econômicos, pois são poucos os que podem gastar no período eleitoral. Em todas as entrevistas realizadas, não houve um cabo eleitoral sequer que não tivesse saído de uma infância na lavoura ou que não teve que trabalhar desde cedo para ajudar os pais.

3. Formação social e profissional dos cabos eleitorais: da lavoura para a política

Heitor Batista, 60 anos, nascido no povoado Caboclinho - interior do município de Arapongas - junto de seus 9 irmãos. Cresceu já tendo contato com o trabalho na lavoura ajudando seu pai, pequeno agricultor e produtor de fumo, pimenta e laranja, e sua mãe, dona de casa.

A fase inicial da sua escolaridade foi no mesmo povoado, já que o acesso ao ensino dado na cidade era difícil devido à falta de transporte, mas já adolescente foi estudar no Colégio Estadual D. João VI, onde terminou o ensino médio. Após concluir os estudos, ele foi trabalhar em uma cidade paulistana onde passou alguns anos e, ao retornar, fez o concurso para trabalhar em uma empresa pública e foi já atuando nela que alcançou o seu primeiro mandato eletivo de vereador. Depois de muito tempo, o cabo eleitoral resolveu fazer um curso, o de Gestão Pública, que ele afirma que só veio a acrescentar à sua carreira na política, pois

agora ele poderia legitimar mais ainda o que ele já havia aprendido por meio da experiência de seus outros mandatos:

Quando a gente quer trabalhar para o povo, temos que dar o nosso melhor. Um curso superior é de total ajuda porque a gente vai abrir nossa mente para novas ideias, e, em se tratando de Gestão Pública, ajudará mais ainda. A gente tem que ter um conhecimento mais apurado pra dar mais prestígio ao nosso trabalho. Só nesse pouco tempo já participamos de dois congressos, o que nos ajudou a modificar algumas ideias. Apesar disso, eu participei da Escola Nacional de Política do Instituto Tancredo Neves, como também de outros cursos menores, sempre da área da política. Quanto mais conhecimento, melhor. [relato em entrevista]

Encontramos aí o que Freidson (1998) chama de *expertise*, criando um antagonismo entre “profissional” e “amador”, que além do ator ganhar a vida com seu trabalho profissional, ele terá uma competência superior, um conhecimento mais apurado quanto à realização de um trabalho profissional (p. 200). Nesse caso, não temos um curso superior que ensine alguém a se tornar um político profissional, mas cursos que tratem de administração e gestão municipal que contribuem para o lado “técnico” da política, ou seja, contribuem para a atuação de um legislador ou de um dirigente de administração pública⁴. Já o lado prático, só é possível adquirir através da experiência, seja ela com ou sem mandato eletivo, pois como é sabido, há vários espaços

⁴ Segundo o CBO, sob o código 1112, as ocupações que se enquadram como dirigentes gerais da administração pública são: prefeito, vice-prefeito, governador, governador de distrito, secretário do executivo, presidente da República etc.

onde se pode adquirir conhecimento político, por meio de sindicatos, grêmios, associações etc.

Há também os casos em que os políticos profissionais não exercem mais a antiga carreira profissional, e seu tempo é exclusivo para a atuação no campo político. Todavia, não deixam de explicitar a sua formação e ainda usam o título para legitimar o seu discurso. Há um longo movimento que gera a imposição da especialização na política, isto é, em que se exige dos atores que se tornem “profissionais”, consagrando a maior parte do seu tempo às atividades políticas, desligando-se de uma profissão anterior ou mesmo não chegando a exercê-la, conseguindo monopolizar a ocupação de cargos e o direito às candidaturas, conquistando antiguidade e continuidade no interior do espaço político.

O cabo eleitoral Heitor relata que quando Ferreirinha retornou à vida política dez anos depois de ter o mandato de deputado estadual cassado, durante a década de 1960, ele o convidou, pois afirmava que tinha visto nele talento como uma liderança política, apesar de já ter sido uma liderança comunitária, que já vinha do seu pai. Mesmo seu pai não ter tido mandato eletivo, foi também uma liderança comunitária no povoado Caboclinho, onde muitas pessoas dependiam dele, pois exercia o papel de mediador delas para com o poder público, porque precisavam do seu apoio e, assim, crescendo, observando o pai trabalhar dessa maneira, cresceu junto com a vontade de seguir esse trabalho de seu pai, de ajudar quem não podia. Segundo o entrevistado, ele chegou ao cargo de vereador justamente por entender que, segundo suas palavras, “poderia fazer muito mais pela população”. Para esses cabos eleitorais, somente a vontade e a vocação para política bastavam para efetivarem seus “sonhos” e “desejos” de fazerem parte de um pequeno grupo de atores que fiscalizariam

e legislariam, representando, assim, as suas comunidades e o município. Esse é o discurso mais comum encontrado na política sobre as motivações de inserção e consolidação na política.

Antes de sair da empresa em que estava atuando, em 1988, ele recebeu um convite do então candidato a prefeito, Ferreirinha, para se candidatar a vereador. Nessa sua primeira candidatura, considerou-se muito bem votado, mas não venceu as eleições, ficando como primeiro suplente, mesmo tendo obtido votos que poderiam ter o elegido, mas devido à questão das legendas não conseguiu. Continuou trabalhando no setor público e mantendo a sua expectativa de se eleger efetivamente, permaneceu se empenhando em fazer um trabalho social que, de certa maneira, elevasse suas chances de chegar à Câmara Municipal e, em 1992, conseguiu se eleger mantendo ainda as suas funções na empresa. Chegando ao final de 1999, a empresa foi privatizada, e ele optou por sair dela e continuar sua trajetória política, pois ainda tinha o mandato até o ano de 2000.

Com as eleições desse ano, segundo ele relata, a perseguição dos políticos locais foi muito atenuada devido à sua “boa atuação pautada na idoneidade, responsabilidade com um trabalho investigativo” e que o prefeito na época tinha se sentido incomodado, levando a crer que ele era uma ameaça ao seu mandato, uma vez que ele estava fiscalizando. O cabo afirma que, com este pensamento, eles passaram a persegui-lo, e na eleição do ano de 2000 eles “caíram em campo”, comprando os seus votos que já eram tidos como garantidos. Ele fala:

E até hoje existe esse tipo de eleitor que troca seu voto por barganha, por cimento, por bloco, por medicamento, e eu não trabalhava com essa natureza e meu compromisso sempre foi com o mandato, de investigar, de legislar, com dignidade, mas infelizmente o coronelismo aqui na cidade

ainda estava em pleno vigor, né? Os líderes políticos não simpatizavam comigo porque eu era uma ameaça, tanto um lado como o outro, e eu perdi as eleições de 2000, a de 2004 justamente por essas razões, mas nunca abandonei o meu trabalho, o meu ideal que era ter de volta o meu mandato. Em 2012 fui eleito por um partido, uma coligação que me favoreceu pela legenda, pois na outra de 2008 eu tive muitos votos, mas não entrei justamente por causa da legenda, onde outros vereadores que tiveram menos votos que eu conseguiram entrar, e na de 2012 foi o meu caso. Mas isso faz parte da conjuntura política do momento e aí eu continuei a minha trajetória com os mesmos ideais, só que mais aperfeiçoados, mais dinâmico. [relato em entrevista]

Pela citação, o cabo eleitoral só conseguiu se manter na política por meio do assistencialismo, como o próprio afirma ter feito, pois, sem ele, não seria possível que seu nome se mantivesse, considerando o tempo em que ficou fora da Câmara Municipal, muito menos sem a ajuda de deputados para os quais trabalhou em campanhas. Depois que saiu da empresa, Heitor não trabalhou em outro espaço profissional a não ser o da política. Sua única renda era uma ajuda que recebia de um deputado estadual para quem trabalhou como cabo eleitoral em duas eleições, e durante esse período ele dizia que era “assessor político” do deputado em Arapongas e, assim, ele mediava as ações do deputado para com o município, aliando também às suas pautas.

Com isso, era possível se manter focado na política e prestar serviços por meio da associação sem ter seu tempo tomado por outra ocupação. Esse fato é um exemplo do clássico de Weber “viver da política e para a política”; vive “da” política porque não tem nenhuma outra fonte de renda a não ser que venha da política, seja por meio de mandato, de “mesada” de algum aliado parlamentar, e

vive “para” a política, pois todas as suas atividades giram em torno de sua vocação e grande sentimento para a política, como se tivesse nascido para isso e que é isso que tem que se fazer.

Certamente, o indivíduo pode exercer outras profissões e se tornar um líder político, isso fará com que a política insira outras esferas sociais e, assim, reconvertendo em recursos eleitorais, dispensando outras formas de intervenção e admissão social para o ingresso na “política” (CORADINI, 2001, p. 19) e, mesmo assim, podendo atuar nos dois mundos, ou seja, operando ou não diretamente em atividades instituídas como políticas (CORADINI, 2001, p. 22), não se valendo do exercício da profissão política (médicos com suas clínicas, por exemplo, que se candidatam; eles não dependem da política no âmbito profissional, mas aproveitam da sua formação já com uma clientela constituída pelos pacientes, podendo muito bem tê-los como possíveis eleitores).

Segundo Rodrigues (2002), Johnson considera que as atividades ocupacionais, na sua essência ou natureza, são uma consequência geral da divisão do trabalho, e que a emergência, em qualquer sociedade de saberes ocupacionais especializados na produção de bens ou serviços, cria relações de dependência social e econômica e relações de distância social – a especialização da produção correspondente à “desespecialização” dos consumidores. Nesse caso, atores políticos que detêm outra ocupação têm poder de “persuadir” a sua clientela a seu favor, pois ele têm para si a *expertise* que não pode ser contestada pelos seus consumidores. Nesse caso, o cabo eleitoral que é vereador irá acionar a sua base eleitoral para os seus candidatos, utilizando de seu conhecimento político legitimado pelo mandato, em que, ao mesmo tempo, irá acionar para si próprio, antecipando o contato de uma futura campanha municipal.

Sobre participação em sindicatos, o cabo eleitoral Heitor afirma que a sua participação no sindicato foi fundamental para a sua entrada na política, além de uma participação indireta através do seu pai que também foi um líder comunitário e cabo eleitoral do ex-prefeito de Arapongas, Ferreirinha, chefe político do Cochara. Ao entrar na empresa pública depois de alguns anos de trabalho, Heitor participou de uma greve dos funcionários da empresa, e devido ao seu destaque nessa greve, a diretoria do sindicato o convidou pra participar do Sinttel, fazendo com que esse fosse o seu segundo passo para uma trajetória na política.

Nessa participação, segundo o cabo eleitoral mesmo afirma, foi possível ter experiências que ampliassem os seus pensamentos acerca do que era realmente a política, fazendo com que se tornasse um defensor dos direitos trabalhistas. Com isso, ele permaneceu até o seu último ano na empresa, devido à sua privatização, pediu desligamento, pois entendeu que já não tinha mais interesse e que sabia das consequências que essa privatização traria para os servidores da empresa. No entanto, essa sua experiência no Sinttel possibilitou uma espécie de legitimidade ao seu mandato no que concerne aos assuntos sindicais do município como, por exemplo, o Sintese, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica no Estado, onde Heitor atuou no momento em que o Poder Executivo descumpriu a Lei do Piso Salarial. Ele coloca que a sua participação sindical, tanto militante quanto exercendo o cargo de diretor geral, foi importante para o seu primeiro mandato devido à base para essas questões de administração.

Sobre a *expertise* associativa e o conhecimento profissional, Lochard e Simonet (2010) demonstram que esse primeiro ponto consta na ideia de que, conforme a participação no militantismo, o ator social irá desenvolver um conhecimento de acordo com

as suas experiências dentro do associativismo; já o segundo, o conhecimento profissional, será aquele em que os atores sociais possuem o conhecimento legitimado, através do exercício da profissão conquistada pelo estudo na área. Para isso, os autores citam exemplos de associações da luta contra a Aids na França, o Greenpeace, entre outras.

Com isso, eles trabalham com o conceito de carreira profissional desses atores sociais, conceito esse vindo da escola interacionista de Chicago. O elo entre carreiras profissionais e o militância demonstrará que um movimento social vai mais além do próprio movimento, dando ênfase aos atores, pois são eles que darão vida ao primeiro. Para esse conhecimento associativista será dado o nome de expertise profana, explicitando assim a diferença entre esse tipo e a expertise profissional.

Exemplificando, os autores citam o trabalho de Becker sobre os usuários de maconha, os quais obtêm o conhecimento através da experiência, do contato direto e, assim, produzindo uma expertise sobre a técnica do seu uso. Logo no começo, os autores questionam o monopólio do conhecimento profissional e pontuam que a expertise profana poderia vir a questioná-los também. Ou seja, a construção de saberes múltiplos a partir da socialização dos espaços só demonstra como se é crucial para a formalização do ofício.

4. Política profissional e a consolidação de uma carreira

As perspectivas de um vereador são mais limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão. Porém, tudo isso varia de acordo com as estratégias político-familiares, como demonstrei

em um dos casos analisados em Santos (2020). Logo, o que o vereador pode pretender é permanecer no cargo e, em caso de se tratar de progressão na carreira, tornar-se prefeito, deputado federal ou estadual, ser nomeado para alguma secretaria ou órgão administrativo estadual, e secretaria municipal.

Fora isso, o vereador somente pode lutar pela sua permanência e ir em busca de apoios atuando como cabo eleitoral. Pode aparentar que ser cabo eleitoral para o vereador seja um “bico”, assim como para os cabos eleitorais secundários, mas o vereador que não atua como tal dificilmente conseguirá manter-se no Poder Legislativo e corre o risco de não conseguir mais se eleger; apesar de que ser cabo eleitoral durante as eleições estaduais não seja uma garantia de vitória futura, mas de um trabalho antecipado e dobrado de campanha própria. Por mais que alguns desses cabos eleitorais tenham afirmado à época da pesquisa não estivessem tão assim a “serviço” dos grupos ou que desejassem que esses grupos acabassem, nenhum deles entrou para a política profissional somente porque tinha “vocaçãõ” ou porque sempre sentiu que a política era o seu caminho. Outros elementos foram importantes para a construção dessa necessidade.

Quando se trata de política profissional, ainda mais quando se começa dos pequenos cargos da política e que no município existam grupos e chefes políticos, precisa-se de uma mediação para poder ser introduzido nesse espaço. Grill (2013, p. 251) coloca que “os mediadores (porta-vozes ou intermediários) são, nessa ótica, denominados de ‘tribunos de identidade’, pois se dedicam à construção identitária dos grupos: engendrando interpretações sobre a ‘história local’, redefinindo suas ‘raízes e suas ‘tradições’ [...]” e, assim, redefinindo seus espaços.

Algo importante que merece ser destacado antes da exploração dos dados é que durante os contatos com os atores, seja

por meio de qualquer metodologia utilizada para esse trabalho, o ator político tem a necessidade de se mostrar “honesto”, no sentido de desmascarar a concepção de “político corrupto” e que isso não ocorre nessa esfera. A reação às perguntas é uma espécie de “escudo”, justamente para quebrar esse senso comum, como se eles tentassem se policiar para que não seja “manchada” mais ainda a visão do senso comum em relação a eles.

Cunha (2004), quando falou em “aprendizagem, iniciação e conversão”, baseando-se no trabalho de Hughes (1964)⁵, tratou disso: o entrevistado que participou da diretoria de associação comunitária fala que partir da conversão não mais se pode dizer que um dia ele deixará de ser político:

A política sempre esteve em mim, mas como um profissional da política, foi quando eu assumi o meu primeiro mandato e senti a responsabilidade de cumprir o meu dever como um profissional. Quando entrei no mundo político, tive dois mandatos seguidos, depois disso, passei oito anos sem um mandato, mas as pessoas continuavam me chamando de vereador e eu nunca deixei de agir como um. Continuei o mesmo trabalho que eu já fazia, assistia os necessitados, levava-os a Aracaju para consultas médicas com o meu carro particular, chegando a fazer isso de madrugada. Era toda semana! Com certeza eu vivia para a política. Eu não recebia ajuda de custo nenhuma. Minha mulher é que sustentava a casa, mas eu nunca deixei de ajudar os outros, mesmo aqueles que não votaram em

⁵ O autor, quando trabalha “a fabricação de um médico” a apresenta como uma espécie de “modelo” da socialização profissional concebida tanto como uma iniciação, no sentido etnológico, à cultura profissional (nesse caso médica) quanto como uma conversão, no sentido religioso, do indivíduo a uma nova concepção de si e do mundo, em suma, a uma nova identidade.

mim. Muitos que não votavam em mim pediam a minha ajuda e eu não me importava. Eu só queria ajudar. [relato em entrevista]

Tendo feito a sua aprendizagem através dos meios de socialização que possibilitaram o contato com o cotidiano da política, conhecendo, assim, as facetas, os modos de exercício do ofício, o ator irá incorporar esse aprendizado para passar para a segunda etapa; a iniciação se dá quando o ator começa a atuar no papel de cabo eleitoral, sabendo lidar tanto com pessoas em geral como com os candidatos e lideranças políticas maiores, sendo, nesse caso, uma espécie de ponte, especializando-se no saber e criando habilidades a partir dessas experiências; a partir daí, conforme a prática se desenvolve, o ator passa a mudar a si mesmo através da incorporação de novas ideias sobre o que realmente é ser cabo eleitoral e da aquisição de competências efetivas que venham a possibilitar o seu desempenho. Essas etapas são essenciais para uma conversão identitária total e, assim, se consolidar no ofício.

A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas, paralelamente a todo o investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes. As disposições sociais, os hábitos do meio em que se processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras. Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar.

Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes es-

feras, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O recurso político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais. Torna mais clara a necessidade, apesar de não participar diretamente da política como uma ocupação, de o primeiro passo para a inserção nesse campo é que principalmente a família esteja aliada ou apoie algum grupo político. Com isso, a facilidade de se tornar um cabo eleitoral ou até mesmo chegar a pleitear um cargo eletivo aumenta, como também há uma maior diversificação de atores políticos a cada eleição.

Sobre a profissão política e sobre quem a exerce, Phelippeau (2010) fala:

Como em matéria econômica e em matéria profissional, no campo político os notáveis são, por excelência, “amadores”. Ocupam-se negócios públicos porque sua situação de fortuna e sua profissão lhes dão tempo e porque em virtude do caráter cumulativo das escolas de prestígio, sua superioridade social faz deles representantes “de fato” de sua comuna ou de seu cantão, os auxiliares “naturais” dos ministros e dos príncipes. Supõe-se que sua superioridade social é que os torna aptos a dirigir a cidade, e não sua capacidade administrativa ou sua excelência profissional (p. 192).

Logo, parafraseando o que Weber colocou sobre os que se inserem nesse ofício, seriam esses os “notáveis” que vivem para a política, já que dispõem de tempo mesmo tendo outras atividades a exercer e não necessitam tanto da política para sobreviver. Seguindo essa mesma linha, Phelippeau também fala sobre aqueles que vivem da política, pois seriam esses que fizeram surgir

o profissional da política, surgindo também uma nova elite política, que se utilizava de outros métodos contrários aos dos notáveis. E essa dualidade entre notáveis e amadores que o autor coloca demonstra que até esse espaço da política não sobrevive somente com um grupo.

O que é mais comum são atores políticos que não conseguem retornar aos antigos mandatos eletivos ou ascenderem a algum outro novo cargo na hierarquia política. A única forma de se manter “vivo” na política é sendo cabo eleitoral no período de campanha estadual, conseguindo conseqüentemente um apoio futuro para uma nova candidatura. Quanto a isso, para os cabos eleitorais, fazer campanha para os deputados só fez com que eles saíssem ganhando no sentido de poder também fazer uma própria “pré-campanha”, pois esse é o momento em que eles se encontram mais próximos da população e podem, assim, retomar a sua base eleitoral, fazendo com que os seus candidatos levem melhorias para as suas regiões em seu nome.

Logo, o que se está em jogo, principalmente, não é somente a quantidade de votos que eles conseguem para os seus candidatos, mas também manter esses votos para si:

Com certeza que eu penso na minha campanha, a realidade tem que ser dita. Se eu cheguei na casa de um eleitor para eu pedir voto para o meu candidato, automaticamente eu já fui naquelas pessoas que já me acompanham e votam comigo, que são simpáticos ao meu trabalho, então tudo isso já é uma forma de fazer uma visita e falar “eu não sou candidato, mas aqui está os nossos e em breve será a minha vez”, então a gente já aproveita pra vender o peixe [risos]; a política tem dessas coisas, né? [...] Quando eu perdi as eleições de 2000, me tornei presidente de associação e com esse trabalho consegui trazer muitos benefi-

cios para os carentes da zona rural, que por consequência viviam afastados dos serviços básicos onde o poder público deveria ter atuado. E com mais essa experiência da associação, consegui executar algumas obras de caráter beneficente, temos exemplos de Caboclinho, Asa Branca, Candieiro, Passo Fundo, e diversos outros povoados daqui da região e, enfim, foi uma trajetória sempre de luta e também no assistencialismo. Eu sempre desempenhei e desenvolvi por entender que o povo precisava do nosso trabalho e foi muito útil para as pessoas nesses anos que não eram atendidas pelo poder público. Hoje é muito deficiente, imagine anos atrás. [relato em entrevista]

Nesse momento, percebe-se que o papel de cabo eleitoral se confunde com as ações feitas pelo vereador, não necessariamente com as suas obrigações por lei, mas ações como a de mediação, de assistencialismo, da facilidade de contato com lideranças maiores. O único político que realmente exerce o papel de cabo eleitoral é o vereador.

Essa afirmação se dá, pois qualquer político pode atuar como um cabo eleitoral, tanto um deputado estadual fazendo campanha para um prefeito de alguma cidade com a qual tenha contato e uma base eleitoral como também o próprio governador do estado pode interceder politicamente; todavia, o trabalho de ir todos os dias às ruas, panfletar, visitar comunidades, bairros, povoados e sempre estar em busca de mais pessoas para trabalhar na campanha só o cabo eleitoral que é vereador pratica. É somente ele, pois ele é o único que realmente depende desse momento justamente por ser o político que se encontra no último posto hierárquico da política. Exemplo desse caso foi o apoio recebido pela senadora Luciana Almeida pelo grupo Matamatá, como também de cabos eleitorais do Cochara. Dessa maneira,

podemos confrontar a fala de um deputado reproduzida em Bezerra (1999, p. 135), pois o prefeito não pode ser cabo eleitoral de vários candidatos em um mesmo pleito, a não ser pela campanha para senador quando essa for eleger dois senadores.

O vereador, muitas vezes, pode ser um melhor aliado do que o prefeito, principalmente quando esse último já se encontra em grupos políticos locais, enquanto o vereador pode caminhar entre os grupos ou apoiar candidatos de outros municípios. Fica em jogo a credibilidade desse apoio quando ele é fragmentado e, assim, não tendo muito efeito a participação do prefeito enquanto apoio para arrecadar votos quando ele não segue uma linha, apoiando candidatos da situação e oposição. Por mais que o vereador seja um cabo eleitoral pequeno, que tem seus contatos, muitas vezes restrito ao município, ele consegue angariar votos que proporcionem segurança a seus candidatos.

Conclusão

Por mais que essas vertentes das Ciências Sociais busquem estudar a representatividade política no âmbito local, raramente mencionam o papel do cabo eleitoral em seus estudos, principalmente os que se pretendem a estudar as relações entre deputados e senadores com as suas bases eleitorais. Buscou-se dar mais espaço a esse ator político esquecido ao examinar o cotidiano da política partindo do município. Se a política se inicia no município, por que não dar ênfase aos atores que dela fazem parte? E ainda mais quando propomos o estudo com um objeto que é esquecido por duas vezes: o cabo eleitoral que é vereador.

Através das análises e da exposição da literatura, foi possível identificar aspectos do cotidiano da política que auxiliam na formação do ofício de cabo eleitoral e que viabiliza principal-

mente uma especialização e consolidação na política profissional. Por mais que tenha sido analisado um tipo de cabo eleitoral, o estudo mostra que é necessário carregar algumas características, como a constante atuação na política, a habituação ao dia a dia da política, a composição de um capital social e político, sendo essas as que aperfeiçoam as habilidades e saberes do ofício, demonstrando também que possuir um mandato eletivo de vereador – dando destaque aqui à política no âmbito local – acaba sendo mais valioso para campanhas estaduais, pois o cabo eleitoral que é vereador consegue abarcar vários níveis de relações e consegue manuseá-los tanto para os seus candidatos como para si próprio, além das relações com os grupos locais e estaduais através dos partidos políticos.

A consideração da socialização dos indivíduos, que contribui para tornar desejáveis alguns tipos de retribuições mais do que outros, insere-se evidentemente nessa linha. A relação de uma linearidade entre a aprendizagem, iniciação e conversão foi empregada de modo a compreender como se constitui a formação desse ofício. O problema não é tanto decretar que determinada atividade proporciona retribuições “simbólicas”, mas sim compreender como certas práticas proporcionam e permitem, mais do que outras, extrair competências e habilidades que venham a serem cruciais para a atuação do ofício do cabo eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BLONDEL, J. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CUNHA, N. V. **Como se fabrica um policial**: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. *Comum* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.

GRILL, Igor Gastal. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

HUGHES, Everett. **Men and their Works**.- Collier-Macmillan Canada, Ltd., Toronto, Ontario, 1964.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOCHARD, Yves. SIMONET, Maud. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnel. In DIDIER, Demazière. CHARLES, Gadda. **Sociologie des groupes professionnels**. La Découverte, Recherches, 2010, p. 274-284

PHELIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A. & LACROIX, B. (orgs.). **Norbert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RODRIGUES, Maria Ligia. **Sociologia das Profissões**. Portugal: Celta, 2002.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana Santos. **O ofício de cabo eleitoral**: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, 115f.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana Santos. **Em nome das redes:** família, amizades políticas e alianças em Sergipe. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020, 234f.

WHYTE, William Foot. **Sociedade de Esquina.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAPÍTULO 05

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERFIL SOCIOGRÁFICO

MARÍLIA OLIVEIRA DE JESUS

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre o perfil sociográfico e a atuação profissional dos delegados de polícia do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGVs) do Estado de Sergipe. Tal objetivo será perseguido a partir de um levantamento biográfico (origens sociais, espaços por onde passou, vinculações políticas/militantes/associativas/religiosas/profissionais anteriores e/ou atuais) desses profissionais, objetivando compreender em que medida essas experiências interferem na sua atuação profissional no referido Estado.

A formação acadêmica em áreas como Jornalismo, Educação, Direito, entre outras, contribuem para a atuação em movimentos sociais, organizações não governamentais e partidos políticos como militantes e lideranças qualificadas. Desse modo, proceder-se-á à análise da composição social e do processo de recrutamento do conjunto dos delegados de polícia dos DAGVs que atuam no interior dos movimentos sociais e à identificação

dos recursos sociais mais valorizados para a atuação nesse órgão buscando apreender suas formações universitárias, seus investimentos profissionais, seus possíveis engajamentos políticos e militantes e suas concepções de profissão e política.

A atuação em causas sociais como o combate à homofobia, a defesa do meio ambiente, a promoção da igualdade racial, entre outras, por parte desses profissionais tem um papel importante na militância, visto que eles possuem uma formação acadêmica e técnica que contribui para novas possibilidades de usos da profissão e do título universitário. Para legitimar o ativismo dessa nova forma de mobilização do saber em prol das causas sociais é exigida cada vez mais a competência de experts. Ou seja, a formação técnica específica é o recurso desse profissional na mobilização dos movimentos sociais.

A fim de analisar a relação entre a esfera profissional e a existência, ou não, de engajamento na defesa de causas sociais, pretende-se analisar a conjuntura sócio-histórica e os contextos particulares na perspectiva de remontar as trajetórias sociais desses atores a partir dos processos de socialização. Além de analisar quais são as características sociais dos profissionais que atuam nessas causas.

Em outras palavras, visa-se investigar as origens sociais, formações universitárias, investimentos profissionais, possíveis engajamentos militantes e vínculos políticos dos delegados de polícia dos DAGVs de Sergipe para buscar entender se e como essas inserções e experiências influenciam suas visões de si mesmo e do mundo, dando um novo significado à formação técnica. Trata-se, portanto, de analisar o peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos (PETRARCA, 2016). Desse modo, a figura do profissional militante e a sua carreira se ajus-

tam na circulação entre o saber profissional e o engajamento político, entre a profissão, a associação e as instituições públicas.

2. Um breve estudo do Direito no Brasil

O título de bacharel em Direito, desde a primeira metade do século XX, é um dos critérios exigidos para o exercício da profissão de delegado de polícia no Brasil. Há, contudo, casos de profissionais que tomaram posse do cargo sem apresentar esse diploma. Desde que o governo deixou de controlar e possuir o monopólio sobre o ensino jurídico, em 1891, surgiram muitas críticas a respeito do nível das instituições criadas ao longo do século XX. Enquanto algumas poucas escolas podiam ser citadas como exemplos de excelência, a maioria era vista como sinônimo da falta de qualidade. Em 1996, mais de um século depois da liberalização, uma decisão do governo federal tornou possível a quantificação das diferenças na qualidade do ensino de Direito oferecido no país. No último ano de faculdade, os formandos passaram a realizar exames de conhecimentos específicos na área jurídica. O resultado foi apresentado sob a forma de conceitos hierarquizados – do “A” para as melhores escolas até o “E” para as piores – e demonstrou a diversidade entre as instituições. Nesse período, o número de faculdades saltou de duas, em 1891, para mais de 500 no início do século XXI. Porém, até 2001, apenas um pouco mais da metade das escolas em funcionamento – 276 –, havia formado turmas. Isso nos permite concluir que, em um período de menos de cinco anos, quase dobrou a quantidade de escolas de Direito no Brasil.

O delegado de polícia, em termos de prestígio, não conta com o mesmo status dos integrantes do Ministério Público e da magistratura. Seja pelos vencimentos relativamente reduzidos

na maioria dos estados do Brasil ou devido à periculosidade das atividades exercidas ou ainda por uma quantidade menor de garantias de carreira, a preferência pela carreira de juiz, por exemplo, é maior entre os estudantes de Direito do que a de delegado de polícia. Em pesquisa realizada em 1999 pelo Ministério da Educação com todos os formandos dos cursos de Direito que realizaram o Provão, 26% gostariam de seguir a carreira de juiz, enquanto apenas 10% destacaram a preferência pela polícia. Se separadas em conceitos – do “A” ao “E” –, as respostas revelam que nas instituições que receberam as piores avaliações o interesse pelas delegacias de polícia é três vezes maior – 12% – contra apenas 4% entre as demais.

No sistema processual brasileiro, cabe às polícias civis estaduais a primeira atividade da persecução penal. É atribuição dos delegados investigar crimes, apontar sua autoria, realizar perícias, prender em flagrante, proceder a inquérito policial, lavrar ocorrências e termos circunstanciados. Trata-se de uma série de atos que servirão de base para o processo penal. Diz o artigo 144, parágrafo 4, da Constituição Federal: “Às Polícias Civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”.

De acordo com o Código de Processo Penal, a função de Polícia Judiciária se consolida, principalmente, por intermédio do inquérito policial, isto é, o conjunto de atividades realizadas por requisição do Ministério Público ou direcionadas ao Poder Judiciário. O inquérito policial pode ser definido como um procedimento administrativo com objetivos de esclarecer infrações penais e apurar sua autoria, tendo por finalidade colher elementos mínimos que permitam ao Ministério Público oferecer a denúncia ou a um particular ingressar em juízo com a queixa-crime.

Essas atribuições, sem dúvida alguma essenciais em qualquer sociedade, podem facilmente ser confundidas com o uso arbitrário da força e, pior ainda, com o mundo sem lei dos bandidos. É certo que muitas das deficiências da Polícia Civil têm contribuído para a cristalização de uma imagem negativa da instituição, misturando-se em um mesmo rótulo bons e maus policiais. As imagens negativas, repletas de preconceitos, não discriminam homens e mulheres. Todos, de forma indistinta, recebem o carimbo da truculência, da corrupção, da insensibilidade. Ainda que se diga que todos os profissionais são forçados a conviver com estereótipos, no caso dos policiais têm-se uma soma de traços, por vezes, excessivamente contraditórios.

O delegado é, ao mesmo tempo, o doutor, a autoridade pública, o conselheiro, o burocrata insensível, o corrupto, o violento. Isso dificulta a consolidação de uma identidade, sobretudo em tempos em que se valoriza a lei, os direitos e a transparência. No caso das mulheres, essa dificuldade é multiplicada, já que se trata de ingressar e fazer carreira em uma instituição predominantemente masculina, assentada em valores supostamente viris. Dar ordens, presidir inquéritos e saber usar arma são exigências profissionais que interagem conflituosamente com traços tradicionalmente considerados femininos. A rigor, a delegada enfrenta a combinação de dois preconceitos: os relativos à mulher e os que dizem respeito ao policial. Assim, trata-se de ser mulher em uma profissão predominantemente masculina e de ser policial em uma sociedade que acostumou a ver a polícia como pura força.

3. Gênero e mercado de trabalho

São conhecidas as dificuldades da participação da mulher na vida pública. Transpor o lar e ingressar no mundo do trabalho

e na política são conquistas recentes, mas distantes ainda de um patamar de igualdade, como impõem os preceitos da cidadania. Práticas discriminatórias, declaradas ou sutis, afetam a universalização dos direitos civis, políticos e sociais.

Dados sobre o mercado de trabalho indicam que, embora venha crescendo o número de mulheres na força de trabalho, sua proporção em postos de chefia é mais reduzida do que a de homens e sua remuneração comparativamente mais baixa. Da mesma forma, a participação política feminina no eleitorado, apesar de hoje compatível com sua proporção na população, é muito desigual na elite política. Em atividades de representação, ações afirmativas ainda não alcançaram resultados capazes de atenuar de modo significativo a expressiva diferença de participação por gênero.

O diferencial na participação de homens e mulheres no espaço público não é o mesmo em todas as áreas. Há, sem dúvida, esferas em que o ingresso feminino provocou menos resistências, quer porque entendida como mais compatível com as atribuições familiares, quer por não comprometer estereótipos sobre os papéis masculinos e femininos, ou ainda por serem pouco disputadas por homens. Por outro lado, a necessidade de arcar ou de cooperar para a renda doméstica explica a já antiga e forte presença de mulheres dos grupos sociais mais pobres em ocupações menos especializadas.

A escolaridade crescente das mulheres vem contribuindo para a ampliação de sua participação no mercado de trabalho, particularmente em ocupações que exigem maior formação educacional. Assim, o aumento do número de mulheres em cursos universitários responde em boa medida pela presença feminina em carreiras de nível superior. Nos últimos anos, tem-se assistido a uma quebra da exclusividade masculina em diversas áreas com a extensão da pre-

sença de mulheres em profissões anteriormente vistas como um privilégio ou uma “reserva de mercado” de homens.

A mulher portadora de carteira de trabalho ou com renda própria deixou de ser apenas a operária, a educadora, a prestadora de serviços domésticos, a enfermeira, a assistente social. Homens passaram a enfrentar a concorrência feminina em postos de comando e em funções de elevada especialização. O ingresso feminino em arenas anteriormente monopolizadas por homens não significa que tenha havido a extinção de preconceitos, mas que muitas fissuras foram abertas, abalando antigas fortalezas. Entre as carreiras de nível superior, uma das funções tradicionalmente ocupadas por homens é a de delegado de polícia. O estereótipo da profissão combina formação em ciências jurídicas com traços viris. Afinal, afirma-se, lidar com a bandagem exige conhecimento das leis misturado a altas doses de autoridade, de força, de coragem e de capacidade de decisão – atributos supostamente masculinos.

A carreira de delegado de polícia é expressivamente masculina. As delegadas são em número menor do que os delegados. A entrada de mulheres nas Instituições de Segurança Pública no Brasil é recente, somando pouco mais de 50 anos de história. De acordo com autoras que se dedicaram ao tema (CALAZANS, 2003; SOARES, MUSUMECI, 2005), um marco para esse fato histórico foi a criação de um Corpo Feminino na Guarda Civil do Estado de São Paulo, em 1955. Posteriormente, já nos anos 1970, esse grupo foi integrado à recém-formada Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ainda de acordo com o inventário realizado por Soares e Musumeci, foi também a partir dos anos 1970 que as Polícias Militares de outras unidades da federação passaram a incorporar mulheres aos seus quadros de pessoal, o que às vezes foi feito de forma unificada nos quadros masculinos e às vezes não.

Após a abertura da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, na cidade de São Paulo, em 1985, essas unidades passaram a ser criadas em outros estados brasileiros e as polícias precisaram ampliar seus quadros de mulheres para atender a essas novas delegacias que tinham entre as características definidoras da especialização que todo o atendimento deveria ser realizado pelo efetivo do sexo feminino. A experiência brasileira de incorporação de mulheres nas polícias não foi fato isolado e na mesma época esse movimento ocorreu em outros países da América Latina (Donadio, 2009). Na região, os primeiros países a contarem com mulheres atuando nas forças policiais foram o Chile e Uruguai, em 1939 e 1931, respectivamente. Em outros países, como El Salvador, Honduras y Guatemala, esse processo teve início com a reformulação das políticas de segurança interna, a partir dos anos 1990, resultado dos processos de pacificação (Donadio, 2009: 85). No Brasil, a inclusão de mulheres nas forças policiais veio no bojo dos processos de redemocratização política. Na ditadura militar do Brasil, as Polícias Militar e Civil, as três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), bombeiros e mesmo policiais femininas foram agentes de uma atividade que alguns autores denominam “polícia política”, responsável por episódios de torturas, desaparecimentos e extermínios.

Essa polícia política atuou com grande independência operacional, a fim de não prejudicar a eficácia de suas operações, mas essa independência não deve ser confundida por autonomia operacional, visto que esses agentes estavam diretamente subordinados aos oficiais gerais do sistema de informações. Com a redemocratização, o fim da ditadura militar e o advento da Constituição Federal de 1988, direitos individuais que haviam sido constantemente violados durante o regime militar foram restabelecidos. Os direitos à vida, liberdade e integridade pessoal foram reconhecidos, e a tortura e a discriminação racial,

consideradas crimes. Tais eventos provocaram nas instituições públicas, inclusive nas corporações militares, questionamentos sobre qual seria a sua função dentro de um Estado Democrático de Direito. Seria necessário romper com o modelo policial totalmente vinculado à ditadura militar, devido às transformações em andamento na sociedade brasileira, pautadas em práticas democráticas e no fortalecimento da cidadania.

As mudanças necessárias à Polícia Militar passariam por alguns eixos. Primeiro, por mudanças nas políticas de qualificação profissional, por um programa de modernização e por processos de mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais para a polícia; as relações com a comunidade, contemplando a espacialidade das cidades; a mediação de conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo.

São eixos fundamentais na revisão da função da polícia. O movimento social feminista foi um dos que resistiram ao regime militar. O avanço das conquistas femininas teve consequências como a redução da taxa de fecundidade e o aumento do nível de instrução da mulher. Unido a isso, um processo acelerado de industrialização e urbanização contribuiu para o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e para a elevação da sua renda. Ademais, estudos sobre mercado de trabalho e gênero confirmam o acréscimo do número de mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1980. Esse melhor desempenho feminino em termos de ocupação pode ser atribuído à remuneração inferior das trabalhadoras, ao seu nível de escolaridade mais elevado ou à dimensão de gênero que imputa às mulheres habilidades e atributos que são demandados pelos novos postos de trabalho, ou por atividades antigas que os homens entendiam como “femininas” e se negavam a exercer. O processo de introdu-

ção da mulher na economia formal operou profundas mudanças nos valores e atitudes das mulheres nas mais diversas áreas de trabalho, inclusive no serviço militar.

O fator militar explica a entrada das mulheres na Polícia Militar, coincidindo com um momento em que a instituição policial buscava configurações condizentes com a realidade da sociedade brasileira e precisava rever sua relação com a ditadura militar. As características atribuídas ao gênero feminino, como calma, profissionalismo e mediação, seriam condizentes com o novo perfil “humanizado” pretendido ao policial.

A ausência de problematização das concepções de segurança pública, atividade policial e inserção feminina nos quadros da Polícia Militar permite formar-se, no imaginário dos gestores de segurança pública e da população em geral, a crença de que as mulheres são mais democráticas, menos violentas no exercício do policiamento ostensivo. Assim, à medida que surgem novas concepções de segurança pública, levando a alterações nas ações de polícia (por meio de políticas preventivas, como o policiamento comunitário), associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, esse imaginário permite supor-se haver um “novo” lugar para as policiais femininas (Calazans, 2004).

Com exceção do estado de São Paulo, que instituiu o seu corpo feminino na Guarda Civil em 1955, as demais PMs iniciaram a criação dos seus quadros femininos no final dos anos 1970 e, principalmente, no início de 1980. A princípio, as mulheres ingressaram na PM para realizar atividades em que o corpo masculino, cuja característica estava mais voltada para a repressão, exibia dificuldades, como o trato com crianças abandonadas ou com mulheres e adolescentes infratores. Ademais, exercendo tais funções, as mulheres “liberariam” os homens para atividades de combate à criminalidade urbana.

4. A mulher na profissão de cuidado

A reflexão sobre o cuidado tem sido tratada como importante elemento de análise no âmbito da sociologia e pensada a partir de sua complexidade, particularmente pelas perspectivas feministas. Danièle Kergoat (2016), por exemplo, discorre sobre o “trabalho do cuidado”, a partir de uma perspectiva materialista, chamando atenção para a “redefinição” do próprio conceito de “trabalho”, que vai ganhando novos contornos e sendo enriquecido pelo interesse despertado por questões relativas ao trabalho doméstico, o trabalho de produção dos meios domésticos, o trabalho doméstico de saúde, o trabalho militante, a divisão sexual do trabalho e, por fim, ao próprio trabalho de cuidado.

Dessa maneira, a autora apresenta que, gradativamente, “o trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de ‘produção do viver em sociedade’” (KERGOAT, 2016). Seguindo esse princípio lógico, “o trabalho torna-se assim uma atividade política”.

No âmbito das reflexões feministas, tal dinâmica conceitual perdura por meio dos próprios questionamentos tratados sobre o trabalho do cuidado. Para a autora, “na verdade, o trabalho de cuidado pode ser considerado o paradigma dessa produção do viver”. Cabe-nos descrever a pertinente ressalva feita por Kergoat:

Contudo, deve-se destacar que, embora tal definição de trabalho confira dignidade tanto ao trabalho doméstico gratuito como ao trabalho doméstico remunerado e, mais amplamente, ao trabalho de cuidado, é indispensável observar o que essa dignidade recuperada não oblitera o fato de que se trata – também – de trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido, e que as mulheres

normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não (KERGOAT, 2016, p. 19).

Do ponto de vista teórico e empírico, outro aspecto relevante a ser destacado diz respeito ao trabalho de cuidado, no contexto brasileiro, como um processo de mercantilização. Nadya Araujo Guimarães abordou a questão atentando para situações diversificadas, considerando o trabalho de cuidado exercido em âmbito doméstico ou externo, seja gratuitamente ou de forma remunerada, de modo a analisá-lo a partir de duas diretrizes: por um lado, apontando a atividade de “cuidado com/do outro” (“care”) como “um rico domínio para revisitarmos debates recentes sobre o processo de mercantilização de um determinado bem ou serviço” e, por outro lado, tomando-a como elemento ilustrativo da “controvérsia em torno do trabalho do cuidado, no sentido da sua contestação moral” (GUIMARÃES, 2016).

Nadya Araujo Guimarães faz sua reflexão por parte de uma tentativa de compreensão do processo de “profissionalização” das atividades de cuidado e está atenta para o forte vínculo das atividades de cuidado “da forma, ou da sua figura fundante, que é a do ‘amor materno’”. Dessa maneira, a perspectiva da autora é a de chamar atenção para a necessidade de libertação de tais vínculos dado que:

Esta última forma se associa (i) ao cuidado como naturalizado, como “feminino”, como atribuição de mulheres; (ii) ao trabalho de cuidado exercido sem remuneração, sob uma relação compulsória, no “lar”, um domínio regido pelo sentimento, e onde não haveria lugar para o interesse (GUIMARÃES, 2016: p. 75).

Como já ressaltado por diversos estudiosos sobre o tema do cuidado, um ponto comum é a visão crítica sobre a associação

entre o exercício das múltiplas atividades de cuidado com o feminino, estabelecida a partir de perspectivas “naturalizadora” e “essencializante”. Isso vale tanto para atividades de trabalho remuneradas e ainda mais intensamente para as atividades de cuidados não remunerado, exercidas em grande parte no âmbito doméstico. Mesmo considerando as mudanças sociais e comportamentais que atingem o tradicional padrão social de família, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, dado o aumento contínuo e crescente da participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda persistem práticas e percepções das mulheres como “responsáveis” pelas atividades domésticas não remuneradas.

5. Análise do perfil sociográfico das delegadas de Polícia dos DAGVs de Sergipe

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) foi criado em setembro de 2004 com o intuito de atender a um público específico vítima de violência (idosos, deficientes, público LGBT, mulheres, profissionais do sexo, pessoas negras, vítimas de intolerância religiosa, crianças e adolescentes). A unidade que se encontra na capital está instalada no bairro Centro e conta atualmente com uma coordenadora-geral, seis delegados, sendo cinco mulheres e um homem, além das trinta e duas mulheres e vinte e um homens, entre agentes e escrivães.

Essa unidade é composta pelas delegacias especializadas: Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEACAV), Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacia de Atendimento aos Idosos e Pessoas com Deficiência (DEAIPD) e Delegacia de Atendimento a Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa (DACHRI). Além desse núcleo, o DAGV possui ramificações no interior do Estado, nos municípios

de Estância no bairro Santa Cruz, Itabaiana no bairro Centro, Largo no bairro Centro, e Nossa Senhora do Socorro no conjunto Fernando Collor.

O funcionamento do DAGV de Aracaju, que antes atendia somente em horário comercial das 8h às 18h, foi estendido e, desde 22 de outubro de 2018, fica aberto ao público para atendimento durante 24 horas. O horário estendido é resultado de uma luta do movimento LGBT, que após a morte da transexual Laysa Fortuna, denunciou o atendimento do delegado plantonista, que registrou lesão corporal leve para o caso que posteriormente evoluiu para homicídio. Esse foi um dos temas abordados nas entrevistas com os delegados: o atendimento às vítimas.

Para traçar um perfil sociográfico dos delegados de polícia do DAGV em Sergipe, foram feitas entrevistas com oito, das dez delegadas que atuam tanto na capital quanto nos municípios. Na primeira visita ao DAGV de Aracaju, expliquei o objetivo da visita e meu interesse em entrevistar a coordenadora e as delegadas. Aguardei por um tempo, e depois de um telefonema que a funcionária que me atendeu fez para a coordenadora, fui informada que procurasse pelo escrivão Rodrigo¹. Eis que encontro a coordenadora nas escadas, apresento-me para ela e peço que me conceda uma entrevista, mas ela se negou. Explicou que não tinha disponibilidade, mesmo sendo informada que poderia ser fora da delegacia, no horário que ela achasse conveniente, porém, mais uma vez recebi a negativa. Ela me orientou que falasse com Rodrigo para que ele me auxiliasse no contato com as demais delegadas.

O acesso às delegadas não foi complicado, apesar da grande demanda de trabalho que essas delegadas atendem por dia.

¹ Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos atores.

Foi explicado antecipadamente ao escrivão – que estabeleceu o contato com as entrevistadas – sobre a pesquisa e o objetivo das entrevistas. As delegadas foram informadas que se tratava de uma entrevista semiestruturada, ou seja, havia uma pergunta como ponto de partida, mas não um roteiro fixo de perguntas e respostas, a entrevista se daria como uma conversa e por se tratar de um método baseado na história de vida, com o objetivo de traçar um perfil dessas profissionais, a entrevista poderia durar em torno de, pelo menos, uma hora. E que, por isso, elas poderiam escolher um local e horário que fossem adequados de acordo com suas agendas. Todas foram muito solícitas e sem nenhuma resistência, aceitaram de imediato o pedido, marcando para a mesma semana as entrevistas. Houve aquelas que, inclusive, ficaram muito satisfeitas em saber que estava sendo desenvolvida uma pesquisa voltada para os profissionais que atuam na causa do combate à violência contra a mulher.

As entrevistas ocorreram no próprio prédio do DAGV, onde cada delegada me recebeu em suas respectivas salas. Foram feitas algumas perguntas, desde onde estudaram na infância até planos para a aposentadoria. Passando por temas mais voltados para a formação dessas profissionais, como o porquê da escolha do curso de Direito, ou se houve alguma influência por parte da família e/ou dos amigos para a escolha de prestar concurso para delegado. Assim como também, algumas perguntas de caráter pessoal, como a relação da maternidade com o trabalho e questões sobre a atuação de uma delegada mulher.

Das delegadas entrevistadas, uma delas foi aprovada no concurso que ocorreu no ano de 1993, três delas foram do segundo concurso promovido pelo Estado em 2000 e as outras quatro no último concurso em 2005. Atualmente um edital do certame encontra-se em andamento.

Um dado que chamou atenção foi que todas revelaram não ter interesse em advogar e nem em ser delegada, apenas o delegado informou que queria seguir a carreira do pai, também advogado. As demais fizeram a escolha pelo concurso com o intuito de ter estabilidade financeira, algo que foi muito estimulado pelos pais desde jovem. Dentro da carreira do Direito, todas almejavam os cargos de juiz e promotor. Uma das delegadas, inclusive, fala sobre a escolha por Direito estar associada ao *status*, “manter o *status* da época”, isso em 1990. Outra delegada faz o mesmo relato, tendo pelo menos dez anos entre elas, sobre o interesse em cursar Direito, ter relação com as profissões que estavam na moda, citando Medicina, Engenharia e Odontologia como exemplos.

Então, essas falas reforçam o que a literatura diz, como foi apresentado anteriormente, que a formação em Direito se construiu em bases elitistas, mas que o delegado de polícia não recebe o mesmo prestígio que as profissões de juiz e promotor, e, por isso, segue não sendo a preferência entre os profissionais do Direito e tendo a menor remuneração.

Quando foi perguntado sobre se houve algum contato com militância, engajamento político ou envolvimento com grêmios estudantis durante a juventude, a resposta foi negativa. Contudo, relataram que tiveram contato com trabalhos voluntários, enquanto cursaram Direito. Já outras afirmaram que só depois da sua atuação no DAGV é que tiveram mais envolvimento com um “ativismo social”. Um compromisso em contribuir com a sociedade a partir do conhecimento adquirido na profissão, como revelou uma delegada: “A gente ajuda da forma que se enquadra a nossa carreira. A gente dá palestras em escolas e instituições, justamente orientando a população”. E também fazendo um trabalho junto às comunidades estudantis, nos movimentos sociais,

nos ativismos de mulheres negras, de comunidades de religiões de matriz africana, comunidades LGBT. “Eu tenho participado com muito gosto, nessa parte do ativismo social. Tem me trazido um conteúdo maior, tem me enriquecido muito”, revelou outra entrevistada.

Percebemos, aqui, como os profissionais do Direito se utilizam da expertise para a defesa de causas. Ainda que não tenha, anteriormente, uma relação com um engajamento político, a partir do momento que sua profissão os leva a entrar em contato com a causa, eles se utilizam desse mecanismo.

Sobre a experiência de ser mãe enquanto delegada de polícia, todas afirmaram que foi um divisor de águas na carreira, pela forma como a maternidade despertou um lado “mais paciente, mais tolerante e com mais força pra lidar com os problemas”, que ajudou muito na maneira de ver os casos de violência no trabalho e lidar com as vítimas. Em contrapartida, todas as entrevistadas assumiram sentir culpa por ter que voltar a trabalhar e não poder estar com os filhos. Uma delas afirmou que ser mãe e ter o sentimento de culpa é algo que não se dissocia. Uma delas chegou a dizer que não conseguia sair de casa para fazer algo para si mesma, comprar algo para seu uso pessoal no shopping, por exemplo, ou apenas sair um pouco para relaxar, porque isso a fazia sentir-se mal, pois entendia que deveria sair apenas se fosse para comprar algo para seu filho.

A relação da mulher com os cuidados é tão arraigada na sociedade e continuamente alimentada para que essa lógica permaneça funcionando, mantendo as mulheres nos cuidados com a casa e com a família e/ou em profissões de menor prestígio (que, conseqüentemente, pagam salários menores), que as mulheres sentem-se culpadas sempre que não estão desenvolvendo essas atividades que lhes são associadas ou quando estão fazen-

do algo para si mesmas, como se fosse errado não estar sempre disponível para o outro. Essa relação ainda é profunda, ao ponto de mesmo tendo consciência de que seu trabalho é essencial, depois de se tornarem mães essas delegadas não se sentiam bem em voltar às suas atividades laborais.

Ainda sobre maternidade, umas das delegadas contou que, ao ouvir de amigas sobre a maternidade ser algo lindo, ela discordava dizendo que “gente, não é nada disso, é difícil que só, não é fácil”. Ela conta que fantasiou a maternidade, por não conhecer a realidade do dia a dia de um recém-nascido em casa, que a “ficha só caiu” quando chegou em casa depois do parto. Revelou, também, sua insatisfação em ver seu companheiro sair para trabalhar, enquanto ela ficava em casa. “Eu tinha raiva do meu marido quando ele saía pra trabalhar, porque eu achava uma injustiça, que ele tava com a vida dele normal, tranquila, nada mudou e eu ali naquela situação”.

Diante do exposto, percebe-se que há uma relação de culpa por sentir a necessidade de voltar às atividades no meio profissional que as afastam dos filhos, o que evidencia a desconstrução do mito da maternidade, como amor incondicional. Foi estabelecido que a mulher que é mãe é abdicada completamente ao filho e ao universo que o rodeia sem que as outras coisas, como o trabalho, sejam tão importantes. Portanto, aqui, podemos perceber que a delegada não achava justo ter que parar a sua vida enquanto o pai seguia com suas atividades normalmente.

Um relato interessante e que mostra muito bem como essa relação da mulher e do homem com os cuidados com filho, casa, família e trabalho ainda é muito desigual entre os gêneros foi o de uma das delegadas ao afirmar que, depois da maternidade, não saía mais para as operações na rua, ou seja, aquelas que envolviam busca, perseguição, uma exposição maior, que evitava o

máximo que podia, porque agora ela tinha alguém que dependia dela. Já o delegado, quando foi perguntado se a paternidade o fez se desencorajar para fazer alguma investigação na rua, que o expõe mais ao risco, ele respondeu que não, que é o trabalho dele e que “ninguém quer saber se você tem filho ou não, se é casado ou não”, você precisa fazer seu trabalho.

Outro dado importante que também revela essa desigualdade é que, de todos os entrevistados, apenas o delegado tem doutorado. As delegadas explicavam que não conseguiam se dedicar a um mestrado por não conseguir conciliar as atividades de casa, filho, família e trabalho com os estudos, porque a soma dessas atividades exigia muita dedicação. Isso mostra como a relação entre homens e mulheres está longe de ser igualitária, pois não há uma divisão igualitária de tarefas por gênero, mostra também como a sobrecarga no cuidado com todos atrapalha as mulheres nos seus projetos pessoais, como a busca por uma formação acadêmica, e tudo isso ajuda a explicar por que as mulheres têm dificuldade de alcançar certos postos.

Quando o tema foi falar sobre se elas sentem que recebem tratamento diferenciado no ambiente de trabalho por serem mulheres, se foram vítimas do machismo, as delegadas mais jovens contaram que não sofreram esse tipo de violência, pois já havia delegadas atuando tanto na capital quanto nos municípios por conta dos concursos anteriores e isso provavelmente mudou a forma com que a população e os profissionais da área enxergavam as mulheres delegadas, visto que elas já estavam há alguns anos ocupando esse cargo. Todavia, apesar de dizerem que não, em seguida, faziam algum relato sobre sua capacidade de atuação ser questionada, por serem jovens. Nos relatos foi possível perceber como as delegadas associaram machismo ao cuidado e proteção. Uma delas explica que eles (os agentes) queriam que ela não fizes-

se operações de rua, que deixasse esse serviço para eles, mas que ela dizia que não, que sabia manusear armas, que usaria o colete à prova de balas e que iria na frente, pois era o seu trabalho.

Já as delegadas mais antigas revelam que já foram questionadas por vítimas que queriam ser atendidas por um delegado homem. Outra delegada relembra como foi questionada sobre sua competência “por ser jovem e estar sempre bem vestida”, chegando até a receber uma proposta de um assessor² para não assumir o cargo e ficar apenas assinando os documentos, enquanto ele continuava atuando na delegacia. Ela conta que a subestimavam e afirma: “Isso me incomodava demais, eu era muito jovem na época e achavam que eu era dondoca”. Cinco anos depois foi que ela sentiu que conseguiu superar essa situação quando entrou para o quadro de delegadas do DAGV. Uma das delegadas conta um episódio que viveu, no início de sua carreira, em que foi preciso subir na mesa e ameaçar bater em um advogado com uma máquina de datilografar para se proteger pois se sentiu ameaçada pelo advogado que já tinha questionado o fato de ela ser a delegada achando que ela era uma estagiária.

A resposta de todas elas para sair dessas situações foi “fazer papel de durona”, ter que se impor de maneira mais firme para, segundo elas, ganhar o respeito e a confiança e provar que mereciam ocupar esse espaço que é historicamente dominado pelos homens. É interessante pensar como as mulheres criam estratégias para se afirmar quando assumem espaços entendidos como não sendo seus por natureza. Como percebemos nesses relatos, uma das estratégias é assumir posturas mais rigorosas, entendidas como características masculinas. Isso reflete o modelo tradicional das forças de

2 Assessor é o delegado comissionado, que assessorava o delegado concursado que tinha assumido o cargo.

segurança que é identificado com o masculino, por isso a estratégia das mulheres delegadas em adotar uma postura masculina.

As mulheres acabam por reproduzir esse comportamento violento que a polícia tem, por ser um ambiente masculino, como forma de se afirmar e de se proteger de práticas machistas que, muitas vezes, se travestem de cuidado colocando a mulher numa condição de incapaz de desenvolver o trabalho de polícia, limitando-a apenas ao trabalho burocrático.

Além dessas circunstâncias, as delegadas relataram os conflitos que existem entre as categorias. Como os policiais tentam pegar algumas atribuições do cargo de delegado, para ter mais poder, por exemplo. Uma delegada até brincou com o fato de que a profissão de delegado de polícia vai “sumir” daqui a alguns anos, tamanha fragilidade em que a categoria se encontra, como a desvalorização e a falta de reconhecimento se convertem em condições de trabalho precárias, como outras delegacias que têm mais prestígio e visibilidade, inclusive na mídia, como o DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), o Denarc (Departamento de Narcóticos) e o Deotap (Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública) têm mais investimentos e estrutura.

As delegadas também relataram falas e expressões que elas ouviram de pessoas de fora do DAGV diminuindo a importância das atividades desse departamento de polícia, dizendo que o trabalho desenvolvido pelas delegacias do DAGV é uma “xaropada”, “uma baboseira”, uma “besteira”, pois tratam de demandas voltadas para os grupos vulneráveis. Uma das delegadas chegou a explicitar seu desejo de sair do DAGV, mas que isso seria um risco, pois “tinha coisa pior”. Segundo as entrevistadas, as lotações de delegados se dão por meio da Superintendência de Polícia Civil e sofrem interferência direta de quem ocupa o posto de superinten-

dente ou mesmo de políticos (secretários estaduais de segurança pública, deputados, prefeitos...), ou seja, a depender das relações que um delegado mantiver com esses personagens ele pode pedir para ser lotado em uma determinada delegacia em detrimento de outra, mas com isso se fica “devendo um favor”. Diante disso, as delegadas disseram que não gostam dessa relação e preferem ficar onde estão, mesmo almejando outros cargos ou delegacias.

Também foi perguntado por que elas achavam que tinham sido indicadas para trabalhar no DAGV, todas responderam que foi porque tinham o perfil para o trabalho. Então, que perfil seria esse? Quais critérios eram utilizados para classificar se o delegado é apto ou não para o cargo? Todas responderam que acreditavam ter o perfil por serem mais sensíveis, pacientes, empáticas e que esses critérios eram necessários para ocupar o cargo. Então, foi perguntado se isso tinha alguma relação com o fato de serem mulheres. A resposta foi que sim, e a justificativa era a de que as mulheres teriam mais “jeito” para lidar com essas questões que envolvem vulneráveis. Ou seja, mais uma vez se revela aqui a tese estabelecida pela tradição de que as mulheres são mais humanas e sensíveis, que atribuem a elas o cuidado, por se tratar de uma delegacia diferenciada, que não trata de bandido e sim de vítimas. Estabelecendo, nesse sentido, a lógica de que homens não são tão sensíveis às causas e as mulheres mais capazes.

Considerações Finais

Diante do que foi levantado e analisado sobre o perfil dos delegados do DAGV, surgiu, então, um questionamento: será que as delegadas são nomeadas para trabalhar no DAGV porque têm realmente um perfil adequado para as atividades desenvolvidas por esse departamento de polícia ou porque outros delegados

não querem trabalhar com essa demanda porque veem esse departamento como “xaropada”? E, com isso, colocam as delegadas mulheres para trabalhar nos DAGVs com o critério de que mulheres são mais sensíveis. No entanto, vimos que nenhuma delas têm histórico com causas sociais antes de serem lotadas no DAGV, também percebemos que não há nenhum treinamento para habilitar essas delegadas ao trabalho com vulneráveis.

Diante desses relatos, podemos concluir que o perfil dos delegados de polícia do DAGV é de profissionais de classe média, que escolheram a profissão por uma questão financeira e somente depois de começar a trabalhar como delegado de polícia é que se interessaram pela profissão. Sem vínculo com causas sociais, usando dos mecanismos da profissão para se envolver com um ativismo social. Profissionais que se sentem realizados com sua profissão, mas se sentem frustrados, porque não conseguem desempenhar o melhor trabalho possível, por conta da falta de estrutura e investimento. Profissionais que desejam se aposentar e se dedicar a outras atividades e projetos que não envolvam a profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Maria Cândida dos Anjos. **Mulheres no Comando das Organizações: Um Caso de Polícia.** (Dissertação de mestrado), Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, 2002.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Ensaio Bibliográfico - As Profissões no Brasil e sua Sociologia. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, pp. 593 a 607, 2003.

BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo e Política no Mundo do Direito: As Relações dos Advogados, Desembargadores, Procuradores de Justiça e Delegados de Polícia com o Estado.** São Paulo: EDUFScar/Sumaré/Fapesp, 2002.

BONELLI, M. da G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: A profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 39, p. 61-81, fev., 1999.

_____. **Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000**. Encontro da Latin American Studies Association, realizado em Dallas, Texas, março, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

CALAZANS, Marcia Esteves. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CORADINI, O. L. Engajamento Associativo-sindical e Recrutamento de Elites Políticas: Tendências Recentes no Brasil. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 181-203, jun. 2007.

DANTAS, Humberto. **A Formação Acadêmica dos Delegados de Polícia**. In: **Delegados de polícia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

_____. **Ensino Jurídico e Classe Política**. Dissertação de mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-145, 1996.

_____. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Professionalism, the Third Logic: On the Practice of Knowledge**. University of Chicago Press, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Casa mercado, amor e trabalho, natureza e profissão**: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu* (46), janeiro-abril de 2016: p. 107-128.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

HEISE, L. (1995). **Gender-based abuse: The global epidemic**. *Cadernos de Saúde Pública*, 10.

HIRATA, Helena. O desenvolvimento das políticas de cuidado em uma perspectiva comparada: França, Brasil e Japão. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, número especial, p. 283-290, 2012.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras – As Várias Faces do Trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. **Apresentação. Dossiê Gênero e cuidado**. *Cadernos Pagu* (46), janeiro-abril de 2016: p. 7-15.

KERGOAT, Danièle. **“Divisão sexual do trabalho”**. In: HIRATA, H. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. **“O cuidado e as imbricações das relações sociais”**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

LARSON, Magali S. **The Rise of Professionalism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

MARUANI, MARGARET. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Org). **Mercado de Trabalho e Gênero**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORDEM dos Advogados do Brasil. **Ensino Jurídico**: Parâmetros para Elevação de Qualidade e Avaliação. Brasília: OAB, 1996.

PETRARCA, F. R. Ativismo Jurídico e Usos Militantes do Direito na Luta pela Igualdade Racial. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 2013, V. 56, n. 1, p.111-145.

_____. Carreira Profissional e Ativismo Social: As Lógicas do Engajamento na Defesa de Causas. **Estud. sociol. Araraquara** v. 21 n. 40 p. 99- 116 jan.-jun. 2016.

_____. Direitos Humanos se conquistam na luta: Igualdade racial, ativismo jurídico e defesa de causas coletivas no Rio Grande do Sul. 101 **Revista Sociedade e Estado**. v. 26, n. 1, p.151-173, Janeiro/Abril 2011.

SADEK, Maria T. Delegada: Doutora e Policial. In: **Delegados de Polícia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SADEK, Maria Tereza (org.). **Acesso à Justiça**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

_____. (org.) . **O Ministério Público e a Justiça no Brasil**. São Paulo, Sumaré/Idesp, 1997.

SADEK, Maria Tereza; DANTAS, Humberto. “Os Bacharéis em Direito na Reforma do Judiciário: Técnicos ou Curiosos?”. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 14 (2): 101-111, abr./jun. 2000.

SAFFIOTI, H.I.B. **“Violência de gênero - lugar da práxis na construção da subjetividade”**. Lutas Sociais. São Paulo: PUC, 1997.

SANTAMARÍA, A. **Derechos Humanos en América Latina. Mundialización y Circulación Internacional del Conocimiento Experto Jurídico**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008.

SEGAL, Mady. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro. **Revista nação e defesa**, n. 88, 2. série, p. 15-43, 1999.

CAPÍTULO 06

RECURSOS SOCIAIS, INSERÇÃO MILITANTE E DIVERSIFICAÇÃO NA ATUAÇÃO EM CAUSAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA

DIVÂNIA CÁSSIA C. SILVA

1. Introdução

O estudo aqui apresentado deriva-se de uma pesquisa maior acerca dos militantes que ocupam posições de dirigentes em movimentos sociais voltados para a defesa da causa educacional no município de Paulo Afonso - BA. Tal pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012 buscou compreender, através da análise das trajetórias, como diferentes recursos sociais podem ser acionados e reconvertidos para diversificadas formas de engajamento dentro dessas organizações não governamentais. Desse modo, a pesquisa aqui apresentada busca investigar estratégias de reconversões dos diferentes recursos e capitais em favor de espaços de poder, ou seja, como agentes acionam e mobilizam diferentes recursos para ocupar cargos de comando em diferentes espaços sociais (político, profissional, educacional, religioso).

Estudos recentes sobre movimentos sociais e grupos profissionais (CORADINE, 2002, 2008; OLIVEIRA, 2008; PETRARCA, 2007; SEIDL, 2008) apontam para uma dinâmica cada vez mais

presente nessas organizações: o recrutamento de “militantes especializados”, que possuem a especialização técnica e reconvertida em favor da ação militante dentro desses espaços. As características sociais dos agentes estudados são consideradas nesse estudo elementos fundamentais para compreensão de suas práticas e ações, tendo em vista que a participação política e o militantismo derivam de uma percepção de realidade adquirida ao longo de uma trajetória pessoal, profissional e política, construída pelos sujeitos envolvidos nesse espaço (BOURDIEU, 2002; GAXIE, 1977).

Tal análise envolve a investigação das origens sociais dos militantes, suas participações políticas e religiosas, escolarização e atuações profissionais. Parte-se do princípio de que os recursos sociais obtidos e acumulados ao longo das trajetórias dos indivíduos estão diretamente relacionados às diferentes formas de inserção e atuação em espaços de participação coletiva (BOURDIEU, 1996, 1998, 2002; LAHIRE, 2004; DUBAR, 1998; ELIAS, 2001; GAXIE, 1977). Assim, torna-se fundamental analisar como diferentes recursos sociais podem se tornar ‘trunfos’ para diferentes formas de engajamento, bem como ocupação de espaços estratégicos dentro dessas organizações não governamentais.

Esse estudo parte do princípio, ainda, de que as transformações estruturais ocorridas no município de Paulo Afonso, sobretudo, nos últimos vinte anos, tenham contribuído e/ou interferido de forma decisiva (TARROW, 1994) na formação dos movimentos sociais nesse município. Acredita-se, também, que a expansão da escolarização, inserida no bojo dessas mudanças estruturais apresentadas aqui, relaciona-se diretamente com as formas de engajamento e militantismo encontradas nesses movimentos sociais.

Essa pesquisa centra-se nas entidades voltadas para a defesa da causa da educação: Mandacaru, Cerspa, Sammpa, Raízes,

Repensar e Instituto Esperança. Justificando-se, primeiro, pelo fato dessas entidades possuírem uma maior representatividade; das treze existentes, essas seis desenvolvem ações em defesa da causa da educação; e, segundo, por possuírem um maior número de ações em parceria com instituições públicas e privadas. Salienta-se, ainda, que essas instituições, talvez pela natureza de suas ações, encontram-se mais fortemente presentes na mídia. Desse modo, tomam-se esses movimentos sociais como dispositivo para verificar as relações entre disposições sociais e participação política, entre engajamento e competência, recorrendo à análise das trajetórias sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Os movimentos sociais estudados apresentam algumas características em comum no que diz respeito à sua estruturação, como possuírem em suas coordenações e/ou direções “militantes especialistas” (PASSY, 2002; PETRARCA, 2007), ou que possuem nível superior. Não apenas possuem militantes especialistas em cargos de direção, mas também apresentam como característica comum possuir o envolvimento desses militantes na origem e implantação dessas entidades. Desse modo, o estudo dessas organizações não governamentais voltadas para a causa da educação aponta para a importância de recursos como a escolarização e as redes de relação, que sugerem ser fundamentais nesses espaços para processos de reconversão de diferentes capitais e até garantia de recompensas como a satisfação moral, identitária e a diversificação da inserção profissional.

A importância dessa pesquisa sobre militantes dirigentes, por meio da análise de suas trajetórias sociais, educacionais, políticas, religiosas, e profissionais, é verificada pela sua possível contribuição com as inúmeras discussões teóricas sobre a problemática do militantismo, que discute a relação entre disposições

sociais e participação política. Busca-se, assim, problematizar e compreender o processo de inserção e atuação dos militantes aqui investigados na militância em defesa de causas sociais.

Dessa forma, para dar conta do problema de análise, utilizo a pesquisa documental: trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações, teses), documentos oficiais e jornais impressos de circulação local pertencentes às instituições de educação, bem como, dos movimentos sociais envolvidas no estudo. O processo de inserção dessas pessoas na militância política, dada no decorrer de suas trajetórias individuais e coletivas, sugere a comunicação entre diversos fatores e elementos socioculturais. Desse modo, num segundo momento da pesquisa, para apreensão desses elementos, foram realizadas entrevistas com os militantes dirigentes dessas entidades visando à captação dos “eventos biográficos” constitutivos das trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos envolvidos no processo. Para essa pesquisa, foram realizadas dez entrevistas.

A investigação das trajetórias sociais dos indivíduos permite a realização de três momentos de análise. Num primeiro momento, é possível investigar as trajetórias por meio da relação entre os recursos sociais, escolares e profissionais e as diferentes formas de engajamento encontradas nas entidades pesquisadas. Num segundo momento, investigar as trajetórias dando ênfase para análise das redes de relação estabelecidas nas experiências sociais. Parte-se da questão de como os vínculos estabelecidos pelos sujeitos analisados podem ser mobilizados em favor de diferentes inserções profissionais e até inserção em espaços privilegiados nos movimentos sociais. E, num terceiro momento do trabalho, trata de analisar as retribuições (simbólicas, políticas e/ou profissionais) presentes na “ação política” desenvolvida nos espaços dos movimentos sociais.

2. Perfil e caracterização dos dirigentes pesquisados

É objetivo desse momento de análise destacar características mais gerais dos dirigentes investigados, construindo, assim, um perfil desses agentes. Os dados aqui expostos caracterizam as diferentes esferas de vida dos investigados, como suas dimensões escolares, suas origens sociais, suas trajetórias profissionais, suas trajetórias religiosas e, ainda, suas experiências político-militantes. Sendo as disposições elementos incorporados por meio de processos de socialização ao longo das diferentes experiências de vida e externalizadas nas ações cotidianas dos indivíduos (LAHIRE, 2004), é fundamental no estudo das trajetórias uma pormenorização dos eventos biográficos dos pesquisados.

Essas disposições, no caso da pesquisa em questão, mais precisamente disposições para a militância, são acionadas, ou não, quando inseridas em contextos sociais específicos e ainda quando inseridas em diversificadas redes de socialização. Isso porque os processos de socialização só possuem significados quando inseridos em redes de relações formais e informais, tendo em vista que as disposições para a militância são acionadas dentro desses laços, desses vínculos de amizade (PASSY, 2002). Desse modo, faz-se necessário registrar todos os elementos possíveis que possam contribuir não só com uma caracterização desses agentes, mas também com a compreensão dos usos e estratégias de mobilização de recursos variados ao longo de suas trajetórias.

Foram entrevistados 10 dirigentes de organizações não governamentais voltados para a defesa da causa de educação em Paulo Afonso, em que suas idades variam entre 26 e 45 anos. Do total de 10 dirigentes, 70% (7) são homens e 30% (3) mulhe-

res. As profissões dos avós desses dirigentes variam entre comerciantes e agricultores, e as profissões de seus pais variando entre funcionários públicos, desempregados e funcionários da CHESF: os pais de 3 dirigentes (Cerspa e Repensar) eram funcionários da CHESF (carpinteiro e motorista), os pais de 2 dirigentes (Raízes e Sammpa) eram funcionários públicos (secretária escolar e técnico administrativo), os pais de 3 dirigentes (Raízes e Mandacaru) foram declarados como comerciantes, e dos 10 dirigentes entrevistados, 2 declararam não ter conhecido seus pais (Instituto Esperança e Sammpa). As mães foram declaradas em sua maioria (80%) como domésticas, tendo duas (2) exceções (20%), sendo o caso de duas mães declaradas como funcionárias públicas do Estado da Bahia (Raízes e Sammpa).

É importante esclarecer que os avós e até os pais dos agentes pesquisados, em sua totalidade, são provenientes de outras cidades da Bahia e/ou estados vizinhos, como Alagoas, Pernambuco e Sergipe. A presença de alagoanos, pernambucanos, sergipanos e pessoas advindas de outras cidades da Bahia é muito comum em Paulo Afonso, tendo em vista que geograficamente o município faz divisa com esses três Estados e, no período da construção das usinas hidroelétricas, na década de 40, foram muitas pessoas, entre homens e mulheres, de diversas regiões, em busca de emprego na CHESF.

As profissões dos dirigentes investigados concentram-se, em sua maioria (90%), na área da educação, e um (10%) dirigente possui como ofício ser pastor da Igreja Presbiteriana. Os trabalhos na área de educação estão distribuídos entre as profissões de professor (50%) e coordenador pedagógico (40%). As profissões desenvolvidas por esses agentes estão diretamente relacionadas às suas escolarizações: 100% (10) dos entrevistados possuem o nível superior, 60% (6) possuem a pós-graduação,

20% (2) possuem a pós-graduação em andamento e 20% (2) não possuem a pós-graduação. Seus títulos escolares estão direcionados para a área de educação, em que 50% (5) possuem graduação na área de Pedagogia e Letras, 1 (1%) possui graduação em Sociologia, 20% (2) graduação na área de Administração, 1% (1) graduado em Matemática e 1% (1) graduada em Serviço Social.

Destaca-se que parte dos cursos ofertados pelas universidades e faculdades locais contemplam a modalidade Licenciatura, modalidade essa que habilita o graduando a ministrar aulas no serviço de ensino público e privado. Todos os entrevistados declararam que desenvolvem ou já desenvolveram algum tipo de trabalho remunerado nessa área profissional. Dos 10 entrevistados, seis (60%) declararam trabalhar ou já ter trabalhado como professor em espaços formais de educação (escolas) ou em espaços não formais de educação, como projetos e programas. Quatro (40%) declararam que trabalham ou já trabalharam como coordenadores pedagógicos em espaços formais de educação (escolas) ou em espaços não formais de educação, como projetos e programas.

Quanto à escolarização de seus pais e avós, as respostas demonstram uma significativa ascensão escolar e profissional em relação a esses, em que os avós, em sua maioria (70%), foram declarados como analfabetos e em 30% (3) dos casos se declarou não saber o grau de escolarização dos avós. A escolarização dos pais desses dirigentes oscilou entre analfabetos e nível médio completo; 50% (5) dos entrevistados declararam que seus pais possuíam o nível fundamental, 20% (2) declararam que seus pais possuíam o nível médio, 1% (1) declarou que seu pai possuía o médio-técnico e 20% (2) declararam não ter conhecido seus pais. Em relação às mães desses dirigentes, 60% (6) declararam o nível fundamental para suas mães, 20% (2) decla-

raram que suas mães são analfabetas e 20% (2) declararam que suas mães possuem o nível médio.

Quanto às experiências político-militantes anteriores dos 10 casos, quatro (40%) declararam não ter se envolvido em experiências políticas e militantes no passado. Outros seis (60%) declararam, sim, ter se envolvido em algum momento da vida com eventos político-militantes, sendo desses seis casos, apenas dois envolvidos com grêmios estudantis e todos os seis casos apontam para envolvimento com movimentos religiosos católicos. Dos 10 dirigentes investigados, dois (20%) pertencem à religião protestante, que declararam não desenvolver qualquer ação de caráter militante que envolvesse suas instituições religiosas.

Os militantes provenientes de movimentos religiosos católicos tiveram suas bases de formação religiosa ainda na década de 90, quando alguns grupos católicos ligados à Teologia da Libertação atuaram no município de Paulo Afonso, levando diversos grupos de jovens e adultos, sobretudo de bairros periféricos, a se organizarem em torno de bandeiras de luta como educação, saúde, moradia e saneamento básico. As experiências em movimentos religiosos surgem, assim, como importante recurso de engajamento nessas organizações em defesa da causa da educação. O capital militante adquirido com tais experiências ao longo das trajetórias desses agentes apresenta-se como recurso central para as inserções desses militantes em outras esferas sociais (a política e a profissão).

Evidencia-se, também, nesses casos, a importância do acionamento da esfera política na vida desses agentes, bem como dos processos de socialização vivenciados ao longo de suas trajetórias sociais. Desde cedo tiveram contatos com ambientes de coletivos que se mobilizavam em defesa de causas, o que os levou a tornar a dimensão político-militante como não apenas im-

portante, mas central, em suas vidas. Essas interações sociais só possuem significado quando inseridas em relações de amizade formais e informais construídas pelos agentes (Passy, 2002), e essas, inseridas em condições, contextos objetivos.

As predisposições para militar estão diretamente relacionadas aos processos de socialização vivenciados pelos agentes, podendo ser acionadas ou mesmo permanecerem inalteradas, a depender das condições sociais e objetivas nas quais estão inseridas nos diferentes contextos da vida (LAHIRE, 2004). Os casos investigados nessa pesquisa apontam para a influência e importância das experiências militantes em movimentos religiosos como recursos estratégicos nos processos de inserção nas organizações não governamentais pesquisadas. Tais recursos são reconvertidos a partir de diferentes inserções em redes de amizade formais e informais para diferentes inserções em espaços sociais variados, inclusive profissionais.

Nos casos exemplificados, recursos como escolarização, o ativismo religioso e as socializações vivenciadas ao longo de suas trajetórias, acionadas dentro de contextos específicos, tornam-se elementos que contribuem para a compreensão das formas de engajamento, atuação e permanência desses agentes em ações coletivas em defesa da causa da educação em Paulo Afonso - BA.

3. Recursos sociais, modalidades de engajamento e militantes dirigentes

As concepções adquiridas pelas experiências e participações em diversos espaços políticos ao longo das trajetórias de vida permitem formar uma competência específica que possibilita um maior grau de intervenção no interior das entidades (BOUR-

DIEU, 1996, 1998). Assim, a competência política dos militantes depende de seus recursos sociais, que envolvem, além da posição social, atributos ligados à origem e grau de escolarização.

Para o estudo das trajetórias, como possibilidade teórico-metodológica de apreensão das disposições presentes na ação militante, é fundamental ater-se a detalhes biográficos minuciosos dos diferentes momentos das trajetórias (pessoais, profissionais, escolar, religiosa, política) dos sujeitos, em meio a condições sociais objetivas, em que se manifestam disputas por espaços de poder, através da mobilização de diferentes estruturas de capitais. Considerar, desse modo, a relação direta entre disposições sociais e participação política, entre posição social e engajamento (BOURDIEU, 1998, 2002), é partir do pressuposto de análise da ação militante como movimento, conflito, continuidade, ruptura entre diferentes capitais (político, econômico, cultural, profissional, simbólico), que, em dados momentos, são mobilizados e combinados para reconversões objetivando ocupar posições estratégicas em diferentes esferas sociais.

Sendo assim, perceber as ações desenvolvidas nesses espaços, como resultantes de transformações sócio-históricas a nível macro e micro, significa captar os sentidos das ações, as subjetividades presentes no fenômeno estudado como possíveis somente dentro de condições sociais objetivas. Adota-se, desse modo, a perspectiva de interdependência entre mudanças na organização estrutural da sociedade e mudanças na estrutura dos comportamentos.

Dessa forma, as experiências e processos sociais aos quais estão submetidos as coletividades deflagram transformações e acúmulos sócio-históricos que, por sua vez, são interiorizados pelo indivíduo e refletidos em forma de ação social. O entendimento, aqui, é de que as trajetórias sociais, educacionais, políti-

cas e profissionais dos militantes contribuem para uma determinada forma de inserção e ocupação de cargos de direção nos movimentos sociais aqui pesquisados.

Foram realizadas dez entrevistas por meio das quais foi possível evidenciar quais e de que forma determinados recursos são mobilizados pelos militantes entrevistados em favor de suas inserções nesses espaços. Os dados coletados apontam para origem social menos favorecida economicamente desses militantes. Dos dez entrevistados, somente dois declararam possuir bem próprio quitado, sendo esse, a casa própria. Os pais e avós desses militantes eram, em sua maioria, agricultores e/ou comerciantes autônomos. Os avós foram declarados como analfabetos e os pais, com formação que varia de alfabetizados a médio completo.

As rendas oscilam de dois a cinco salários mínimos e, na maior parte dos casos, os entrevistados trabalham somente em um lugar. As rendas apresentadas pelos militantes não são provenientes de seus cargos nas organizações não governamentais, mas de programas ou projetos aprovados por outras instituições financiadoras e que essas organizações não governamentais executam. Ou ainda, desenvolvem trabalhos fora da instituição, em sua maioria, como professores, tendo em vista, inclusive, a formação em licenciatura. Os títulos escolares evidenciam-se como recursos comuns a todos os entrevistados.

Foi constatado que, dos dez militantes dirigentes entrevistados, todos possuem graduação, seis possuem pós-graduação completa, dois pós-graduação incompleta e dois ainda não possuem pós-graduação. Mais do que possuírem a graduação, o que interessa a esse estudo é a utilização desses títulos, o que torna a posse de um diploma um recurso, um mecanismo de mobilidade ou até de conquista de espaço. A importância dada aos títulos

escolares é evidenciada nas falas quando os entrevistados apontam para a necessidade em se capacitar para a militância:

A escolaridade e a militância precisam uma da outra. Elas se complementam. O militante precisa se profissionalizar. Padre Wilssom já falava: a Igreja, a militância, sozinha não enche barriga. Todo mundo na pastoral estudava... Tem que se profissionalizar para ser um bom militante. Tem que se capacitar para conseguir dinheiro, para sobreviver... Se não estudar, não se consegue sobreviver só da Militância (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

Os investimentos escolares presentes nas trajetórias dos militantes aqui investigados demonstram uma relação bastante estreita entre a polivalência dos títulos escolares e a diversificação de possibilidades do ingresso profissional e em militâncias variadas (CORADINI, 2002, 2008; OLIVEIRA, 2008; GAGLIETE, 2003; PETRARCA, 2007, 2008; SEIDL, 2008). Quase a totalidade dos casos investigados demonstrou ter o acesso ao ensino superior posteriormente aos seus ingressos na militância, o que sugere ser esses investimentos escolares uma complementação dos capitais político e militante, acumulados ao longo de suas experiências, sobretudo em movimentos religiosos e organizações não governamentais.

É muito interessante perceber que, em todos os casos estudados, a entrada na universidade e, mais ainda, a escolha dos cursos acontecem depois de uma inserção na militância. As graduações cursadas pelos entrevistados se concentram nas áreas de Educação, Pedagogia, Administração e Serviço Social. A trajetória político-militante dos entrevistados aponta para um despertar para a necessidade do investimento na escolarização dentro de uma área de interesse para a área de atuação político-militante:

[...] A maioria dos trabalhos que eu já desenvolvi foram voltados para a minha formação. As duas se influenciam, tanto a escolarização quanto a militância, elas se influenciam, se completam. Muitas vezes quando a gente atua na ONG, no movimento social, na sociedade civil, a gente discute muita coisa que é discutida na Universidade, a gente aprende na militância a fazer uma análise crítica da sociedade que, quando era preciso fazer, discutir os textos na graduação, eu não tinha dificuldade, porque já sabia fazer nos movimentos sociais... sabia fazer a relação entre a teoria e a prática (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

Pautando-se no trecho acima, percebe-se que existe uma relação direta entre as trajetórias político-militante e as trajetórias escolares desses sujeitos. A maior parte dos entrevistados teve sua inserção na militância ainda muito jovens, com movimentos religiosos, e só posteriormente, já dentro das organizações coletivas, é que há um despertar e, mais objetivamente, um direcionamento para o ingresso em determinados cursos de graduação voltados para a área de atuação desses sujeitos. Mais do que a obtenção dos títulos escolares, esses são mobilizados em favor de diferentes formas de inserção e atuação, não só na esfera da militância, mas também na esfera profissional. A percepção sobre a importância que os títulos escolares representam está clara nas falas dos militantes:

Tudo que eu consegui, o quanto eu cresci na instituição se deve a meu esforço e dedicação aos estudos. Foi com o resultado dos meus esforços que eu alcancei os lugares que eu ocupei e ocupo hoje. Seu Gilberto viu o meu esforço e dedicação com os estudos, e achou que eu estava preparada para assumir o cargo de coordenadora..." (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

O peso dos recursos escolares para a manutenção e permanência em suas atuações político-militantes, expressa-se, também, na fala do entrevistado acima, quando salienta que a maior parte de seus trabalhos profissionais como professor, coordenador de programas e projetos estão diretamente relacionados à sua formação acadêmica e às suas amizades. Ele informa que a sua formação como pedagogo e psicopedagogo foram elementos determinantes para os espaços profissionais que conquistou. Segundo ele, a formação acadêmica, que foi despertada ainda quando inserido na militância religiosa, significa um “caminho obrigatório” para fortalecer a militância e disputar espaços no mercado de trabalho.

Assim, os recursos escolares mostram-se importantes estratégias de manutenção do capital militante acumulado. Desse modo, as experiências vivenciadas ao longo das trajetórias escolares desses indivíduos demonstram ser fundamentais para a aquisição de saberes e competências específicas voltadas para a participação político-militante (GAXIE, 1977). Os investimentos escolares, nos casos aqui investigados, também apontam para maiores possibilidades de inserção no meio profissional.

Quando indagados sobre a escolha do curso da graduação e até da pós-graduação, os entrevistados respondiam, em sua maioria, que suas experiências com movimentos e organizações com o coletivo direcionaram a busca por cursos que os permitissem um “aperfeiçoamento”, um aprofundamento, uma relação entre suas práticas e a teoria da universidade. Era necessária uma especialização, uma obtenção de título junto à academia, mas não poderia ser qualquer título, qualquer curso, era preciso estudar aquilo que estivesse inserido na esfera da atuação político-militante em que estavam, e estão, inseridos.

A forma de entrada dessas pessoas na militância, na maior parte dos casos, aconteceu por meio da inserção em movimentos religiosos, em sua maioria, ligados à Igreja católica. Dos 10 casos, oito são provenientes de movimentos religiosos, sendo seis ligados a movimentos da igreja católica e dois ligados à igreja protestante. Na região de Paulo Afonso, no início da década de 1990, foi muito forte a presença de movimentos religiosos vinculados ao catolicismo, mais precisamente à “ala progressista” da Igreja, denominada de “Teologia da Libertação”. Esses movimentos estavam presentes em bairros populares e buscavam organizar o coletivo em torno de reivindicações para melhorias sociais:

[...] Era início da década de 90... Mais ou menos 92, 93... Eu entro nos movimentos da Igreja, da juventude, a Pastoral, movimentos comunitários, e a Igreja foi tudo... Com certeza. Se não tivesse sido ela, eu não seria o que sou hoje. Se não tivesse passado pelos movimentos da Igreja, acho que não teria passado pela vida de militância política que passei... (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

Esses movimentos religiosos presentes nos bairros menos favorecidos e mais distantes do centro da cidade, ao passo que agregavam e organizavam grupos em busca de melhorias para seus bairros, despertavam nessas pessoas indagações sobre suas identidades, numa relação entre lideranças, bairro e município. Em um dos casos estudados, um dos fundadores da Instituição Repensar relata nitidamente a contribuição dos movimentos sociais para a compreensão do contexto sócio-histórico e político do município:

Participei de catequese, MAC - Movimento Religioso de Jovens com Cristo... Enfim, tudo isso ajudou muito a entender

em que contexto nós estávamos, quem era o Jardim Bahia. Paulo Afonso era uma coisa interessante, não dava pra entender ainda... Nós nos sentíamos mais à vontade fora de Paulo Afonso [...] (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

O relato a seguir, em especial, traz fatos e eventos biográficos, sobretudo ligados à família, que contribuem para compreensão de sua inserção no meio militante. Personagens familiares tornam-se elementos importantes para a construção de disposições para a militância e, de forma bastante interessante, conectados ao processo de formação do município:

A forma que minha mãe morreu, abriu um pouco nossos olhos.... Ver no fato da morte da minha mãe, a forma que ela morreu, a forma com que ela não foi diagnosticada, a cidade não oferecia assistência médica, enfim, ver as falhas de problemas maiores, a situação do bairro Jardim Bahia, os arredores da cidade, enfim, entender a cidade..." (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

[...] É como se a gente passasse a enxergar as relações de poder. Com a morte de minha mãe e a desestruturação da família, a gente começou a olhar pra nós mesmos... Quem somos? De onde viemos? Mergulhamos nas pessoas do bairro, naquilo que o bairro representava.... Isso também, representado no meio escolar, porque foi o momento em que a Chesf parou de pagar nossos estudos, saímos de uma escola burguesa para as escolas públicas" (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

Desse modo, compreender a configuração das relações entre recursos sociais e defesa de causas em Paulo Afonso requer adotar uma perspectiva de interdependência entre mudanças na

organização estrutural da sociedade e mudanças na estrutura dos comportamentos. Nesse caso em especial, associado a este evento biográfico, um personagem familiar exerce influência para inserção e atuação na esfera da militância política. O irmão mais novo, engajado politicamente, influencia de forma determinante os outros três irmãos que, hoje, possuem diferentes participações político-militante:

[...], Mas Maciel, é uma figura de destaque nesse contexto porque ele foi o primeiro a ir pra rua, se jogou muito cedo pra militância. Apesar de ser mais novo, sempre andamos juntos e ele nos arrastou pra esse lado, ele foi nossa referência (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

Outros dois relatos destacam a importância de personagens familiares nesse processo de inserção no meio militante. Um deles, o presidente da Ong Raízes, cita sua tia, sua cuidadora, funcionária do estado, sindicalista, que o levava, ainda criança, para as reuniões. Outro caso é a presidente da Ong Mandacaru, que relata o fato de seus pais pertencerem a movimentos religiosos e ela sempre ter sido levada para as reuniões. Tais relatos reforçam a importância de eventos biográficos, bem como a influência de personagens familiares nas trajetórias desses sujeitos para as diferentes formas de engajamento e militância aqui investigadas.

4. Redes de relação, reconversão de recursos e diversificação de inserções sociais

Esse estudo busca verificar também como os vínculos estabelecidos pelos sujeitos analisados podem ser mobilizados em favor de diversificadas inserções profissionais e, ainda, em espaços estratégicos nesses movimentos sociais. A análise dos

espaços sociais através das interações estabelecidas com outros sujeitos e inserções institucionais, segundo Fontes e Stelzig (2004), permite o acesso a campos de sociabilidade antes não conhecidos ou acessados. As ações individualizadas inseridas num contexto social passam a ser, para o pesquisador, o foco de sua pesquisa, isto é, determinantes da estrutura social (esfera macro) a partir da esfera mais micro (as ações).

Desse modo, a posição do sujeito na rede de relação configurada ao longo de suas experiências biográficas é determinada por uma série de fatores sociais (Bourdieu, 2002; Gaxie, 1977), educacionais, políticos, religiosos, profissionais, que, de forma dinâmica, relacionam-se ao longo de sua trajetória, podendo permitir sua mobilidade dentro da estrutura social, bem como viabilizar processos de reconversão para ocupação de posições privilegiadas.

Um dos questionamentos que orientam o estudo aqui em questão é de que forma a expansão da escolarização, ocorrida nos últimos quinze anos em Paulo Afonso, resultado de um cenário nacional e de transformações locais, contribuiu para a inserção em diferentes movimentos em defesa de causas coletivas. Ou seja, de que forma a obtenção de títulos acadêmicos contribuiu para inserção na militância e os usos atribuídos a esses títulos para obtenção de cargos privilegiados dentro desses espaços? E ainda, como esse e outros recursos são acionados para construção e ampliação de redes de relação dentro dos movimentos sociais aqui estudados.

Portanto, analisar como os vínculos estabelecidos pelos militantes dirigentes dos movimentos sociais em defesa da causa da educação no município de Paulo Afonso - BA podem ser acionados e reconvertidos para obtenção de cargos de direção nesses espaços permite verificar as posições sociais ocupadas por esses sujeitos, dentro e fora dos grupos a que pertencem, a

partir de determinados recursos sociais que foram mobilizados ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais.

Os casos pesquisados apontam para a utilização das redes de relação estabelecidas pelos sujeitos dentro desses espaços, na ampliação do capital militante, e ainda, ocupação de cargos privilegiados, não só dentro dessas organizações, mas também a utilização de tais recursos para inserção na esfera profissional. A dinâmica de atuação em movimentos sociais agrega a realidade de estar em contato constantemente com diversas esferas e instituições, o que possibilita o estabelecimento de vínculos diversos, em áreas diversas. A análise das trajetórias dos militantes investigados permitiu perceber que os vínculos construídos por esses militantes, em suas trajetórias pessoais, educacionais, profissionais, políticas e religiosas foram utilizados para inserção em espaços diversificados e, mais fortemente, em suas atuações profissionais.

Todos os 10 casos investigados destacam a importância, em algum momento, de vínculos de amizade para sua trajetória pessoal e profissional. Seus vínculos têm se apresentado, em sua maioria, como bastante variados e extensos. Não é importante, para essa pesquisa, o tamanho ou a variedade da rede de relação, se não for devidamente acionada para fins determinados. Alguns casos chamam atenção para a forma estratégica de mobilização e reconversão desse recurso em recursos profissionais:

As redes de amizade que construímos foram muito importantes. Não adianta nada ter diploma, se não tiver amizades. Vivemos no mundo do “QI”, quem indica. Se hoje eu for pra qualquer cidade da região, eu arranjo trabalho. Conheço pessoas da época da militância religiosa, que falam que a qualquer momento, se eu precisar, eles me conseguem trabalho, contratos (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

A capacidade de mobilizar diferentes inserções e experiências acumuladas no trajeto político-militante mostrou-se, nesse estudo, um importante recurso no processo de reconversão de recursos profissionais. Todos os entrevistados relataram a grande importância de possuir, em seus currículos, as experiências com o trabalho comunitário ou trabalhos com movimentos sociais. Em suas áreas de atuação profissional, tal elemento é de extrema importância e relevância para o destaque profissional. Desse modo, suas vivências e experiências político-militantes adquiridas, inclusive, fora da academia, tornam-se importantes recursos no processo de seleção profissional e até em outras inserções militantes.

Essas experiências tornam-se recursos a partir do momento em que esses sujeitos as mobilizam para inserções variadas, inclusive profissionalmente. Isso significa que não é apenas acumular experiências, mas associá-las a outros recursos que torne possível, não só a ampliação de capital militante, mas também maiores possibilidades de entrada na esfera profissional:

A militância é importante para o currículo, para a vida profissional. O cargo de coordenadora que ocupo hoje foi uma pessoa, uma coordenadora de outro projeto que eu trabalhei, em Coronel João Sá, que já conhecia meu trabalho, e me indicou. Também contou muito meu histórico de militância. Isso é muito importante, mas é preciso conhecer pessoas e eu conheço muitas. Nunca tive dificuldade de ser selecionada para um trabalho... (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

Por estarem envolvidos em diferentes ações, com diferentes grupos e instituições, os militantes de movimentos sociais investem na construção e consolidação de vínculos que lhes

permitem, por um lado, viabilizar com sucesso ações de suas organizações, e por outro, suas inserções em outros espaços de participação coletiva. Em relação à utilização das redes de relação para contribuir com a efetivação e agilidade nas demandas internas das instituições, isso se mostrou comum em todos os casos pesquisados.

Os militantes entrevistados declararam que algumas vezes recorreram a diretores de instituições, parlamentares, gerentes de bancos, gestores públicos, entre outros, pessoas de suas relações pessoais para apresentar projetos e fazer determinadas solicitações, mesmo antes de enviar tais demandas pelas vias burocráticas legais. É o caso do Instituto Esperança, que possui um projeto de educação popular para alfabetizar adultos em parceria com a Secretaria de Educação da Bahia. Mesmo antes de enviar o projeto pelos trâmites burocráticos legais, o presidente da instituição o apresentou para um determinado parlamentar ligado ao grupo religioso a que pertence.

Apesar de destacarem a importância de títulos escolares para suas inserções profissionais, percebe-se na análise das trajetórias desses militantes a associação desse tipo de recurso escolar às redes de relação estabelecidas na esfera militante. Parte dos militantes, ao serem indagados se, em algum momento, foi necessário recorrer a contatos para ocupar determinados espaços na esfera profissional, responderam que sim. Mesmo aqueles que responderam que seus investimentos escolares foram os elementos determinantes para suas ascensões profissionais, revelaram, em algum momento, a contribuição de determinados contatos para tais conquistas:

A maioria dos trabalhos que eu tive foi a partir dos contatos que eu tenho, da minha rede de relação, inclusive ser

indicado para ser o presidente da Ong. O último trabalho que eu tive foi no Programa consórcio da Juventude, em que o Raízes foi parceiro nesse programa e meu nome foi indicado por pessoas conhecidas da Ong. Claro, era preciso ter a formação, mas também, os contatos foram fundamentais para eu ser o coordenador do programa (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

A manutenção dessas redes de relação mostrou-se, nos casos investigados, um mecanismo de extrema importância para diversificadas inserções no meio político-militante e profissional. A habilidade para efetivar novos e importantes vínculos de amizade exige por parte desses militantes um acúmulo de recursos, notadamente relacionados às suas trajetórias pessoais política e militante. Tais recursos são resultados de suas inserções em espaços variados como a família, movimentos religiosos, movimento estudantil, sindicatos, partidos políticos, entre outros, que servem como subsídios para, não só estabelecer esses vínculos, mas, sobretudo, acioná-los e reconvertê-los em recursos profissionais:

[...] Sérgio, seu Gilberto e Dona Vilma iam para a Igreja, nós frequentamos a mesma igreja... e sempre conversavam comigo... Me observavam... minha dedicação, o meu empenho com os estudos, minha responsabilidade. Até que um dia, seu Gilberto perguntou se eu tinha interesse em assumir a coordenação de projetos do CERSPA (Trecho de entrevista realizada em maio de 2011).

Desse modo, as redes de relação estabelecidas por esses militantes, associadas a recursos diversos (escolares, político-militante, religioso), constituem importante instrumento de diversificação na atuação militante, bem como, possibilidades de inserções profissionais.

5. Trajetórias sociais, inserções profissionais e retribuições da ação militante

Os estudos acerca dessa temática demonstram que, cada vez mais, os movimentos sociais contam com militantes e dirigentes ‘expertos’ (técnicos qualificados) ou ‘profissionais militantes’, como pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, advogados, jornalistas, que mobilizam suas especialidades acadêmicas e/ou profissionais no interior dessas entidades para defesa de causas coletivas e garimpar cargos de chefia. As retribuições para esse tipo de militância podem vir através de recompensas materiais como inserção no mercado de trabalho, promoções ou mesmo retribuições simbólicas, como reconhecimento identitário, status, satisfação moral, recompensas de caráter cultural, como acesso a informações e a esferas sociais diversificadas.

Os investimentos acadêmicos e profissionais tornam-se cruciais para o ‘militantismo profissional’ (F. Matonti. e F. Poupeau, 2004), em que a especialização desse tipo de militância é proveniente, sobretudo, dos investimentos acadêmicos e profissionais. Os movimentos sociais, mormente as Ong’s, atualmente, buscam recrutar esse tipo de militante, tendo em vista a qualificação da defesa das causas e mobilização desses investimentos acadêmicos e profissionais para obtenção de financiamentos para seus projetos e programas. Os movimentos sociais envolvidos nesse estudo são aqueles voltados para a causa da educação, que demonstram possuir militantes dirigentes com ‘expertise’ para a defesa da causa em questão.

Quais as gratificações/retribuições conquistadas por esses militantes dirigentes ao ingressarem nesses espaços de organizações não governamentais? O que explica líderes dirigentes em movimentos sociais, aqui estudados, continuarem sua mili-

tância em postos de comando sem uma remuneração ou outro tipo de “ganho econômico”? Esses questionamentos compõem a orientação desse estudo acerca dos militantes dirigentes em Paulo Afonso. Norteados por esses questionamentos, esse estudo verificou a presença de retribuições específicas para esse tipo de militância voltado para a causa da educação. As retribuições são essencialmente simbólicas, como reconhecimento identitário, satisfação moral, estabelecimento de um capital de redes de relação e a diversificação da inserção profissional.

Todos os entrevistados foram questionados sobre o tipo de recompensa que esse tipo de atuação militante poderia trazer. As respostas foram bem semelhantes em relação à recusa de qualquer retribuição econômica e a afirmação de recompensas típicas da ação militante voluntária:

A maior recompensa por participar da Ong é a experiência que a gente tem nas relações humanas, com as relações institucionais, proposições de propostas e projetos para melhorar a sociedade. Coisa que a Universidade não dá, só nos movimentos sociais (Trecho da entrevista realizada em abril de 2011).

A gratificação simbólica identitária e da satisfação moral, em que o militante se sente realizado por ter contribuído com a melhoria de condições de vida de grupos e/ou pessoas, é verificada nesse tipo de militância como elemento comum:

Para algumas pessoas é status, é fama, é currículo... Para nós também. Agora, não é só isso, é também... O motor mesmo da coisa é... Mostrar pro outro que as possibilidades são muitas... As pessoas veem a grana como a única possibilidade de estar nos espaços, isso não é verdade. Tem gente de bem, que acredita que quer ver a socieda-

de melhor” (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

A expansão das redes de relação, militâncias múltiplas e a inserção em espaços variados podem significar ampliação de capital (político, profissional, cultural) e recompensas específicas (Gaxie, 1977). A gratificação relacionada a um capital de redes de relação constituído nesses espaços aparece como uma das principais recompensas apontadas por esses militantes. A importância de construir e de manter essas redes de relação fica evidenciada nas falas dos entrevistados, quando identificam o peso desses vínculos em suas posições ocupadas, tanto no meio militante quanto nas posições profissionais que ocupam:

[...]. Também, o leque de relações de amizade que a gente vai construindo, as pessoas que a gente vai se relacionando e que ao longo de nossa vida, às vezes, você precisa de um favor e essas pessoas podem ajudar ou o contrário, você pode ajudar essas pessoas, como uma troca” (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

As gratificações que envolvem a diversificação na inserção profissional, embora não reconhecida e não explicitada pelos entrevistados, foi evidenciada como uma retribuição desse tipo de militância pesquisado. Constatou-se que recursos escolares associados a recursos políticos e até recursos de suas trajetórias religiosas combinados com redes de relações estabelecidas por esses militantes, proporcionaram, em dados momentos, inserção e mobilidade profissional. Contatos que indicam seus nomes para participarem de seleções ou, até mesmo, ocuparem cargos privilegiados em espaços sociais diversificados, como demonstrados anteriormente:

[...]. Isso pesa também na experiência profissional. Mesmo sendo um trabalho voluntário, mas esse trabalho na ONG me dá ferramentas e instrumentos que melhoram e otimizaram minha atuação profissional. Cresci muito profissionalmente... Isso pro currículo pesa muito. Inclusive hoje, com essa ideia de programas de governo, de políticas públicas, o que se pede é que a pessoa tenha experiência de liderança comunitária. A minha vivência pesou muito para eu trabalhar nos projetos que eu trabalhei” (Trecho de entrevista realizada em abril de 2011).

Assim, fica evidenciada nesse estudo a presença de retribuições específicas para esse tipo de ação militante voltada para a causa da educação no município de Paulo Afonso. Sejam elas ligadas à satisfação moral de “cumprir o dever de militante”, ou ainda a satisfação de perceber sua identidade de liderança comunitária reconhecida pela sociedade, mas também postos alcançados por estes militantes por meio de mobilização de recursos variados e vínculos estabelecidos.

Considerações Finais

Esse estudo aponta para uma contribuição bastante significativa no que se refere a analisar aspectos sociais e culturais da ação militante voltados para a causa da educação em Paulo Afonso. Verificou-se que os recursos utilizados, além de mobilizados para a ampliação de seus capitais militantes, são acionados de diferentes maneiras para a inserção profissional. O estudo das trajetórias se apresentou como um recurso fundamental para análise em questão. As ações coletivas analisadas demonstraram estar diretamente relacionadas a alguns aspectos das trajetórias desses agentes, sobretudo à trajetória religiosa e familiar.

Ficou evidenciado, ainda, que nos casos pesquisados, o capital militante adquirido nas experiências da militância religiosa também foi reconvertido para a entrada e até para a obtenção de cargos estratégicos na esfera profissional. Os conhecimentos obtidos nesse tipo de militância associados às redes de relação construídas por esses agentes foram mobilizados de diferentes formas para a atuação em suas profissões, majoritariamente ligadas à esfera da educação. Verificou-se, por parte desses militantes dirigentes, a mobilização de seus vínculos para inserção em espaços sociais diversificados, bem como a ocupação de postos estratégicos nessas organizações. Constatou-se que os diferentes recursos acumulados ao longo das trajetórias pessoais, educacionais, políticas e religiosas desses militantes, associadas a redes de relação estabelecidas nesses espaços, podem ser reconvertidos em recursos profissionais.

A análise das trajetórias profissionais dessas lideranças apontou para a importância dos vínculos de amizade para a obtenção de trabalhos remunerados. Mesmo não estando mais envolvidos diretamente com movimentos religiosos, os vínculos estabelecidos ao longo de suas trajetórias político-militantes, foram, constantemente, acionados para suas inserções como coordenadores ou formadores educacionais em projetos e programas pertencentes à esfera pública municipal, estadual ou até da esfera federal. O estudo das trajetórias também demonstrou que os títulos escolares se tornaram, para essas lideranças, importantes trunfos em suas mobilizações. A obtenção dos títulos escolares veio posteriormente às suas experiências militantes, o que demonstra uma orientação para a escolarização a partir das orientações político-militantes.

Assim, as análises aqui apresentadas apontam para uma relação direta entre escolarização e atuação militante. Os diri-

gentes pesquisados demonstraram se utilizar dos títulos escolares não só para a ampliação do capital militante, mas também para obtenção de espaços estratégicos dentro de suas esferas de atuação. Verificou-se ainda que os títulos escolares, associado às experiências político-militantes, foram evidenciados como estratégias importantes para que esses agentes conseguissem espaços de atuação profissional.

Verifica-se, também, por parte desses militantes dirigentes, a mobilização de seus vínculos para inserção em espaços sociais diversificados, bem como a ocupação de postos estratégicos nessas organizações. Constata-se que os diferentes recursos acumulados ao longo das trajetórias pessoais, educacionais, políticas e religiosas desses militantes, associadas a redes de relação estabelecidas nesses espaços, podem ser reconvertidos em recursos profissionais.

Percebe-se, ainda, diversificadas formas de retribuições adquiridas pelos militantes estudados, nesses espaços, entre elas, gratificações simbólicas, como reconhecimento identitário, satisfação moral e a diversificação da inserção profissional. Desse modo, as diferentes formas de inserção e atuação na esfera militante estão diretamente relacionadas a diversificados recursos mobilizados e acionados para ampliação desse capital militante, bem como diversificação de suas atuações profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A Representação política. Elementos para uma teoria do Campo Político. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **É Possível um Ato Desinteressado?** In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996. p.137-197.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos - O Costureiro e sua Grife. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; Passeron. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CORADINI, Odaci Luíz. **Escolarização, Militantismo e Mecanismos de Participação Política**. 2002.

CORADINI, Odaci Luíz (org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: Algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

DUBAR, Claude. Trajetórias Sociais Formas Identitárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**. abr. 1998, v. 19, n. 62, p.13-30.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; STELZIG, Sabina. **Sobre Trajetórias de Sociabilidade**: a ideia de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais. 2004.

GAGLIETTI, M. **PT: Ambivalências de uma Militância**. Porto Alegre: Da Casa; Palmarinca, 2003.

GAXIE, D. Économie des Partis ET rétributions do militantisme. **Revue Française de Science Politique**, n.1, v. 27, 1977.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: Disposições e Variações Individuais. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MATONTI, F. et Poupeau F. **Le capital militant. Essai de définition**, Actes de la recherche en sciences sociales 2004/5, p. 4-11.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16. p. 167-186, 2008b.

PASSY, Florence. **Social Networks Matter. But How?** Political and International Studies University of Lausanne Switzerland. 2002, p. 1- 42.

PETRARCA, F. **O Jornalismo como Profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007, 308f. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PETRARCA, F. **Participação Política, Problemas Sociais e Atuação em Conselhos Gestores Municipais**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n° 28, jan./jun. 2008.

SEIDL, E. Entrando no mundo da Igreja: O Estudo de Elites Eclesiásticas. **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Org. Odaci Luiz Coradini-Porto. Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

TARROW, S. **Power in Movement**: Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CAPÍTULO 07

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO DA CAUSA NO BRASIL E EM SERGIPE¹

FLÁVIA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA

[...] SONHO QUE SE SONHA SÓ, É SÓ UM SONHO QUE SE SONHA SÓ, MAS SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE. É sonho de todo cidadão de bem a conquista de uma sociedade justa e igualitária, onde os homens possam ser respeitados, não pelo poder que detém, não pelos bens que possuem, não pelo mal que possam fazer. É sonho de toda pessoa bem intencionada, ver raiar o dia em que a norma constitucional brasileira [...], deixará de ser uma utopia legal para se transformar na realidade sonhada coletivamente (Aída Mascarenhas Campos - Presidente da CDH da OAB/SE em 1998)².

¹ Esse artigo é o resultado de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado intitulada Advogados de Causas: Engajamento e Profissionalização em Direitos Humanos em Sergipe, defendida em 2013, fruto de inspiração de minha participação na pesquisa sobre a atuação profissional na defesa de causas sociais diversas no Estado de Sergipe sob a orientação da Prof^a. Dra. Fernanda Rios Petrarca. Grande responsável e a quem serei eternamente grata por despertar meu interesse pelo ativismo jurídico em direitos humanos.

² Trecho do discurso da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, em 1998, dia em que tomou posse na presidência e foram instituídas as primeiras coordenadorias específicas e o regimento da referida comissão. Com o intuito de ressaltar a importância do papel de cada membro daquela Comissão para tornar realidade a igualdade de todos os homens ante a Lei.

O presente artigo analisa o processo de constituição e estruturação dos direitos humanos a partir da profissionalização de advogados em defesa dessa causa, portanto, buscou-se vislumbrar um panorama do desenvolvimento dos direitos humanos e o exercício da advocacia em defesa desses direitos. Desse modo, partimos dos seguintes questionamentos: como a questão dos direitos humanos adentra o espaço jurídico brasileiro e, em especial, o sergipano? Qual o papel desempenhado pelos advogados para a legitimação dessa causa no referido espaço?

A inserção dos advogados na luta em favor de causas como a de direitos humanos tem provocado reconfigurações significativas no espaço jurídico, assim como no próprio espaço da militância. Ou seja, a interferência desses profissionais do direito acarretou transformações expressivas não só no modo como se processam e se decodificam determinados conflitos, mas também nas possibilidades de novos repertórios de práticas e valores, o que torna esse modo de abordagem ativista uma competência especializada diferentemente do modelo de profissão estruturado desde o início de sua constituição, no qual era reivindicada independência em relação a qualquer órgão regulador do Estado, em virtude de sua neutralidade e da técnica acima de qualquer coisa (VECCHIOLI, 2006).

A literatura nacional e internacional tem destacado a oposição de direção a esse ideal, no qual os advogados que estão engajados na defesa dos direitos humanos têm se empenhado em denunciar, tanto na esfera jurídica quanto pública, os casos que vão de encontro aos direitos da pessoa humana, e, devido a isso, ocupam um lugar marginal dentro da profissão que equivaleria à marginalidade dos seus clientes. Esses profissionais caracterizam-se por uma orientação através de seus valores, mesmo em situações que vão de encontro a seus próprios interesses.

Dessa forma, esse artigo tem por intuito discutir a relação entre direito e espaço político, demonstrando a ligação entre causa, no sentido jurídico, e a causa em um sentido político, uma vez que ao fazer essa conexão entre político e jurídico tem-se como objetivo mostrar o papel dos advogados na formulação de uma realidade social, na qual esses têm a capacidade de revelar os direitos e produzir a necessidade de seus próprios serviços, uma vez que podem abrir as portas para o reconhecimento de causas ignoradas juridicamente e torná-las legais, pois conhecem e sabem jogar as regras do jogo (BOURDIEU, 1998).

Ao partir de uma perspectiva de profissionalização, torna-se relevante realizar uma breve contextualização das vertentes teóricas que auxiliaram na obtenção dos resultados apresentados nesse artigo, desse modo é possível constatar a sociologia das profissões de vertente funcionalista, do poder profissional e o Interacionismo (BARBOSA, 1993; CHAPOULIE, 1973). Na vertente funcionalista, é possível observar que o cerne da discussão acerca da profissão é definido pela centralidade do conhecimento, cuja identidade profissional está baseada nas competências técnicas adquiridas pelas instituições validadoras do conhecimento, distinguindo e legitimando, assim, aqueles que possuem um treinamento técnico formal daqueles que apenas têm o conhecimento prático da profissão, ao passo que possibilita uma maior especialização profissional³, uma vez

³ Dentro da perspectiva trabalhada pelos primeiros autores dessa vertente, a profissão é visualizada como tipo superior ao ofício e à ocupação, pois com o aumento e o fortalecimento das universidades, o saber institucionalizado passou a ter uma importância maior em que se torna sinônimo de distinção na sociedade. Assim, há uma diferenciação que, de acordo com Angelin (2010), a profissão estaria atrelada “ao espírito, ao intelectual, ao nobre” ao passo que o ofício apareceria relacionado às atividades braçais e de baixa classe. Nessa visão teórica, para ser considerada uma profissão, esta deve ter algumas características básicas, como “[...] a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética.” (DINIZ, 2001, Apud ANGELIN, 2010, p. 20).

que tais advogados se percebem com maior poder e legitimidade ao falar e defender os direitos humanos diferentemente daqueles que não têm sequer um ensino superior, pois entendem que tudo depende de quem fala, de quem está ocupando aquele espaço, da palavra de autoridade que distingue entre ser um simples militante e um doutor que entende da lei.

Na visão da teoria do poder profissional defende-se a ideia de luta pelo poder e constituição de um mercado relativamente fechado e protegido que garantiria ao profissional o controle sobre a sua profissão. O que se observou no caso do advogado, que, para advogar, precisa passar pelo crivo do exame da ordem, o qual determina quem está ou não habilitado a advogar, uma vez que, de acordo Código de Processo Civil e o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) a capacidade postulatória é a habilidade técnico-formal atribuída ao advogado, o representante judicial da parte, reafirmando a necessidade do indivíduo ter um número de registro na OAB. Dessa maneira, a Instituição controla a entrada dos profissionais nesse mercado.

A profissão é entendida como um princípio definido dos grupos sociais e hierarquizado, caracterizando-se como um processo de luta por prestígio social com ênfase na dimensão cognitiva e organizacional.

Já nas análises interacionistas, a definição de profissão passa pela integração entre as estruturas das interações no contexto social, contatos e conexões e pela divisão moral do trabalho. Não estará preocupada com aspectos relacionados à formação ou qualificação para as características que definem a profissão, mas como o sujeito se percebe desenvolvendo uma profissão; por isso trabalha com a concepção de carreira mediante uma noção subjetiva e outra objetiva da carreira, além das contingências e sequência de eventos que possam permitir compreender como se constitui determinada carreira.

Assim, esses estudos estão centrados nos trabalhos voltados para o empenho dos advogados em causas sociais e as consequências de sua atuação nesse espaço, e que transformam não somente o espaço social como também o jurídico e o político, além de criar novas necessidades e transformações no mundo do trabalho em que atua o advogado, defensor dos direitos humanos, por exemplo. O advogado é um especialista nesse tipo de direito, uma vez que o seu conhecimento é fruto de um saber prático, daqueles que conhecem de perto as estruturas organizacionais do problema que envolve a causa, ou seja, a partir do ponto de vista do ator social, de como ele se percebe como tal e vê o seu trabalho cotidiano, uma vez que a sua fidelidade à causa lhe possibilita ir com mais sagacidade na busca e na luta pela solução das causas a qual tem se dedicado, como relatam Lochard & Simonet, (2010); Willemez (2010).

Desse modo, diversos estudos (ISRAËL, 2001; PETRARCA, FERREIRA, 2011; GARLAND, 2003; VECCHIOLI, 2006) têm demonstrado que o interesse pelos direitos humanos, no âmbito jurídico na América Latina, em especial no Brasil e na Argentina, iniciou-se na luta contra o regime ditatorial (em defesa dos presos políticos), mas que, a depender do local e do contexto social vivido na época, as modalidades de uso do espaço judicial pelos advogados de causa - *cause lawyer* - para promoção de causas coletivas ganham certa diversidade, seja na defesa de causas trabalhistas, sindicalistas (no caso da França), seja na defesa de presos políticos (nos países latino-americanos associados à defesa dos direitos humanos) como mostram Porter (1998), Israël (2001), Engelmann (2006) e Vecchioli (2006). Logo, o *cause lawyer* define-se pela “oposição entre o exercício do direito como uso de uma competência técnica à disposição dos fins definidos pelo cliente e o exercício da profissão em função de um com-

promisso moral e político à disposição de uma causa pública”. (VECCHIOLI, 2006, p. 15). Assim, os ‘novos’ usos do direito representado pelos advogados engajados em causas coletivas (ENGELMANN, 2006) caracterizam-se como o resultado da relação trabalho jurídico e mobilização política em virtude do aparecimento da advocacia engajada, na qual o processo de redefinição dos novos usos do direito não pode ser analisado desvinculado das estruturas de oportunidades políticas que possibilitam aos atores sociais que fazem parte dos movimentos sociais mobilizarem a lei a favor de certas causas. Desse modo, no caso do Brasil, da Argentina e da França, por exemplo, esse engajamento deve ser analisado a partir de uma série de eventos entendidos, de um modo geral, como a “politização do direito”, focalizando a relação entre a política e o direito.

1. Contextualização da Implementação dos Direitos Humanos

Diversos estudos (OLIVEIRA, 1992; ENGELMANN, 2006; VECCHIOLI, 2009) demonstram que o interesse pelos direitos humanos, no âmbito jurídico na América Latina, em especial no Brasil, Uruguai, Chile e na Argentina, iniciou-se na luta em favor dos dissidentes políticos, durante a ditadura militar, em que os advogados engajados em causas coletivas estavam associados às redes internacionais de promoção dos direitos humanos. Trata-se de um período no qual foram revogados os direitos civis do cidadão e em que os abusos praticados pelas autoridades obrigavam os cidadãos ao silêncio, qualquer forma de oposição, difundindo a sensação de isolamento e medo.

O que se pode observar, entretanto, é que a preocupação com a garantia dos direitos humanos universais surgiu após os dois grandes conflitos (guerras) mundiais que marcaram a his-

tória da humanidade. Naquela época, havia uma grande preocupação em garantir que uma terceira guerra mundial não acontecesse, por isso, em 1945, as grandes potências econômicas mundiais criaram a Organização das Nações Unidas – ONU, com a função de apaziguar qualquer conflito possível entre as nações e promover a paz mundial.

Desse modo, uma das primeiras ações da ONU foi proclamar, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como foco principal resguardar a liberdade e igualdade de todos os homens, com base no espírito de fraternidade, trazido da Revolução Francesa⁴ (TOSI, 2002).

No decorrer dos tempos, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a questão dos direitos essenciais do homem se expandiu, seja na busca por uma universalização – com o desígnio de alcançar o maior número de países possível que aderissem aos termos da Declaração proposta pela ONU, e, conseqüentemente, transformasse os cidadãos de Estado em cidadãos do mundo -, seja à procura de multiplicação – com o objetivo de ampliar o número de bens que precisam ser defendidos, como: meio ambiente, liberdade cultural dos povos, o direito de expressão, - ou na diversificação – no sentido de aceitar as especificidades do ser humano em suas diversas maneiras de ser, tais como: gênero, idade e sexualidade, dando origem a novas formas de garantias de direitos fundamentais

⁴ Embora a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, não considerasse as mulheres com os mesmos direitos que os homens, ficando desse modo de fora da atuação política, por exemplo, podia ser definida como um direito restrito, uma vez que o direito ao voto era dado apenas aos homens adultos e ricos. Os direitos adquiridos frutos das revoluções burguesas caracterizavam-se apenas em direito do “indivíduo à liberdade, à propriedade, à segurança” (TOSI, 2002, p. 29) assim, mesmo não para todos, pois em algumas localidades não se consideravam os escravos possuidores de direitos como aqueles que eram livres.

que, além de incluir os direitos civis e políticos, passou a discutir e incluir direitos econômicos, sociais e culturais; direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, entre outros ainda em discussão (TOSI, 2002).

Na América Latina, a luta por direitos humanos é marcada contra os crimes cometidos em nome do Estado ditatorial. No Brasil, em especial nesse período, as instituições que se destacaram na resistência aos desmandos do regime repressivo, em nome dos direitos humanos, são: a Comissão Pastoral da Terra, centros de defesa dos direitos humanos da CNBB⁵, comissões de justiça e paz de São Paulo, as novas lideranças sindicais, as entidades estudantis, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, com o intuito de produzir uma sociedade socialmente mais igualitária, dentro do que concebe como direitos humanos (VIOLA, 2010).

Embora a temática dos direitos humanos seja algo incipiente na história brasileira nos anos 1960 e 1970, as organizações esquerdistas não tinham essa visão, pois não havia alusão à violação aos direitos humanos em vários documentos da época; as expressões utilizadas eram ‘bem-estar das pessoas’, ‘direitos democráticos’ que são violados, entre outros, mesmo em situações em que são denunciadas barbaridades empreendidas pelo regime militar contra presos políticos, como nos demonstra Oliveira (1992).

A violação dos direitos humanos foi um marco nos eventos políticos que ocorreram na América Latina durante os anos 1970, principalmente no tocante ao movimento de mobilização para a defesa dos direitos humanos e fim do regime militar, rea-

⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

lizado por instituições como a Igreja⁶ e a Ordem dos Advogados do Brasil, e que posteriormente foi ganhando a adesão de outras organizações e instituições. Mesmo com o fim da ditadura, o movimento não desapareceu, pelo contrário, continuou crescendo e redirecionando suas ações, antes voltadas para a defesa dos dissidentes políticos, agora para os presos que eram acusados injustamente de crimes comuns, pois a lei recai com maior força sobre aqueles em condições financeiras desfavoráveis. A partir de então esses defensores militantes passam a ter sua imagem vinculada a de defensores de bandidos.

Conforme dados fornecidos pela OAB/SE, observou-se em Sergipe que, do quantitativo de denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos, desde 1982 (período em que ocorreu a sua implantação) até 1997, totalizaram 49 denúncias das mais diversas, como acidentes ocorridos em vias públicas, movidas por familiares das vítimas em 1982, discriminação racial com dois casos, três envolvendo questões agrárias, assassinatos, inclusive a homossexuais. Contudo, o que mais chama a atenção é o número de denúncias contra policiais que somam 25 casos, ou seja, mais de 50% desses casos envolvem os mais variados abusos de poder. Percebeu-se que, mesmo com o fim da ditadura, as forças policiais continuaram violentas ainda que em casos de crimes comuns, disseminando, de modo hostil, nos meios de comunicação o aumento do índice de violência e criminalidade nas grandes cidades brasileiras (OLIVEIRA,

⁶ A Igreja Católica, antes hostil aos direitos humanos, pois ameaçava os seus privilégios, passa a aceitá-los e a partir do papa Leão XII, por volta de 1891, iniciou-se a 'doutrina social da Igreja' que permaneceu até então. Sendo assim, as igrejas latino-americanas passaram a se engajar na luta pelos direitos fundamentais de todos os povos, através do movimento de renovação empenhado por meio das comunidades de base e da teologia da libertação (TOSI, 2002, p. 33).

1992). De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, de 2003⁷:

Vale ressaltar que, afora a violência que cresce em todo o país, observa-se que os atos de violência, tortura, ameaças e de outra natureza vêm sendo institucionalizados através dessas ações praticadas por agentes públicos, que, possivelmente, imaginando continuarem impunes, em nome do Estado, da força e do poder, estão acima da Lei.

Desse modo, percebe-se que a militância dos advogados engajados na defesa dos direitos humanos é recente e que, a depender do local e do contexto social vivido na época, a defesa de causas sociais coletivas ganha certa diversidade, seja na defesa de causas trabalhistas, sindicalistas, seja na defesa de presos políticos, como mostram Engelmann (2006) e Petrarca (2009).

No Brasil, a discussão em torno dos direitos humanos ganha legitimidade tardiamente, por volta do fim dos anos 80, do século XX, com a Constituição de 1988 que defende de forma categórica o direito à inviolabilidade da liberdade, do direito à vida, à segurança e à igualdade (no que se refere à dignidade da pessoa humana).

Segundo Engelmann (2004, p 69), na década de 1990, no Brasil, o engajamento dos advogados em questões coletivas assumiu uma forma, ou identificação, diferente da dos países europeus, principalmente no que concerne à “relação com os ‘movimentos sociais’, em que grupos de advogados investem na tradução de ‘causas políticas’ constituídas no espaço desses movimentos”. Os movimentos sociais estão interligados à ascensão

⁷ Em relatoria referente aos trabalhos desenvolvidos durante os anos de 2001, 2002 e até o oitavo mês do ano de 2003 pela CDH da OAB/SE.

de grupos juristas que estão voltados para a redefinição 'social' do direito e ao militantismo político de esquerda.

No Brasil, o engajamento dos advogados voltados para as causas dos direitos humanos está centrado em diversos tipos de defesa de direitos como: o direito à terra, o direito ambiental, direitos das mulheres, direitos da infância e da adolescência, entre outros que aparecem associados aos direitos humanos.

Assim, as diversas causas sociais que mobilizam os advogados em diferentes épocas estão intrinsecamente relacionadas com os contextos e situações sociais nacionais específicas. Dessa maneira, a partir da concepção de Viola (2010) e Tosi (2002), observa-se que os direitos humanos, desde 1948, época em que se proclamou Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, até a atualidade têm sofrido modificações em sua amplitude com o intuito de atingir os mais diversificados povos, culturas, etnias, categorias sociais, entre outras, dando forma a novas concepções de garantia de direitos fundamentais, e ultrapassam a simples defesa dos direitos civis e políticos, para integrar tanto os direitos econômicos, sociais e culturais quanto o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à infância e à juventude, do idoso, das mulheres, dos deficientes, a propriedade e etc.

De acordo com Santos (2007), no Brasil, os anos 1990 foram a década do reconhecimento de várias normas internacionais e regionais de direitos humanos⁸. Validou-se a Convenção Interamericana para Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher; lançou-se o Programa Nacional de Direitos Humanos⁹, reconhecendo formalmente os direitos humanos de 'mulheres,

⁸ Reconhecimento das normas regionais de direitos humanos estabelecidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos (vigorava desde em 1978) em 1992 e a aceitação da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998.

⁹ Decreto 1.904/96 com a finalidade de promover uma cultura de direitos humanos.

negros, homossexuais, populações indígenas, idosos, deficientes físicos, refugiados, indivíduos infectados pelo HIV, crianças e adolescentes, policiais, prisioneiros, ricos e pobres'; criou-se a Secretaria Nacional de Direitos Humanos¹⁰ bem como programas de ações afirmativas voltadas para o ensino superior¹¹.

Em 1991, de acordo com o Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, as profissões mais interessadas em direitos humanos, por centros e entidades do Movimento Nacional de Direitos Humanos no Nordeste brasileiro, são, respectivamente, as seguintes: 27,19% dos militantes são professores, 24,56% são advogados, 7,02% são agricultores, 7,89% são operários, 0,88% são agentes de pastoral, 5,26% são assistentes sociais, e 35,96% são outros profissionais¹².

Em Sergipe, especificamente, percebe-se que a partir de 2007, o governo do Estado adotou um posicionamento oficial na defesa dos direitos humanos, com a adesão ao Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura no Brasil, assim como, a instituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Sergipe, como foi observado no discurso do governador Marcelo Déda:

O combate ao crime deve ser rigoroso. Nos momentos limite, o Governo do Estado não negará apoio aos militares. Os direitos humanos também existem para os que estão combatendo em nome da lei. Todavia, estando sob a custódia do Estado, ninguém, por mais terrível que tenha sido o crime praticado, pode ter a sua dignidade de ser

¹⁰ Em 1998, com o intuito de pôr em prática o programa.

¹¹ Nesse momento, pela primeira vez em nossa história, o governo reconhece que no Brasil não havia uma 'democracia racial'.

¹² Profissão dos militantes dos centros e entidades do Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1991.

humano ofendida. O governo não vai tolerar a tortura¹³.
(SECRETARIA DE DIREITOS, HUMANOS, 2007).

Sergipe atualmente conta, em sua rede formal de engajamento de advogados em direitos humanos, com cinco subcoordenadorias integradas à Comissão de Direitos Humanos, da OAB/SE, a Coordenadoria de Política Penitenciária, a Coordenadoria de Políticas Sociais, a Coordenadoria de Atividades Policiais, a Coordenadoria de Saúde Pública e a Coordenadoria da Infância e da Juventude que atuam na defesa dos direitos humanos. Existem ainda diversos movimentos, ONGs e associações em defesa dos direitos da criança e adolescentes – Instituto Braços, e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - Associação de Travestis de Aracaju, por exemplo.

2. Humanização e Politização do Direito

Na tentativa de compreender como se constitui o espaço da militância advocatícia na composição de causas sociais, antes marginalizadas, e seu papel na estrutura social, objetivou-se captar e analisar como se deu a abertura para esse tipo de causa, assim como a dos direitos humanos no campo jurídico nacional e estadual, uma vez que um dos objetivos desse artigo é analisar quando a causa dos direitos humanos surgiu no espaço jurídico a fim de compreender a importância do papel desempenhado

¹³ Apesar dos diversos recursos realizados pelo estado brasileiro em prol da garantia da defesa dos direitos humanos, ainda persiste uma série de violações desses direitos. Sendo perpetuadas pela polícia, esquadrões da morte e outros grupos de interesse, essas violações incluem práticas de tortura; trabalho escravo; discriminação com base na raça, etnia, gênero, orientação sexual, execuções sumárias, entre outros (SANTOS, 2007).

pelos advogados na constituição social da realidade sobre a profissão de advogado empenhado na tarefa de construir a causa dos direitos humanos.

De acordo com as diferentes pesquisas sobre direitos humanos (COMPARATO, 2011; MAIA, 2004; SANTOS, 2007), a Declaração Universal dos Direitos do Homem caracteriza-se apenas como uma recomendação que a Assembleia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros¹⁴, assim, esse documento não teria qualquer força vinculante. Ou seja, as normas internacionais de direitos humanos dependeriam da aceitação e reconhecimento dos Estados-Nação para o seu cumprimento. Isso implica dizer que a implementação da política dos direitos humanos dependeria de diferentes contextos políticos e níveis de atuação estatal.

Maia (2004) demonstra ainda que mesmo se a declaração dos direitos humanos fosse aceita pelo Estado brasileiro, o Supremo Tribunal Federal costuma separar os direitos humanos previstos nos tratados internacionais e os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, baseando em doutrinadores alemães que só aceitam como direitos essenciais à pessoa humana os direitos previstos na Constituição Federal, enquanto que os direitos humanos como apenas um tratado internacional de importância menor. Destaque-se, entretanto, que o § 2º do artigo 5º da Constituição determina que os direitos previstos na Constituição Federal não excluem outros, previstos em tratados internacionais.

No campo jurídico é que se reconhecem as conquistas dos dominados, convertendo-se em reconhecimento, ou seja, a competência jurídica é um poder peculiar que permite o controle, o acesso ao campo jurídico, dominando os conflitos que podem

¹⁴ Na Carta das Nações Unidas, art. 10.

entrar nele e o modo específico de que se devem revestir para se caracterizarem em questões tipicamente jurídicas; só ele pode fornecer os meios necessários para realizar essa tarefa de construção que, mediante uma seleção das propriedades, permite reduzir a realidade à sua definição jurídica, como demonstra Bourdieu (1998).

Diante disso, destaca-se que o empenho e as experiências desses profissionais com causas coletivas e movimentos sociais caracterizam-se por uma diversificação do espaço jurídico marcado pelo interesse no direito alternativo que possibilitará a esses agentes investirem na tradução do universo jurídico para a defesa de causas coletivas, movimentos sociais, assim como para os direitos humanos.

O direito alternativo marca o resultado da promoção dos agentes, antes marginalizados no ambiente acadêmico do direito em decorrência da valorização dos títulos acadêmicos de pós-graduação, raros nesse espaço do ensino universitário brasileiro antes da década de 1990. Dessa maneira, as questões sociais passam a fazer parte de temas de problemáticas jurídicas na interpretação do direito diferentemente do que ocorria anteriormente, o que se caracteriza como uma proposta de “redefinição ‘alternativa’ de disciplinas mais tradicionais” (ENGELMANN, 2006).

3. Oportunidades Políticas e a Ordem dos Advogados do Brasil na Instituição dos Direitos Humanos

Ao discutir o trabalho exercido na atividade profissional desempenhada pelos advogados em defesa de causas sociais, é possível destacar algumas mobilizações pontuais desses advogados. Na França, havia advogados engajados na defesa de causas trabalhistas e sindicatos de trabalhadores – por volta da

década de 1970 – segundo Willimez (2003). Já nos Estados Unidos, nessa mesma época, existiam os advogados que defendiam a igualdade de salários entre homens e mulheres, os animais, a causa racial, entre outras. Eram os *cause lawyer*, com escritórios de advocacia especializados, como evidenciaram Austin Sarat e Stuart Scheingold (1998) e Aaron Porter (1998).

O reconhecimento dos direitos humanos ganhou vigor lentamente no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, a qual preconiza o direito à inviolabilidade da liberdade, à vida, à segurança e à igualdade da pessoa humana. Em Sergipe, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil já se antecipava, através da criação da Comissão de Direitos Humanos, em outubro de 1981, embora sua instauração só ocorreria no ano seguinte¹⁵, após recomendações da Ordem Nacional de que todas as seccionais deveriam implantar uma comissão como essa, em defesa dos direitos intrínsecos ao homem. Nessa mesma época já havia sido fundada uma comissão com a mesma finalidade no Rio de Janeiro, a qual serviu de base para a estruturação da comissão no Estado de Sergipe, na qual foi incluída a assistência jurídica para o atendimento aos indivíduos privados dos direitos de pessoa humana no Estado, cuja atuação acontece, de modo pouco incisivo, a partir de 1983 contra os abusos (espancamento, roubo e assassinatos contra os presos, suspeitos de crimes e perturbadores da ordem pública) do poder policial tanto na capital quanto no interior do Estado. Nessa época, observa-se um número bem pequeno de denúncias e atuação dessa comissão. Todavia, como pode ser destacado pela presidente da CDH da OAB em 1998:

¹⁵ Conforme pode ser observado na Ata da Reunião da Instauração da Comissão de Direitos Humanos, no anexo A, da dissertação intitulada *Advogados de Causas: Engajamento e Profissionalização em Direitos Humanos em Sergipe*, defendida em 2013.

[...] são iniciativas como essa, da OAB, colocando à disposição da sociedade uma COMISSÃO estruturada e autônoma, composta por advogados e advogadas dispostos a defender com toda a força da LEI, o respeito às garantias fundamentais do cidadão, que nos devolve a esperança e a fé de que, juntos, o sonho de uma sociedade mais justa e igualitária possa enfim se concretizar¹⁶.

O Brasil vivia, desde o golpe militar de 1964 até àquele dado momento (da constituição desta comissão), sob um regime ditatorial, no qual foram cassados os direitos civis do cidadão, tendo em vista que, em um Estado repressivo, as informações que deveriam ser postas à disposição da população eram limitadas, assim como ocultados quaisquer abusos exercidos pelas autoridades, através da imposição de silêncio, o qual não somente limitava qualquer tentativa de oposição, como espalhava a sensação de isolamento e medo, indispensável a uma estratégia de governo de terror.

Esses fatos levam a perceber que OAB, na qualidade de entidade profissional, desempenhou um papel político de grande relevância no que concerne à defesa dos direitos humanos, na luta pela revogação da legislação repressiva e no apoio legal dos direitos públicos e civis. Ao mesmo tempo em que é possível constatar que, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe teve um papel importante na institucionalização e efetivação dos direitos humanos no Estado, também se considera o papel primordial de líderes religiosos,¹⁷ principal-

¹⁶ Discurso da presidente da CDH da OAB, Aída Mascarenhas Campos, na posse da presidência e membros na Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, em 1998, anos depois da implantação da referida comissão, através do qual são enaltecidos a relevância e o empenho da Ordem na garantia da justiça social. Fonte: arquivo da OAB/SE.

¹⁷ Como a Arquidiocese de Propriá/SE, pois de acordo com dados colhidos na OAB/SE, constataram-se pedidos de auxílio e denúncias à OAB para resolução de causas que envolviam abuso de autoridades policiais, questões agrárias entre outras.

mente pós-ditadura militar, quando a defesa dos direitos humanos tomou um novo direcionamento, ou seja, passou a voltar-se para a defesa dos excluídos, vítimas dos abusos policiais.

A partir de dados coletados na OAB/SE foi possível constatar que há uma ampla incidência de denúncias relacionada à tortura praticada por militares (tanto policiais quanto delegados), prisões ilegais, assassinatos e abuso de autoridade¹⁸ e em menor número denúncias sobre racismo, homofobia, entre outros, mas é somente nos anos 90, do século XX, que várias normas internacionais e regionais de direitos humanos serão reconhecidas no país¹⁹.

Somente em 1998 é que a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE deixou de ser composta apenas por presidente, vice-presidente; secretário, mas também por coordenadorias, tais como: coordenadoria de política penitenciária; de acompanhamento das atividades policiais; de políticas sociais; de combate ao preconceito e discriminação; de defesa dos direitos das crianças, adolescentes e idosos; de defesa do consumidor e política de saúde pública. Conta ainda com um Regimento próprio²⁰ que lhe permite ter mais autonomia e organização em relação às suas ações e atuações, pois antes essa tomava como parâmetro o Regimento Geral da Ordem. Conforme o Art. 5º do Regimento da CDH, compete à Comissão:

¹⁸ De acordo com relatório de índices de denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, no período de 2001 a 2003 constam ocorrências policiais como maioria. Em 2001, 46% (25 casos), 2002, 36% (20 casos) e em 2003, 18% (10 casos) das denúncias de atos praticados por policiais.

¹⁹ Pelo presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, através do reconhecimento das normas regionais de direitos humanos estabelecidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos (que vigorava desde 1978) em 1992 e a aceitação da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998.

²⁰ Seu primeiro Regimento. Atualmente conta com um novo regimento ao qual ainda não se conseguiu acesso.

- a) Cumprir a Política Nacional e Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, nela harmonizadas as subseccionais.
- b) Promover reuniões estaduais, assegurada a participação dos representantes das subseccionais e da sociedade civil.
- c) Tomar conhecimento de notícias de violação de direitos humanos procedendo à sumária sindicância entrevista com os interessados, entendimentos com as autoridades e qualquer outro procedimento adequado, visando à elucidação dos fatos apresentados e especialmente, quando for o caso, provocar iniciativas do Ministério Público, das Secretarias de Segurança e de Justiça ou do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça e dos demais órgãos congêneres do Estado e Municípios e entidades comunitárias, independente das diligências internas.
- d) Elaborar trabalhos escritos, emitir pareceres, seminários, palestras, com apoio logístico da comissão de Eventos e da Escola Superior da Advocacia, pesquisas e outras atividades que estimulem o estudo, promoção e respeito aos direitos humanos.
- e) Cooperar, promover, sugerir convivências e intercâmbios com outras entidades, instituições e organizações nacionais e internacionais, que tenham por objeto a defesa e a promoção dos Direitos Humanos.
- f) Criar e manter atualizado um Centro de documentação, para sistematização e controle dos dados sobre as violações dos Direitos Humanos, com vistas à doação de medidas visando à proteção da cidadania.
- g) Regulamentar sua organização e serviços, a ordem dos trabalhos e funcionamento das reuniões.²¹

²¹ Projeto de Resolução nº __ /98. Disposições sobre o Regimento Interno da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Fonte: Arquivos da OAB-SE.

De um modo geral, a Comissão tem como objetivo fiscalizar e acompanhar as denúncias de violação dos direitos humanos, assim como promover meios que garantam a cidadania, conforme discurso da então presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE:

[...] Na certeza de que surge um Direito que respeite, uma Justiça que cumpra, nós que fazemos a OAB, que integramos a COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, não nos intimidaremos ante a força do arbitrário, não nos curvaremos diante dos poderosos, não nos abateremos perante as injustiças. Ao contrário, cada vez que uma lágrima cair, irrigará a indignação. A indignação, que é a força que move o homem, que gera a coragem, que se transforma em ação. E são essas ações que sempre fizeram e continuarão a fazer dessa Casa, dessa COMISSÃO, o oráculo onde a cidadania, a liberdade, a justiça, serão a meta e a missão diária e perene. Esta é a hora, o lugar e o momento em que devemos nos orgulhar da certeza de que nossos atos farão a diferença e que por certo servirão de exemplo e de guia aos que, na sucessão inexorável do tempo, hão de vir a exercer a mesma árida, grave e difícil missão de regar a esperança de um dia, enfim, termos UM DIREITO QUE RESPEITA, UMA JUSTIÇA QUE CUMPRE.²²

Desse modo, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que uma advocacia engajada na defesa dos direitos humanos permite uma construção de oportunidades profissionais, ela coopera para o estabelecimento de atribuir um significado ao

²² Retirada do discurso de Aída Mascarenhas Campos em 1998 em sua Posse na presidência e dos membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE. Fonte: Arquivo da OAB/SE.

exercício profissional. Isso demonstra que a construção da realidade social relativa à profissão de advogado engajado na defesa dos direitos humanos encontra-se não apenas nas disposições, mas nos contextos de configurações específicas e sócio-históricas, pois são essas que dão sentido ao compromisso.

Atualmente, a OAB/SE conta com três comissões permanentes, cujos interesses estão voltados para a defesa dos direitos do homem, de um modo geral: a Comissão de Direitos Humanos (composta por quatro coordenadorias; de atividades policiais e política penitenciária; saúde pública; direitos de grupos vulneráveis e da infância e da juventude), a Comissão Diversidade Sexual²³ e a Comissão de Igualdade Racial²⁴.

Já em relação à atuação estatal, a partir de 2007, houve um posicionamento oficial na defesa dos direitos humanos com a implementação do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate à Tortura no Brasil e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Sergipe, pois existiam apenas ações voltadas para a defesa dos direitos da criança e do adolescente²⁵, para a discriminação racial ou para o combate à homofobia²⁶.

É possível constatar que o trabalho desempenhado por advogados engajados na defesa dos direitos humanos encontra-se diretamente ligado a comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, como as de direitos humanos, igualdade racial e combate à homofobia ou em conselhos comitês, comissões do Estado, ou ainda, em entidades, associações voltadas para a defesa de segmentos socialmente excluídos, tais como negros, homossexuais, idosos e mulheres.

²³ Presidente, vice-presidente e mais dois membros.

²⁴ Conta apenas com um presidente e um membro.

²⁵ Conselhos municipais e estaduais, por exemplo.

²⁶ Com o Centro de Combate à Homofobia.

Por conseguinte, dentre os fatores que possibilitam o engajamento desses advogados na defesa dos direitos humanos, citam-se não somente as estruturas de oportunidades políticas, como também suas experiências de militância em movimento de luta pelos direitos humanos, a exemplo do momento em que são procurados para atuar na defesa de presos políticos. A participação desses profissionais no espaço militante afetaria o modo como eles atuam e interpretam determinadas questões políticas e sociais, fornecendo novos repertórios de práticas e valores, alterando inclusive o estado da própria lei.

4. Dinâmica da comissão dos Direitos Humanos da OAB/Sergipe

Os membros da Comissão de Direitos Humanos se reúnem uma vez por mês com a finalidade de organizar ações voltadas para organizações e instituições de interesse coletivo, através de visitas e vistorias a entidades²⁷. No ano de 2012, de maio a dezembro, foram realizadas visitas à Maternidade Hildete Falcão, ao Presídio Feminino (PREFEM), ao Lar Infantil Cristo Redentor²⁸, ao Abrigo Isabel Abreu²⁹, ao Complexo Penitenciário

²⁷ Para mais ilustração poderá consultar a dissertação intitulada Advogados de Causas: Engajamento e Profissionalização em Direitos Humanos em Sergipe, defendida em 2013, na qual consta o Anexo B que traz imagens de algumas atividades desenvolvidas por essa Comissão.

²⁸ Define-se pelo acolhimento a meninas vítimas de violência sexual, abandono ou maus tratos. Fundado em 1957, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter religioso, assiste em especial órfãos, em regime de internato para o sexo feminino. Com programas de assistência social mantidos através de mensalidades, doações, rendas patrimoniais, subvenções e auxílios do poder público. In: <<http://www.oab-sergipe.com.br/866/comissao-de-direitos-humanos-da-oab-se-vistoria-lar-infantil-cristo-redentor.html>>

²⁹ Caracteriza pelo atendimento provisório de crianças e adolescentes do sexo feminino, entre 7 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, vindas de todo o estado ou em trânsito, encaminhadas pelo juizado, comarcas do interior e

Carvalho Neto (COPEMCAN), à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, ao Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza (PREMABOS),³⁰ ao Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE) e à Casa da Criança, com o intuito de averiguar o funcionamento dessas instituições.

A referida Comissão tem, ainda, a incumbência de atender aos cidadãos de todas as classes e segmentos sociais que denunciam atos praticados contra o seu direito na condição de pessoa humana, sendo essas violações perpetradas principalmente por agentes públicos³¹.

Desse modo, o atendimento dado pela Comissão concretiza-se do seguinte modo: o denunciante, a vítima ou seus familiares, procura a OAB/SE que o direciona à Secretaria da Comissão, onde é feita a denúncia; após esse acolhimento deixa seus dados para um contato posterior e agendamento de seu atendimento pela Comissão, que pode ocorrer em reunião ordinária ou extraordinária para o atendimento do caso. Há casos em que a Secretaria apenas entra em contato com a Coordenadoria a que cabe a denúncia para que seja nomeado um representante da Comissão para tomar o depoimento do denunciante e fazer o encaminhamento da denúncia anexada a um ofício às autoridades competentes³² para que sejam averiguadas.

Conselhos Tutelares com a finalidade de restabelecer os laços familiares, de acordo com informações de <<http://www.inclusao.se.gov.br/atencao-a-crianca-e-adolescente/medidas-protetivas/abrigo-izabel-abreu>. >

³⁰ Em Tobias Barreto, no interior do Estado de Sergipe.

³¹ Para mais informações poderá consultar a dissertação intitulada Advogados de Causas: Engajamento e Profissionalização em Direitos Humanos em Sergipe, defendida em 2013. Na qual constam os anexos ilustrativos C, D e E.

³² Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério da Justiça, assim como Comissões Especiais de Direitos Humanos de Órgão Públicos ou de Governamentais que não são especificadas pelo responsável pelo relatório.

Geralmente a inserção dos membros da CDH ocorre mediante o convite de membros da Comissão, em decorrência de atividades que o advogado já desenvolve voluntariamente, e por conhecer sua história em busca do bem-estar coletivo, assim como também em virtude da crescente demanda por representante da Comissão de Direitos Humanos em diversos segmentos sociais, o que assinala uma necessidade crescente de defensores dos direitos humanos, mas esse não é necessariamente o único modo de pertencer a uma comissão como essa. Enfatizam que se trata de uma comissão aberta a qualquer advogado que esteja interessado em somar força em benefício humano. Desse modo, frequentemente, estão lançando convites aos jovens advogados nos eventos de diplomação de novos advogados da OAB/SE.

Nas reuniões é notória a presença e participação feminina sempre empenhada em mover ações e dar soluções aos problemas do bem-estar social, seja através de planos de ações, conquistando novos membros, seja com presença assídua nas reuniões. Um dos casos de destaque refere-se à dedicação não apenas a ajudar os que sofrem por falta de atendimento médico ou qualquer tipo de negligência na saúde pública, mas também interessada na análise da legislação relacionada à saúde com propostas para criação do Estatuto do Paciente, para que os usuários possam ter o direito à saúde, que é um direito fundamental de todo cidadão, pois segundo ela:

O meu trabalho pela Saúde é um trabalho voluntário que faço como Missão, porque desejo contribuir para uma ordem social mais justa e fraterna. [...]. [...] há oito anos estudo diariamente o assunto para melhor me qualificar nessa defesa e poder contribuir de alguma maneira para uma mudança no trato com a Saúde. A CDH amplia a minha possibilidade de ajudar, pois tenho em nome da OAB par-

tipado de reuniões no Ministério Público Estadual onde tenho tido oportunidade de ver as mazelas da Saúde em nosso Estado. (<http://www.oabsergipe.com.br/900/advogada-lanca-livro-planos-desaude-ate-quando.html>, 2013).

Em março do corrente ano (2013), a Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil – Seccional Sergipe voltou a ser presidida por uma mulher que há certo tempo já fazia parte da Comissão com ações frequentes em defesa dos direitos humanos. Segundo a nova Presidência:

Este ano teremos muito trabalho e, apesar de não sermos recompensados financeiramente, ganhamos duas coisas fundamentais: orgulho da profissão, pois nos encantamos com a advocacia. Além da gratidão das pessoas simples que ajudamos, é algo muito bom. (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

O discurso da presidente revela a sensibilidade de justiça social, de modo que a dedicação à causa dos direitos humanos não representa qualquer tipo de ganho financeiro que possa impulsionar o advogado a militar em prol da causa, apenas a gratidão dos menos favorecidos é que revigora as forças e a vontade de continuar lutando em favor de uma sociedade mais justa e fraterna, sendo definida, assim, por um engajamento de maneira desinteressada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Profissionalismo e profissão**: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais** (BIB), Rio de Janeiro, n. 35, p.3-30, 2º semestre de 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHAPOULIE, Jean-Michel (1973). **Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels**. Revue Française de Sociologie, vol. XIV, pp. 86-114, 1973.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ASSINA PORTARIA. **Plenário – A notícia agora**. (23/03/2013). Disponível em: Acesso em 22 ago. 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **Os direitos humanos na Declaração Universal de 1948 e na Constituição Brasileira em vigor**. (201-) Disponível em: <http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/115-direitos-humanos-declaracao-1948?tmpl=component&print=1&page=>. Acesso em 23 jul. 2011.

ENGELMANN, Fabiano. **Tradição e diversificação nos usos e definições do direito**. In: Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização**. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, nº 39, p 99-115, Abril de 2006.

GARLAND, Daniela Cuadros. 2003. **Formation et reformulation d'une cause**. Le cas des droits de l'homme au Chili, de la dictature a la politique de réconciliation nationale. Politix. Paris. Vol. 16. Nro. 62. pág. 165-190.

ISRAËL, Liora. **Usages militants du droit dans l'arène judiciaire: le cause lawyering**. In: Droit et Société 49 - 2001 (p. 793-824).

LOCHARD, Yves; SIMONET, Maud. **Lês experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels**. In: DEMAZIÈRE, Didier; GADÉA, Charles, Sociologie des groupes professionnels. Acquis récents et nouveaux défis, Paris, La Découverte « Recherches », 2010.

MAIA, Luciano. **Direitos humanos desenvolvimento e democracia**. In: MORAES, Isabel (org.). Direitos humanos de todos e todas. (pp. 7-13). São Paulo: Gráfica e Editora Peres: outubro de 2004.

OAB/SE exige que estado proteja quilombolas. [(20--)]. Disponível em: Acesso em 15 ago. 2013.

OLIVEIRA, L. **Violation des droits de l'homme et redemocratisation au Brésil**. In: Droit et Societé, n.22, pp. 447-463, 1992.

ORDEM DA ROSA CRUZ – AMORC. **Magia Dourada - Espaço Esotérico**. [(20--)]. Disponível em: Acesso em 26 ago. 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seccional de Sergipe – OAB/SE. Regimento Interno da Comissão de Direitos Humanos.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Formação Universitária, Carreiras Militantes e Atuação Profissional em Causas Sociais no Rio Grande do Sul**. XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Anais..., 2009.

_____; FERREIRA, Flávia Maria de O. **Ativismo jurídico e discriminação racial em Sergipe**. XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Anais... Salvador - BA, 2011.

PORTER, A. Norris; Schmidt, Green, Harris, Higginbotham & Associates: The Socio-Legal Impact of Philadelphia Cause Lawyers. In: SARAT, A. & SCHEINGOLD, S. Cause Lawyering. Political Commitments and Professional Responsibilities. New York: Oxford University Press, 1998, pp.151-180.

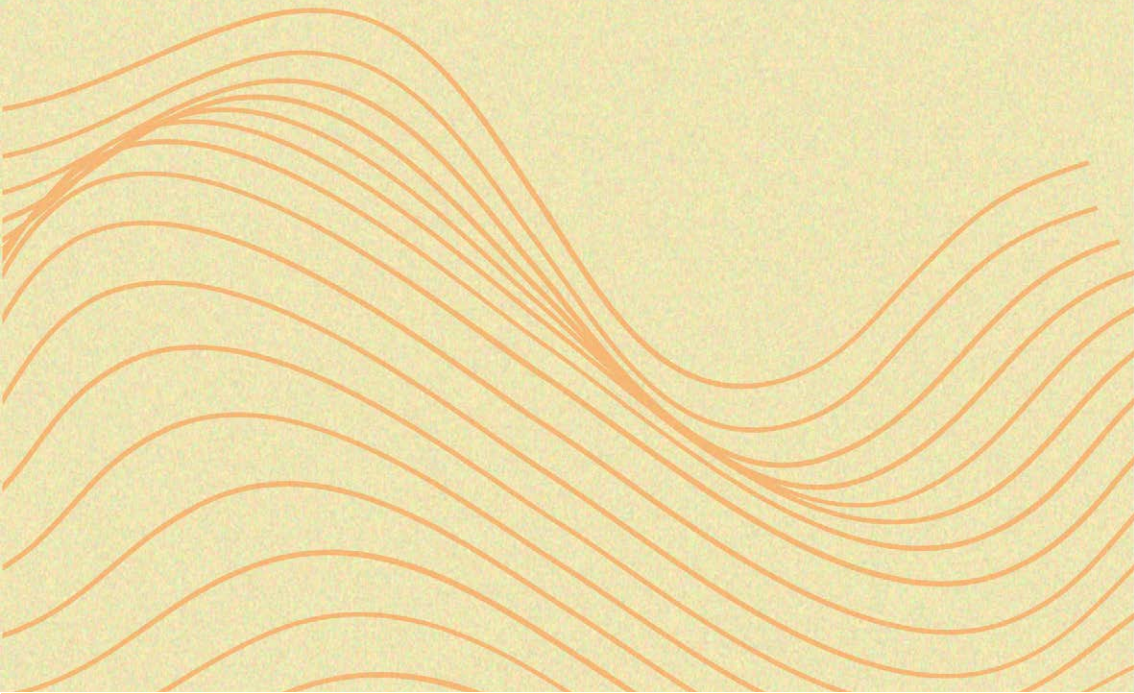
TOSI, Giuseppe. **História e atualidade dos direitos do homem**. In: NEVES, Paulo Sérgio da Costa; IQUE, Célia D. G.; FREITAS, Fábio F. B. (org.). Política e democracia: desafios à educação em direitos humanos, Recife: Gajop; Bagaço, 2002.

VECCHIOLI, V.: **A luta pelo direito: engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina**. Tese (Doutorado em Antropologia), 2006, 414f. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Expertise jurídica y capital militante: reconversiones de recursos escolares, morales y políticos entre los abogados de derechos humanos en la Argentina. Revista ProPosições; volume 20, numero 2, maio/agosto de 2009.

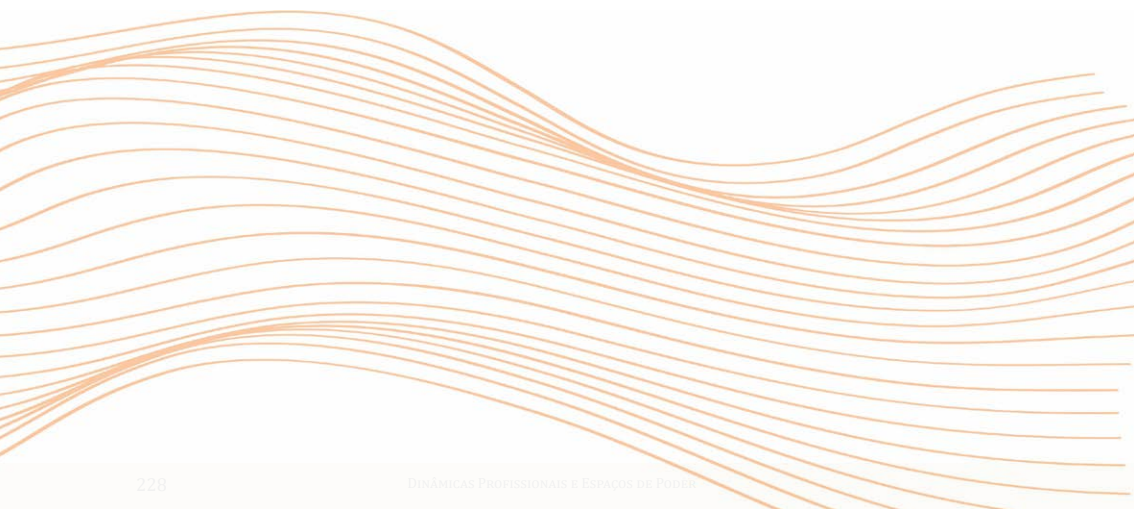
VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina**. In: GODOY, Rosa Maria Silveira et al. (orgs.) Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. REDH Brasil. [(s.d.)]. (pp. 119-133) Disponível em: Acesso em 10 set. 2010.

WILLEMEZ, L. **Lês conseillers prud'hommes: entre professionnels du droit et permanents syndicaux**. In: DEMAZIÈRE, Didier et GADÉA, Charles, Sociologie des groupes professionnels. Acquis récents et nouveaux défis. Paris, La Découverte « Recherches », 2010.



PARTE III:

**MIDIATIZAÇÃO E
ATUAÇÃO POLÍTICA**



CAPÍTULO 08

PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA MÍDIA SERGIPANA

BÁRBARA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

1. Introdução

“Morre mais uma mulher”. “Tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo”. “Mulher é espancada e torturada por 12 horas”. “Ex-namorado tenta matar garota do Augusto Franco”. Não é raro nos depararmos com a violência estampada nos jornais. Essas manchetes expõem uma realidade que impacta diariamente a vida de meninas, adolescentes e mulheres, mas nem sempre foi assim.

Embora o Brasil esteja entre os países com altos índices de violência doméstica, estupro e morte de mulheres (feminicídio) - nesse último, o país ocupava a 7^a colocação mundial no Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil -, a violência sexista, aquela que é baseada no gênero e que revela a concepção de dominação social da mulher pelo homem, que pode vir a sofrer inúmeros tipos de violência simplesmente por ser mulher, foi por muito tempo um tabu na sociedade e demorou a se tornar uma questão pública, ainda que fosse um assunto bastante conhecido.

O silenciamento midiático a respeito da pauta violência contra a mulher, que até a década de 90 mantinha-se engavetada nas redações jornalísticas, era um fato que intrigava pesquisadoras da área de gênero (PAIVA; RAMOS, 2007).

A luta das mulheres para tirar da esfera privada as opressões que sofriam e dar visibilidade a um problema tão grave pode ser traduzida a partir da frase “em briga de marido e mulher se mete a colher”, que até hoje ecoa em manifestações feministas.

Quebrar o silêncio foi importante para desmistificar espectros preestabelecidos sobre a família, o papel da mulher e o rebaixamento do sexo feminino à condição de objeto ou propriedade de seus cônjuges, parceiros. A organização das mulheres e mecanismos como as leis, conquistadas ao longo dos anos, também contribuíram para que o debate pudesse vir à tona e a partir dele emergissem novas reflexões. Quando algumas demandas passam a ser implementadas enquanto política institucional, a pauta atinge outro patamar de visibilidade.

Coube à agenda midiática a sua parte e a violência contra as mulheres passou a ser noticiada de norte a sul do país.

O incômodo pelas vidas arrancadas, um possível aumento de casos de violência contra a mulher ou de registros de boletins de ocorrência e o volume de notícias na mídia¹ motivaram, em 2013, manifestações em Aracaju pelo fim da violência doméstica, como aponta o trecho de uma nota pública divulgada à época pelo Coletivo de Mulheres em Aracaju (movimento feminista local): “No mês de agosto e início de setembro nos deparamos com o assustador aumento do número de casos de violência con-

¹ Matéria “Coletivo de Mulheres faz ato contra violência na SEPM”, Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/cidade/1er.asp?id=149210&pagina=1>>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

tra as mulheres e feminicídios no Estado de Sergipe. Essa é uma realidade cruel e machista a qual todas nós mulheres estamos expostas”.

O diagnóstico de uma forte incidência da violência de gênero também foi a chave para o desenvolvimento da dissertação “Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade”, cuja primeira inquietação estava em entender as narrativas da imprensa sergipana quando da cobertura de pautas relacionadas à violência contra a mulher. Isso por considerar a centralidade da imprensa na seleção dos assuntos sobre os quais vamos pensar e as suas interferências na construção e/ou reprodução de valores simbólicos.

No trabalho, como o título anuncia, analisamos dois jornais locais impressos. Um semanário enquadrado no que se define como jornalismo popular, o *Super Popular*; e outro diário, o *Jornal da Cidade*. Buscamos identificar o tipo de abordagem contido nas matérias que tratam do tema e comparar as características da cobertura dos dois veículos. Para tanto, optou-se por cruzar elementos básicos do jornalismo (critérios de noticiabilidade, linguagem jornalística, divisão em editorias, entre outras características) com os procedimentos metodológicos desenvolvidos pela Análise de Conteúdo (AC).

Sabendo que a produção de notícias é uma atividade complexa que não está descolada de valores sociais e que os fatos jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação, não existem previamente como tais, pois existe um fluxo objetivo na realidade de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 1987, p. 184), a análise cuidou de averiguar se os jornais analisados ao elabo-

rarem as suas narrativas sobre as violências sofridas pelas mulheres corroboram ou desconstroem a inferiorização da mulher (SAFFIOTI, 2004) e a dominação masculina (BOURDIEU, 2002) - fenômenos correspondentes e complementares.

2. Recorte

O recorte temporal para a análise dos jornais abrange 90 dias e engloba os meses de julho, agosto e setembro de 2013, período em que casos de violência doméstica foram destaque na mídia sergipana. Notadamente, no mês de agosto, quando aconteceu no mesmo dia o assassinato da trabalhadora terceirizada Danielle Bispo na UFS e o espancamento de uma mulher por mais de 12 horas² - caso que foi noticiado em programa de rede nacional classificado no gênero “jornalismo policial”.

Assim, optou-se por verificar a frequência da temática em agosto, no mês anterior e posterior. O corpus foi preenchido, então, por 13 edições do semanário SP (edições impressas) e 78 edições do diário JC (acervo digitalizado), nas quais foram encontradas 125 notícias correlacionadas à violência contra a mulher.

A partir da AC, método priorizado por sua função de inferência (BARDIN, 1977, p.133), foi possível constituir um mapeamento qualificado do objeto de estudo.

Frisa-se, ao concordar com Herscovitz (2010, p. 126), que a opção pelo método da Análise de Conteúdo neste trabalho bus-

² “Uma mulher foi espancada pelo ex-marido durante 12 horas em Sergipe. O homem também cortou o cabelo da vítima com uma faca e ameaçou matar a família dela se fosse denunciado”. Trecho extraído da matéria ‘Mulher é espancada e torturada por 12 horas por ex-marido em Sergipe’, divulgada no Portal R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/mulher-e-espancada-etorturada-por-12-horas-por-ex-marido-em-sergipe-28082013>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

cou superar a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, por entender que ambas as partes fornecem informações importantes seja para validar o problema, seja para o desenvolvimento de interpretações, que devem ir além do estritamente explícito, já que estamos a trabalhar com a simbologia e os sentidos a partir de construções jornalísticas. Cabe destacar ainda que não nos interessa, aqui, afirmar a manipulação como máxima da produção de notícias, mas é crucial atentar para as inúmeras mediações - negociações - que vão sendo engendradas na confecção do texto jornalístico. Costuras que reforçam a “fabricação de sentido” para determinados acontecimentos e que estão atreladas à leitura de mundo dos profissionais da comunicação inseridos num determinado espaço/veículo, que por sua vez também carrega valores e preceitos próprios.

3. Análise dos jornais Super Popular e Jornal da Cidade

Tendo como unidade de registro (UR) para nossa análise os *relatos sobre a violência contra a mulher*, consideramos como passível de investigação toda e qualquer notícia que mencionasse o termo ou apresentasse correlações com ele, já que muitas vezes a violência de gênero é subnotificada ou mesmo ignorada.

Curiosamente, a subnotificação desse tipo de violência é consenso em órgãos como delegacias e secretarias da mulher ou ainda no movimento de mulheres. Para ilustrar essa situação, tomemos como exemplo o atendimento às gestantes em hospitais e maternidades: quando feitas as coberturas, as críticas que versam sobre a qualidade do atendimento referem-se a “maus-tratos”, “negligência”, entre outros, mas é difícil encontrar tanto no texto jornalístico quanto nos depoimentos de entrevistadas/os a expressão *violência obstétrica*, ainda que essa seja reconhe-

cida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tenha sido pautada em seminário realizado na Câmara de Deputados³ e conste como uma das reivindicações das mulheres quando da elaboração de dossiê sobre a violência contra a mulher no Brasil. Portanto, optou-se por exaurir todas as possibilidades de omissões de violências, sendo necessária à nossa triagem, além da busca por palavras-chave, a leitura sistemática e detalhada de todos os exemplares que integram o corpus, sem descartar uma notícia a partir do título ou lead (primeiro parágrafo - informações básicas), por exemplo.

A mesma preocupação norteou o processo de escolha das categorias para a efetivação da análise do conteúdo. Utilizamos a definição da Convenção de Belém do Pará (1994), para configurar a nossa unidade de análise. Segundo o documento, a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Assim, consideradas a subnotificação e a abrangência, delimitamos os seguintes itens para compor a categoria *tema*:

- a) Políticas Públicas, Leis e Participação Social; b) Violência Obstétrica; c) Agressão, Tortura e Ameaça; d) Feminicídio; e) Estupro; f) Extorsão; g) Mamaço; h) Tráfico de Pessoas; i) Necrofilia; j) Assédio; l) Lesbofobia.

As outras categorias que integram a análise foram elaboradas considerando componentes comuns das notícias: fontes, rubrica e tipo de texto. A primeira parte da análise dedicou-se a

³ Seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/467482-MAES-RECLAMAM-DE-VIOLENCIAOBSTETRICA-EM-SEMINARIO-SOBRE-VIOLENCIA-CONTRA-MULHER.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

aferições quantitativas, tendo com ponto de partida a pertinência do tema a partir da frequência.

Para os casos de violência sexual e doméstica, nos quais localizamos algumas particularidades referentes ao perfil da vítima, vale destacar que foram considerados todos os casos em que a vítima era do sexo feminino e o agressor do sexo masculino, independentemente da idade, tomando o exemplo de instituições como Flacso e Ipea, quando elaboram pesquisas sobre o assunto. Assim, violência contra meninas e adolescentes, desde que relacionadas ao que identificamos como violência de gênero, estão em nossa análise. Outra particularidade diz respeito aos casos em que o agressor cometeu mais de uma violência, nessas ocasiões, assinalaram-se todos os tipos de violência apresentados.

4. Frequência/Ausência

Com essa aferição foi possível detectar que a violência contra a mulher nos jornais SP e JC tem presença significativa. O menor índice é o atingido pelo Jornal da Cidade no mês de julho quando, de um total de 26 edições, em apenas 8 o tema é noticiado. O mesmo jornal evolui na cobertura da temática e em setembro apenas uma edição, num universo de 25, não faz qualquer menção à violência contra a mulher.

Importante destacar que apesar da variação entre as edições e mudanças quando da alternância dos meses, ao fazermos o teste frequencial considerando os universos - 13 edições de SP e 78 edições de JC -, encontramos exatamente o mesmo percentual (69,23%). Para que a avaliação fosse fiel, distribuíram-se as edições considerando o mês de publicação. Assim, pôde-se observar que o ponto de encontro frequencial entre os jornais vai ocorrer exatamente em agosto, quando ambos os veículos dão

evidência ao episódio de feminicídio ocorrido dentro da Universidade Federal de Sergipe.

5. Categoria Temas

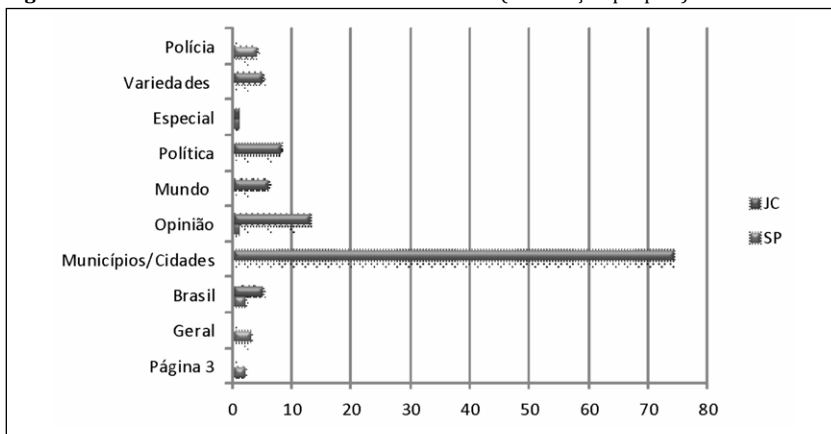
Quanto aos temas recorrentes no semanário, SP, podemos considerar que existe um equilíbrio relativo, destacando-se ao longo das edições conteúdos informativos sobre leis (4); casos de violência doméstica enquadrados no item agressão, tortura e ameaça (3); seguidos dos temas estupro; extorsão; feminicídio e violência obstétrica, que empatam em termos de aparição (2).

O jornal diário, JC, possui um volume maior de temáticas, apresentadas proporcionalmente da seguinte maneira: políticas públicas, leis e participação social (30) - que também se fez maioria no SP -; feminicídio (24); estupro (21); agressão, tortura e ameaça (17); violência obstétrica (11); tráfico de pessoas; maço e necrofilia - que pontuam três (3) aparições cada; extorsão (2); e por fim, lesbofobia e assédio - (1) caso para cada item.

Importante destacar que as temáticas feminicídio, estupro, necrofilia e agressão, tortura e ameaça destacam-se também por apresentar um bom número de desdobramentos e continuidades dos casos relatados em edições anteriores.

6. Categoria Rubrica

Quando lançamos o nosso olhar para a localização do conteúdo nas páginas dos jornais, percebemos que a violência contra a mulher ainda tem como lugar comum as editorias *polícia* ou *cidades* - rubricas que se equivalem e, nesse caso, representam os maiores percentuais atingidos por Super Popular e Jornal da Cidade, respectivamente.

Figura 1: Subdivisão dos acontecimentos em rubricas (elaboração própria).

A acomodação da violência de gênero nesses espaços pode nos alertar para o grau de prioridade e entendimento que JC e SP têm sobre esse fenômeno e mais, ainda que essa configuração seja um enquadramento próprio do jornalismo, ela pode ser equiparada às expressões sociais manifestadas acerca desse problema.

Esse dado nos traz duas reflexões que corroboram a fragilidade na cobertura da temática pelos veículos: 1) a baixíssima presença de informações que tratem do fenômeno como um problema que demanda mais atenção e até mesmo uma sensibilização dos leitores e 2) a predileção em abordar os casos a partir do apelo mais emotivo e factual.

Constata-se que a construção das notícias sobre casos de agressão, violência sexual e, principalmente, feminicídio é validada pelo impacto e afetação que podem causar acontecimentos desse tipo. Para Siqueira (2015, p. 16), as emoções ao misturarem-se com o discurso podem passar despercebidas, mas são elas também as responsáveis - mesmo que de forma velada ou quando apresentadas a partir de uma espécie de segundo plano - por estabelecer conexões e vínculos entre os interlocutores.

Percebeu-se também que o tema somente ocupa as páginas de política quando versa especificamente sobre uma portaria, regulamentação ou embates travados nas esferas de poder. Foi desse modo que as notícias referentes à regulamentação da prostituição (atividade com alto grau de violência e exploração) e ao atendimento de vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apareceram nos jornais. O SP abordou apenas o segundo tema e o fez de forma breve e meramente expositiva, já o conteúdo expresso no JC trazia avaliações da Coluna Esplanada - que é reproduzida em jornais de 24 capitais brasileiras. Destacamos como exemplos duas edições:

Aracaju-SE, 3 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.320
<p>SANÇÃO, PERO NO MUCHO</p> <p>Alertada por advogados e juristas, a despeito da sanção do PLC 3/2013, a presidente Dilma determinou à Casa Civil que envie o quanto antes para o Congresso novo projeto de lei para detalhar o tratamento que deve ser dado a vítimas de violência sexual nos hospitais. Detectou a brecha no texto que poderá render imbróglgio sobre aborto.</p> <p>Gleisi quer saber - A coluna revelou dia 9 de junho a polêmica que dividiu grupos feministas, pró-sanção, e a bancada cristã, que fez lobby por veto total, sobre o Inciso III, a 'profilaxia da gravidez'.</p> <p>A ministra Gleisi Hoffmann já pediu levantamento da subchefia jurídica.</p>
<p>CASAS DAS...</p> <p>A deputada Flávia Morais (PDT-GO) propôs audiência pública para depoimentos de prostitutas e ex, sobre regulamentação da profissão. Convidou Gabriela Leite, da ONG da Vida, da grife Daspu, e presidentes de associações de prostitutas do Pará e Minas.</p>

A primeira nota da edição faz avaliações de uma questão de saúde pública tomando como ponto de partida o posicionamento de segmentos religiosos. Entrave expresso tanto no alerta dado à Dilma - que abre a informação - quanto na taxaço do problema como "imbróglgio sobre aborto", deixando prevalecer a posição defendida pelo que a coluna define como "bancada cristã".

O segundo texto expressa nas reticências o menosprezo pela regulamentação da prostituição, reduzindo a uma brincadeira um assunto que há tempos transita nos espaços políticos e ainda é entendido como tabu - sendo alvo de críticas ferrenhas de agrupamentos religiosos que ganham cada vez mais espaço na esfera política brasileira.

Aracaju - SE, 9 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.325

DILMA E A VIOLÊNCIA SEXUAL

A presidente Dilma Rousseff sancionou integralmente a lei que regulamenta o atendimento na rede pública do SUS às mulheres vítimas de violência sexual, chamada de “profilaxia da gravidez”. **A lei sancionada gera polêmica entre os religiosos, que temem que este seja um passo rumo à legalização do aborto.** Tramita ainda um projeto de lei que a presidente está mandando ao Congresso que muda o artigo 2º da lei, que diz que violência sexual “é qualquer forma de atividade sexual não consentida”. A proposta recupera o texto do Código Penal Brasileiro, que diz que violência sexual engloba “todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica”. Outro ponto é a mudança do inciso 4º do artigo 3º do texto aprovado no Congresso, que fala em “profilaxia da gravidez”. O novo texto diz “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. **O papa Francisco não previu a sanção.**

Dias depois, a mesma “polêmica” (lei de regulamentação do atendimento a vítimas de violência sexual na rede pública) torna a aparecer e o debate novamente gira em torno do posicionamento de setores religiosos.

Ao final, como destacamos, o papa é mencionado como sujeito que não previu a sanção da medida. Ao referir-se ao papa, mesmo que esse não seja o elemento central da discussão, o texto reforça a ideia de participação de autoridades religiosas em assuntos de saúde pública. Vale observar que esses são os únicos atores mencionados, as mulheres - que figuram como principais vítimas da violência sexual - não aparecem como parte interessada no debate, ainda que o elemento de discordância seja a profilaxia da gravidez em casos de estupro.

Essa nota evidencia o cenário político que vivenciamos, marcado pelo conservadorismo e pela ausência de garantia da laicidade do Estado. Cenário esse que não é vivenciado apenas no Brasil e que tem repercussão garantida na agenda midiática.

Alrededor del cuerpo de las mujeres, y en particular de su sexualidad y capacidad reproductiva, se ha construido mucho de su subordinación. Para el colectivo Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer (2006), el cuerpo es la base material y subjetiva de dominación y sufrimiento y también el sustento de prácticas de libertad y democracia (VALDIVIESO, 2014, p. 238).

A ausência de avanços políticos nos permite compreender a permanência do debate sobre autonomia dos corpos das mulheres no movimento feminista e não à toa, nos espaços de poder. Também é possível observar pelo tratamento dado às pautas violência sexual e aborto que o discurso midiático não busca se diferenciar do discurso hegemônico na política.

7. Categoria Tipos de Texto

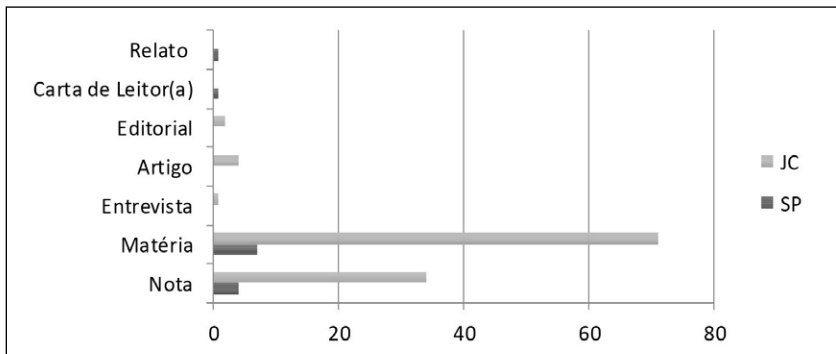
Os textos encontrados nos dois jornais foram majoritariamente informativos (notas e matérias), sendo pequeno o número de textos de caráter opinativo, como artigos de opinião.

Apenas uma entrevista faz parte do material coletado, a qual aborda principalmente a violência doméstica e aciona para tal uma fonte especializada e ao mesmo tempo oficial, já que se trata de uma delegada que atua no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju.

A participação de leitores é nula quando nos referimos ao Jornal da Cidade. Já no Super Popular, além da opinião de uma

leitora no espaço “Leitor, fale com a gente” - que demonstra indignação diante da notícia do feminicídio ocorrido na UFS -, uma das manchetes é apresentada através do relato de um leitor que descreve os percalços que enfrentou junto à esposa para que a mesma pudesse parir. Abaixo a comparação percentual entre os veículos.

Figura 2: Tipos textuais apresentados nos jornais (elaboração própria).



8. Das Fontes

Para fazer a classificação das fontes das notícias veiculadas no JC e SP nos baseamos na matriz organizada por Schmitz (2011) e, a partir dela, optou-se por utilizar os elementos enquadrados como categoria (subdivisão correlacionada ao enfoque) e grupo (associada à origem e contextualização). Diagnosticou-se a seguinte composição:

Tabela 1: Classificação das fontes por categoria (elaboração própria).

	Categoria
Primárias (diretas)	Vítimas e testemunhas, sociedade civil; réu; ativistas;
Secundárias (indiretas)	Órgãos públicos, órgãos governamentais, movimentos sociais, profissionais especializados;

Tabela 2: Classificação das fontes por grupo (elaboração própria).

Grupo	
Oficial Pessoa que ocupa cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas.	Polícia Civil; Universidade Federal de Sergipe (UFS); Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SEPM); Ministério Público Estadual (MPE); DAGV/DEAM; Polícia Militar; SSP/SE; Emsetur; Câmara de Deputados; Fundação Hospitalar de Saúde (FHS); CPTUR; Ministério Público/SE; DHPP/SP; Assessoria Parlamentar; DHPP/SE; Delegacia Plantonista; Secretaria de Estado da Saúde; Ministério da Saúde; Ciosp/SSP; Governo Federal; Polícia Comunitária; Conselho Tutelar;
Institucional Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.	Mexam-se; OAB; Coletivo de Mulheres de Aracaju; Astra; MML; Anel; Conselho Regional de Medicina; Sociedade Sergipana de Pediatria; Coordenação de Campanha/Pediatria; Sindicato dos Médicos;
Individual Pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social.	Vítimas; obstetras; réu; advogados; gestantes;
Testemunhal Representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora.	Família; colegas de trabalho; transeuntes; testemunhas;
Especializada Pessoa de notório saber específico, normalmente relacionado a uma profissão.	Psicóloga da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas); médica; psicóloga (MNSL);
Referência Bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta.	Supremo Tribunal Federal; IBGE; DataSUS;

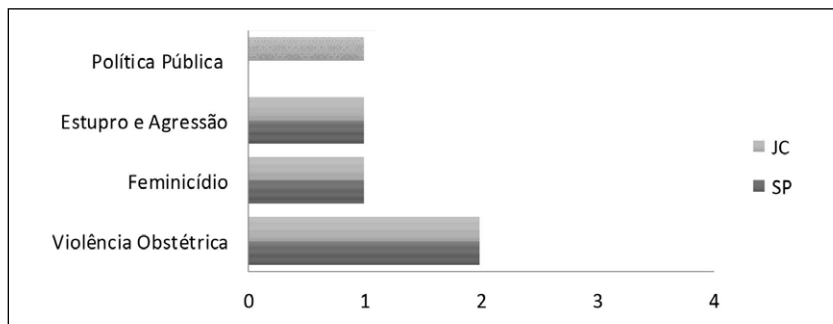
Quanto aos agentes que são acionados para a produção das notícias, podemos afirmar, a partir do nosso recorte, que os veículos garantem uma determinada pluralidade de vozes. O semanário SP utiliza-se especialmente de fontes ligadas à segurança pública e depoimentos de vítimas e testemunhas. O Jornal da Cidade consegue ir além ao dar voz a fontes especializadas e à so-

cidade civil organizada, garantindo espaço para contrapontos e problematizações.

9. Das Manchetes

Se conseguimos comprovar até aqui que a violência contra a mulher possui uma relevância significativa para os veículos estudados, sendo a sua presença recorrente em quase 70% do material, também temos indícios de que essa cobertura não ocorre de forma criteriosa, as notícias quase sempre apresentam a mesma roupagem rasa sobre o tema. Além disso, interessou-nos saber se a pauta foi relevante o suficiente para ocupar as capas dos exemplares. Eis as respostas:

Figura 3: Temas destacados nas capas dos jornais (elaboração própria).



De forma geral, os temas apareceram como manchete em apenas 7,2% das edições analisadas. Quando feita a proporção por veículo, temos um maior índice de manchetes no Super Popular, com 44,44%. O percentual do Jornal da Cidade fica em 9,25%. Os tipos de violência que ganham destaque também são reduzidos, ficando em evidência apenas quatro temáticas, quando anteriormente listaram-se mais dez tipos de violências de gê-

nero noticiadas no JC, por exemplo. Os títulos apresentados na capa das edições de SP e JC estão discriminados na tabela abaixo. Mesmo quando as manchetes não se referem ao mesmo caso, as temáticas destacadas pelos jornais coincidem mês a mês: violência obstétrica (julho), feminicídio (agosto) e violência doméstica (setembro), respectivamente.

Tabela 3: Manchetes sobre violência contra a mulher nos jornais (elaboração própria).

MANCHETÔMETRO	
Super Popular	Jornal da Cidade
A situação é grávida (edição 130)	Falta de médico em maternidade de Aracaju vira caso de polícia (edição 12.304)
Francamente esse não presta (edição 131)	Sergipe tem o maior índice de mortalidade materna do País (edição 12.309)
Sangue no prato do dia (edição 135)	Mulher é morta a golpes de faca no restaurante da UFS (edição 12.334)
“Eu tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo” (edição 137)	Homem estupra e marca a ex-mulher como gado (edição 12.348)
	Mulheres violentadas terão acesso à linha de crédito (edição 12.362)

Considerações Finais

Se num passado não tão distante a violência contra as mulheres não estava entre os assuntos que mereciam destaque na mídia, hoje podemos afirmar que o tema é bastante recorrente. Quebrar o silêncio midiático é fundamental e contribui para o entendimento desse triste fenômeno como um problema social. Contudo, o que se percebe - na maior parte das vezes - é que as notícias são pouco reflexivas e mais parecem repetir relatos contidos nos boletins de ocorrência das vítimas. Esse cenário problemático não está restrito a veículos enquadrados como sensacionalistas - conhecidos por seu recorte mais apelativo, representado em nossa pesquisa pelo Super Popular (SP) -, e

também pode ser encontrado em outros veículos informativos, como é o caso do Jornal da Cidade (JC).

É importante salientar que diferentemente da violência doméstica, diversas outras formas de violência de gênero - ainda que noticiadas - sequer são enquadradas como violência contra a mulher, foi o que averiguamos nas matérias que tratavam da precarização das maternidades públicas e negligências no atendimento médico a gestantes, enquadradas por essa pesquisa na categoria violência obstétrica.

Se a violência obstétrica não foi interpretada pelos veículos como violência, o assassinato de mulheres não foi em momento algum noticiado como feminicídio, o termo esteve ausente na construção da notícia. Violações desse tipo somente tiveram apontadas como causa o machismo nos artigos de opinião, na entrevista com a representante da delegacia da mulher e nas falas dos movimentos de mulheres. Assim, podemos concluir a partir do estudo dos impressos Super Popular e Jornal da Cidade que o assunto quando vira pauta fica praticamente restrito à classificação de pitoresco, de crimes que chocam ou se conformam na categoria de fenômenos sociais relativamente ocultos (SAFFIOTI, 2004), já que a raiz do problema - o machismo estrutural - fica em segundo plano.

As notícias tanto do SP quanto do JC reproduzem uma visão limitada acerca das questões de gênero, expressas principalmente na redução de atos violentos ao fato em si ou, ainda, atribuindo a violência a condutas individuais de alguns homens, quando sabemos que ela é um sintoma de uma construção social que destina os locais de poder ao masculino e reduz o feminino a lógicas de submissão (Bourdieu, 2002, p. 16-17).

Outra crítica que fazemos diz respeito à amenização da violência ou ainda a utilização de recursos do humor e trocadilhos

(esse último expresso enfaticamente nas manchetes, títulos e matérias do semanário Super Popular) para noticiar casos de agressão a mulheres. Essas estratégias utilizadas para atrair os leitores reforçam como natural e cotidiana a violência de gênero e ao mesmo tempo em que relativizam o ato violento a partir do tom debochado, a mulher que sofreu a violência também é coisificada pelo veículo.

Não omitir esse tipo de violação de direitos humanos na mídia e noticiar a violência contra a mulher é central, porém, ao fazê-lo, deve ser de igual prioridade pensar de que maneira essas violências devem ser noticiadas. Um exercício que precisa ser incorporado à prática jornalística sob pena de incorrer no erro de naturalizar a violência como uma condicionante da divisão dos gêneros que resulta em mulheres violentadas, homens violentos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO,

Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

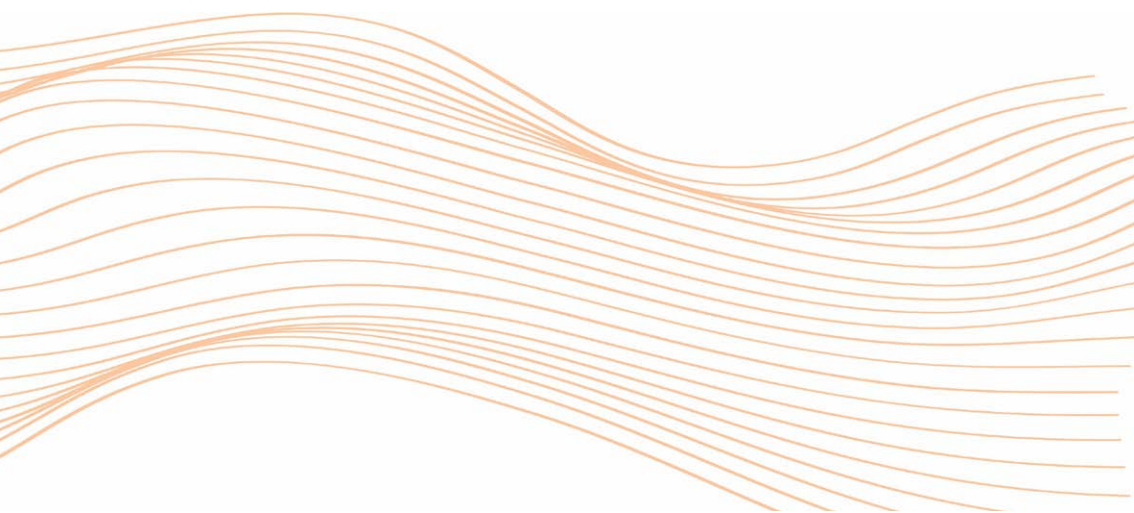
Organização dos Estados Americanos, **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** (“Convenção de Belém do Pará”), 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SIQUEIRA, Denise. C. O. (organizadora). **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

VALDIVIESO, Elisa Alejandra. Despatriarcalizar La Atención Sanitaria: el asunto de fondo para garantizar el derecho a la vida en Venezuela. In: CAROSIO, Alba. **Feminismos Para Un Cambio Civilizatorio**. Caracas: Fundación Imprenta de la Cultura, 2014. cap IV. p. 238-261.



CAPÍTULO 09

TECNOPOPULISMO E O CASE BRASILEIRO

ANA CAROLINA WESTRUP

O início do século XXI marca a disseminação da Internet como lócus de realização das mais diversas atividades humanas, dos negócios às interações sociais, um novo espaço de interação e compartilhamento definido por diversos grupos (empresas, instituições, organizações), que buscam agir de acordo com seus interesses. Para Fuchs (2018), a Internet seria um sistema socio-técnico composto não apenas por tecnologias (redes, protocolos, dispositivos, programas), mas também por pessoas, regras e instituições.

Para alguns teóricos, o processo comunicativo vivenciado na Internet seria capaz de gerar cooperação e participação democráticas inigualáveis, a partir de uma cultura colaborativa em que o revigoramento da esfera pública¹ dar-se-ia a partir do avanço de uma sociedade em rede, conectada e mediada pelo avanço tecnológico (CASTELLS, 2011; 2000; LÉVY, 1999). Gran-

¹ A esfera pública se constitui principalmente como uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p.92)

de parte destes estudos girou em torno dos movimentos sociais e de como eles vêm lidando com as estratégias digitais de organização, mobilização e engajamento (MELUCCI, 1996; MINOW, 1997; YOUNG, 1997).

O segundo prisma se desloca para uma análise mais crítica da Internet e o seu potencial democrático, alicerçada também nos estudos mais contemporâneos que já destacam a ascensão das plataformas digitais e os seus modelos de funcionamento como geradores de impactos políticos e sociais (ZUBOFF, 2015; MOROZOV, 2018; VAN DIJCK, POELL e DE WALL, 2018; CAMMAERTS e MANSELL, 2020).

Entretanto, um denominador comum nas análises se concentra na afirmação de que a Internet é um dos espaços privilegiados das ações e estratégias políticas (NORRIS, 2002; BENNETT, 2003; DELLA PORTA e DIANI, 2006; GOMES, 2011) exatamente pela sua penetração no tecido social e pela sua capacidade interativa. Fazendo parte do esforço interdisciplinar de compreensão da Internet como um importante lócus da política na contemporaneidade, este artigo se propõe a analisar um novo tipo de nova acepção do populismo praticado na WEB, o tecnopopulismo, e como essa estratégia se conjuga na atual agenda política brasileira.

1. De que Internet estamos falando?

Para analisar os fenômenos políticos na Internet, é preciso acompanhar o seu dinamismo. Para Scudere (2017), se na WEB 1.0, no início da década de 90, a grande discussão estava em torno das infraestruturas, códigos e repositórios de conteúdo, sem grandes preocupações com a interatividade, na geração WEB 2.0 o apelo à navegabilidade e interação passou a ser essencial, etapa

em que assistimos ao avanço das plataformas digitais, com alta capacidade de mediação social² e, mais recentemente, na WEB 3.0/4.0, ao fortalecimento de um modelo de negócios a partir da coleta, sistematização e algoritmização dos dados.

A ascensão das plataformas digitais define uma nova arquitetura na Internet, concentrando em seus fluxos operacionais grande parte da navegabilidade presente no ambiente online. Para exemplificar essa dinâmica, em 2018 o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social - lançou a pesquisa “Monopólios Digitais: Concentração e Diversidade na Internet”³, olhando especificamente para a camada de aplicações e conteúdos.⁴

A pesquisa apontou que as grandes plataformas digitais constituem monopólios digitais e entre as características estão: (1) Forte domínio de um nicho de mercado; (2) Grande número de clientes, sejam eles pagos ou não; (3) Operação em escala global; (4) Espreadimento para outros segmentos para além do nicho original; (5) Atividades intensivas em dados; (6) Controle de um ecossistema de agentes que desenvolvem serviços e bens

² “As plataformas digitais são sistemas tecnológicos que funcionam como mediadores ativos de interações e transações entre indivíduos e organizações operando em cima de uma base tecnológica digital conectada, especialmente no âmbito da Internet, provendo serviços calcados nessas conexões, fortemente lastreados na coleta e processamento de dados e marcados por efeitos de rede”. (VALENTE, 2019, p. 170).

³ Monopólios digitais: concentração e diversidade na Internet / Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Jonas Valente, Marina Pita. São Paulo: Intervezes, 2018. Disponível em: <https://intervezes.org.br/arquivos/interliv012monodig.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

⁴ Benkler (2006) propõe uma estrutura da Internet dividida em três grandes camadas. Cada uma dessas camadas tem papel importante e é objeto de disputas para a sua regulação. A “física” envolve toda a infraestrutura-base por meio da qual o tráfego de dados ocorre. A “lógica” abrange os protocolos, algoritmos e padrões. Acima dessa base, está a camada de “aplicações e conteúdos”. É na camada de aplicações e conteúdo que se encontra o fenômeno fundamental para entendermos o contexto da desinformação: o ascenso das plataformas digitais e os modelos de negócio por elas estabelecidos.

mediados pelas suas plataformas e atividades; (7) Estratégias de aquisição ou controle acionário de possíveis concorrentes ou agentes do mercado.⁵

Para Valente (2019), as plataformas digitais atuam a partir da oferta e troca de serviços e conteúdos entre agentes em uma relação ponto a ponto, e tem como centro o seu papel de intermediação, a partir do modelo efeito de rede, na espiral em que, quanto maior o número de usuários e conteúdos circulando, maior é o seu valor de mercado. Os números de acessos que essas plataformas acumulam, diariamente, permitem a estruturação de um modelo de negócios fortemente calcado na coleta massiva de dados e nas receitas auferidas via publicidade.

Ou seja, essas empresas transnacionais vendem a “gratuidade” para os usuários⁶, e, em contrapartida, oferecem para o mercado publicitário uma quantidade enorme de dados pessoais, que, agregados a sistemas de análise baseados em algoritmos e inteligência artificial, identificam comportamentos, gostos e interesses que podem ser traduzidos em bens e serviços ofertados, bem como propagadores de climas de opinião.

As plataformas digitais, ou plataformas de *infraestrutura* (VAN DICK, POELL e DE WALL, 2018), são operadas por cinco

⁵ “As plataformas digitais são sistemas tecnológicos que funcionam como mediadores ativos de interações e transações entre indivíduos e organizações operando em cima de uma base tecnológica digital conectada, especialmente no âmbito da Internet, provendo serviços calcados nessas conexões, fortemente lastreados na coleta e processamento de dados e marcados por efeitos de rede” (VALENTE, 2019, p. 170).

⁶ No modelo de publicidade, em geral as plataformas não cobram para a entrada de usuários, mas veiculam anúncios. Essa forma de propaganda possui uma capacidade de precisão na definição dos públicos-alvo de uma mensagem, dando ao anunciante a capacidade de filtrar os destinatários por um conjunto de critérios, características, interesses e comportamentos. A dinâmica de coleta e processamento de dados em larga escala e quase em tempo real e os meios empregados para isso permitem aos sites identificar de forma muito detalhada segmentos (VALENTE, 2019, p. 184).

grandes empresas que formam o coração do ecossistema e são porteiros (gatekeeper) através dos quais os fluxos de dados são gerenciados, processados e canalizados, as Big Techs. Dentre essas empresas, o Google e o Facebook se destacam. O Facebook, atualmente, detém o tráfego de dados e o controle dos fluxos de informações pelo domínio de 80% do mercado das plataformas digitais, graças às aquisições do Instagram, em 2012, e do Whatsapp, em 2014, chegando à marca de dois bilhões de usuários mensais em suas redes. Em cinco anos, o Facebook mais que quintuplicou suas receitas anuais, saindo de US\$ 5 bilhões para US\$ 27 bilhões entre 2012 e 2016 e, em 2017, fechou o ano com receita de US\$ 40,6 bilhões, 47% mais alta que no ano anterior, sendo 90% das suas receitas advindas de publicidade.⁷

O guarda-chuva corporativo do Google detém um espaço privilegiado e abrangente no ecossistema a partir de diversos serviços disponíveis como o próprio mecanismo de pesquisa (pesquisa do Google), o sistema operacional móvel (Android), um site de compartilhamento de vídeos (YouTube), dentre outros serviços e aplicativos. Recentemente, o Google se tornou a quarta empresa de tecnologia a entrar no seleto clube das companhias que alcançaram US\$ 1 trilhão em valor de mercado. O feito foi atingido pela gigante de buscas quando as ações da empresa valorizaram a US\$ 1.450, puxadas pelo otimismo dos investidores com os bons números do negócio de anúncios do Google.⁸

⁷ Facebook chega a 2,13 bilhões de usuários em todo mundo. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-chega-a-2-13-bilhoes-de-usuarios-em-todo-o-mundo,70002173062>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

⁸ Google se torna a quinta empresa a entrar no 'clube do US\$ 1 trilhão'. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,google-se-torna-a-quarta-empresa-a-entrar-no-clube-do-us-1-trilhao,70003157862>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

O crescimento vertiginoso do *modus operandi* das plataformas digitais está impactando o potencial democrático da Internet no que diz respeito, sobretudo, à autonomia do usuário na gestão do fluxo de informação. Como já evidenciamos, a coleta massiva de dados, a partir dos “rastros digitais” que cada usuário produz, define uma intervenção na disponibilização de conteúdos a partir de processos de automação que disponibilizam aquilo que é mais interessante para cada usuário.

Nesse sentido, os algoritmos performativos que são, alteram os ambientes em que são utilizados⁹ e geram efeitos, muitos dos quais não previsíveis, dentre os quais a (a) indução, demonstrando a enorme capacidade dos sistemas digitais em produzir vigilância e monitoramento regressivo, violando a privacidade e enfraquecendo a autonomia de usuários, e (b) homogeneização, indicando o problema da generalização pervasiva de procedimentos algorítmicos que tendem a uniformizar comportamentos e minimizar a diversidade e a possibilidade dialética e criativa de eventuais desvios.

Em síntese, a qualidade dos sistemas democráticos está diretamente relacionada com a capacidade de garantir que indivíduos e coletividades possam participar do debate sobre os temas de interesse e impacto nos rumos da sociedade, sem qualquer tipo de cerceamento, cortina ou bolhas ideológicas. Seria esse o princípio renovador da Internet - a possibilidade de um fluxo aberto de comunicação, garantindo a autonomia dos usuários e possibilitando o maior número de vozes interagindo em um processo colaborativo - que está fragilizado nesse momento atual de ascensão das plataformas digitais.

⁹ AMADEU, Sergio. Regulação algorítmica e os estados democráticos. Artigo, dossiê 204. Disponível em: <http://www.comciencia.br/regulacao-algoritmica-e-os-estados-democraticos/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

Portanto, estudar a Internet, no atual estágio de ascensão das plataformas digitais, é compreender um novo tipo de ambiência gerada pelo uso dessas novas ferramentas de socialização. Couldry e Hepp (2017) apontam os meios de comunicação como geradores de ambientes e espécies em um ecossistema em que indivíduos e coletividades, organizações e instituições se relacionam, produzindo processos e práticas comunicacionais, seja no âmbito da produção, circulação ou consumo midiático, ou como produtores de normas sociais.

Para uma compreensão do contexto atual, Couldry e Hepp (2017) apontam três ondas de midiaticização na sociedade que se mostram importantes na relação entre comunicação e política: (1) *mechanization wave*, de 1450 a 1800; (2) *electrification wave*, de 1800 a 1950; e (3) *digitalization wave*, de 1950 até hoje. Cada onda de midiaticização representa um ambiente de mídia totalmente diferente dos anteriores. Assim, a onda atual, de digitalização, é caracterizada pela crescente relevância da mídia nas culturas, a partir do aprofundamento das conexões entre as infraestruturas das quais as práticas comunicacionais dependem.

Sob essa perspectiva, os meios de comunicação são canalizações, cuja lógica de funcionamento é capaz de formar uma ambiência. Essa ambiência gera novos processos de interação que influenciam na extensão da participação política dos cidadãos pela capacidade da Internet, em particular, de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação em massa.

Essa nova ambiência gera novos desafios para análise do agir democrático na rede e as atuais estratégias de engajamento. Nesse sentido, esse artigo se propõe a analisar a formação de uma nova acepção do populismo que tem nas plataformas novas ferramentas e estratégias de engajamento.

2. Populismo em suas variantes

A superação do déficit democrático da comunicação de massa a partir do surgimento da Internet trouxe, tanto para os estudos acadêmicos quanto para as organizações que estavam presentes na lógica da cultura hacker, um ufanismo sobre as possibilidades de um revigoramento da esfera pública, capaz de gerar uma nova sociabilidade de trocas igualitárias, longe de burocracias e instituições, a partir da criação de uma rede horizontal e colaborativa.

John Pery Barlow, um dos representantes da cultura hacker, fundador da primeira organização social americana voltada para proteção da integridade da Internet, Electronic Frontier Foundation¹⁰, em uma sessão do Fórum Mundial Econômico em Davos em 1996, traduziu em uma carta intitulada “A declaração de Independência do Ciberespaço”¹¹ a defesa de um modelo de Internet que criaria *um mundo onde qualquer pessoa, em qualquer lugar, poderá expressar suas crenças [...] sem medo de ser coagido ao silêncio ou à conformidade*.

Estudos acadêmicos também beberam do entusiasmo em relação à Internet e seus potenciais libertários, como exemplo, Levy sustentou que a Internet seria um “*projeto da inteligência coletiva que supõe o abandono da perspectiva do poder*”. (LÉVY,

¹⁰ Em julho de 1990 é criada a EFF (Electronic Frontier Foundation), primeira organização sem fins lucrativos voltada à defesa das liberdades civis no mundo digital, fundada por Mitch Kapor, John Gilmore e John Perry Barlow. A EFF entendia que proteger o acesso a tecnologias em desenvolvimento era essencial para garantir a liberdade para todos. Informação disponível em: <https://www.eff.org/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹¹ Declaração de Independência do Ciberespaço: um chamado à ação em defesa da Internet. Disponível em: http://cursoseventos-hom.nicdev.com.br/ciclo-de-leituras-nic-cpfesc/DeclaracaoCiber_PT.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2021.

1998, p. 211). Para Deserris (2017), essa visão tecnolibertária da Internet, como espaço neutro e potencializador, per si, de uma nova vivência democrática se funde ao mito de uma tecnologia salvadora e acaba por dialogar, paradoxalmente, com um tipo de populismo que tem a defesa incisiva da Internet como meio de comunicação que produz “verdades” contra as burocracias e ao *establishment*: o tecnopopulismo.

[...] o tecnopopulismo é um discurso contemporâneo, formação ou ideologia que se baseia na crença de que “o governo do povo, pelo povo, para o povo é alcançável por meio de redes”, por meio das tecnologias da informação. Essa formação discursiva emerge da convergência e hibridização de dois discursos distintos: tecnolibertarianismo e populismo. (DESERRIS, 2017, p. 441).

Apesar de não existir uma definição comumente aceita, um dos aspectos centrais do populismo é a ideia de “povo” a partir de uma noção moral e divisionista da sociedade, “*uma ideologia que vê a sociedade como sendo dividida em dois grupos homogêneos e opostos: as pessoas ‘puras’ de um lado e as elites ‘corruptas’*” (MUDDE, 2004, p.543). Para Hermet (2003), o governante populista se caracterizaria por oferecer soluções rápidas, superando as burocracias da administração pública, a partir de uma lógica de mediação direta, sem a necessidade de cumprir trâmites institucionais.

A criação dessa conexão direta entre as lideranças políticas e o povo tem no ambiente on-line um terreno fértil no que diz respeito aos processos interativos e de participação, a partir da capacidade técnica de um novo modelo de comunicação em que o cidadão passa a ter uma postura mais ativa (LEMOS, 2002; SILVEIRA, 2010).

Há, portanto, na criação dessa ambiência a partir da ascensão das plataformas digitais, uma nova acepção do populismo que se aproxima do discurso tecnolibertário de que a Internet é um território livre de filtros e de mediações burocráticas. O termo *tecnopopulismo* apareceu enquanto conceito em 1995, no artigo “*Political parties and the challenge to democracy from steam-engines to techno-populism*”, de Arthur Lipow e Patrick Seyd, publicado na revista *New Political Science*. O artigo analisa a ascensão dos partidos considerados antissistema e populistas na Europa, no contexto da década de 90, no processo de expansão da Internet e do surgimento de uma nova cultura política a partir dos efeitos da tecnologia.

Sobre essa nova cultura política, Bickerton e Accetti (2017) relacionam o tecnopopulismo à fragilização da democracia partidária, em que os partidos deixam de ser instâncias de mediação entre o poder e o povo, substituídos pelas redes sociais. Seria, portanto, uma nova forma de fazer política, a partir da mediação tecnológica, conferindo à liderança política a tarefa de expressar e conduzir as posições que possam surgir da rede.

O tecnopopulismo representa, portanto, um deslocamento da política para o ambiente on-line, tanto por conta de uma nova ambiência comunicacional que privilegia a interação, quanto pelo uso estratégico por fins eleitorais. Na segunda perspectiva, das estratégias políticas, o artigo *Net-authoritarianism? How web ideologies reinforce political hierarchies in the Italian 5 Star Movement* de Emiliane Treré e Veronica Barassi aponta que os partidos tecnopopulistas mais bem-sucedidos na arena eleitoral são compostos por líderes carismáticos que apostam na polarização política e no autoritarismo para falar para os “seus” com ênfase nas estratégias digitais.

Empoli (2019) propõe analisar o tecnopopulismo a partir das práticas dos líderes populistas da extrema direita em paí-

ses como Brasil e Itália e o uso das novas tecnologias presente nas plataformas digitais e os recentes resultados eleitorais. Com recursos cada vez mais tecnológicos baseados em coleta e sistematização de dados, algoritmos e comportamentos inautênticos (robôs, disparos), esses líderes angariam apoio, atacam desafetos e colocam na agenda política pautas conservadoras. Valendo-se do Big Data, as estratégias tecnopopulistas lançam mão de conteúdos cada vez mais personalizados para atingir determinados grupos de usuários, cujos hábitos são mapeados, uma técnica conhecida como *microtargeting*.¹²

A técnica de microtargeting é uma estratégia digital de criação de público-alvo por meio da coleta de dados desse público para que a empresa possa conhecer minuciosamente o perfil em questão. A estratégia é feita em cima de um banco de dados montado com informações como idade, gênero, hobbies, comportamento, entre outros. Em princípio, o microtargeting era usado no marketing publicitário para o aprimoramento de produtos e serviços. Agora, fala-se de marketing político, uma vez que auxilia os candidatos a definirem um nicho de eleitores específicos, mapeando possíveis apoiadores. (OLIVEIRA; MAGRANI, 2018, p. 18).

Ou seja, os mecanismos de coleta e tratamento massivo de dados definem uma intervenção na disponibilização de conteúdos a partir de processos de automação que se relacionam com informações de rastros digitais deixados pelos usuários. Aos

¹² Big Data é um conjunto de tecnologias que possibilita conhecer cada vez mais os indivíduos, podendo até mesmo identificá-los pessoalmente por meio da observação de seus hábitos, preferências e desejos (ZUBOFF, 2015).

partidos e líderes tecnopopulistas caberia, portanto, deslocar a política para o ambiente online, a partir de uma presença digital cada vez mais ativa e o uso estratégico das novas ferramentas de marketing disponibilizadas pelas próprias plataformas digitais, desafio que tem sido cumprido com êxito, vide os últimos resultados eleitorais no Brasil.

3. Tecnopopulismo à brasileira

O tecnopopulismo assume um espaço privilegiado de análise para a comunicação política, principalmente no que diz respeito à ascensão de líderes e partidos extremistas a partir de estratégias digitais. O estudo *“The Fringe Insurgency – Connectivity, convergence e mainstreaming of the extreme right”*, publicado pelo Institute for Strategic Dialogue, mapeou o ecossistema de crescimento da “nova” extrema direita que percorre a Europa e os Estados Unidos.¹³ Ele destacou como os partidos e lideranças populistas centram as suas estratégias no ambiente online, tanto na perspectiva de recrutamento de causas conservadoras e extremistas, como na própria defesa da Internet como espaço democrático e produtor de “verdades”.¹⁴

O estudo publicado pela organização AVAAZ em 2019, *“Far right networks of Deception”*, mostra que pelo menos 533 mi-

¹³ Para Mudde (2016), a ideologia da extrema direita compreende a ultradireita e a direita radical. A ultradireita é contra a democracia em si, já a direita radical não convive com a democracia liberal, direitos das minorias, a separação de poderes e o Estado de Direito

¹⁴ O relatório mapeou o ecossistema da ‘nova’ extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, caracterizada por uma agenda internacional e o uso sofisticado da tecnologia. Disponível em: <https://www.isdglobal.org/isd-publications/the-fringe-insurgency-connectivity-convergence-and-mainstreaming-of-the-extreme-right/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

lhões de europeus foram expostos à propaganda de extrema direita, mensagens de ódio, notícias e citações falsas, e vídeos editados para estigmatizar imigrantes.¹⁵ Ao todo, foram descobertas 500 páginas de grupos de ódio ligados a partidos populistas da extrema direita na Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Polônia e Itália, totalizando mais de cinco milhões de seguidores.

No Brasil, as eleições de 2018 foram marcadas pela adoção de estratégias digitais e pela disseminação de conteúdos falsos e extremistas por parte do então candidato a presidente Jair Bolsonaro (Sem partido), um político que está no hall das lideranças populistas de direita. Uma pesquisa da Atlas Político, divulgada no final das eleições de 2018 pelo Valor Econômico, mostrou que um terço do eleitorado brasileiro acredita em duas notícias falsas que foram disseminadas pela rede de Bolsonaro: 36% dos entrevistados afirmaram acreditar na história do “kit gay”, já desmentida pelo TSE; e 35% disseram acreditar que a revista *Veja* e o jornal *Folha de São Paulo* teriam recebido 600 milhões de reais para apoiar a candidatura de Haddad.¹⁶

Da mesma forma, o grupo de pesquisa “Eleições sem fake”, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), junto a uma agência de checagem de notícias, a Lupa, analisaram o grau de veracidade de 50 imagens que circularam no WhatsApp entre os dias 16 de agosto e 7 de outubro de 2018, durante o primeiro turno das eleições de 2018. Desse conjunto, 46 imagens circu-

15 Estudo da Avaaz mostra a incidência da extrema direita na Europa. Disponível em: <https://avaazimages.avaaz.org/Avaaz%20Report%20Network%20Deception%2020190522.pdf?slideshow>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

16 Fake News Anti-PT alcançam 1/3 do eleitorado. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/fake-news-anti-pt-alcancam-um-terco-do-eleitorado.ghtml>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

laram em grupos ligados ao candidato Jair Bolsonaro e apenas quatro eram comprovadamente verdadeiras.¹⁷

Na Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Fake News (CPMI), a ex-líder do governo na Câmara dos Deputados, a deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), já com a postura de oposição ao governo de Jair Bolsonaro, apontou a estratégia digital do governo. De acordo com Joice, o governo construiu um “Gabinete de Ódio”, que funcionaria no 3º andar do Palácio do Planalto, sob o codinome oficial de Assessoria Especial, no qual cerca de R\$ 500 mil em recursos públicos foram usados para os ataques e “perseguições de desafetos” da família Bolsonaro.¹⁸ A publicação dos posts com memes ou ofensas seguiria um calendário estabelecido pelo grupo e uma suposta rede de parlamentares e assessores, além de robôs, seriam responsáveis por compartilhar as mensagens de forma articulada, a fim de viralizá-las nas redes o mais rápido possível.

Uma análise realizada pela empresa AP/Exata no Twitter, com os chamados perfis de interferência – que são ativistas ou pessoas contratadas –, mostrou que a atuação de perfis falsos e robôs na rede social de Jair Bolsonaro, mesmo depois do processo eleitoral, permaneceu significativa.¹⁹ De acordo com a amostragem, ainda há pelo menos 2.078 robôs, perfis falsos e militantes mencionando Jair Bolsonaro.

¹⁷ O (in)acreditável mundo do WhatsApp. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/17/whatsapp-lupa-usp-ufmg-imagens/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

¹⁸ Desinformação enquanto estratégia de governo. Disponível em: <https://diplomati-que.org.br/desinformacao-como-estrategia-de-governo/>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

¹⁹ Após eleições, perfis falsos continuam ativos, apontam estudos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-eleicao-perfis-falsos-e-robos-pro-bolsonaro-continuam-ativos-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

Essas estratégias digitais de formação de clima de opinião estão ligadas a uma defesa intransigente da Internet e ataque a jornalistas. A organização não governamental Repórteres sem Fronteiras contabilizou 580 ataques à imprensa brasileira promovidos por pessoas ligadas ao presidente Jair Bolsonaro em 2020, e o principal meio para a difusão dos ataques são as redes sociais. Pelo Twitter, foram 409 ataques à imprensa, outros 10 pelo Facebook e 17 durante transmissões ao vivo (*lives*).²⁰

O ataque à jornalista Patrícia Campos Mello, que, na época da eleição de 2018, fez uma matéria no jornal Folha de São Paulo denunciando o disparo em massa da campanha de Jair Bolsonaro pelo Whatsapp, prática proibida pela legislação eleitoral, é um exemplo da forma como se constrói um engajamento digital para atacar adversários.

Em 18 de fevereiro de 2020, em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro fez um comentário de cunho sexual sobre a jornalista. Referindo-se ao depoimento de Hans River do Nascimento à CPI das Fake News, em que o ex-funcionário de uma das agências de publicidade investigadas no esquema de disparo em massa de mensagens diz que a repórter teria oferecido sexo em troca de informações para uma reportagem, Bolsonaro deferiu a expressão: *“Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”*.

Quase em tempo real, as redes pró-Bolsonaro se organizaram em torno de *hashtags* contra a jornalista, com ataques misóginos. Na época, foram excluídos cerca de 150 tuítes com esse conteúdo

²⁰ Bolsonaro e seu entorno fizeram 580 ataques à imprensa em 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-e-seu-entorno-fizeram-580-ataques-%C3%A0-imprensa-em-2020/a-56336532>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

pelo próprio Twitter.²¹ Patrícia Campos Melo, como resposta, lançou no final de 2020 o livro *“A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”*, em que ela analisa a manipulação das redes sociais por líderes populistas. Para Melo (2020):

Na versão moderna do autoritarismo - em que os governantes não rasgam a Constituição e nem dão golpe de Estados clássicos, mas corroem as instituições por dentro - [...] basta inundar as redes sociais e os grupos de whatsapp com a versão dos fatos que se quer emplacar para que ela se torne verdade - e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo, as reais. (MELO, 2020, p. 12).

Em termos de narrativas, o governo Bolsonaro já expôs em episódios recentes como o seu discurso reverbera de maneira orquestrada na Internet. No final de abril de 2019, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o MEC cortaria recursos de universidades que não apresentassem desempenho acadêmico esperado e estivessem promovendo “balbúrdia”.

Logo após o pronunciamento do ministro, o governo federal anunciou o corte de 30% nos recursos para as universidades federais e o whatsapp foi inundado por mensagens que buscavam desmoralizar o ambiente acadêmico brasileiro - conforme demonstra levantamento do Monitor de whatsapp, ferramenta do projeto Eleições sem Fake, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG²².

²¹ Patrícia Campos sofre ataque no Twitter. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/12/patricia-campos-mello-ataques-twitter.htm>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2021.

²² Monitor de Whatsapp do DCC identificou pico de notícias falsas após anúncio de cortes. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/universidades-e-fake-news-pesquisadores-analisam-fenomeno>. Acesso em 20 de março de 2021.

A pesquisa identificou, em 350 grupos de WhatsApp, uma intensa circulação de fotos e vídeos retratando performances artísticas e protestos com nudez 24 horas após o anúncio de cortes no orçamento das universidades.

Em geral, as imagens descontextualizadas foram acompanhadas por textos com críticas às instituições de ensino e que defendiam o bloqueio orçamentário apresentado pelo governo Bolsonaro. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados convocou o ministro Abraham Weintraub para dar explicações sobre suas declarações de que há significativas plantações de maconha nas universidades federais e de que os laboratórios de química das instituições são usados para a síntese de drogas. Quando perguntado sobre fatos, provas, ele não forneceu detalhes sobre as acusações.

A partir desses dois exemplos, entre outros capítulos da política brasileira recente, a caracterização da estratégia tecnopolista no governo Bolsonaro se torna evidente, tanto na questão do discurso e da construção de um inimigo em comum, como no uso estratégico das ferramentas digitais para criar climas de opiniões através de hashtags, disparo de mensagens no whatsapp, utilização de comportamentos inautênticos, entre outras ações que se utilizam das novas tecnologias no ambiente on-line.

Considerações Finais

As plataformas digitais, com o seu modelo de funcionamento, criaram uma nova ambiência para o fluxo comunicacional gerando formas de interação e disposição de conteúdos. Influenciados pela popularização do consumo da Internet, lideranças e partidos populistas ao redor do mundo se apropriam das estratégias digitais presentes nesse momento atual da web 3.0|4.0 e

elegem as plataformas espaços privilegiados de engajamento e recrutamento de causas.

Posta essa afirmação, os sistemas democráticos assistem aos discursos de extrema direita emergindo nas sociedades. Na Europa, a crise da imigração, junto aos problemas econômicos e ao desemprego, geraram uma onda de xenofobia que foi realimentada pelos partidos e lideranças tecnopopulistas, que monitoram dados, tendências, frustrações e tecem estratégias e discursos para dialogar com os sentimentos e emoções de forma cada vez mais segmentada e personificada.

No Brasil, em particular, assistimos de perto a essas estratégias e narrativas. O tecnopopulismo é um discurso: ação política estratégica do governo Bolsonaro para disseminar os seus discursos, atacar adversários e ganhar adeptos. Como agenda de pesquisa, os estudos sobre comunicação e política já assumem o desafio de compreender os fenômenos políticos ao redor dessa nova ambiência. A própria conceituação do termo tecnopopulismo apresenta esse esforço, entretanto, é preciso acompanhar e investigar os usos e impactos dessa nova lógica de consumir e fazer política com a ascensão de mecanismos cada vez mais pervasivos.

Uma agenda atual de pesquisa, que cada vez mais exige a transdisciplinaridade entre áreas como a comunicação e as ciências sociais, para ao mesmo tempo, cumprir o desafio de entender os avanços tecnológicos e os affordances provocados a partir desse novo ambiente.

Referências

BENNET, W. L.; ENTMAN, R. M. **Mediated Politics**: communication in the future of democracy. Boston: Massachusetts Institute of Technology, 2003.

BICKERTON, C. J.; ACCETTI, C. I. **Techno-populism' as a new party family**: the case of the Five Star Movement and Podemos. *Contemporary Italian Politics*. <https://doi.org/10.1080/23248823.2018.147291>. May, 2018

CAIANI, Manuela. Populism/Populist Movements. In: SNOW, David A. (org.). **The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements**. Malden: Wiley, 2013.

CAMMAERTS, Bart; MANSELL, Robin. Digital Platform Policy and Regulation: Toward a Radical Democratic Turn. **International Journal of Communication**. Los Angeles, n. 14, p. 135-154, dez. 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COULDRY, N.; HEPP, A. **The Mediated Construction of Reality**. London: Polity, 2017.

DEROSA, C. M. In: NOELLE-NEUMANN, E. **A Espiral do Silêncio**: opinião pública, nosso tecido social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

HEPP, A. **As configurações comunicativas de mundos midiaticizados**: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2014.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. Oxford: Blackwell, 2006.

DESERIIS, Marco. Technopopulism: the emergence of a discursive formation. **Triple C: Communication, Capitalism & Critique**, v. 15, n. 2, p. 441-458, 2017.

EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do Caos**: como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução de Arnaldo Bloch. São Pau-

lo: Vestígio, 2019.

FUCHS, C. **Internet and Society: social theory in the information age.** Abingdon: Routledge, 2008.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. c. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Org.). **Internet e Participação Política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERMET, Guy. **El populismo como concepto.** Revista de Ciência Política, 2003, vol. 23, n.1, pp.5-18

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, P. Pela Ciberdemocracia. In: Moraes, D. (org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 367-384.

LIPOW, A.; PATRICK, S. Parties and the Challenge to Democracy: From Steam-Engines to Techno-Populism. **New Political Science**, cidade, vol. 17, n. 1-2, p. 295-308, 1995.

MELO, Patrícia Campos. **Máquina de Ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MINOW, M. **Not only for my self: identity, politics & the law.** New York: New Press, 1997.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: Ubu, 2018.

MUDDE, C. O Zeitgeist populista. **Government and Opposition**, vol. 39, n. 4, p. 541-563, março, 2004.

NORRIS, P. 2002. **Democratic Phoenix: reinventing political activism.** Cambridge: Cambridge University Press.

SCUDERE, Leonardo. **Risco digital na WEB 3.0: impactos, desafios e dilemas da Internet de 3º geração e seu impacto nos negócios, governos e na defesa cibernética.** Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2017.

SILVEIRA, S. Amadeu. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo.** São Paulo: Revista USP, v.1, p. 28-39, 2010.

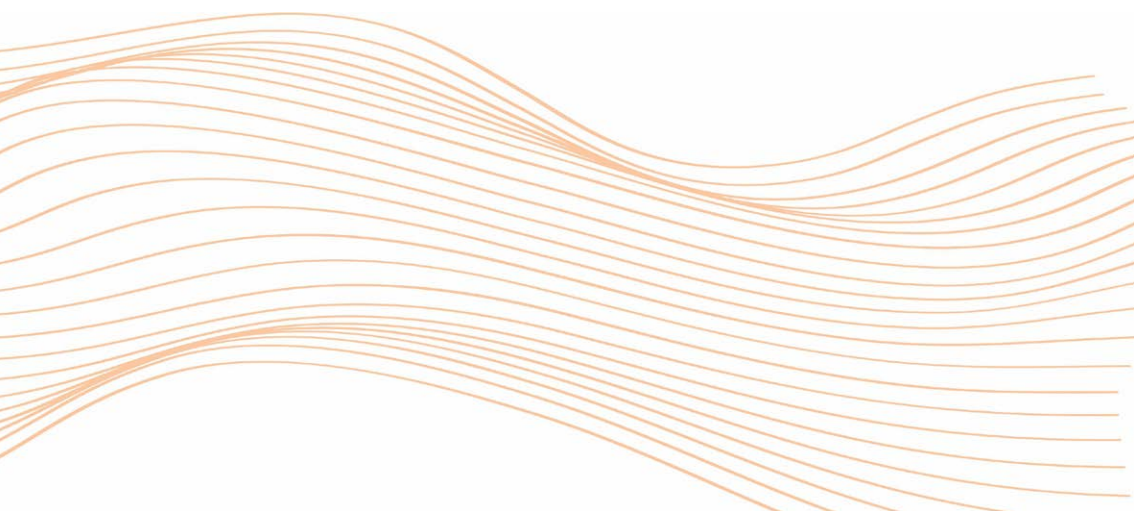
TRERÉ, E; BARASSI, V. **Net-authoritarianism? How web ideologies reinforce political hierarchies in the italian 5 star movement.** Journal of Italian Cinema & Media Studies 3 (3), 287-304, 2015

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, Informação e Poder: das plataformas online aos monopólios digitais.** 2019, 400 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

VAN DIJK, POELL, and de WALL, **The Platform Society: public values in a connective world.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

YOUNG, I. M. **Intersecting voices.** Princeton: Princeton University Press, 1997.

ZUBOFF, S. Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, n.1, p.75-89, 2015.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alex Menezes de Carvalho – Possui licenciatura em História (2010), mestrado em Sociologia (2013) e doutorado em Sociologia (2018), todos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) da mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Ciência Política e História, com ênfase em “Sociologia Política” e em “Sociologia dos Grupos Profissionais”. E-mail: max_alex86@hotmail.com

Ana Carolina Westrup - Mestre em Economia da Comunicação (PP-GCOM/UFS), Research Digital do Instituto de Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), pesquisadora do Laboratório de Poder e Política (LEPP/ UFS) e bolsista Tecnologia Social (CNPq).

Bárbara Nascimento de Oliveira - Jornalista e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe. Filha de Maria Luzinete, neta de Teresa e Aurora. Nordestina, nunca nordestinada. Feminista e uma das autoras de “Carolinas: a nova geração de escritoras negras brasileiras”, coletânea de textos fruto do processo de formação da Festa Literária das Periferias (FLUP), edição 2020, em homenagem a Carolina Maria de Jesus.

Divânia Cássia Silva - Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Doutora em Sociologia pela Universidade federal de Sergipe - UFS, com pesquisas na área dos movimentos sociais e políticas públicas. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, com pesquisas na área do militância, engajamento e movimentos sociais. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade federal de Sergipe - UFS. Pesquisas junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ex-

clusão, Cidadania e Direitos Humanos- GEPEC. Coordenadora do Núcleo Humanidades da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, com pesquisas na área de mobilizações sociais, reconhecimento social, justiça social e políticas públicas.

Fernanda Rios Petrarca – Professora do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFS. Possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e pós-doutorado em Ciência Política pela Università di Pisa, Itália (2019). É líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Atua na área de Sociologia Política, com o desenvolvimento de pesquisas nos seguintes temas: atuação profissional, engajamento político profissional, corrupção, formação de grupos profissionais, elites profissionais, usos da formação universitária, jornalismo e mídia. E-mail: fernandarpetrarca@gmail.com

Isabel Rocha - Graduada em Pedagogia e mestre em Sociologia pela UFS, com pós-graduação em Neuropsicopedagogia pelo Instituto Prisma, Cursos de Extensão em Sociologia, Abordagens Pedagógicas Modernas na Educação a Distância e Criação de Videoaulas pela IFRGS. Já atuou como professora de Educação Superior na UNIAGES, é professora da rede pública de Sergipe, atua como coordenadora de ensino e é especialista em Educação Socioemocional. Colaborou com um capítulo para o livro “Comunicação na Era Digital: Informação Conhecimento e Conexões Culturais”. Tem artigos publicados em anais de Seminários Nacionais de Sociologia e de História da Mídia/ALCAR e um resumo no Anais do III Congresso Internacional de Saúde Mental/Emocional infantojuvenil.

Marília Oliveira de Jesus - Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Sociologia (2020) e licenciada (2016) em Ciências Sociais pela mesma instituição. Integra, como pesquisadora, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/ UFS) desde 2013. Áreas de interesse: Sociologia das Profissões; Estudos de Gênero. E-mail: mynno18@hotmail.com

Pamella Synthia Santos - Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe; bacharela e licenciada em Ciências Sociais (UFS); pesquisadora-colaboradora no Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), concentrando-se em pesquisas voltadas para a Sociologia Política e Sociologia dos Grupos Profissionais, focando nas temáticas: partidos, profissionalização da política, grupos familiares, redes e grupos dirigentes. Atualmente está como coordenadora de Supervisão e Articulação das Regiões Educacionais na Secretaria Municipal da Educação de Lagarto.

O LEPP NA REDE

Além dos trabalhos reunidos aqui, é possível acompanhar as atividades e pesquisas do *Laboratório de Estudos do Poder e da Política* (LEPP) através da Internet. Nas mídias sociais, o LEPP está presente no *Twitter* (@leppufs), no *Instagram* (@leppufs) e *Facebook* (@leppufs). Além disso, podemos ser encontrados em nosso site (<https://leppufs.wordpress.com/>) e contatados através de nosso e-mail (leppufs@gmail.com). Acesse e siga nossos canais para ficar por dentro de nossos trabalhos!

